

Aconteceu

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
ESPECIAL 12 Abril de 1983
Fatos Destacados da Imprensa

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1982

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1982

Aconteceu Especial 12



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Anita Slade
Elter Dias Maciel
Heloísa Martins
Jether Pereira Ramalho
Luís Roncari
Roberto Dalmaso
Rubem Alves

Este Aconteceu Especial

Editores
Carlos Alberto Ricardo
Fany Ricardo
Vincent Carelli

Pesquisa
Cleiton Capelossi
Fany Ricardo

Programação Visual
Maurício Piza
Anita Slade
Martha Braga

Copy
Vera Mazagão

Edição de Fotos
Vincent Carelli

Mapas
Maurício Piza

Arte final
Cleiton Capelossi

Produção Gráfica
Roberto Dalmaso

Números já publicados do
Aconteceu Especial:
Trabalhadores 78 Especial 1
Trabalhadores 79 Especial 2
Trabalhadores 79 Especial 3
1980 ABC da Greve Especial 4
Novos Partidos Extraordinário
Greve nos Canaviais Especial 5
Povos Indígenas no Brasil 1980
Especial 6
Trabalhadores Urbanos no Brasil
1980 Especial 7
Uma Greve pelo Direito ao
Trabalho: FIAT 1981 Especial 8
Trabalhadores Rurais Especial 9
Povos Indígenas no Brasil 1981
Especial 10

Assinatura Anual do Aconteceu Semanal
Cr\$ 1.000,00 pagáveis em cheque
no Rio para Tempo e Presença
Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro RJ
Assinatura de apoio
Cr\$ 3.000,00

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação
R. Cosme Velho, 98 fundos Cosme Velho
22241 Rio de Janeiro RJ

Sucursal S/P. — Av. Higienópolis, 983
01283 São Paulo — SP

Fotolito e Impressão
Clip — Prod. Gráf. e Jorn. Ltda.
Rua do Senado, 200
tel. 252.4610

Aconteceu

O que é?

É o boletim semanal do CEDI,
onde se encontram os fatos
destacados da imprensa diária.
Dirige-se aos trabalhadores do
campo, aos operários, aos índios,
às lideranças sindicais, aos
agentes de pastoral visando
informá-los do que se passa no
Brasil, tocando, direta ou
indiretamente, suas lutas e suas
áreas de atuação.

Aconteceu Especial

Os números especiais do
Aconteceu trazem um resumo
das seções da edição
semanal, complementando-se
com notícias de outras fontes da
imprensa, pequenos ensaios,
comentários, documentos. São
publicações anuais ou
extraordinárias, quando
determinados fatos tenham
importância para aquelas lutas a
que se dedica cada publicação.
Solicitamos aos leitores que nos
enviem por cartas suas críticas,
sugestões e especialmente
recortes, boletins, ou reproduções
de notícias surgidas na imprensa local sobre o tema.

Capa

Os índios Pataxó Hã-Hã-Hã reocuparam a Fazenda São Lucas no sul da
Bahia e aguardam, acampados em tendas do exército, o reconhecimento de
sua reserva.

Foto de Luciano Andrade / Abril Press

Aconteceu

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1982

Foto Cláudia Andujar.



Em memória do RUBÃO (Dr. Rubens Belluzo Brando)

CEDI



Sumário

5	Apresentação
6	Amazonas (I)
19	Acre (II)
26	Roraima (III)
30	Rondônia e Oeste do MT (IV)
35	Pará, Maranhão e Amapá (V)
49	Parque Indígena do Xingú (VI)
53	Goiás / Leste do MT (VII)
61	Nordeste (VIII)
69	Leste (IX)
80	Mato Grosso do Sul (X)
84	Sul (XI)
92	Movimentos de Organização Indígena
96	Índios, Eleições e Partidos
100	Funai
103	Igrejas e Índios
106	Entidades Cíveis de Apoio
107	Antropólogos

JORNAIS UTILIZADOS

A Crítica (Manaus, AM)
 A Gazeta (SP)
 A Gazeta de Notícias (RJ)
 A Notícia (Manaus, AM)
 A Tarde (Salvador, BA)
 A Tribuna (Santos, SP)
 A Tribuna de Santos (SP)
 Correio Braziliense (Brasília)
 Correio do Estado (Campo Grande, MS)
 Correio do Povo (Porto Alegre, RS)
 Cidade de Santos (SP)
 Diário da Manhã (Goiânia, GO)
 Diário Oficial
 Diário de Pernambuco
 Diário Popular (SP)
 Domingo do Povo (Fortaleza, CE)
 Estado de Minas
 Folha de Goiás
 Folha de São Paulo (FSP)
 Folha da Tarde (SP)
 Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro)
 Gazeta de Vitória
 Gazeta do Acre
 Jornal da Bahia
 Jornal do Brasil
 Jornal de Brasília
 Jornal do Comércio (Manaus, AM)
 Jornal do Commercio (Recife, PE)
 Jornal dos Sports (RJ)
 Jornal de Santa Catarina
 Jornal da Tarde (SP)
 Notícias Populares (SP)
 O Dia (RJ)
 O Estado de Florianópolis (SC)
 O Estado do Paraná
 O Estado de São Paulo (ESP)
 O Estado (Florianópolis, SC)
 O Globo (RJ)
 O Liberal (Belém, PA)
 O Popular (Goiânia, GO)
 O Povo (Fortaleza, CE)
 O São Paulo (SP)
 O Rio Branco (AC)
 Porantim
 Tribuna da Imprensa (Rio)
 Zero Hora (Porto Alegre, RS)

SIGLAS

ABA Associação Brasileira de Antropologia
 ANAI Associação Nacional de Apoio ao Índio
 AGESP Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da FUNAI
 AJACRE Ajudância do Acre (FUNAI)
 AJUSOL Ajudância do Solimões (FUNAI)
 BEF Batalhão do Exército de Fronteira
 BIRD Banco Interamericano de Recursos para o Desenvolvimento
 CAPEMI Caixa de Pecúlio dos Militares
 CCPC Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau
 CCPY Comissão Pela Criação do Parque Yanomami
 CEB Comunidade Eclesial de Base
 CEBG Companhia Brasileira de Geofísica
 CEME Central de Medicamentos
 CESP Companhia Energética do Estado de São Paulo
 CHESF Companhia Hidrelétrica de São Francisco
 CIMI Conselho Indigenista Missionário
 CJP Comissão de Justiça e Paz
 CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 COBAL Companhia Brasileira de Alimentos
 CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 COTRIJUI Cooperativa Regional Tríticula Serrana Ltda.
 CPI/AC Comissão Pró-Índio do Acre
 CPI/SP Comissão Pró-Índio de São Paulo
 CPT Comissão Pastoral da Terra
 CSN Conselho de Segurança Nacional
 CTI Centro de Trabalho Indigenista
 CVRD Companhia Vale do Rio Doce
 DCE Diretório Central dos Estudantes
 DEPIN Departamento de Polícia do Interior
 DGO Departamento Geral de Operações/FUNAI
 DGPC Departamento Geral de Planejamento Comunitário/FUNAI
 DGPI Departamento Geral do Patrimônio Indígena/FUNAI
 DNER Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
 DNOS Departamento Nacional de Obras e Saneamento
 DNPM Departamento Nacional de Pesquisas Minerais
 DSGE Diretoria do Serviço Geográfico do Exército
 EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Amazônia
 ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte do Brasil
 EPM Escola Paulista de Medicina
 ESG Escola Superior de Guerra
 FAPESP Fundação Nacional de Amparo à Pesquisa
 FETAPE Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
 FIDENE Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Ijuí-RS)
 FUNAI Fundação Nacional do Índio
 FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau
 GETAT Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins
 GREQUI Grupo de Estudos da Questão Indígena
 IBDF Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
 INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 ITERAM Instituto de Terras do Amazonas
 MINTER Ministério do Interior
 MS Mato Grosso do Sul
 OAB Ordem dos Advogados do Brasil
 OEA Organização dos Estados Americanos
 ONU Organização das Nações Unidas
 OPAN Operação Anchieta
 PDS Partido Democrático Social
 PDT Partido Democrático Trabalhista
 PF Polícia Federal
 PI Posto Indígena/FUNAI
 PIX Parque Indígena do Xingu
 PM Polícia Militar
 PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PRODECOR Programa de Desenvolvimento de Comunidade Rural
 PT Partido dos Trabalhadores
 PTB Partido Trabalhista Brasileiro
 PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 SBI Sociedade Brasileira de Indigenistas
 SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
 SEMA Secretaria Especial do Meio Ambiente
 SIL Summer Institute of Linguistics
 SPI Serviço de Proteção aos Índios
 SUCAM Superintendência da Campanha de Saúde Pública
 SUDAM Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
 SUDECO Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
 SUDEPE Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
 SUDHEVEA Superintendência do Desenvolvimento da Hevea Brasileira
 TCU Tribunal de Contas da União
 TFR Tribunal Federal de Recursos
 UFBA Universidade Federal da Bahia
 UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
 UNB Universidade de Brasília
 UNI União das Nações Indígenas
 UNIND vide UNI
 USP Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

Essa publicação reúne 470 notícias a respeito de 78 povos indígenas — agrupados em 10 áreas — e seis temas afins, utilizando como fontes 44 jornais diários e um mensal, para o ano de 1982(*).

Seria bom lembrar, de saída, que a divisão em áreas foi arbitrária, atendendo simplesmente à necessidade de ordenamento das notícias. Os povos noticiados aparecem nos mapas assinalados com (*) e os assinalados com (o) não receberam qualquer atenção da imprensa, no período.

470 notícias sobre metade dos povos

As notícias selecionadas foram resumidas e colocadas em ordem cronológica, conservando-se as informações e a grafia dos nomes indígenas utilizadas nas fontes, o que resultou numa grande variação e em inúmeras imprecisões. Os próprios títulos das notícias, na medida do possível, foram mantidos conforme estavam nos jornais. Nesse particular, houve a preocupação, por parte da equipe de edição, de padronização da grafia dos nomes dos povos indígenas.

Freqüentemente, uma mesma informação básica vinda de uma única fonte e distribuída pelo sistema de agência, foi publicada em vários jornais. Nesses casos, procurou-se sempre escolher a notícia que continha a informação mais completa e detalhada.

Comentários assinados

Além de 13 mapas e 14 fotos, o ACONTECEU desse ano inclui 16 comentários assinados por colaboradores, convidados a escrever pela equipe de edição. De início, procurou-se cobrir a quase totalidade das áreas e temas, com comentários que funcionassem como “chaves de leitura” e complemento de informação, uma vez que, freqüentemente, as notícias são muito imprecisas, truncadas e fragmentadas.

A escolha dos comentaristas recaiu sobretudo em pessoas que têm um conhecimento específico de situações ou temas noticiados e com as quais se poderia manter um contato em prazo curto, ou de ocasião (pessoas que estavam de passagem pelo CEDI, em São Paulo). Nos casos em que os comentaristas não puderam atender à solicitação da equipe de edição, os blocos de notícias ficaram sem comentários. Dos comentários recebidos, a equipe de edição tratou de eliminar as redundâncias com as próprias notícias, além do trabalho rotineiro de colocar títulos e escolher a posição na diagramação. Isso fez com que, algumas vezes, os comentários estejam antes do bloco de notícias ao qual se referem e, outras vezes,

até mesmo fracionados em pequenos parágrafos, colocados imediatamente após uma notícia específica.

Pataxó Hã-hã-hãe e Juruna

Os casos de maior destaque durante o ano na imprensa, pelo espaço que ocuparam e pela mobilização real que suscitaram na opinião pública, também mereceram atenção especial nessa edição: a resistência dos Pataxó Hã-hã-hãe, no sul da Bahia, às tentativas de expulsão de suas terras (foto de capa) e a eleição histórica do xavante Mário Juruna à Câmara Federal, em 15 de novembro.

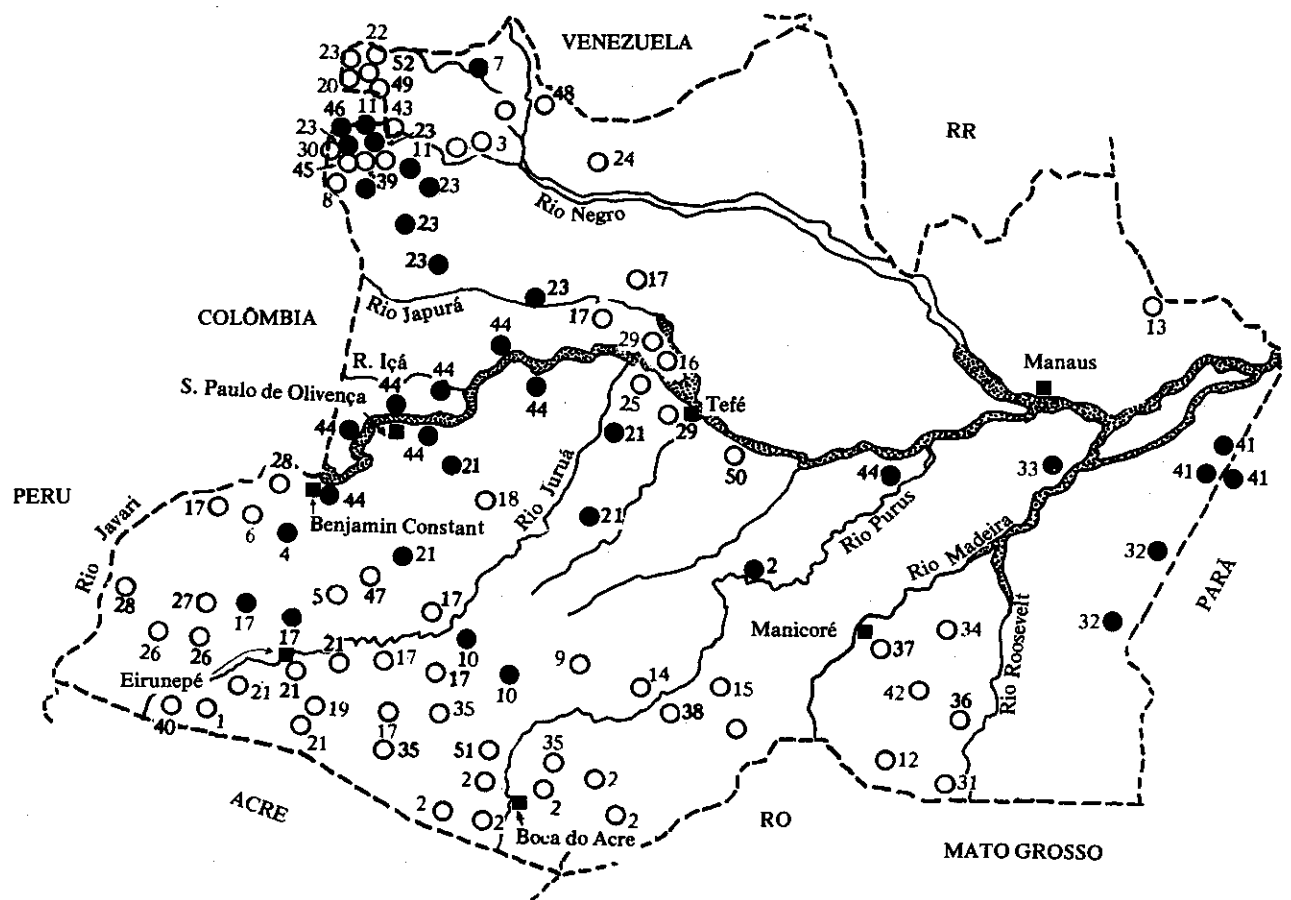
Em pauta o ACONTECEU 83: você pode colaborar

Continua evidente que a grande maioria dos povos indígenas “não noticiados” no Aconteceu estão, de fato, em regiões remotas do país. Algumas vezes, sua “ausência” se explica pelas deficiências já apontadas na amostra de fontes utilizadas. De qualquer modo permanece a recomendação aos nossos leitores e colaboradores no sentido de ampliar cada vez mais a informação da opinião pública nacional e internacional sobre o que está ocorrendo nas áreas indígenas, fazendo chegar aos órgãos de imprensa a informação fidedigna sobre casos concretos, bem documentada, “dando nome aos bois”, como se diz.

O Aconteceu de 83, a sair em abril de 84, já está sendo preparado, por um esquema especial de acompanhamento montado pela equipe de edição. Com isso, pretendemos encomendar os comentários logo em janeiro, ficando o trabalho de finalização para março e o lançamento para a Semana do Índio.

Nesse sentido é fundamental que nossos leitores e colaboradores estejam atentos e nos enviem, durante o ano, recortes de jornais locais. Até 84.

(*) A seleção de notícias foi feita, inicialmente, com base nas tiras resumidas do Aconteceu semanal (seção “Índios”). Como essa publicação se utiliza basicamente de jornais do eixo Rio/S. Paulo, seguiu-se um extenso trabalho de pesquisas complementares, com base em recortes de outros estados, recebidos através do serviço “Lux Jornal”. A amostra final se complementou com recortes recebidos de alguns comentaristas, freqüentemente jornais locais e de difícil acesso a nível nacional, ficando assim distribuída: SP — 10, RJ — 7, DF — 4, GO — 3, SC — 3, AM — 3, RS — 2, PE — 2, CE — 2, AC — 2, BA — 2, MS — 1, MG — 1, ES — 1, PR — 1 e PA — 1.



- | | |
|-------------------------------------|---------------------|
| 1 — Amawaká | 27 — Matis |
| 2 — Apurinã | 28 — Mayoruna |
| 3 — Arapaso | 29 — Miranha |
| 4 — Arredios da confl. Ituí/Itacoaí | 30 — Miriti |
| 5 — Arredios do Alto Jandiatuba | 31 — Morerebi |
| 6 — Arredios do Rio Quixito | 32 — Munduruku |
| 7 — Baniwa | 33 — Murá |
| 8 — Barasano | 34 — Murá-pirahã |
| 9 — Coxodoá | 35 — Nukuini |
| 10 — Deni | 36 — Numbiaí |
| 11 — Desana | 37 — Parintintin |
| 12 — Diahoi | 38 — Paumari |
| 13 — Hiskariana | 39 — Pira-Tapuia |
| 14 — Jarawará | 40 — Poyanawá |
| 15 — Juma | 41 — Sataré-Maué |
| 16 — Kambeba | 42 — Tenharin |
| 17 — Kanamari | 43 — Tariana |
| 18 — Katukina | 44 — Tikuna |
| 19 — Kaxinawá | 45 — Tukano |
| 20 — Kobewa | 46 — Tuyuka |
| 21 — Kulina | 47 — Txunhuam-Djapá |
| 22 — Kuripako | 48 — Urukema |
| 23 — Maku | 49 — Wanana |
| 24 — Mandawaka | 50 — Witoto |
| 25 — Marajona | 51 — Yamamadi |
| 26 — Marubo | 52 — Yepa-Matsu |

Amazonas

Médio Solimões, Juruá e Jutai

Uma área pouco noticiada

Araci Labiak e Lino Neves (*)

A região do médio Solimões e seus afluentes Juruá e Jutai recebem pouca ou quase nenhuma cobertura da imprensa nacional.

De forma geral, os povos indígenas dessa região enfrentam situações semelhantes, devidas ao nível de contato com a população envolvente e o tipo de ocupação econômica em processo: incremento de grandes projetos e fazendas em substituição à decadente estrutura seringalista.

Esta situação é particularmente grave, uma vez que nenhum dos povos da região tem a garantia legal dos seus territórios, quase sempre invadidos por ocupantes que, freqüentemente, utilizam os próprios índios como mão-de-obra.

Assim como todo o restante da Amazônia, esta região está sendo retalhada por picadas para a prospecção geológica que tem como objetivo principal o gás natural, abundante na bacia do Juruá.

Depois de perfurar toda a área do R. Biá, território dos Índios Katukina, os trabalhos de prospecção seguiram o curso do Jutai, chegando em princípio de 1982, aos limites da área Canamari.

Além de todos os males e interferências desta frente, ela representa também riscos físicos às populações, pois muitas vezes são instaladas cargas de dinamite para posterior detonação. Este fato foi por nós observado em novembro na área Kokama, próxima à Tefé, onde várias bombas estavam instaladas há alguns meses à espera de detonação. Nenhum esquema de segurança foi montado pela Lasa Engenharia e Prospecção S/A — a serviço da Petrobrás na área —, e os Kokama estavam continuamente expostos aos perigos que estas bombas representam.

Em maio e novembro, uma equipe da FUNAI visitou alguns pontos da região para eleição de áreas. Deste trabalho, resultou a delimitação de algumas: Miratu-Miranhã, Jaquiri-Kambeba, Macarrão-Tükuna, Estrela da Paz-Tükuna, Marajai-Mayoruna e Nova Esperança-Kokama, todas áreas pequenas e algumas não satisfazendo às necessidades dos grupos. Além destas, foram estudadas as áreas do R. Biá-Katukina e do R. Xeruã-Deni, sem contudo terem tido sua situação definida.

Entre os povos dessa região não noticiados em 82 estão os Kanamari.

Originários de área próxima à Cidade de Eirunepe, após anos de invasão de suas terras pelo empresário Anísio T. Soriano de Mello e outros grandes seringalistas, um grupo Kanamari, em meados de 81, não mais resistiu e abandonou a área. Hoje o grupo encontra-se migrando rumo à área original de outro grupo Kanamari, no Igarapé Três Bocas, afluente do Juruá. Durante o ano de 1982, o grupo fez duas tentativas de chegar até a área de seus parentes, sendo, no entanto, barrados pelos seringalistas Ponciano Lumiere (Seringal Três Bocas) e Vicente Paula Nascimento (Seringal Monte Verde), que ocupam a Boca do Igarapé e controlam sua exploração. Este grupo já solicitou verbalmente de um funcionário da FUNAI, providências a respeito do caso. Enquanto estas providências não chegam, o grupo encontra-se disperso em outras aldeias Kanamari e perambulando entre os seringais da região, correndo o risco da desestruturação cultural comum aos demais grupos Kanamari, que a cada dia vêem seu território mais e mais invadido.

No Alto Rio Jutai, em 1982, a maior ameaça à terra dos índios se deu pela convocação, por parte do ITERAM, das pessoas interessadas em registrar áreas na região. Um seringalista da cidade de Eirunepé, requereu cadastro de 250.000 ha., sendo sua maior parte em terras dos Kanamari e dos Tsuhuam Djapá, incluídas na Proposta do Parque Indígena do Javari.

Os Kokama, depois da invasão de seu território pela Empresa amazonense de Dendê (Emade) — parcialmente financiada pelo Banco Mundial — reivindicaram seus direitos junto à FUNAI. Em novembro, funcionários do órgão estiveram na área para delimitação e interdição. Mas a situação continua indefinida.

Já os Kulina, apesar da existência de uma área delimitada no rio Andirá, têm enfrentado sérios problemas. Induzidos pela FUNAI a se agruparem em área não tradicional e contando com poucas condições de subsistência, após algum tempo o grupo acabou abandonando o local, o que ocasionou nova dispersão, conflitos internos e com a população envolvente. Este mesmo tipo de problema ocorre com freqüência também entre os Kulina do Rio Jutai. Durante 82, vários incidentes se registraram. O mais grave ocorreu em setembro, com a morte de um homem e ferimentos graves em outros dois. Em consequência desse conflito, o grupo se dispersou e migrou para o Baixo Jutai, dificultando ainda mais o trabalho de eleição de uma área Kulina neste rio.

Ainda no início do ano, a FUNAI esteve na Foz do Jutai para verificar a situação conflituosa entre os Kulina e tentar uma solução, mas seus funcionários não adentraram a área e sua interferência não surtiu efeito.

O povo Kulina de toda essa região tem hoje marcas profundas do contato com a sociedade nacional: doenças, depopulação, conflitos internos e externos.

Entre os Deni do Rio Xeruã, afluente do Juruá, a incidência de tuberculose continua alta, só neste ano, cerca de 15 Deni foram encaminhados para tratamento em Manaus, enquanto que outros casos menos graves receberam tratamento na própria área por um agente de pastoral da Prelazia de Tefé, com medicamentos em parte fornecidos pela FUNAI. A situação atual de agravamento do quadro de saúde dos Deni, que já sofrem de tuberculose há muitos anos, muito embora a FUNAI, em 1979, depois de rápida visita da Equipe Volante de Saúde, negasse publicamente a existência da doença.

(*) Leigos católicos da equipe CIMI/OPAN junto à Prelazia de Tefé (AM), há mais de dois anos entre os índios dos rios Juruá, Jutai e médio Solimões.

Deni

FUNAI desmente ameaça da tuberculose

A tuberculose, a gripe e outras doenças continuam dizimando os índios Deni que habitam as terras firmes entre os afluentes dos rios Xeruan (Juruá-Solimões) e Cunhoá (Tappauá-Purus), no Amazonas.

Nos últimos dois anos, por exemplo, a tuberculose fez mais duas vítimas fatais e uma dezena de crianças morreram em consequência do catarro (gripe). Numa visita feita a seis malocas, em março último, a Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé constatou a lamentável situação em que se encontra esse povo: subnutrido, vitimado pela tuberculose, gripe, malária e micoses, e engajado no sistema extrativista (sorva e borracha) em troca de quase nada. A cachaça prolifera na área, levada pelas frentes extrativistas que tomaram conta das terras do Juruá, ali desencadeando um processo de dispersão, migração e desintegração grupal da população indígena, como é o caso dos Kulina (Madija). (Porantim — 05/82)

Vacinação

Quase todos os 400 sobreviventes da nação Deni, que vivem nos afluentes dos rios Xeruan e Cunhuan (baixo Juruá e Purus), Estado do Amazonas, foram finalmente vacinados contra a tuberculose, no último mês de junho. A vacinação teve o apoio da Funai, do Campus Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Hospital de Tefé, e foi coordenada pelo padre João Caruari e pelo enfermeiro voluntário Bené, ambos da Prelazia de Tefé, dirigida por Dom Mário Clemente Neto.

Em julho, o enfermeiro Bené e um dentista, Horácio, voltaram à área para prestar outros serviços sanitários aos Deni, que sofrem de desnutrição, anemia, verminose (100%), tuberculose pulmonar e ganglionar, sarampo, infecção dentária etc. (Porantim — 12/82)

Kokama

Área invadida pela EMADÉ

Pelo menos 400 metros de uma área habitada pelos índios Cocama, no município de Tefé, foram engolidos pelos operários responsáveis pela abertura da estrada de acesso ao local onde se desenvolve o Projeto Dendê, sob responsabilidade da Emad — Empresa Amazonense de Dendê. Os próprios índios já denunciaram o fato e estão a exigir providências por parte dos organismos competentes, visto que a estrada fere seu **habitat** natural, além de ocasionar outros prejuízos.

Os índios Cocama vivem no rio Tefé, bem próximo ao Projeto Dendê, em uma área de terra doada pela Prelazia, em 1972. Além de criações de aves e outros animais, a comunidade possui mais de 15 roçados. Com o aparecimento da estrada, que podia ser desviada, segundo confirmaram representantes dos Cocama, o grupo passou a conviver com máquinas, acampamentos e outros costumes não observados por eles, tais como consumo de álcool, andar seminus etc. Os índios temem que os homens que trabalham na área, quando embriagados, tentem violentar suas mulheres.

Um outro aspecto grave da situação é que essa comunidade indígena é adepta da seita "Irmandade da Cruz", de rígidos critérios e o comportamento adverso ao seu, numa região em que a grande maioria dos habitantes segue os preceitos da-

quela religião, poderá causar conflitos de proporções bastante amplas. (A Notícia — 27/11/82)

Kulina

Kulina esperam demarcação

Devido às denúncias feitas por padres da Prelazia de Caruari, o delegado regional da Funai, Kazuto Kawamoto, mandou, ontem, quatro funcionários do órgão para apurar os pequenos incidentes que estão envolvendo os índios da tribo Kulina.

Segundo os padres, os indígenas, que atualmente não têm área definida, freqüentemente invadem as terras dos seringueiros e roças dos agricultores, sem que tenha sido registrado qualquer incidente grave. Essas constantes invasões estão preocupando os proprietários das terras, embora os silvícolas não tenham mostrado animosidade aos brancos.

O delegado regional determinou ontem, que um barco se deslocasse para o rio Juruá e fosse até o rio Jutai, para conversar com os índios e convencê-los a se retirarem para outra área, onde possam viver tranqüilamente até que seja determinada sua reserva.

Para evitar possíveis atritos, é intenção do delegado Kazuto Kawamoto criar um posto na área para recolher e atender aos índios Kulina. (Folha da Tarde — 12/02/82)

Branços acusam Kulina

Na foz do Jutai, Amazonas, as homenagens aos índios se deram de maneira inversa. E a vítima dessas "homenagens" foi um índio Kulina Sahenê agredido pelo comerciante Cícero "Tuxaua", dois policiais — José e Xavier — e pelo coletor da cidade, irmão do prefeito, a socos, pontapés e borrachadas, sob a acusação de roubo. Sahenê, convidado por um rapaz, havia entrado no flutuante (um barco que serve de mercearia) de Cícero, de onde retiraram Cr\$ 40 mil.

O índio Kokama, Samuel, da comunidade de Boa Vista, após ouvir testemunhas oculares do acontecimento, mostrou-se indignado: "Eles tratam nós, de nação indígena, como cachorro. Isso tem que acabar. **O coitado tava aí passando necessidade, e nem roubou, porque se tivesse roubado, teria fugido.** E aí esses danados vão fazer isso com o rapaz". (Porantim — 09/82)

Demarcação adiada

As rixas existentes entre as aldeias Kulina (Madija) de Simpatia e Porto Central (AM) degeneraram, em setembro, num conflito generalizado entre os membros desses dois grupos. O estopim de tudo foi a morte de três pessoas adultas, no final de agosto e início de setembro, cuja causa real ainda não foi possível determinar mas que foi atribuída à **caruara** ou **dori** (espécie de feitiço) colocada pelo **tsupinehé** (pajé) Aroá.

As brigas resultaram em uma morte (Sahé, o Raimundo da Júlia) e um ferido grave (Mono, o Raimundo Magro), baleado com tiros de espingarda. Os dois grupos Kulina se dispersaram e pelo menos o que é chefiado pelo tuxauá Mapi (Armando) encontra-se no Baixo Jutai, passando privações e fome. As duas aldeias ficaram totalmente destruídas e todas as casas foram incendiadas. Os roçados, já prontos para o plantio, foram abandonados.

O maior prejuízo, entretanto, é que se frustrou o projeto de demarcação de uma área que reuniria os Kulina de Simpatia e Porto Central, além de um terceiro grupo. Tal projeto estava sendo encaminhado desde junho. (Porantim — 12/82)

Alto Rio Negro

Índio quer falar com ministro

A criação de reservas indígenas no Alto Rio Negro antes que a área se transforme em Território Federal, cumprimento do Estatuto do Índio e verbas a serem aplicadas na agricultura, são alguns dos assuntos que o índio Tukano, Carlos Antônio Fernandes Machado, pretende tratar com o Ministro do Interior, Mário Andreazza. (A Crítica — 02/02/82)

Garimpeiros invadem reservas

A Funai solicitou o apoio da PF para a retirada de dezenas de garimpeiros, que nas últimas semanas penetraram nas reservas dos índios Dessana, Maku, Tucano e Baniwa, localizadas no Rio Negro, próximo à cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

As reservas indígenas estão localizadas em área considerada de Segurança Nacional, por estarem próximas à fronteira com a Venezuela. Segundo a Funai, os garimpeiros têm espalhado boatos de que há muito ouro na região do Rio Negro, principalmente depois que o Grupo Madeira foi fechado, no final do ano passado. “Os garimpeiros estão em busca de outras áreas e, atualmente, há um garimpo clandestino no Rio Içana, onde vivem os índios Kuripato e Baniwa” — observou a Funai. (Diário da Manhã — 03/03/82)

Índios pedem escolas com professores da comunidade

Em cartas endereçadas ao Governador José Lindoso e ao prefeito Dagoberto Albuquerque, de São Gabriel da Cachoeira, os líderes indígenas, Gabriel dos Santos Gentil e Américo Maranhão solicitaram em nome da comunidade indígena da Missão Salesiana em Pari-Cachoeira, apoio para a construção de um grupo escolar de 1º grau e a instalação de uma agência de Correios.

“Somos índios mas também somos brasileiros e precisamos aprender a nos defender da extinção, o que só conseguiremos com a cultura”. A escola solicitada pelos Tucano de Pari-Cachoeira seria mantida culturalmente por professores naturais da região.

Albuquerque, a comunidade indígena Tucano, apresenta as razões por que deseja ter uma escola própria, distinta da dos padres salesianos. “Além do currículo escolar oficial, precisamos do ensino tribal que na missão salesiana é descuidado. Os nossos pais velhos estão para morrer sem que possam ensinar aos filhos e a herança cultural que nós precisamos aprender e conservar”. (A Crítica — 10/03/82)

Índio Tukano contesta “liderança”

O índio Carlos Antônio Fernandes Machado, Tucano de Pari-Cachoeira, protestou contra as atitudes do seu irmão de tribo, índio Gabriel Gentil, que há algum tempo vem aparecendo como “líder Tucano”.

Argumentou Antônio Fernandes, que os Tukanos possuem apenas um líder, que é o Chefe Benedito Fernandes Machado. “Para poder falar em nome dos Tukanos — explica — é necessário primeiro obter uma declaração que outorga ao portador falar em nome da comunidade”. Carlos Antônio comprovou o que disse, mostrando a sua declaração assinada pelo líder Tucano Benedito Fernandes e reconhecida pela FUNAI.

Para o Tucano Carlos Antônio Machado, “a comunidade não quer tirar os direitos do índio Gabriel Gentil de lutar pela causa indígena. O que nós queremos é que ele pare de se intitular o líder da nação”. (A Crítica — 18/03/82)

FAB tira garimpeiros de reserva indígena

A Funai informou que um avião Búfalo da FAB retirou ontem os últimos 70 garimpeiros que estavam ilegalmente na área próxima ao município de São Gabriel da Cachoeira. Segundo o órgão, os postos de vigilância e fiscalização que deverão ser implantados ainda este ano ao longo da Reserva Indígena, de acordo com portaria do ministro do Interior, Mário Andreazza, impedirão a entrada de novos garimpeiros. (O Globo — 20/03/82)

Os Tukano pedem ajuda ao governo

Os índios tucanos Gabriel Gentil e Américo Maranhão, membros da comissão de fundadores da escola indígena de Pari Cachoeira, enviaram carta ao governador José Lindoso solicitando auxílio financeiro para a compra de equipamentos destinados à documentação das manifestações culturais da tribo.

Um gravador, pilhas, fitas, material de desenho, máquina fotográfica e de datilografia; para registrar os conhecimentos dos mais antigos. (FSP — 06/05/82)

Gentil discorda do novo município

O índio Gabriel dos Santos Gentil, candidato do PMDB a vereador pelo recém-criado município de Iauaretê (onça grande na mitologia indígena), combate e é radicalmente contra a transformação de sua comunidade em município. O índio Gabriel esclarece por que escolheu o PMDB para se candidatar a vereador. Ele afirma que este partido é o único que lhe dá condições para defender os interesses de toda a sua tribo, já que pode criticar e combater contra as anormalidades que começam a surgir com o advento do município de Iauaretê. O PDS, alertou o índio, vem fazendo propaganda dizendo que o povo indígena irá ter televisão, rádio, água, luz e outros “benefícios”, mas que na realidade isso será um massacre contra a sua cultura, costumes e tradições indígenas. (A Crítica — 10/08/82)

Índios saem professores da faculdade

A Universidade Federal do Pará acaba de formar 19 índios, numa turma de 27 professores que fizeram o curso de licenciatura curta na área de Ciências, Letras e Estudos Sociais. Nove índios são do sexo feminino e sete do masculino.

Eles pertencem aos grupos Tucano, Desana, Tariana, Mura e outros, de São Gabriel da Cachoeira, Iureté, Tupurukuana e Barcelos. Sete formaram-se em Ciências Naturais, nove em Letras e dez em Estudos Sociais.

Os professores foram formados através de convênio da Universidade do Pará com a SUDAM e Força Aérea Brasileira. (Jornal dos Sports — 02/09/82)

ITERAM está invadindo terras indígenas no Alto Rio Negro

O Instituto de Terras do Amazonas — Iteram —, está invadindo as áreas indígenas, alegando a criação do novo município de Iauaretê. A denúncia foi feita pelo índio Gabriel dos Santos Gentil, da tribo Tucano, de Pari-Cachoeira, no município de São Gabriel da Cachoeira, afirmando que os líderes indígenas estão esperando a demarcação de terras pelo Ministério do Interior, através da Funai.

“Isso significa que o Governo do Estado do Amazonas, não quer respeitar os indígenas especialmente” continuou Gabriel, que mais adiante frisou “porque existe leis que nascem mortas, ordens que são cumpridas na busca da grandeza, e do progresso, o regime promoveu a miséria, além de os índios perder a terra para os brancos, ricos e empresários. A vida do branco pobre é a mesma vida dos índios”. (Jornal do Comércio — 12/09/82)

Javari

Kurubu*

Índios reagem a penetração

Um grupo arredio de índios kurubo, do subgrupo marubo, que habita o vale do Javari, no alto Solimões, invadiu terça-feira o posto de atração da Funai, no rio Itaquari e matou a bordunadas dois funcionários do órgão. Quando os índios atacaram o posto, encontravam-se no local 12 funcionários dos quais 10 correram para a mata e até ontem à tarde a Funai não tinha informações do seu paradeiro, presumindo-se que tenham conseguido escapar à perseguição dos índios, já que uma equipe de buscas e salvamento do órgão enviada ao local não encontrou vestígios dos funcionários. (Tribuna da Imprensa — 15/07/82)

A atração dos Kurubu

As tentativas de atração dos kurubu foram iniciadas em 1975, mas no mesmo ano a FUNAI decidiu fechar o posto Marubo, alegando que era grande a resistência dos índios, reativando-o este ano. Os kurubu têm sérios conflitos com madeireiros e seringueiros da região que invadem suas terras, matando-os e transmitindo-lhes doenças: Os índios não sabem quem é a favor ou contra eles. Todos são brancos e, portanto ameaçadores. Os kurubu, arredios e hostis, estão com malária e sífilis e, no último domingo, o posto de atração conseguiu fazer com que oito deles aceitassem remédios. (ESP — 16/07/82)

Índios atacam e matam dois

A FUNAI confirmou somente ontem, a morte de dois funcionários do posto de atração do órgão no rio Itacoai, próximo da fronteira do Brasil com a Colômbia, atacados ao meio-dia de terça-feira por um grupo de índios kurubu, que habita o vale do Javari, no Alto Solimões. Foram mortos quando abriam uma picada na mata, a 500 metros do posto de atração Marubo, onde a FUNAI mantém uma equipe. Um dos funcionários do posto explicou que as vítimas cometeram um erro tático: em vez de arrastar pelo chão a canoa que traziam, colocaram-na nos ombros. Isso tirou-lhes a visão da mata e acabaram sendo surpreendidos por 12 índios, que atacaram com bordunas. (ESP — 16/07/82)

Polícia conclui que massacre dos índios foi vingança

O relatório do delegado de polícia do município de Atalaia do Norte, Domingos da Silva Cabral, revela que o massacre dos funcionários da Funai, pelos índios Kurubus, foi por vingança. No massacre perderam a vida dois funcionários. Diz aquela autoridade que há anos, esses indígenas assassinaram um funcionário do órgão de nome Bandeira e recusaram-se a entregar o corpo.

No seu relatório, o delegado afirma que os companheiros de Bandeira, revoltados, mataram mais de 100 índios Kurubus e resgataram o corpo da vítima. Revela ainda que uma equipe avançada da Funai, composta de 12 homens, estava há mais de um mês a margem direita do rio Itaquari, para

cobrir a área, evitar invasões e tentar pacificar os índios. Acrescenta o delegado que no dia 26 de julho do ano passado, os índios Kurubu assassinaram um seringueiro conhecido por Adalberto. Esse corpo não foi encontrado porque os indígenas o comeram.

A equipe que sofreu o ataque já havia feito dois contatos com os índios. No primeiro, ficaram com os silvícolas durante 4 horas e no segundo, 6 horas. (Notícias Populares — 28/07/82)

Matis

Denunciada 38 mortes do grupo Matis

O padre Paulo Suess, secretário-geral do Cimi, denunciou que 38 índios do grupo Matis morreram de gripe durante o mês de junho. O grupo indígena vive no município de Atalaia do Norte (AM) e mantém contatos intermitentes com os brancos desde 1974, quando a Funai abriu uma frente de atração. O padre acentuou ser o número de mortes muito elevado, pois o grupo é composto de 138 índios. Segundo o secretário-geral do Cimi, embora a Funai esteja atuando há quase dez anos na área, “não existe qualquer assistência aos índios”, responsabilizando pela omissão o cel. Barros Lima, médico que dirigia a Divisão de Saúde do órgão tutor até segunda-feira última. Paulo Suess afirmou que a falta de assistência provocou as mortes e que o afastamento do cel. da Divisão de Saúde da Funai “representa um grande alívio para os indigenistas de todo País”. Destacou ter o coronel sido “o principal responsável pelo desatendimento, em quase todo o território nacional, das questões de saúde indígena”. (FSP — 30/06/82)

FUNAI desmente epidemia

Quinze dias depois de a Funai ter desmentido denúncia do Cimi sobre a morte de 30% da população dos índios Matis, por epidemia de gripe, o delegado do órgão em Manaus, Kazuto Kavamoto, declarou que não só aqueles indígenas, como também os Kurubo, Marubo e Maioruna “estão sendo atacados por gripe, malária e diarreia. Essas doenças estão sendo provocadas pela atual vazante do rio Javari e seus afluentes, principalmente o rio Ituí”.

De acordo com o delegado Kazuto Kavamoto, “a situação no vale do Javari, no município de Atalaia do Norte é crítica”. Assim, insiste o Cimi em reafirmar que a situação do Vale do Javari é bastante grave e que a Funai em Brasília tem conhecimento, apesar de seu desmentido.

Elementos que trabalham na Funai e vivem na região informaram ao Cedi que entre o período de julho de 1981 e maio deste ano, dois surtos de gripe ocorreram entre os Matis, reduzindo sua população de 138 para aproximadamente 85 índios.

Em contrapartida, a Funai em Brasília nega os fatos, confirmado por seus próprios servidores. Essa estratégia do órgão vem sendo utilizada habitualmente para desviar todas as atenções quando as vítimas são os índios, quando os fatos põem em jogo a política de saúde adotada. (Folha de Goiás — 18/07/82)

Doença de branco está aniquilando os índios

Os índios Matis, situados no Alto Solimões (AM), estão ameaçados de extinção pela total inexistência de recurso médico na área. O alerta foi feito, esta semana, pela quintanista de Medicina da PUC (SP), Márcia Graudiez. A estudante passou cerca de 15 dias, este mês, entre o grupo indí-

(*) Nome que os índios Matis aplicam aos índios “isolados” da confluência do Ituí com o Itacoai. Não existem informações seguras de que se trate de um subgrupo Marubo e nem ao menos de que essa denominação se refira a apenas um grupo tribal. (ver vol. 5 de Povos Indígenas no Brasil, CEDI, SP, 1981).

gena, hoje reduzido a 87 indivíduos, prestando assistência durante um surto de gripe.

Durante sua estada entre os Matis, Márcia constatou que a maioria da população está com pneumonia, infecção das vias aéreas superiores, o bronquiolite. Constatou ainda que o medicamento existente é insuficiente e que as comunidades do Alto Solimões contam apenas com o serviço de um atendente de enfermagem.

A estudante, que participou do Projeto Rondon, no Campo Avançado do Alto Solimões, foi chamada para atender um surto de gripe entre aquele grupo indígena. Conta ela que ficou uma semana entre os índios, que estavam em "situação muito ruim", em razão das diversas enfermidades, levadas pelos brancos, segundo depoimento dos próprios Matis: — Antes da chegada dos brancos, todo índio vivia feliz por aqui, sem doença nem nada. (O Dia — 31/10/82)

Alto Solimões

A luta dos Tikuna pela demarcação

Vera M. N. Paoliello (*)

O que de mais significativo aconteceu entre os Tikuna do Alto Solimões, no ano de 1982, foi sua mobilização e orga-

nização em torno da questão da terra.

Já no final de 1981, os Tikuna fizeram uma convocação ampla e direta em quase todas as 37 comunidades para uma reunião na aldeia de Campo Alegre, onde se definiria uma proposta quanto à demarcação de suas terras, a ser encaminhada à FUNAI.

Com a presença de 31 capitães e 1139 visitantes, os Tikuna reuniram-se sem qualquer participação das agências de contato (FUNAI, Comando de Fronteiras, Projeto Rondon, proprietários de terra e regatões, Prelazia do Alto Solimões, Missão Batista, Irmandade Santa Cruz, etc.), superando as suas divisões faccionais e religiosas. Assim, apesar dos obstáculos à realização da reunião criados pelo então chefe da AJUSOL, manipulando e intimidando as lideranças indígenas, a ocasião acabou sendo de uma grande festa de reafirmação da unidade do povo Tikuna.

Foi nesse encontro que, pela primeira vez, surgiu uma proposta de delimitação das terras que resultasse inteiramente de reivindicações e discussões feitas pelos próprios índios. Foi elaborado um mapa com a participação de todos os capitães presentes na reunião. Como eles mesmos explicam no jornal Magüta — o título significa "nome do povo pescado pelo Yoi no Evare, Magüta é o povo Tikuna" —, criado para noticiar as reuniões de liderança e todos os fatos relativos ao andamento do processo de delimitação, "as terras marcadas no mapa são aquelas que os Tikuna usam para pescar, caçar e viver". O jornal Magüta foi todo feito (escrito, ilustrado e produzido) pelos Tikuna, dentro de sua área. Nele se noticiou a forma de luta escolhida na reunião para dar encaminhamento à questão da terra, à formação de uma comissão de capitães para ir a Brasília discutir com o presidente da FUNAI a demarcação das áreas propostas, bem como para acompanhar, na região ou fora dela, tudo que fosse concernente à definição do território Tikuna. Como diz o jornal, isso significa apenas "começar o trabalho de brigar pela



Apesar das intimidações da FUNAI, os Tikuna promoveram, no final de 1981, uma grande reunião que contou com a presença massiva de 31 capitães e 1139 índios, sem qualquer participação de funcionários do governo ou

missionários. Em pauta: a sua luta pela demarcação de suas reservas. (foto Pedro Inácio Pinheiro Tikuna)

demarcação da terra do Tikuna. Todo o povo Tikuna daqui prá frente, deve se interessar pelos problemas de seu povo. O Tikuna tem o direito de procurar resolver seus problemas se a FUNAI daqui da área não resolve".

Como resultado da entrevista dessa comissão de capitães com o presidente da FUNAI em Brasília, uma equipe do órgão esteve na região durante os meses de janeiro e fevereiro. Integrada pela antropóloga Maria Auxiliadora Cruz Sá Leão, tinha como objetivo promover a eleição das áreas para futura delimitação. Seguindo recomendações do próprio coronel Paulo Moreira Leal de que fosse elaborada uma proposta tecnicamente adequada e fornecido um mapa elaborado pelos índios, a equipe da FUNAI percorreu a região acompanhada pela comissão de capitães Tikuna (especialmente por Pedro Inácio, de Vendaval).

O mapa final (reproduzido a seguir), feito pela equipe da FUNAI, incluiu todas as áreas escolhidas pelos Tikuna e previu também outras (que não constavam do mapa original feito pelos capitães) com reservas de recursos importantes para os índios (pesca, caça e madeira).

São cinco as áreas então definidas pela FUNAI:

1 — Vui-Nata-in com 112.000 hectares, incluindo 3 aldeias, com uma população total de aproximadamente 800 habitantes.

2 — Betânia, com 137.000 hectares, incluindo 2 aldeias e uma população aproximada de 1100 habitantes.

3 — São Leopoldo, com 93.000 hectares, duas aldeias e aproximadamente 500 habitantes.

4 — Margem direita do Rio Solimões com 250.000 hectares, incluindo sete aldeias, totalizando 1500 habitantes, aproximadamente.

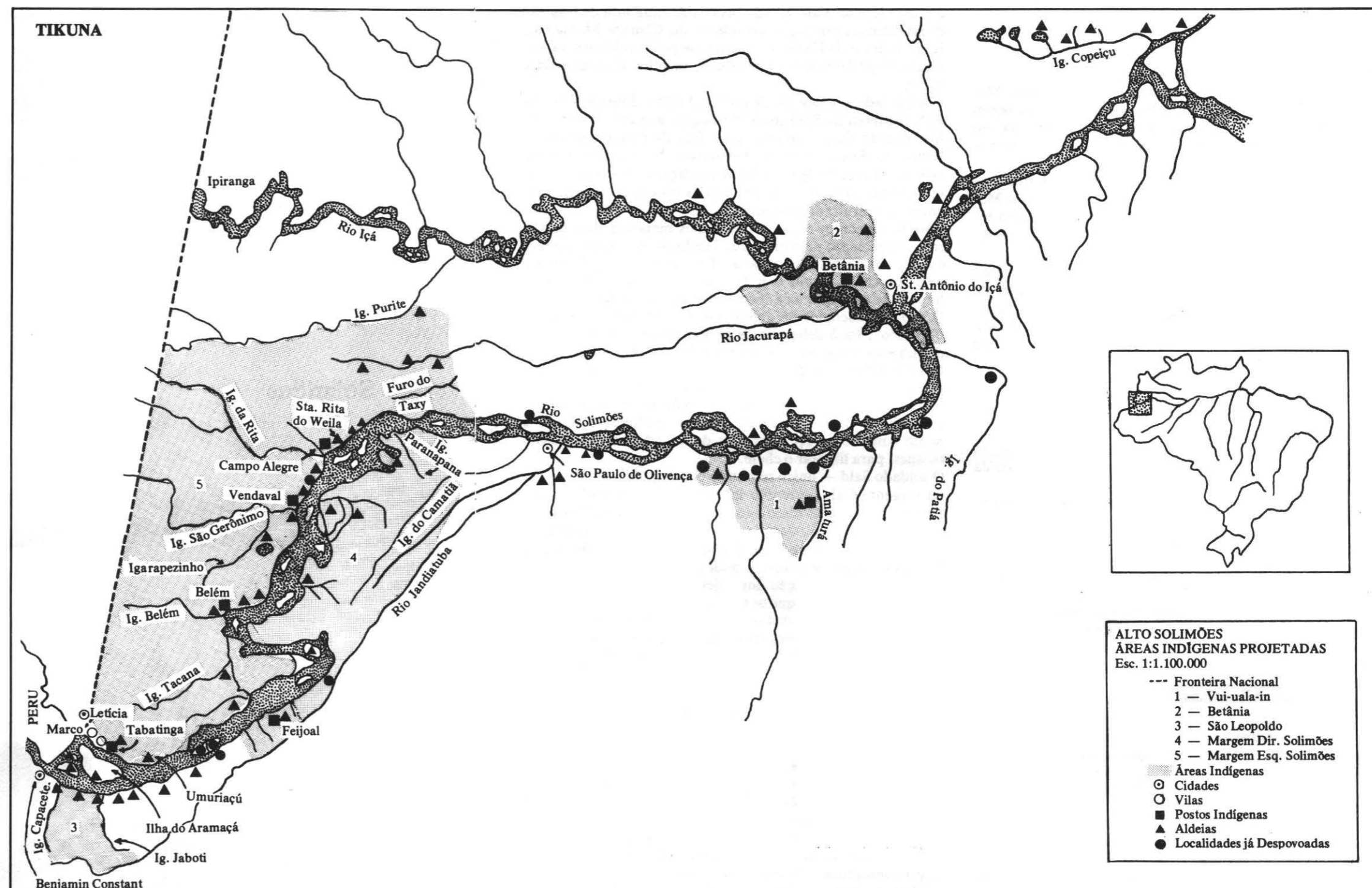
5 — Margem esquerda do Rio Solimões, a mais extensa, com 592.200 hectares, incluindo um total de 18 aldeias, e uma população aproximada de 9000 pessoas. Como dificuldade adicional para a regularização dessa área, deve ser lembrado que as autoridades se adiantaram à ação da FUNAI e, em dezembro de 1981, criaram por decreto o município de Tabatinga, cuja extensão coincide quase integralmente com a área indígena proposta pela FUNAI.

Depois disso, no entanto, o processo de delimitação estagnou até junho de 82, quando sete índios Tikuna foram a Brasília para o Encontro Nacional de Lideranças Indígenas e estiveram com o Coronel Leal, pedindo-lhe providências urgentes. Nessa época, foi-lhes afirmado que as plantas de demarcação e os memoriais descritivos estavam sendo concluídos no DGPI e que logo seriam assinadas as portarias da área Tikuna.

Em 1º de outubro de 82, o presidente da FUNAI convocou a Manaus 5 líderes Tikuna e lhes fez a entrega dos "documentos" de suas terras. É de notar, no entanto, que todas as portarias apresentam irregularidades que afetam sua eficácia legal. Primeiro, nas cópias entregues aos índios, as portarias estão sem número e sem data, o que não as qualifica senão como minutas.

Segundo, em todas as plantas de demarcação faltam as assinaturas do topógrafo do DGPI responsável pela identificação das áreas, Sr. Boanerges A. S. Filho, e do diretor interino do DGPI, Sr. José Ubirajara.

Terceiro, após um reconhecimento prévio em que ficou provada a posse permanente dos índios, as portarias vêm declarar que aquelas são áreas indígenas, determinando nomes para efeitos administrativos, no entanto, apenas recomendando ao DGPI que promova a demarcação dos limites ora aprovados, "observadas as condições técnicas inerentes e as disponibilidades orçamentárias e financeiras" (item III). No artigo seguinte, igualmente limita-se a recomendar ao DGPI que, logo após a demarcação, "agilize o processo de regula-



rização fundiária da referida área" (item IV). Durante todo esse tempo, os Tikuna continuaram seu processo de reuniões, reiterando a necessidade de medidas urgentes por parte da FUNAI. Para isso, tem corrido a mudança de atitude da AJUSOL, devida à substituição do antigo chefe pelo Sr. Omar Landi, que tem visto de forma positiva a mobilização dos índios para a solução dos seus problemas e o encaminhamento de suas reivindicações. Entretanto, a lentidão no andamento do processo de delimitação já vem causando novos problemas. O INCRA, desconhecendo a proposta elaborada pela FUNAI, está conferindo títulos a várias pessoas dentro das áreas definidas como indígenas. No momento, os índios estão se preparando para ir a Brasília exigir uma solução final para essa questão. Para concluir, uma observação quanto às fontes de informação: Os fatos ocorridos no Alto Solimões em 82, apareceram algumas vezes na grande imprensa, que noticiou,

principalmente, a ida dos índios a Brasília, para os encontros com o presidente da FUNAI. Por entrevistas com os líderes Tikuna de passagem por Manaus, ou mesmo por cartas, o jornal Porantim tem fornecido algumas informações sobre a mobilização dos índios e acompanhado o desenrolar da luta pela demarcação da terra. Entretanto, é a imprensa indígena, através do jornal Magüta, que tem feito a divulgação mais efetiva dos principais fatos relacionados à demarcação, noticiando as reuniões de liderança, os resultados das viagens realizadas e permanentemente tomando posição quanto às promessas feitas (e ainda não cumpridas) pela FUNAI. Existem outras comunidades Tikuna localizadas fora do Alto Solimões, no Anati Paranã, no Rio Jutai e na boca do Rio Purus que, no entanto, devido à distância, não estão envolvidas no mesmo processo de mobilização. No primeiro semestre de 82, dois funcionários da FUNAI, Antonio Flávio Testa e Aureo Faleiro, visitaram e reafirmaram uma proposta de

delimitação para as áreas de Maranhão, com 25.312 ha. e aproximadamente 500 habitantes, ambas situadas no baixo curso do Rio Jutai. No Rio Solimões, foi sugerida a criação das áreas indígenas do Anati Paranã com 102.187 ha., onde estão várias pequenas aldeias Tikuna, que seriam um importante local para preservação de recursos naturais. Resta ainda lembrar a área do lago Beruri, próximo à foz do Rio Purus, com uma extensão de 4.600 ha. Em todos esses casos, o processo de regularização das áreas segue com lentidão similar e se encontra em estágio semelhante ao da proposta encaminhada pelos índios do Alto Solimões.

(*) Integrante da equipe de pesquisa do Museu Nacional entre os Tikuna, coordenada por João Pacheco de Oliveira Filho.

Tikuna

FUNAI estuda demarcação de área Tikuna

Em cumprimento às determinações do presidente Paulo Moreira Leal, um antropólogo e um topógrafo da Funai seguiram para a área indígena habitada pelos índios Tikuna, no Amazonas, com a finalidade de estudar os limites para a imediata demarcação de suas terras.

Os estudos a serem realizados são consequência de uma promessa feita em dezembro último pelo presidente Paulo Moreira Leal aos caciques Adelson Manoel Custódio, Pedro Pinheiro e José Demetilo Almeida, que vieram a Brasília solicitar a demarcação de suas terras.

A equipe da Funai deverá permanecer durante 30 dias realizando trabalhos de campo nos municípios amazonenses de Fonte Boa, Japurá, Maraã, Jutá, Juruá, Santo Antônio do Içá e São Paulo do Olivença, onde vivem mais de 20 mil Tikunas, espalhados por cerca de 30 aldeamentos ao longo do rio Solimões. (Jornal de Brasília — 09/01/82)

Uma história de submissão

Localizados entre os rios Solimões-Javari, Solimões-Tefé, Purus e Juruá — todos no Amazonas, os Tikuna (há também os do Peru) estão perdendo quase todas as suas tradições em consequência da afirmação do movimento messiânico da Santa Cruz.

As condições de submissão em que viviam esses índios originaram uma esperança em torno da vinda de um messias que os salvaria de um grande dilúvio, onde todos os outros povos (principalmente os “civilizados”) pereceriam. De 1.600 até 1.961, os antropólogos registram sete surtos messiânicos, dos quais apenas o da Santa Cruz obteve sucesso. Em consequência disso, pode ser relacionada uma série de problemas: a constante rivalidade entre os adeptos do movimento da Cruz e os católicos (no estatuto da irmandade consta que o movimento tem por base “o Santo Evangelho de Cristo e a sua Comunhão”. Não há — por outro lado — qualquer veneração a santos ou imagens e nem o reconhecimento de autoridade eclesiástica — motivo das principais rixas); perda da cultura, discriminação entre os Tikuna católicos, protestantes e da Cruz (apenas esses últimos são considerados verdadeiramente Tikuna). (Porantim — 01 e 02/82)

Tikuna não querem mais demora

No início de janeiro, um grupo de índios Tikuna, do Amazonas, esteve em Brasília para pedir a demarcação urgente de sua reserva, observando que “se houver mais demora poderá ocorrer conflitos na área, porque os índios estão cansados de esperar pela Funai e de ver as terras serem invadidas por fazendeiros, madeireiros e seringalistas”.

No dia 20 de janeiro, o coronel Paulo Moreira Leal, segundo a Assessoria de Comunicação da Funai, designou uma equipe formada por técnicos indigenistas, antropólogos e topógrafos para fazer o levantamento do número de invasores da área e estudos para os limites da reserva que beneficiará 15 mil índios.

Até o final de março estes trabalhos deverão estar concluídos — informou a Funai. (O Globo — 28/02/82)

Tikuna exigem respeito no Solimões

Cerca de 70 guerreiros Tikuna, membros de uma tribo residente a cerca de 5 Km da sede de Santo Antônio do Içá, no Alto Solimões, abandonaram sua aldeia sábado último, para invadir a pequena cidade com a finalidade de libertar o tuchau Manoel da Silva, vulgo “Macaco”, que estava preso por ordem do delegado de polícia do município, sargento PM

Antônio José do Vale, só não ocorrendo uma luta de trágicas consequências porque o presidente da Câmara Municipal, Hugo Ribeiro da Costa, que responde pela prefeitura na ausência do prefeito Aloísio de Souza, mandou libertar o líder tribal.

Ano passado, o delegado de polícia Antônio José do Vale, da PM, requereu da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, doação de um terreno para fins de financiamento do Banco do Brasil, agência Tabatinga. No referido terreno existia um roçado de uma família indígena. O sargento, talvez ignorando o fato, colocou alguns porcos no terreno e os animais destruíram o roçado.

Revoltados com o desacato, os índios mataram dois porcos como pagamento pelo prejuízo. Tendo conhecimento do fato o delegado dirigiu-se à cabana a fim de cobrar o pagamento pelos porcos e, como o índio não concordasse em pagar, tomou-lhe um rádio toca-discos e uma espingarda.

O capitão (cacique) da aldeia Tikuna, Manoel da Silva, o “Macaco”, foi à delegacia de polícia reivindicar a liberação dos objetos tomados ao seu irmão de raça. Diante da negativa do delegado, desacatou-o publicamente e acabou sendo preso. Quando a notícia chegou à aldeia, onde moram perto de 1.400 indivíduos, de acordo com o último recenseamento, cerca de 70 deles resolveram esperar anoitecer e foram a Santo Antônio do Içá, armados de terçados, espingardas e tacapes, para libertar o chefe.

O soldado Sald — único responsável pelo policiamento, além do sargento Vale — tentou intimidá-los disparando alguns tiros para o ar, mas diante do grande número de adversários resolveu chamar o delegado que, impotente para conter os índios, chamou o presidente da Câmara (o prefeito Aloísio de Souza estava em Manaus), o qual aconselhou a liberação de “Macaco” e a devolução dos objetos, mas estes já não estavam com o delegado, que os teria vendido.

A aldeia dos Tikuna, distante cerca de 5 Km da sede municipal, é uma das maiores tribos do Amazonas, mas todos os seus membros são pacíficos. A população local não os vê com animosidade porque os índios são amistosos, e todos reconhecem que, se os índios tiveram um momento de rebeldia, foi motivado pela provocação do delegado de polícia. (A Crítica — 25/03/82)

Mario Frota denuncia

A FUNAI tornou-se a inimiga número um dos habitantes da região do alto Solimões. “Para manter o emprego os parasitas da FUNAI jogam os Ticunas contra posseiros e proprietários, conseguindo o clima de discórdia propício à continuidade da exploração que vêm mantendo contra as pobres nações indígenas”. Mário Frota acrescentou que a FUNAI até hoje nada fez para preservar as reservas indígenas, aliás, até a presente data, os índios do alto Solimões ainda não tiveram as suas terras demarcadas. A grande maioria dos Ticunas que vivem na região sobrevivem nas periferias da região das sedes municipais, em lastimável estado de miséria. (A Crítica — 24/05/82)

Tikuna apreensivos com a morte do líder

Cerca de 80 por cento da nação Tikuna — são 15 mil no total ocupando as margens dos rios Javari e Solimões, principalmente no município de Santo Antônio do Içá — estão sem liderança espiritual desde o dia 23 último quando faleceu, aparentemente por morte natural, o místico José Francisco da Cruz, conhecido simplesmente como “irmão José da Cruz”, sempre vestido com uma túnica branca e tendo a cruz como símbolo de suas pregações.

Segundo as informações chegadas ontem a Manaus há um clima de inquietação nas comunidades Tikunas quanto à es-

colha do herdeiro espiritual do “irmão da Cruz”, processo que vai determinar mudanças ou não quanto ao relacionamento até o momento mantido não apenas com a FUNAI como com a Igreja Católica que atua na região.

Mineiro de nascimento, ex-farmacêutico e profundo conhecedor da potencialidade de raízes miraculosas, José Francisco da Silva tinha 70 anos ao falecer, e antes de radicar-se no rio Içá, esteve em peregrinação pelo interior de Minas Gerais, no Peru e na Colômbia. Sob a sua orientação os índios Tikunas submetiam-se a diversas proibições: não podiam ouvir rádio, música, jogar futebol, dançar, fumar, usar cabelos compridos e até mesmo participar da tradicional “Festa da Moça Nova”, um valor cultural dos Tikunas que o pregador conseguiu derrubar.

Considerados fanáticos pelos padres, os seguidores da “irmandade da Cruz” acreditam que um grande cataclismo virá para destruir o século XX, e participavam de constantes deslocamentos pela região, nos passos do mestre. José Francisco, segundo se soube ontem em Manaus já apresentava sinais de debilidade física e a sua morte deixou inquietos os índios Tikunas. O herdeiro espiritual do “Irmão da Cruz” está sendo escolhido e sua escolha pode determinar o futuro do movimento que inclui, além dos índios, muitos caboclos. (A Crítica — 15/07/82)

Confiança abalada por promessas vazias

Alguns trechos da carta de Pedro Tikuna, enviado ao **Porantim**:

“Eu como Capitão Geral, eu respeito todos como uma autoridade. Eu vim com quatro capitães e mais minha mulher, e nós somos seis pessoas, que estamos em Manaus (AM), no dia 1º de outubro de 1982, para o senhor Paulo Moreira Leal, presidente da Funai, entregar a portaria da nossa terra. Mas eu não estou satisfeito porque ainda faltam dois meses para sair a demarcação. Eu vou satisfeito quando sair a demarcação e a escola tiver feito a contratação dos professores índios e a Ajudância estiver autônoma e os médicos da Equipe Volante de Saúde estiverem trabalhando no meio Tikuna e no meio dos Marubo e no meio dos Matis, nos Korúbo e nos Mayoruna. Quando tudo isto estiver feito, aí sim, eu ficaria alegre mais ou menos; mas por enquanto, que só a portaria da terra saiu, não estou muito contente. Porque pode um dia acontecer como aconteceu com nossos irmãos Tupi-Guarani, que a própria Funai mesma tomou a terra e colocou em outra terra que não é do índio.

Mas olha, eu vou esperar a demarcação até o dia 30/11/82: se não sair a demarcação, nós vamos a Brasília fazer denúncia no rádio e na televisão e nós não vamos mais acreditar na Funai. Porque nós fizemos convite para o presidente duas vezes e ele não foi na nossa terra; aí eu perguntei em Manaus sobre o convite. Ele disse que estava muito ocupado nesses dias porque tem outras reservas de índios que está muito pior do que nós. Eu, como Capitão Geral, conheço a área nossa, o que é dificuldade que tem na área, porque nós somos 20 mil habitantes, total geral. É por isso que eu queria que ele fosse em cada aldeia de Tikuna, porque não tem nenhum presidente da Funai que conhece a terra Tikuna.” ... (Porantim — 11/82)

Tapajós/Madeira

Apurinã

Ameaçados pela BR-319

O Frei Ricardo Cornwall, de Lábrea, Amazonas, enviou correspondência, no final de abril, ao presidente da Funai, solicitando providências em favor dos índios Apurinã. Frei Cornwall pediu que a Funai envie representantes do DGPI para avaliar a questão das terras dos Apurinã. Morando há vinte anos no igarapé São João e no igarapé Taua-mirim, próximos de Tapauá, os Apurinã deverão enfrentar problemas com a construção de um braço da rodovia BR-319, que atingirá aquela cidade.

Segundo Frei Cornwall, “alguns moradores de Tapauá já dizem que são os verdadeiros donos de parte da terra ocupada pelos Apurinã. Com a estrada chegarão outros pretendentes a estas terras, que até o momento são terras sem nenhuma providência” (não demarcadas). (Porantim — 06 e 07/82)

Fazendeiro mata índio Apurinã

A Assessoria de Imprensa da Funai confirmou, no final da tarde de ontem, o assassinio de um índio apurinã, em Manicoré (AM). Joaquim, a vítima, foi morto pelo fazendeiro Armando Colares e seu filho, na área indígena localizada no rio Maissi. O indígena estava acompanhado por seu pai, Antônio, que também foi baleado e está internado num hospital de Porto Velho.

Segundo o assessor de Imprensa da Funai, Odil Telles, os autores do atentado já foram transportados para Manaus, onde estão depondo na sede da Polícia Federal. O assessor disse ainda desconhecer as razões do atentado. Na área onde morreu Joaquim, no rio Maissi, vivem cerca de 50 índios Apurinã, Tenharin, Parintintin e Miranha. (Folha da Tarde — 18/08/82)

Mawé

Senador quer indenização aos Mawé

O senador Evandro Carreira, candidato do PMDB ao Governo do Estado, cobrou ontem das autoridades ligadas à questão indígena que apressem a indenização dos prejuízos causados pela multinacional Elf Equitaine à nação indígena dos Seterê-Mawê, ao invadir sua reserva, que é demarcada, para a exploração de petróleo. (A Crítica — 23/01/82)

FUNAI acertará indenização de empresa a tribo

O presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, fará sua primeira visita ao Amazonas no dia 11 de março, devendo manter reunião com representantes da tribo Mundurucu, que reclamam indenização por prejuízos causados às suas terras durante prospecção de petróleo feita pela empresa francesa Elf Equitaine.

A assessoria de imprensa do coronel Moreira Leal não quis comentar as denúncias feitas pelo Cimi, segundo as quais as prospecções estão sendo feitas em 36 aldeias e reservas indígenas do País. Os Guarani e Caingang, no Sul, estariam sendo

prejudicados pela British Petroleum e pelo IPT, de São Paulo; a Pecten-Shell e a Elf Equitaine trabalham nas terras Mundurucu e na reserva Sataré-Mauê do Andirá, além das áreas pertencentes aos Cricati e Araribóia, no Maranhão; a Esso, mediante 18 contratos de risco com a Petrobrás, atua nas tribos Guajajara de Lagoa Comprida, Juruá, Ucucu, Cana Brava e Bacurizinho e Canela de Rodador e Porquinho. (FSP — 27/02/82)

Governo paga indenização aos índios

O cheque no valor de Cr\$ 5 milhões que foi entregue ontem pelo Presidente da Funai aos índios Satare-Mawe, do Amazonas, como indenizações pelos danos causados em suas terras com as prospecções de petróleo feitas pela ELF Aquitaine — será depositado numa conta no Banco do Brasil, em Manaus, em nome da comunidade e só poderá ser movimentada pelo cacique, com a anuência de seus liderados.

Embora sejam isentos de responsabilidade civil perante a lei, pois não são considerados emancipados, a Funai adota esse procedimento: a entrega de dinheiro diretamente aos índios levando em conta o seu grau de aculturação e os projetos agrícolas que pretendem desenvolver. Os Satare-Mawe do Amazonas pretendem aplicar o dinheiro da indenização no plantio de guaraná. (O Estado — 13/03/82)

Índios pedem 15 milhões de indenização

Embora tenham recebido um cheque de cinco milhões de cruzeiros do presidente da Funai, as lideranças Satare-Mawe estão pedindo 15 milhões de indenização à “Elf Aquitaine”. Segundo o líder Dico, “a indenização pagará apenas os estragos feitos na mata, mas não apagará a marca deixada pelos funcionários”.

Os Satare se queixam de que a assinatura do contrato de risco foi feita à revelia do grupo indígena e reivindicam sua participação nos próximos contratos.

Paulo Moreira Leal prometeu que a partir de agora todos os contratos de pesquisa e prospecção de minérios ou petróleo em área indígena obedecerão a normas da Funai e do artigo 198 da Constituição, que garante aos índios as terras que habitam. De acordo com o parágrafo 2º do Artigo 45 do Estatuto do Índio, “na salvaguarda dos interesses do patrimônio indígena e do bem-estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais, estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio”. (Folha da Tarde — 15/03/82)

Terras indígenas: ações da FUNAI e da PETROBRÁS

Para facilitar a exploração de petróleo nas reservas indígenas, especialmente na região amazônica, a Petrobrás e a Funai firmaram convênio fixando procedimentos a serem observados pela empresa e suas contratantes nestas áreas. Recentemente, ocorreram problemas entre indígenas e a ELF, companhia que opera sob regime de contrato de risco no Amazonas.

O convênio estipula que sempre que houver programa de exploração em terras presumidamente indígenas, a Petrobrás indicará à Funai as áreas de serviço e, se for o caso, solicitará autorização para entrar na área reservada, fornecendo à Funai informações sobre a natureza dos trabalhos, cronogramas e composição de equipes.

Entre as obrigações assumidas pela Funai estão as de comunicar à Petrobrás a existência ou não de terras indígenas, expedir em 30 dias a autorização solicitada, conscientizar os silvícolas das atividades a serem desenvolvidas pela Petrobrás e por suas contratantes, assessorando-as com pessoal que tenha conhecimento dos costumes tribais. (Folha da Tarde — 18/03/82)

Portaria define a reserva Sataré-Mawé

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1216/E de 6 de maio de 1982, declarando como de posse permanente dos Grupos Indígenas Sataré-Mawé a área de aproximadamente 782.610 ha. denominada ÁREA INDÍGENA ANDIRÁ-MARAU, e recomendando sua demarcação administrativa. (Diário Oficial — 12/05/82)

FUNAI dá posse de áreas a tribos

O Presidente da FUNAI assinou portaria declarando de posse permanente de grupos tribais, na Amazônia, áreas indígenas nos Estados do Amazonas e Pará.

Os beneficiados são os munduruku, que vivem no município de Borba, no Amazonas, que tiveram declarada a posse permanente de uma área que abrigará 765 índios; e os saterémawé e itaituba, no Amazonas e Pará. (ESP — 15/05/82)

Índios pedem aumento de indenização

Depois de terem recebido um cheque no valor de Cr\$ 5 milhões, os índios Sateré-Maué estão agora reivindicando, em Manaus, um aumento da indenização pedida pela invasão das suas terras, para Cr\$ 50 milhões. Essa decisão foi tomada pela assembléia geral da comunidade indígena Ponta Alegre, no rio Andirá, baixo Amazonas.

Apesar de terem concordado com a importância depositada inicialmente, os caciques afirmam que no compromisso com a Funai ficou estabelecida “uma reunião da comunidade, em assembléia geral, para decidir sobre a proposta da Petrobrás”.

O cacique Emílio Tibúrcio Filho e os representantes capitão Manuelzinho, capitão Evaristo e Raimundo Ferreira da Silva já mantiveram contato com o delegado da Funai, Kazuto Kavamoto. (FSP — 17/07/82)

Demarcação

A Diretoria de Serviços Geográficos do Exército é quem fará, para a Funai, a medição e demarcação da área indígena Andirá/Maraú em Itaituba. Tem perímetro de 480 km é área de 782.000 hectares. (O Liberal — 17/10/82)

Índios denunciam “ganância” de empresas

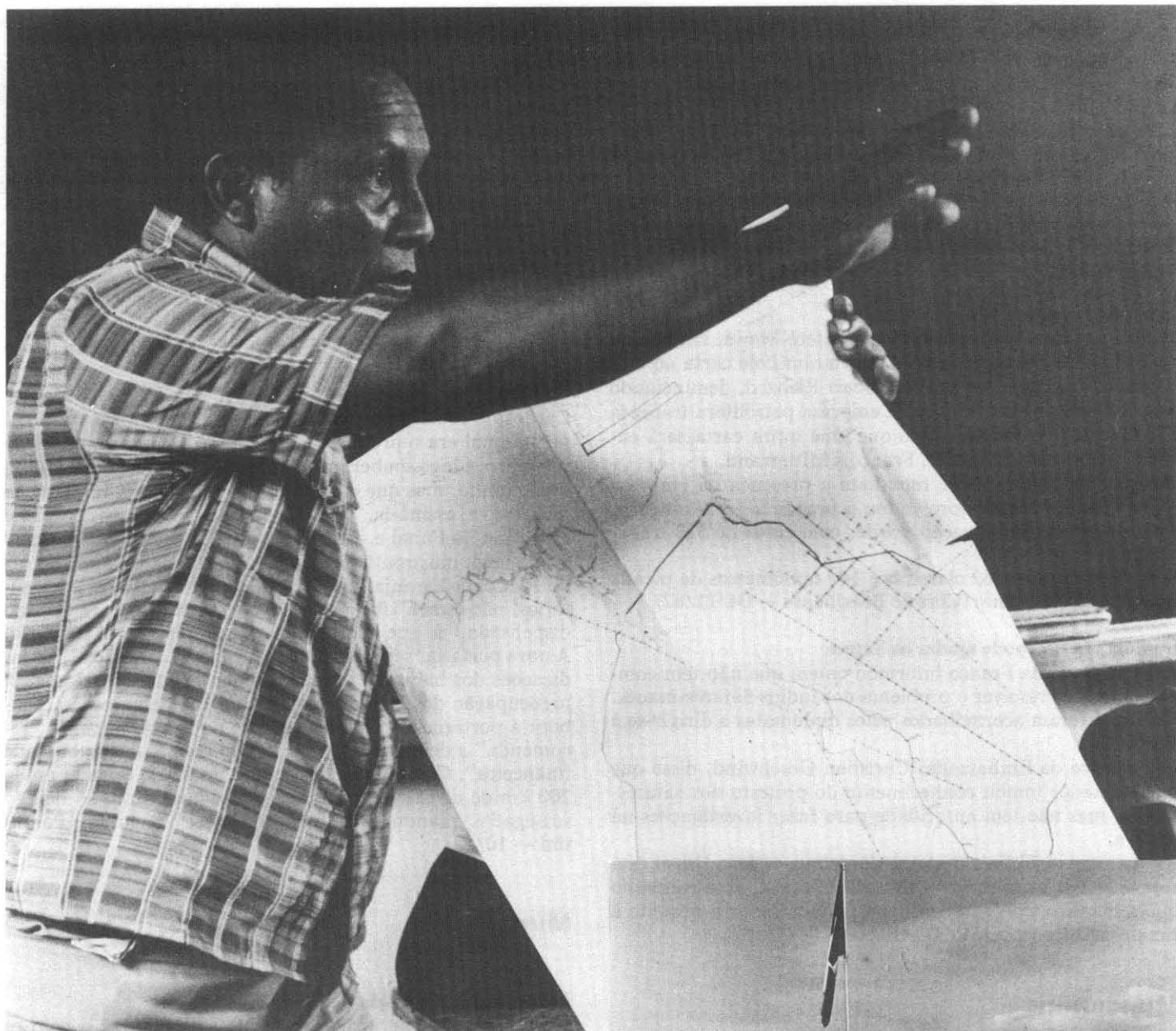
Em documento apresentado à conferência internacional sobre “Controle dos recursos nativos e o desafio das multinacionais”, realizada em Washington de 12 a 15 deste mês pelo Anthropology Resource Center, os índios Lino Cordeiro, da Nação Miranda, do Amazonas, e Marçal de Souza, representante dos Guarani do Paraná, denunciaram que os indígenas brasileiros estão ameaçados de extinção por causa da “ganância” de multinacionais e do próprio governo em apoderar-se das riquezas naturais de seus territórios.

Destacaram que a companhia francesa Aquitaine, por exemplo, depois de “invadir” o território dos saterémawé, no Amazonas, à procura de petróleo, vem destruindo madeira, caça e toda a cultura dessa tribo. (ESP — 24/10/82)

Caciques denunciam ação de empresários franceses

Os caciques da tribo Sateré-Mawé, Raimundo Ferreira da Silva e Donato Lopis da Paz, tentaram ontem entregar um documento ao embaixador da França no Brasil, no qual se posicionavam contra a atuação da empresa petrolífera Elf-Aquitaine na área de reserva dos índios. Entretanto, a iniciativa foi frustrada e os caciques foram recebidos à porta da embaixada pelo assessor de imprensa.

No documento ao embaixador francês os líderes indígenas solicitam a intervenção do presidente Mitterrand no sentido de preservar a reserva onde habitam cerca de 5.800 índios



Os índios Saterê-Mauê intensificaram sua luta contra a Companhia Petrolífera Elf-Aquitaine que retomou, em 1982, as atividades de prospecção dentro das reservas Saterê e Mundukuru. Na foto acima, Dico Saterê apresenta o mapa da Elf onde estão assinalados mais de 350 km de picadas para detonação de explosivos.

Abaixo, os tuxauas Dico e Donato sendo entrevistados na porta da embaixada da França, em Brasília, onde não foram recebidos pelo embaixador, em novembro.

(fotos Sônia Lorenz/CTI)



Sateré-Mawé e abordam o problema causado com as explosões: dispersão da caça, poluição dos rios e doenças.

A empresa francesa, que no ano passado fez uma série de explorações na área dos Sateré-Mawé, voltou a invadir as terras no dia 12 do mês passado.

O retorno da empresa à terra dos Sateré, conforme Raimundo, foi sem autorização da Funai. São cerca de 520 pessoas que estão na área.

O cacique disse que não está contra a descoberta de petróleo em seu território, mas contra a destruição de sua mata e da forma como tudo vem sendo conduzido. (Jornal de Brasília — 27/10/82)

Franceses denunciados por índios

Representantes do grupo indígena Sateré-Mawé, situado no município de Barreirinha (AM) enviaram hoje carta ao embaixador da França no Brasil, Robert Richard, denunciando a invasão de seu território pela empresa petrolífera francesa Elf-Aquitaine e comunicando que uma outra carta será enviada ao presidente francês, François Mitterrand.

Na carta os Sateré-Mawé repudiam a presença da empresa que no dia 12 de setembro voltou a invadir a área indígena, sem qualquer comunicação prévia, com cerca de 520 trabalhadores.

A empresa já abriu 82 clareiras e 144 quilômetros de picada no território indígena. (Correio Braziliense — 04/11/82)

Embaixada não pode ajudar os Sateré

A Embaixada da França informou ontem que não tem competência para resolver o problema dos índios Satarés-maués. Os índios foram aconselhados pelos diplomatas a dirigir-se à Funai.

O porta-voz da Embaixada, Christian Geschwind, disse que o embaixador tomou conhecimento do protesto dos satarés-maués, mas não tem autoridade para fazer investigações na reserva.

— A empresa ELF-Aquitaine desde que está no Brasil está sujeita às leis brasileiras — disse Geschwind, acrescentando que somente o Governo Brasileiro poderá impor o respeito à sua própria Constituição. (O Globo — 06/11/82)

Munduruku

Portaria define a reserva Munduruku no município de Borba/AM

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.217/E de 06 de maio de 1982, declarando como de posse permanente do grupo indígena Munduruku a área de aproximadamente 732.000 ha. denominada Área Indígena Coatá-Laranjal, e recomendando sua demarcação administrativa. (Diário Oficial — 15/05/82)

Portaria define a reserva Munduruku de Itaituba

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.374/E de 24 de agosto de 1982 declarando como de posse permanente do grupo indígena Munduruku a área de aproximadamente 948.641 ha. denominada Área Indígena Munduruku. (Diário Oficial — 16/09/82)

Portaria criou reserva

Assolados pela CBG — Companhia Brasileira de Geofísica, subsidiária da Elf Aquitaine, que desmatou e esburacou grandes espaços em seu território, os Munduruku conseguiram, no final de setembro, uma importante vitória. Não foi contra a CBG, que apenas temporariamente retirou seus 500 funcionários, à espera de novo contrato de prospecção petro-

lífera, com a Funai e Petrobrás. A vitória foi na luta pela demarcação de sua terra, velha reivindicação do povo Munduruku.

Já em 1981, cansados de esperar, eles haviam iniciado por conta própria a demarcação da área, fazendo quatro picadas. Em maio último, uma portaria da Presidência da Funai criava a reserva, fixando em 732 mil ha. sua área. Não era isso, porém, que os cerca de 1.500 Munduruku pretendiam. Insatisfeitos, fizeram chegar a Brasília o pedido de ampliação.

Do outro lado, os inimigos também agiam. José Rui, o prefeito de Nova Olinda e tradicional explorador de índios, que conseguira escriturar uma gleba dentro da área Munduruku, fez com que seu amigo, o deputado estadual José Belo Ferreira, do PDS, escrevesse à Funai, em Brasília, exigindo o respeito por “seus direitos”.

Com as coisas paradas na Capital Federal, o tuxaua Manoel Cardoso e seu irmão Francisco resolveram vir ver pessoalmente qual era o problema. Chegaram a Brasília dia 21 de setembro, e logo souberam que a nova portaria estava pronta desde junho, mas que o diretor do DGPI, José Ubirajara, se recusava a assiná-la. Dia 23 os dois líderes Munduruku estiveram na Funai e, no dia seguinte, o presidente, coronel Paulo Leal, mostrou-lhes a portaria assinada, fixando a área do PI Coatá-Laranjal em 805 mil hectares. Entre os signatários, não estava Ubirajara, cuja assinatura parece ter sido dispensada, já que não havia espaço reservado para ela. A nova portaria, segundo o tuxaua Manoel, atende às reivindicações dos habitantes das dez aldeias situadas na área. A preocupação dos Munduruku, agora, é a demarcação. Embora a portaria determine a criação da reserva, apenas “recomenda” a demarcação, “de acordo com a disponibilidade financeira”. Como, além dos limites naturais, existem ainda 200 km de divisas em linha seca, os Munduruku só ficarão sossegados quando a demarcação estiver concluída. (Porantim — 10/82)

Mura

Mura: explorados pela Elf Aquitaine

A exemplo do que ocorreu com os Sateré-Maué e com os Munduruku, também os índios Mura estão sofrendo enormes prejuízos por causa do petróleo detectado em suas terras. Em março deste ano, a CBG, empreitada pela Braselfa — a mesma companhia francesa Elf Aquitaine que explorou os Sateré-Maué — iniciou seus trabalhos de sismografia no Posto Indígena Koatá-Laranjal, no município de Nova Olinda do Norte, AM. As atividades da CBG, conforme consta de um relatório da 1ª Delegacia Regional da Funai enviado à Presidência do órgão, consistiam em abrir picadas e clareiras, perfurar buracos no solo para a introdução de explosivos (cuja detonação serve para registros sismográficos) e a fixação de “pontos-satélites”, marcos feitos nas clareiras para registros fotográficos através de satélites artificiais.

Até o dia 25 de maio, conforme o relatório citado, a CBG havia abatido 510 árvores (de diâmetro entre 20 cm a 60 cm) na área, que foram indenizadas ao preço de Cr\$ 3 mil o metro cúbico.

A indenização não cobre, porém, os prejuízos causados à fauna da região e nem os estragos deixados no local, como as enormes crateras perfuradas por mais de duas mil detonações de TNT. Obviamente, um flagrante desrespeito aos termos do convênio firmado entre a Funai e a Petrobrás, que prevê indenizações “sempre que seu patrimônio (dos índios) sofrer qualquer tipo de dano”. (Porantim — 09/82)

Acre

- 1 — Kampa
- 2 — Katukina
- 3 — Kaxinawá
- 4 — Kulina
- 5 — Manitenéri
- 6 — Nukuini
- 7 — Papavô
- 8 — Poyanawá
- 9 — Yaminawa
- 10 — Yauanauá



Demarcação que é bom, nada!

Terri Vale de Aquino (*)

As lideranças indígenas de 13 áreas, das 22 eleitas e delimitadas pela FUNAI no Acre e sudoeste do Amazonas, apresentaram as suas denúncias e reivindicações na imprensa. A não publicação de qualquer notícia referente às áreas restantes decorre da distância e isolamento em que se encontram de Rio Branco, da ausência da Ajudância da FUNAI e de entidades de apoio que atuam em outras áreas, e do nível de consciência política de suas lideranças em relação aos seus direitos.

A maioria dessas últimas áreas estão localizadas no município de Cruzeiro do Sul, onde os índios vivem totalmente subjugados pelos antigos patrões seringalistas. Nestas áreas vivem cerca de 4 mil índios, dos aproximadamente 9 mil existentes na região; o que significa, portanto, que a imprensa cobriu acontecimentos referentes a mais da metade da população indígena do Acre.

Em 1982 quase todas as lideranças indígenas do Acre denunciaram na imprensa, principalmente nos jornais locais, a indefinição da FUNAI em relação à regularização fundiária de suas terras e reivindicaram as primeiras demarcações das vinte e duas áreas já delimitadas na Amazônia Ocidental. Alertaram também para a falta de empenho, a morosidade e a irresponsabilidade com que os trabalhos de eleição e delimitação de suas áreas vem sendo feitos nesta região. A FUNAI delimitou áreas no Acre, em 1977, 80, 81 e 82 e chegou a alterar as eleições de algumas reservas indígenas já por três vezes consecutivas, não demarcando nenhuma até o momento.

Estas eleições de áreas têm criado expectativas entre os índios em relação aos seus direitos históricos e legais no tocante à posse permanente e definitiva de suas terras. Como quase

todas elas estão invadidas por patrões seringalistas, agropecuaristas e também por seringueiros e colonos, os conflitos começam a surgir, porque os índios, com razão, querem suas áreas, e os patrões, por sua vez, alegam que só as entregarão depois que a FUNAI demarcá-las oficialmente. Os seringueiros e colonos reivindicaram a indenização de suas benfeitorias.

Os índios do Acre exigiram, em quase todas as matérias publicadas nos jornais, a urgente demarcação de suas áreas já delimitadas, mas reivindicaram também a participação ativa de suas lideranças, com direito a voz e vez na definição da extensão correta de suas terras.

Os Kaxinawá do rio Jordão/Humaitá, do município de Tarauacá, paralisaram a demarcação de suas áreas em 1980, porque a FUNAI estava excluindo delas suas estradas de seringa, roçados e até barracas ocupadas por famílias indígenas. Há dois anos que a FUNAI não toma nenhuma iniciativa de reiniciar os trabalhos de demarcação dessas áreas. Os índios Kaxinawá do Jordão estão hoje ocupando produtivamente os seis seringais existentes dentro de suas terras depois de terem expulsado de lá, por conta própria, todos os seus antigos patrões seringalistas.

Os Apurinã do Km 45/BR 317, exigem que a FUNAI pague a 23 famílias de colonos as indenizações das benfeitorias — avaliadas em 96 milhões de cruzeiros pela Ajudância da FUNAI e pelo INCRA — das terras que ocupam em sua área. Esta comunidade Apurinã, está insatisfeita com a demarcação de sua área feita pela FUNAI, excluindo de suas terras o antigo seringal Aripuanã, com área estimada em mais de 8 mil ha.

Os Kaxinawá de Paroá/Feijó, logo depois que equipes da FUNAI fizeram pela terceira vez a eleição de sua área, mataram a tiros o gerente do Seringal Belo Monte, que invadiu a aldeia, ferindo a bala dois índios. Esse conflito ocorreu em fins de dezembro de 82; desde abril, as lideranças Kaxinawá do Paroá vinham denunciando na imprensa um iminente conflito com esse gerente, caso a FUNAI não tomasse nenhuma providência em relação à grande criação de suínos do gerente, que destruíra sistematicamente os roçados dos índios. Como nada de concreto foi feito desde então, o conflito acabou numa morte que poderia ter sido evitada pela FUNAI. Estes índios denunciaram também a existência de um alambique de cachaça dentro de sua área, que só foi desativado depois da morte do referido gerente, Sr. Francisco Pedrosa Contreiras.

Os Kaxinawá do Seringal Nova Olinda/Feijó, localizados no alto rio Envira, também denunciaram que os técnicos da FUNAI — um antropólogo e um engenheiro agrimensor —, ao fazerem a delimitação, excluíram de suas terras todas as suas estradas de seringa, roçados e, inclusive, a própria área onde está localizada a aldeia. O arrendatário, um dos maiores comerciantes e seringalistas da cidade de Feijó, Sr. Osmar Santos, vem ameaçando de jogar a polícia local contra os índios. Embora os jornais não noticiassem, acabaram por expulsar do Seringal Nova Olinda o gerente e seus respectivos seringueiros.

Os Katukina de Morada Nova/Feijó, acusaram a FUNAI de ter-lhes delimitado uma pequena área de apenas 2 mil e 800 ha. aproximadamente, em terras do antigo seringal Liege, de propriedade do Governo do Estado. Apesar de concessão do Governo, a área ainda não foi demarcada pela FUNAI. Essa demora, segundo as lideranças Katukina, tem contribuído para que sua área seja constantemente invadida por famílias de colonos que passaram, inclusive, a receber financiamento da agência do Banco do Brasil de Feijó para a abertura dos roçados. Os índios têm ameaçado, pela imprensa, a expulsão de cerca de 40 famílias de posseiros de sua

área, seguida de incêndio de barracas e benfeitorias, caso a FUNAI não tome as devidas providências.

Os Apurinã do Km 124/BR 317, do Município de Boca do Acre-Am, solicitaram também a demarcação de sua reserva, que por situar-se à margem de uma rodovia federal, pode ser facilmente grillada ou invadida por colonos. O INCRA está realizando um projeto de colonização nas proximidades desta área Apurinã.

Os Iauanauá e Katukina do alto rio Gregório, no município de Tarauacá, denunciaram, na imprensa, que estão sendo verdadeiramente escravizados pela PARANACRE, porque, além de serem obrigados pelos gerentes da empresa a pagarem a renda das estradas de seringa existentes dentro de suas áreas indígenas, são forçados a entregar todas as suas produções de borracha e a comprar mercadorias apenas no barracão dessa empresa. A PARANACRE, de propriedade de um conglomerado formado pela Cafê Cacique, Viação Garcia, Banco Bamerindus e outras empresas do Paraná, alega ter comprado uma área de 453 mil ha. no rio Gregório, incluindo 90 mil ha. da área indígena já delimitada pela FUNAI. Não reconhece os limites da área indígena enquanto a FUNAI não demarcá-la. Recentemente, esses índios, com apoio da CPI-AC, do CIMI e da nova administração da FUNAI no Acre, expulsaram o gerente dessa empresa que ocupava ilegalmente o Seringal Caxinauá, localizado dentro da referida área.

Pela leitura dos jornais locais, percebe-se que os índios do Acre já estão cansados de denunciar a lentidão com que a FUNAI vem tratando a questão da demarcação das suas terras e estão partindo para um confronto direto contra os invasores de suas reservas. Observa-se também que as lideranças indígenas do Acre deixaram de reivindicar a questão da demarcação de suas áreas isoladamente, unindo-se em torno de uma mesma luta. A imprensa, tanto a local como a do sul, noticiou a ida à Brasília de verdadeiras embaixadas de líderes indígenas da região, munidos de documentos e abaixo-assinados favoráveis à demarcação das primeiras áreas indígenas do Estado.

Como resultado das pressões destas lideranças, o presidente da FUNAI oficializou a posse permanente e definitiva de quatro áreas indígenas no Acre e duas outras no estado do Amazonas. (Ver notícia do jornal "O Rio Branco" de 5/11/82.)

As demarcações dessas seis áreas foram definidas como prioritárias e serão realizadas tão logo a FUNAI assine um convênio com a Universidade Federal do Acre, que colocará seus técnicos à disposição, sem maiores despesas, como aconteceria se fossem realizadas por firmas particulares de topografia. Esse convênio deveria ter sido assinado em fins de 82, mas até agora nada de concreto foi encaminhado nesse sentido.

A imprensa local divulgou, ainda, denúncias dos índios contra funcionários da AJACRE. Acusavam o então chefe da Ajudância, Benamour Brandão Fontes, de omissão, corrupção e de ter usado recursos da FUNAI somente na construção de infra-estrutura de PIs e não em benefício dos índios. Benamour Brandão acabou sendo afastado da AJACRE, mas promovido a titular da 8ª DR em Rondônia. Substituiu-o o Dr. Oswaldo da Cunha, indicado pelos índios, que também reivindicaram a transformação da AJACRE, subordinada à 8ª DR de Porto Velho, numa Ajudância Autônoma.

Todos os chefes de PI foram também afastados pelos próprios índios das áreas em que atuavam: Arceu Borge e Oswaldo Balthazar pelos Kaxinawá, que acusavam-nos de tentarem impedir a organização de cooperativas de borracha, assumindo papel de patrões; Mamoadate pelos Jaminawa e Manchineri do Alto Iaco, que exigiram a contratação do

indigenista José Carlos Meirelles, Raimundo Leão pelos Apurinã do PI Camicuã/Boca do Acre-Am. Foi solicitado também o afastamento de funcionários da FUNAI do PI Alto Purus, por brigas e bebedeiras, e de Paulo Cordeiro, constantemente ausente das aldeias Kulina e Kampa do Alto Envira. Os Apurinã do Km 45/BR-317 há dois anos não permitem a permanência do pessoal da AJACRE em suas terras.

Os missionários das Novas Tribos do Brasil, unicamente preocupados com proselitismo religioso, foram acusados de dividirem as comunidades entre crentes e não crentes, de desprezarem tradições culturais, incutindo nos índios a idéia de que seus rituais, cânticos e danças são "coisas do diabo", e de fazerem alianças com seus antigos e novos patrões.

Decorrentes das péssimas condições de saúde existentes nas reservas, epidemias e surtos de coqueluche, malária, sarampo, tuberculose, verminose, etc., têm matado muitos índios. A Ajudância não dispõe de enfermeiros competentes, nem de equipes volantes de saúde para atendê-los. Um número crescente de índios doentes vêm sendo obrigados a deslocarem-se até Rio Branco para tratamento. A FUNAI não dispõe de instalações adequadas para hospedá-los, a Casa do Índio, além de fornecer péssima alimentação, não tem as mínimas condições de higiene, de forma que, quando vêm se tratar de uma determinada doença, acabam contraindo outras.

Em face do alto nível de analfabetismo existente nas comunidades indígenas, o que tem reforçado ainda mais a sua superexploração por parte de seringalistas tradicionais e fazendeiros agropecuaristas, as lideranças apresentaram, em um documento encaminhado ao presidente da FUNAI e divulgado na imprensa local, a sugestão de que a AJACRE e as entidades de apoio ajudem no treinamento dos próprios índios, mais compromissados com suas comunidades que os funcionários da FUNAI, para serem monitores de ensino e agentes de saúde dentro de suas áreas.

Apoio das entidades locais

Outro aspecto importante ressaltado pela imprensa local foi a atuação das entidades de apoio em defesa dos direitos dos povos indígenas da Amazônia Ocidental.

A CPI-AC, por exemplo, ao longo desses últimos anos, vem assessorando as lideranças indígenas na implantação de cooperativas de produção e consumo em diversas comunidades da região, no sentido de criar alternativas ao domínio econômico e político dos seringalistas e agropecuaristas ainda estabelecidos dentro das áreas delimitadas pelas lideranças. Várias comunidades indígenas passaram a se organizar melhor na luta pela ocupação produtiva dos seringais pertencentes às suas terras.

Desse modo, os 800 Kaxinawá do rio Jordão expulsaram todos os gerentes e falsos arrendatários dos seis seringais estabelecidos dentro de sua reserva. Os 250 Kaxinawá do rio Humaitá já controlam por conta própria um dos três seringais ali existentes. As comunidades Apurinã dos Km 124 e 137/BR-317 passaram a organizar as suas safras agrícolas de borracha e castanha independentes de seus antigos patrões. Através de sua cooperativa, os Apurinã do Km 45/BR-317 também ocuparam definitivamente os castanhais e as estradas de seringa do Seringal Aripuanã, que havia sido excluído da apressada demarcação de sua área realizada pela FUNAI em 77.

Através desses projetos de cooperativismo, os Iauanauá e Katukina do rio Gregório começaram a produzir borracha independentes dos gerentes da empresa PARANACRE, conseguindo, assim, a retirada de todos eles dos Seringais Caxinauá e Sete Estrelas. Essa mesma experiência tem ajudado

também os Jaminauá e Manchineri do Iaco a produzirem caucho e produtos agrícolas, sem o controle dos antigos patrões do Seringal Petrópolis, ocupando produtivamente suas terras.

Já em relação ao CIMI/AM Ocid., os jornais têm divulgado principalmente suas denúncias de conflitos entre índios e invasores de terras e da atuação de maus funcionários da AJACRE. A imprensa quase não tem divulgado nada a respeito dos projetos de educação e saúde que os missionários do CIMI/OPAN realizam em algumas comunidades indígenas do Acre, principalmente em três áreas da nação Kulina. Com o apoio do novo chefe da AJACRE, as lideranças indígenas conseguiram do Presidente da FUNAI uma verba de Cr\$ 16 milhões, através do "Plano de Apoio às Atividades Extrativas das Áreas Indígenas Kaxinawá, Apurinã, Kaxarari, Katukina, Kulina e Kampa, que ajudaram a consolidar os movimentos de suas cooperativas. Foi a primeira vez que as lideranças do Acre recebem recursos da FUNAI para eles próprios administrarem diretamente, sem mediações dos "chefetes das funaia", como costumam falar os índios.

(*) Antropólogo e indigenista acreano, membro da CPI-AC, há vários anos envolvido com os índios dessa região na condição de pesquisador e assessor. Autor do livro *Índios Caxinauá. De Seringueiro Caboclo a Peão Acreano*, Rio Branco, 1982, 184 p.

Índios são maltratados pela FUNAI

Índios Caxinauá, de quase todas as localidades (Envira, Tarauacá, Jordão e Purus), Manchineri e Jaminaua (do alto do rio Iaco, de Sena Madureira), Katukina, de Feijó, Apurinã, do Km-124 e Apurinã, do Km-24 e Apurinã de Boca do Acre e Iauanauá do rio Gregório do município de Tarauacá, num total de 16 líderes indígenas, encontram-se em Rio Branco para reivindicar a demarcação das suas terras.

Alguns deles, estiveram conversando com a reportagem de ORB, ontem à tarde, reclamando a maneira discriminatória como são tratados pela FUNAI, todas as vezes que lá se apresentam para pedir providências pelo retardamento da demarcação das terras indígenas e comunicar o tratamento grotesco e muitas vezes, hostil, daqueles que estão tirando proveito das riquezas das terras que pertencem aos índios. Bruno Brandão, que é líder dos índios Katukina da aldeia de Morada Nova, em Feijó, veio a Rio Branco tratar de assunto inerente à demarcação das suas terras. A área pertence ao seringal Liege (que é terra do Governo) e desde o ano de 1977 que prometeram demarcar e, até hoje, ninguém viu nenhuma providência da FUNAI.

O líder Francisco Barbosa, dos índios Caxinauá do Paruá, situados no seringal São Sebastião do rio Envira disse que as terras indígenas estão entre os seringais Cana Brava e a outra parte, no Belo Monte.

Ele queixou-se que no seringal Belo Monte, um gerente (cujo nome não foi identificado) cultiva uma grande criação de suínos na área indígena. Os porcos invadem os roçados e comem macaxeiras e derrubam os pés de milho. Quando os índios reclamam, o gerente fica possesso e afirma: "enquanto a FUNAI não demarcar aquela terra, só ele pode mandar e nenhum índio poderá se intrometer. Ele ainda se prevalece que está pagando todos os direitos ao INCRA".

Afinal — disse o líder dos Caxinauá — estão tirando toda a riqueza dos índios, destruindo a madeira e invadindo as nossas propriedades. (O Rio Branco — 20/04/82)

Missa dos índios

Em missa celebrada domingo, na Catedral de Rio Branco, a qual lotou completamente as dependências da Igreja, foi aberta a Semana do Índio, organizada pelo CIMI e pela CPI do Acre.

À cerimônia, oficiada por Dom Moacir Grechi e mais 4 padres, compareceram líderes indígenas de vários grupos do Acre. Abrindo o ato religioso, Dom Moacir Grechi afirmou que ali estavam presentes, representantes dos 27 milhões de índios que vivem na América Latina, os quais ajudarão a criar um mundo onde haja mais justiça e paz. Afirmando que nossa dívida para com os índios é grande demais, ele pediu que cada um dê a sua contribuição, para que os povos indígenas sintam-se à vontade para viver nessa terra que é deles. Durante o Evangelho, foi dada a palavra a 4 líderes indígenas, para que todos pudessem ouvir de viva voz, os sérios problemas vividos pelas nações indígenas do Acre, os quais são também comuns aos demais povos espalhados pelo Brasil. (Gazeta do Acre — 20/04/82)

Médico chefe da FUNAI no Acre

Chegou ontem a Rio Branco para assumir a Ajudância do Acre da FUNAI, o indigenista Oswaldo Cid Nunes da Cunha, médico, recentemente readmitido pelo órgão para chefiar a Ajudância em Rio Branco.

Oswaldo Cunha trabalhou durante vários anos no Estado do Mato Grosso, tendo pedido demissão da Funai em junho de 1980, no início de uma crise que terminou por afastar mais de 60 funcionários do órgão. Seu pedido de demissão seguiu-se à demissão arbitrária de 3 funcionários, 2 dos quais trabalhavam no Estado do Acre, por ordem do Coronel Nobre da Veiga, então Presidente da Funai.

A chegada de Oswaldo Cunha era aguardada desde o afastamento de Benamour Brandão Fontes. (Gazeta do Acre — 09/06/82)

Regularização de terras no Acre

O presidente da Funai assinou portaria determinando a regularização das terras indígenas do Acre, quase todas elas invadidas. Um agrimensor e um antropólogo da Funai iniciarão o trabalho de identificação de algumas áreas, para demarcação. Serão pesquisadas a área do rio Jordão, no município de Tarauacá, onde vivem 700 índios Kaxinawá; a localidade de Maomedade, onde estão 400 índios das tribos Jaminauá e Chaminere; rio Humaitá, no município de Feijó, área habitada por índios Katukina e a área dos Caxirari, no rio Azul. (ESP — 18/06/82)

Índios querem funcionários da FUNAI na rua

Um grupo de índios Jaminaua, Iauanauá, Apurinã e Kaxinauá voltou ontem a denunciar o funcionário da Funai, Francisco Edinaldo, alegando que o mesmo por várias vezes, acompanhou policiais até algumas áreas indígenas, particularmente dos Apurinã, com o objetivo de amedrontar suas comunidades, impondo decisões alheias à sua vontade e interesse.

Os índios José Correia, Sales, Leôncio, Getúlio, Bira e Isaias, lembraram que o servidor da Funai inclusive já acompanhou o depoimento de alguns índios perante a Polícia Federal, ocasião em que ele próprio portou-se como policial, interrogando e amedrontando aos índios.

Por essas razões, os índios afirmaram que gostariam de ver o funcionário afastado dos quadros da Funai, já que não confiam em suas atitudes. Ao mesmo tempo, os índios denunciaram a cozinheira da Casa do Índio, de nome Maria, em função do péssimo tratamento que a mesma dispensa aos que ali se alojam durante sua permanência em Rio Branco. (Gazeta do Acre — 06/07/82)

Índios pedem que Ajudância tenha a sua independência

Vários índios do Acre enviaram uma carta ao presidente da UNI, Marcos Terena, para que o mesmo interceda junto ao Presidente da Funai, no sentido de que este não atrase mais a desvinculação da Ajudância do Acre, que hoje está subordinada à 8ª DR do órgão, com sede em Porto Velho.

Lembram os índios em sua carta, que conseguiram “à custa de muita luta, retirar da chefia da AJACRE, o sr. Benamour Brandão Fontes, pois ele nada fazia pelos índios daqui. Hoje o Sr. Benamour é o Delegado da 8ª DR, e a AJACRE continua subordinada à 8ª DR. Ou seja, as coisas nada mudaram e podem piorar, pois o Sr. Benamour tendo o Acre subordinado a seu comando, não vai deixar de complicar nossas vidas”.

De acordo com José Correia, líder da nação Jaminaua, esse problema de fato já está ocorrendo, pois todo o dinheiro gasto pela AJACRE, é controlado por Porto Velho. Ele conta que quando os índios do Acre estiveram em Brasília, o presidente da Funai havia prometido 4 bolsas de estudo para índios daqui, as quais não foram liberadas até o momento, pois estão retidas na 8ª Delegacia.

Da mesma forma, a Ajudância está sem dinheiro para transportar as mercadorias até as aldeias, além de não ter condições de fazer qualquer coisa pela demarcação das terras. Os índios estão preocupados pois reconhecem que o novo chefe da AJACRE, Osvaldo Cid, está sem força para agir, pois suas decisões dependem da aprovação de Porto Velho, e eles não confiam de modo algum em Benamour Fontes. Os índios lembraram que a função de ajudar às suas comunidades é atribuição da Funai, mas que na realidade a própria Comissão Pró-Índio tem desenvolvido alguns projetos, empenhando-se muito em auxiliá-los em seu crescimento. Contudo os recursos conseguidos pela CPI são pequenos, e os índios acreditam que apenas a subordinação da AJACRE diretamente a Brasília é que poderá melhorar a situação. (Gazeta do Acre — 08/07/82)

Índios vão à Brasília

“Se o governo ajuda os seringalistas com financiamentos nos bancos da Amazônia e do Brasil, pra eles organizarem as safras de borracha, por que a Funai também não ajuda os índios do Acre a ocuparem suas terras? Não queremos essa ajuda para comermos deitados em nossas redes. Queremos trabalhar nas nossas terras e ocupá-las produtivamente. Também sabemos fabricar borracha por conta própria”. Este trecho faz parte de um documento que alguns líderes de comunidades indígenas do Acre estão levando à Brasília hoje para entregar ao presidente da Funai. Acompanhados pelo antropólogo Terry de Aquino, os índios estiveram no 4º Batalhão Especial de Fronteira conversando com o comandante, Cel. Raimundo Guarino Monteiro, que se mostrou interessado e disposto a ajudá-los na reivindicação de que suas áreas sejam demarcadas, prometendo enviar uma carta à Funai, reforçando o pedido. O delegado da Contag, João Maia, também escreveu uma carta. (Gazeta do Acre — 04/09/82)

Índios vão a Brasília pedindo demarcação

Na íntegra, o documento:

Nós lideranças Indígenas do Acre escrevemos este documento ao Presidente da Funai para exigir as demarcações das primeiras reservas indígenas do Acre.

Desde 1977 que a Funai vem elegendo ou delimitando as nossas áreas Kaxinauá, Katuquina, Campa, Culina; Iauanaú, Apurinã, Jamináua, Machineri e Caxarari existentes na Ajudância da Funai no Acre. Essas eleições de nossas áreas indígenas vem se repetindo três vezes nas mesmas reservas em 1977, 1981 e 1982 mas a Funai até agora não

demarcou nenhuma.

Quando vamos a Brasília apresentar nossas queixas recebemos as mesmas promessas de que agora a Funai vai mesmo demarcar as nossas terras.

Por isso que escrevemos esse documento e exigimos outro documento da Funai que nossas terras vão serem demarcadas. Ficamos esperando oficialmente a demarcação das primeiras reservas indígenas do Acre.

Outro assunto que reivindicamos é uma ajuda da Funai para que possamos trabalhar dentro de nossas terras, independente dos patrões seringalistas que nos vendem suas mercadorias caras e pagam baixo preço de nossa produção de borracha e ainda cobram rendas de nossas estradas de seringa. Nós também queremos administrar os nossos trabalhos de extração de seringa e dos nossos roçados e não aceitamos que funcionários da Funai sejam iguais aos patrões brancos, como vinha acontecendo entre os Kaxinauá dos rios Jordão e Humaitá do município de Tarauacá. Nós queremos ajuda de instrumentos de trabalho para seringais e para roçados, ajuda de estivas (sal, querozene, sabão, municação, etc.), dos tecidos e dos remédios para que possamos trabalhar sem sermos tão explorados pelos antigos patrões de nossas áreas indígenas.

Se o governo ajuda os seringalistas com financiamentos nos bancos da Amazônia e do Brasil, para eles organizarem as safras de borracha; por que a Funai também não ajuda os Índios do Acre a ocuparem suas terras? Não queremos essa ajuda para comermos deitados em nossas redes; queremos para trabalhar nossas terras e ocupá-las produtivamente. Também sabemos fabricar borracha por conta própria.

Outro assunto de nosso documento é pedir oficialmente ao Presidente da Funai a contratação do antropólogo Terry Valle de Aquino e dos sertanistas José Carlos Meirelles e Macedo para trabalharem na Ajudância da Funai do Acre. Esses são nossos amigos, que mesmo fora da Funai têm ajudado os Índios do Acre. Por que esses indigenistas e o antropólogo que nos ajudam são perseguidos e caluniados pelos que são contra nossos direitos? E, inclusive, perseguidos por maus funcionários da Funai. Se existem conflitos é por que a Funai promete demarcar as nossas terras, mas não demarcam.

Nós queremos as nossas terras; mas para isso a Funai deve indenizar as benfeitorias dos seringueiros e barraqueiros existentes em nossas terras. Todos esses posseiros que estão dentro de nossas áreas estão dispostos e de acordo em se retirarem de nossas áreas desde que a Funai lhes dê uma justa indenização.

Nós queremos as nossas terras e os patrões seringalistas só dizem que nos entrega depois que a Funai oficialmente demarcar as nossas áreas indígenas. Assim é que surge as confusões.

Nós temos confiança que esses nossos amigos vão ajudar a Funai na demarcação de nossas reservas por que desde 1975 eles já vêm estudando e nos ajudando, tanto dentro como fora da Funai.

Nós ficamos agradecidos quando o Presidente da Funai escolheu o Dr. Osvaldo Cid para ser chefe da Ajudância do Acre. São muitas áreas indígenas, 22 áreas ao todo, e o Dr. Osvaldo não pode fazer esse trabalho sozinho.

Nós exigimos a contratação dessas pessoas que são amigas, como gratidão e reconhecimento pelos seus trabalhos junto às nossas comunidades indígenas do Acre.

Exigimos também que o Presidente da Funai transforme a Ajudância do Acre em uma delegacia. Porque não confiamos no atual Delegado da 8ª D. R. de Porto Velho, que nos perseguia e foi responsável pelo fim do convênio assinado entre a Funai e a Sudhevea para ajudar os Kaxinauá rios Jordão e

Humaitá a aumentar as suas produções de borracha e a demarcar essas duas reservas indígenas. Queremos e exigimos que os maus funcionários saiam da Funai e não que sejam promovidos, como tem ocorrido no Acre.

Esperamos sinceramente Sr. Presidente da Funai que nossas reivindicações sejam atendidas, e que possamos levar de volta para nossas comunidades a esperança nova que não somos os únicos índios do Brasil que são os esquecidos da Fundação Nacional do Índio — Funai, que representa o governo de nossa pátria.

Firmamos oficialmente esse Documento:

AGOSTINHO MANDUCA MATEUS — Representante da comunidade Kaxinauá do rio Jordão (800 Índios) Município de Tarauacá.

VICENTE SABÓIA — Líder indígena da comunidade Kaxinauá do Rio Humaitá (220 Índios) Município de Tarauacá.

BRUNO BRANDÃO — Líder Katuquina de Morada Nova (230 Índios) Município de Feijó.

RAIMUNDO SALES — Representante Iauanauá do Rio Gregório Município de Tarauacá.

FRANCISCO BARBOSA DA SILVA — Líder Kaxinauá do Rio Envira, comunidade do Paroá (250 Índios) Município de Feijó.

MÁRIO DOMINGOS — Representante Kaxinauá da comunidade do seringal Fronteira do Rio Purus (280 Índios) Município de Manoel Urbano.

LUIZ TURIANO — Chefe Kampa da comunidade do Rio Humaitá. Município de Tarauacá.

(Gazeta do Acre — 04/09/82)

Índios do Acre pedem para Funai demarcar reservas

Durante encontro com o presidente da Funai, sete representantes dos grupos indígenas do Acre solicitaram que o órgão

demarque as primeiras reservas do Estado, medida que vem sendo adiada desde 1975, apesar de a Funai em 1977, 1981 e 1982 já ter escolhido as áreas a serem delimitadas.

No documento entregue pelo representante da comunidade Kaxinauá do Rio Jordão, Agostinho Manduca Mateus, os índios alegaram que seringalistas e barraqueiros estabelecidos na região já manifestaram o propósito de abandonar a área após a demarcação, desde que a Funai os indenize pelas benfeitorias construídas.

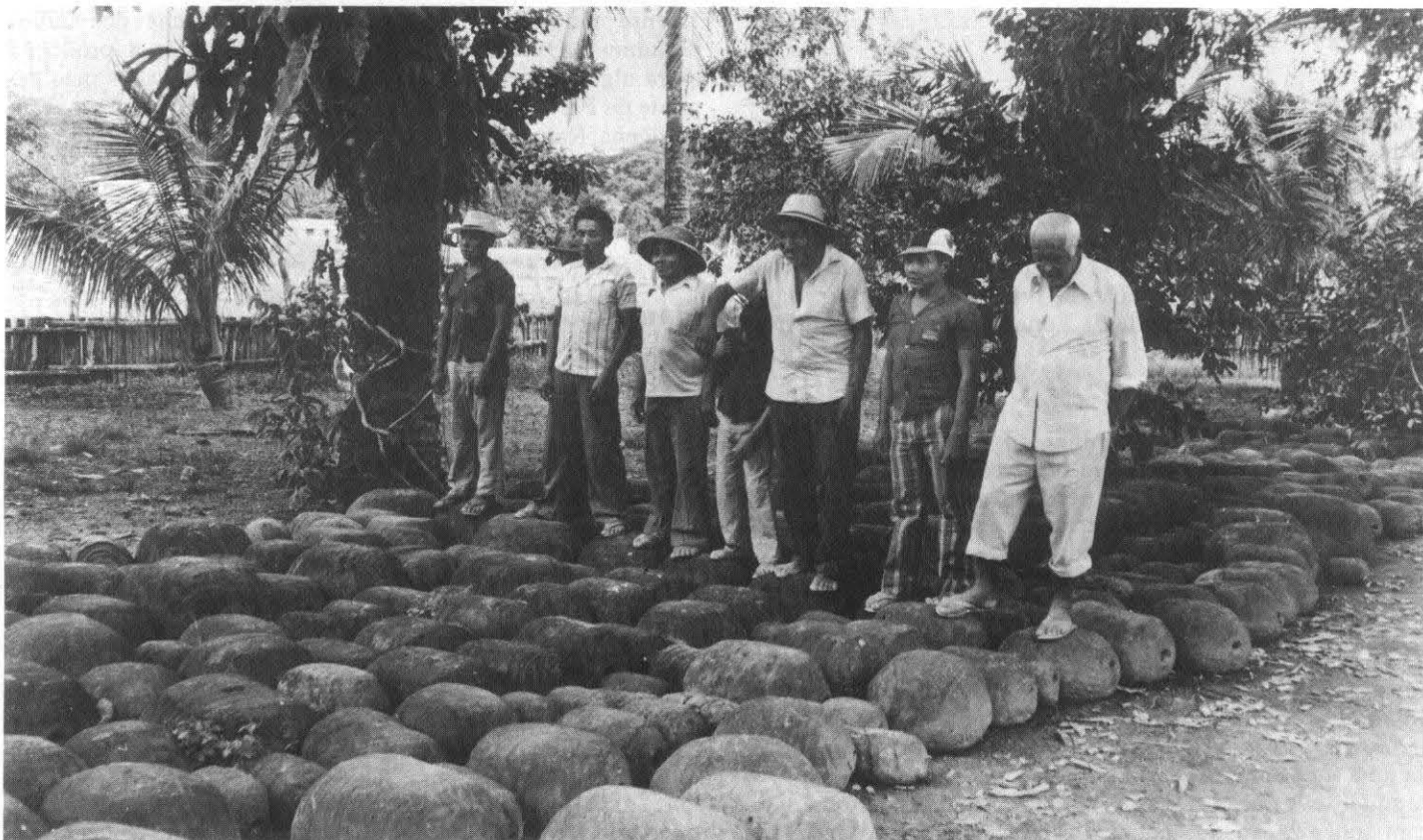
Os índios exigiram, no entanto, que o coronel Moreira Leal transforme a Ajudância do Acre em delegacia, uma vez que não confiam no atual delegado do órgão em Porto Velho, a quem acusaram de persegui-los e de ter sido o responsável pelo fim do convênio entre a Funai e a Sudhevea, realizado para ajudar os Kaxinauá dos Rios Jordão e Humaitá e aumentar sua produção de borracha.

Os líderes dos grupos Kaxinauá, Katuquina, Kampa, Kulina, Yauanauá, Apurinã, Jaminauá, Machineri e Cazarrari pediram também que o coronel Moreira Leal contrate o antropólogo Terri Valle de Aquino e os sertanejos José Carlos Meirelles e Macedo para trabalhar na Ajudância do Acre. Segundo os índios, apesar da perseguição que o antropólogo e os sertanistas vêm sofrendo por parte de alguns funcionários da Funai, eles se revelaram amigos, auxiliando-os na tarefa de demarcação das reservas. (O Globo — 12/09/82)

Índio quer demarcação de terras

Lideranças indígenas do Acre entregaram ontem ao presidente da Contag, José Francisco da Silva, documento do líder sindical João Maia daquele Estado, reivindicando apoio para que as terras das diversas comunidades indígenas sejam demarcadas.

As lideranças indígenas solicitaram ao presidente da Contag apoio no sentido de retirar de suas terras os posseiros e serin-



Grupo de índios Kaxinauá do rio Jordão trazendo a produção da sua cooperativa de borracha para ser vendida no comércio do Mello (de branco, à direita). Antigo patrão dos Kaxi, o Mello voltou a ser um simples comer-

ciante desde que os índios reassumiram o controle total de seus seringais e de sua produção (Foto Renato Delarole).

galistas, que transformaram-se em patrões, oprimindo as suas comunidades. (Correio Braziliense — 14/09/82)

FUNAI delimita áreas indígenas

O presidente da FUNAI oficializou, por meio de portaria datada de 15 de setembro último, a posse permanente e definitiva, com demarcação, de quatro áreas indígenas no Acre e duas no Estado do Amazonas, atendendo desta forma antigas reivindicações das comunidades indígenas da Amazônia Ocidental.

Dentre as áreas beneficiadas com a portaria, está a área indígena do Km 45 da Estrada de Boca do Acre-AM, já demarcada anteriormente, foi anexado mais 8.680 hectares, que atendeu apelos dos índios Apurinã, ao Presidente da FUNAI, uma vez que na demarcação anterior ficou excluído um grupamento de famílias desta nação. Por sua vez os índios da aldeia Canicuã, próximo da cidade de Boca do Acre-Am, tiveram sua área definida para 35 mil hectares. Outra nação indígena beneficiada com a Portaria da FUNAI, a Kaxinauá, do Rio Jordão, município acreano de Tarauacá, teve seus direitos reconhecidos sobre as terras dos seringais Revisão, Transual, Sorocaba e Fortaleza, englobados numa área de 92 mil hectares. A comunidade Kaxinauá do rio Humaitá, também em Tarauacá, juntamente com a comunidade Campa, do mesmo rio, passam a ter direitos de posse permanente e definitiva sobre 120 mil hectares.

Ainda no município de Tarauacá, área indígena do rio Gregório, as comunidades indígenas Yauanauá e Katuquina, que reivindicavam terras imemorais situadas nos seringais Sete Estrela. Por fim a reserva indígena do Igarapé Paroá, Município de Feijó, habitada pelo grupo Kaxinauá, teve sua área definida para 8.400 hectares. (O Rio Branco — 05/11/82)

Apurinã

Presidente da FUNAI ameaça índios

“Índio brabo comigo vai para a cadeia e ainda mando a Polícia Federal meter o pau.” Foi assim que o presidente da Funai reagiu a uma reivindicação dos índios Apurinã, de Boca do Acre, no Amazonas, segundo denunciou, em carta, o cacique Manuel Apurinã. O cacique exige o pagamento de Cr\$ 90 milhões pela ocupação de parte de seu território por 25 colonos, que o presidente da Funai chama de fazendeiros. (ESP — 26/10/82)

Sertanista teme conflitos

A 8ª Delegacia Regional da Funai, em Porto Velho, não tem qualquer informação sobre um possível conflito entre índios apurinãs e colonos na região de Boca do Acre, Sudoeste do Amazonas, na divisa entre aqueles Estados e o Acre, onde há disputa de terras desde que os índios resolveram reivindicar uma área maior do que a da reserva estabelecida em lei no ano de 1974.

O sertanista Benamour Brandão Fontes, delegado regional da Funai e ex-chefe da Ajudância do órgão no Acre, disse apenas ter conhecimento de rumores de um conflito, mas adiantou que o atual chefe da Ajudância naquele Estado, sertanista Oswaldo Nunes da Cunha, está tentando em Brasília uma solução para o caso.

A situação é grave, disse, e se não houver solução imediata com indenização dos colonos estabelecidos nas terras em volta da reserva indígena (áreas reivindicadas pelos índios), certamente haverá choques porque a própria Funai já está tendo dificuldades em conseguir conter os índios.

Ao todo são 23 agricultores que ganharam a questão indenizatória na Justiça e que se negam a deixar os lotes sem o pagamento das indenizações. Segundo já comentou o sertanista Oswaldo Cunha, tudo ficou pior ainda quando um comprador de terras conhecido na região por João Sorbille adquiriu a grande área de terras que teriam sido griladas e que estariam dentro da reserva, fato que deixou os índios ainda mais nervosos e que pode precipitar um conflito repetindo-se mortes como a ocorrida recentemente, quando um fazendeiro conhecido na região por “Cabeça Branca” foi morto a tiros supostamente pelos índios. (ESP — 03/09/82)

Iauanauá

Coqueluche mata 5 crianças

Uma epidemia de coqueluche está atacando os índios Iauanauá, de uma aldeia localizada na cabeceira do rio Gregório, no município de Tarauacá. Segundo informações enviadas pelo chefe indígena Luiz, cinco crianças de sua tribo morreram na semana passada vítimas da coqueluche. O chefe indígena, em sua correspondência, fez um apelo para que o novo chefe da Ajudância da Funai, Oswaldo Cial, que inclusive é médico, mande urgente para a aldeia medicamentos para combate à doença.

A aldeia fica próxima à fazenda Paranacre e de um posto da missão “novas tribos”. Esses missionários, contudo, só se preocupam em difundir a religião entre os índios. O chefe da Ajudância da Funai está retornando amanhã a Rio Branco vindo das malocas Culinas e Kaxinauá do alto rio Envira, onde foram combater a coqueluche que vinha atacando esses índios.

A empresa Paranacre, de propriedade de um grupo paranaense controla toda a produção de borracha dos índios Iauanauá. Quando os índios resolvem vender a produção para algum marreteiro são severamente ameaçados pelo gerente da Paranacre, sr. Nilo Umberto. Recentemente o chefe indígena Raimundo Luiz recebeu do gerente da Paranacre uma carta pedindo duas pélas de borracha que o índio havia vendido para o seringalista. (Gazeta Amazonense — 24/06/82)

Jaminauá

Elementos da FUNAI vivem “de mordomia na selva”

O Tuxaua José Correa, do grupo Jaminauá do Alto Iaco, está em Rio Branco reivindicando a continuidade do “projeto café”, financiado pela Funai desde 1976 e que se encontra paralisado há mais de um ano. O índio José Correa, que já esteve em Brasília para reclamar à Funai a não continuidade dos seus projetos junto aos indígenas do Acre, denunciou também que a maioria dos 400 jaminauás e mantineris do Posto Indígena Mamoadate — Alto Iaco — “estão abandonando a área para trabalhar como peões na fazenda-seringal Petrópolis”.

Disse José Correa que os índios estão abandonando a aldeia para trabalhar na “batição” de campo e desmatamento, para adquirir sal, querosene, sabão, chumbo, pólvora, roupas etc., uma vez que a cantina da Funai não dispõe de nenhuma mercadoria, desde que foi demitido o indigenista José Meirelles, daquele P.I. “Depois que Meirelles saiu, a Funai não mandou mais mercadoria pra gente trabalhar no nosso café”, disse ele. (Gazeta do Acre — 19/02/82)

Kaxinawá

Coqueluche e outras “enfermidades” atingem Kaxinawá

Um grupo de dez índios Kaxinauá do Alto Purus chegou a Rio Branco, pedindo auxílio para a tribo atingida por um surto de coqueluche, doença que eles chamam de Tosse Braba. O líder do grupo, Francisco Lopes, disse que já morreu uma pessoa na aldeia e que muitas estão doentes. Dos dez que foram a Rio Branco, dois tiveram de ser internados na Santa Casa por causa da tosse. Os índios disseram que foram mal recebidos pelo chefe da Ajudância da Funai no Acre, Benamour Fontes da Silva, que os repreendeu por terem deixado a aldeia e não quer pagar as passagens de volta. Francisco informou que eles viajaram por recomendação do enfermeiro da Funai, Morais, que os conduziu até o município de Sena Madureira e conseguiu avião para transportá-los até Rio Branco. O enfermeiro, porém, quer agora transferir a responsabilidade para integrantes do Cimi que trabalham junto aos índios. Revoltados com a posição do enfermeiro e a má vontade do chefe da Ajudância, os índios passaram a denunciar, também, o chefe do posto indígena da fronteira, João Natan, a quem acusam de viver embriagado na aldeia e de entregar aos brancos os medicamentos que a Funai remete para a tribo. (ESP — 23/01/82)

Índios do Envira sofrem ameaças de expulsão

O Tuchaua Nilo Martins, Kaxinawá do seringal Nova Olinda, município de Feijó, solicita publicamente uma atuação mais enérgica da Funai no sentido de efetivar corretamente a delimitação das terras pertencentes àqueles indígenas, para posterior demarcação, uma vez que o arrendatário daquele seringal os ameaça constantemente de expulsão.

Segundo Nilo, em 1977 a Funai delimitou uma área para os Kaxi de Nova Olinda, situada na margem direita do rio Envira, onde não possui seringueiras, utilizada apenas para as caçadas, e deixou fora da área, delimitada as casas, colocações e estradas de seringas em funcionamento, localizadas na margem esquerda do mesmo rio.

Os Kaxinawá reivindicam essas terras pois é delas que retiram o seu sustento com a produção de borracha, onde são tradicionalmente seringueiros, e sem essas terras estarão condenados à miséria, persistindo a atual delimitação. Para Nilo, se a Funai não tomar providências imediatas ocorrerá conflitos na área, uma vez que o arrendatário Osmar Santos (um dos maiores comerciantes da cidade de Feijó e arrendatário do Seringal Nova Olinda) e seu gerente aviado Antônio Dantas, estão proibindo os Kaxinawá de ocuparem suas colocações, estradas de seringa e roçados.

Segundo declarações do Tuchaua Nilo, o arrendatário Osmar Santos teria dito que “ali a Funai não manda, e quem manda é ele. E garante que se os índios ocuparem as colocações, vão se acabar todos”. (Gazeta do Acre — 31/02/82)

Sudhevea resolve vender aos índios Kaxinauá

A Comissão Pró-Índio do Acre recebeu autorização da Sudhevea e da Funai para adquirir as mercadorias avaliadas em 1 milhão de cruzeiros e que deveriam ter sido entregues às comunidades Kaxinawá dos rios Jordão e Humaitá há dois anos. As mercadorias se encontravam depositadas nos armazéns da Cobal em Tarauacá desde 1980, quando foi anulado um convênio firmado entre as duas instituições governamentais.

Dessas mercadorias constam muitos instrumentos de trabalho como terçados, enxadas, facas de seringa, tigelas e estivas em geral, que agora serão entregues às lideranças das coope-

rativas Kaxinawá de Tarauacá, por intermédio da Comissão Pró-Índio do Acre.

O convênio firmado entre a Funai e a Sudhevea tinha por base um projeto do antropólogo Terri Valle de Aquino, em franco desenvolvimento, que organiza e estimula o cooperativismo entre os índios organizando sua produção de borracha. O próprio antropólogo, porém, denunciou funcionários da Funai que estariam desviando as mercadorias dos índios para outros fins, escusos, o que resultou no cancelamento do convênio. Sanadas as irregularidades no setor, a Sudhevea decidiu, agora, liberar as mercadorias nas condições referidas. (Gazeta do Acre — 06/06/82)

Índios matam posseiro

Um conflito antigo pela posse da terra no município de Feijó terminou em tragédia, no último final de semana: índios da tribo Kaxinawá mataram a tiros o colono Francisco Pedrosa, mais conhecido como “são Encontreiras”. No tiroteio, dois índios também foram feridos.

Segundo o correspondente de O RIO BRANCO naquele município, há muito tempo que os índios, colonos e seringalistas vêm brigando pela posse da terra. Esta versão foi confirmada também pelo coordenador regional do CIMI.

Na última quinta-feira — contou o representante do CIMI — porcos de propriedade do colono invadiram mais uma vez os roçados dos Kaxinawás e os índios mataram os animais, deixando alguns feridos. No dia seguinte, o colono foi até a aldeia armado com um rifle, um revólver e uma faca. Na primeira casa, disparou oito tiros, ferindo dois índios. Os Kaxinawás reagiram e mataram o colono com três tiros.

“Se os índios não tivessem atirado, não se sabe quantos morreriam”, afirmou o representante do CIMI, para o qual os Kaxinawás agiram em “legítima defesa”.

O seringalista Raimundo Barroso, proprietário do seringal Guanabara, onde ocorreu o fato, disse ontem que é grande a tensão na área. (O Rio Branco — 28/12/82)

Roraima



- | | |
|---------------|---------------------|
| 1 — Ingarikó | 6 — Waimiri/Atroari |
| 2 — Makuxí | 7 — Wai-Wai |
| 3 — Mayongong | 8 — Wapixana |
| 4 — Sanumã | 9 — Yanomami |
| 5 — Taulipang | |

Silêncio na imprensa local

Tanto na imprensa de Roraima, o quinzenal "Jornal da Boa Vista" e "O Roraima", de periodicidade irregular, como na TV e nas rádios controladas pelo governo, é proibido falar sobre índios. A diocese católica, que tem um espaço nesses meios de comunicação, foi obrigada a aceitar esta imposição se quisesse prosseguir com suas programações. Esta proibição é fruto de uma mentalidade difundida na sociedade envolvente roraimense segundo a qual o índio é um empecilho ao desenvolvimento deste território que, seguindo o exemplo de Rondônia, almeja tornar-se Estado.

Os índios em Roraima são 30.000, um terço do total da população, e lutam para defenderem-se das agressões praticadas por fazendeiros, garimpeiros e grandes firmas oriundas do sul do país.

Não é do interesse desses grupos que se fale sobre índios, inclusive, defendem a tese de que, em Roraima, não existiriam mais índios, e sim caboclos que não têm direito de reivindicar as terras que há anos os fazendeiros invadem. Atritos com fazendeiros, novas invasões de terras, casas de índios queimadas, índios ilegalmente presos, maltratados e espancados pela Polícia Militar local, fatos gravíssimos denunciados pela Igreja e por pessoas ligadas ao trabalho indigenista, não encontraram espaço na imprensa nacional.

Foram publicadas notícias da demarcação de dez áreas indígenas, entretanto, apenas dez aldeias, num total de 200 existentes em Roraima, ocupam estas áreas. Fica sem efeito a denúncia de que as terras demarcadas continuam ocupadas

pelos fazendeiros, posto que a FUNAI não pagou nenhuma indenização aos fazendeiros, como tinha prometido anteriormente.

As terras são demarcadas sem se consultar os índios, que não aceitam áreas ilhadas entre fazendas, preferem terras contínuas que unam várias comunidades de uma mesma região. Quando os índios se organizam em defesa própria, como aconteceu em agosto na maloca do Camararém, a polícia e o exército logo mobilizam-se na defesa dos interesses dos fazendeiros, prendem índios e acusam os padres de subversão; estes episódios não têm repercussão na grande imprensa. A FUNAI, impotente e incapaz de resolver tais problemas, omite-se, e, ao invés de tutelar os interesses dos índios, torna-se conivente com o poder econômico e político. Para colaborar com a "emancipação" dos índios, a FUNAI promove projetos econômicos completamente estranhos à realidade indígena, gasta milhões de cruzeiros, que são entregues, sem controle nem preparação alguma, diretamente às comunidades indígenas, promovendo a desagregação cultural e social destes povos. (V. P.)

Wapixana e Makuxi

CIMI denuncia desaparecimento de 4 índios

O CIMI denunciou ontem em nota oficial, o desaparecimento de quatro índios Makuxi, presos no último dia 20, em Roraima, e a perseguição a que estão sendo vítimas as comunidades indígenas locais, afirmando que nem o interesse do governador, nem contatos mantidos com a polícia pelo delegado da Funai foram suficientes para se ter uma idéia do paradeiro dos índios.

De acordo com a nota, o fazendeiro Célio Mota, acompanhado por quatro policiais, chegou à maloca do Camararém, no Alto Cotingo, em busca do tuxaua Domingos Batista e outros índios. Como ele estava ausente os policiais prenderam dois membros da tribo e obrigaram a esposa do tuxaua a guiá-los até o lugar onde este pescava.

Em seguida, os policiais forçaram todos os índios, inclusive o tuxaua, a desfazerem o curral que haviam construído para a sua própria criação de animais, e levaram-nos presos, voltando no dia seguinte e realizando mais detenções, além de queimarem a casa de outra família makuxi, na maloca da Barata. (Jornal de Brasília — 27/08/82)

Portaria define reserva Makuxi-Wapixana

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.275/E de 21 de junho de 1982 declarando como de posse permanente dos grupos indígenas Makuxi e Wapixana a área denominada Área Indígena Pium de aproximadamente 3.810 ha. no município de Boa Vista/RR e recomendar ao DGPI que promova a demarcação da referida área. (Diário Oficial — 01/07/82)

Waimiri-Atroari

Teme-se ataque dos Waimiri

Quase 300 índios Waimiri-Atroari estão acampados nos postos de atração da Funai ao longo da rodovia BR-174 em ati-

tudes estranhas, como se preparassem um ataque, o que preocupa os sertanistas. A fundação intensificou o sistema de segurança nos postos e ainda não conseguiu descobrir o motivo que levou os indígenas a abandonar suas malocas em número tão grande e sem a companhia de suas mulheres. Uma fonte da FUNAI disse ontem que os Waimiri-Atroari parecem estar aborrecidos com a presença em sua reserva de pescadores, caçadores e madeireiros, pois com a notícia de que a tribo passou a conviver pacificamente com brancos a área tem sido invadida por pessoas em busca de caça, frutos silvestres e madeira de lei. Para um funcionário da FUNAI; se há perspectiva de um novo massacre — “e a gente nunca sabe a predisposição do índio nesses casos” — a culpa é da FUNAI e de sua nova política de permitir que os indígenas se aproximem da rodovia e assim possam se “integrar” à civilização. “Esses índios jamais vão se integrar, pois eles sabem que foram os brancos que os reduziram a um grupo hostil, violento e guerreiro” — observou o sertanista. (ESP — 06/02/82)

FUNAI é acusada de liberar reserva Atroari à mineração

O limite nordeste da reserva indígena dos Uaimiri-Atroari, que vivem ao norte do Amazonas e sul de Roraima, foi liberado para a empresa mineradora Paranapanema, através de decreto presidencial. A denúncia foi feita ontem pelo padre Egidio Schwade, do CIMI. Ele acusou diretamente o coronel Cláudio Pagano, diretor do DGPI, da Funai, e os funcionários Hildegard Rick, Nei da Fonseca e Giuseppe Craveiro, como responsáveis pela concessão da certidão negativa que facilitou a liberação da reserva.

Antes de liberar a área nordeste da reserva, o presidente Figueiredo interditou, para fins de atração e pacificação dos grupos indígenas Uaimiri-Atroari, a área localizada nos municípios de Novo Airão, Itapiranga (AM) e Caracaraí (RR), informou o missionário.

Para ele, essa interdição “é absurda, uma vez que o decreto presidencial faz retroagir a lei, voltando a declarar interdito o que já era reserva indígena decretada”. (FSP — 16/02/82)

FUNAI desmente diminuição de área indígena

A Assessoria de Comunicação Social da Funai informou ontem que a empresa de mineração Paranapanema não está explorando estanho na área interdita para fins de atração e pacificação dos índios Waimiri-Atroari, no Amazonas, acrescentando que a área não foi diminuída em 31 por cento, como denunciou o missionário Egidio Schwade, da Prelazia de Itacoatiara (AM).

Egidio Schwade havia dito que o decreto do presidente João Figueiredo, em novembro passado, decretando a interdição da área para atração dos Waimiri-Atroari, era absurdo, pois estava sendo interdita uma área que já existia como reserva desde 1975, em decreto assinado pelo então presidente Geisel.” (O Globo — 18/02/82)

FUNAI reforça segurança na área de atração dos Waimiri-Atroaris

O chefe da delegacia da Funai em Manaus, Kazuto Kawamoto, informou que foi reforçado o esquema de segurança dos funcionários na área interdita para atração e pacificação dos índios waimiris-atroaris (AM) depois que cerca de 300 índios armados acamparam nas proximidades da sede da Frente de Atração. (O Globo — 28/02/82)

CIMI denuncia a abertura de estrada em reserva

Nota distribuída ontem pelo CIMI, Regional Norte I, e assi-

nada pelo Bispo da Prelazia de Itacoatiara (AM), Dom Jorge Marskell, denuncia que a Mineradora Paranapanema iniciou a abertura de uma estrada nas imediações do quilômetro 250 da BR-174 (Manaus-Caracaraí) dentro da reserva dos índios Waimiri-Atroari. Nesta área, segundo o Cimi, “os invasores descobriram um vasto lençol mineral de estanho e cassiterita”. A Paranapanema tem sua base logística na BR-174, à margem do igarapé Santo Antônio do Abonari, e mantém todos os seus acampamentos dentro da reserva indígena, incluindo um campo de pouso e equipamentos de prospecção. A Prelazia de Itacoatiara, no início de fevereiro, formalizou sua denúncia em ofício dirigido ao Ministro do Interior, exigindo um posicionamento favorável aos índios. No documento, o Cimi protesta contra a assinatura de um decreto (86.629/81) que reduziu em 30% a reserva indígena. Segundo a denúncia, a área de prospecção está dentro da zona habitada por índios em processo de atração. (Jornal do Brasil — 15/03/82)

Senador diz que governo rouba terra dos índios

“Puro roubo”, assim o senador Evandro Carreira, líder do PT, classificou a interdição, por decreto presidencial baixado em 81, de parte da área de terras das nações Waimiri-Atroari, lembrando que desde “tempos imemoriais eles habitam aquele território e o defendem como seu, tirando dele o sustento para seus povos”.

Evandro Carreira, procedendo a uma longa análise da história daquele território indígena, considerou que a interdição é também inconstitucional, pois as terras já haviam sido classificadas como reserva indígena, por decreto de 1971. Ele fez então um breve relato dos “massacres e da luta de resistência dos povos Waimiri e Atroari”.

O líder do PT, com base em dados oficiais, lembrou que naquela área indígena encontra-se a maior concentração de estanho do Brasil. E, como explicou, “estanho é cassiterita e está custando 15 dólares o quilo”, esclarecendo que se consegue um quilo de estanho puro em apenas um metro cúbico de terra. (Gazeta de Notícias — 15/05/82)

Padre denuncia “genocídio”

O missionário Egidio Schwade denunciou que o governo programou o genocídio dos índios Waimiri-Atroari, que vivem no Sul de Roraima, reduzindo-os de três mil, em 1968, para apenas 600, atualmente, “para dar lugar e proteção aos invasores e construtores de projetos oficiais e oficiosos”. Segundo ele, a última decisão governamental foi reduzir em 35% o território desses índios, transformando-o em “mera área interdita”. Ele lembrou que a construção da BR-174, ligando Manaus a Caracarái, por exemplo, cortou a terra indígena e permitiu uma “invasão dirigida”, acrescentando que o governo vem tentando esmagar a resistência dos agredidos através da manutenção de um ambiente de invasão militar, “inibindo o movimento desses povos em seu território, promovendo deslocamentos dentro da reserva, além de ameaçar transferi-los para outros locais, provocando divisões internas”. O missionário acusou ainda o governo de manipular a opinião pública, ao exagerar a “crueldade e desumanidade” das ações dos índios. Com isso, fica aberto o caminho para a justificação de novos crimes e agressões, “criando uma cortina para ninguém ver os índios que morreram entre 1968 e 1982” — aproximadamente 2.400, segundo ele. (ESP — 20/10/82)

Os Yanomami ameaçados

Cláudia Andujar (*)

Em março de 1982, anunciou-se a interdição da área Yanomami, a criação de uma ajudância especial e de uma infraestrutura para a instalação de 11 postos de vigilância em áreas estratégicas, com o objetivo de impedir a entrada de estrangeiros na área interdita.

Só a interdição? E o Parque?

Desde 1980 ficou patente o desinteresse da FUNAI na criação de um "Parque Indígena Yanomami". Do ponto de vista da CCPY, entretanto, a criação do parque continua sendo a melhor maneira de assegurar as terras e criar condições para um trabalho assistencial adequado.

Depois de uma campanha nacional e internacional de três anos, na qual organismos como a OEA e a subcomissão dos direitos humanos da ONU solicitaram a criação de um parque Yanomami, a FUNAI sentiu-se na obrigação de "apaziguar" a opinião pública nacional e internacional. Daí a iniciativa de interdição da área, que deixou os "desprevenidos", alguns ligados a organizações internacionais, perplexos e na ilusão de que a questão das terras Yanomami estava solucionada. Agora sabemos que a interdição é uma medida provisória, que pode ser sustada a qualquer momento, e que pouco significa, no sentido de uma garantia definitiva das terras indígenas.

Funai promete infra

É óbvio que a grande preocupação do governo brasileiro é ocupar as faixas fronteiriças e as "terras desocupadas" da Amazônia. Na região Yanomami, isso seria feito através da criação de uma infra-estrutura que visasse a construção de postos, cuja implementação seria beneficiada por verbas suficientes, como explicou o ministro Andreazza no ato da interdição. Além dos postos, foram previstos também destacamentos militares em áreas estratégicas ao longo da fronteira. No entanto, a defesa do território Yanomami não necessariamente implica na construção de postos de grande porte, que requerem altos gastos; poderia ser desenvolvida por uma ação indigenista de proteção da área, caracterizada por grande mobilidade espacial, ou seja, por simples postos de controle equipados com uma rede eficiente de radiocomunicação e uma equipe de retaguarda volante fiscalizadora. No entanto, a necessidade de fiscalização da área e de assistência, prevista no Estatuto do Índio, não deve ser confundida com a urgente necessidade de assegurar as terras aos índios; nem deve servir como pretexto para confundir prioridades. A criação de uma ajudância autônoma e a delimitação de uma área de extensão suficiente e contínua devem ser os seguintes passos para se chegar à criação do Parque Yanomami.

No atual momento, a FUNAI pleiteia ainda a aprovação de um programa, em caráter de excepcionalidade, que consistiria na contratação de pessoal para levar a cabo a criação da acima mencionada infra-estrutura. Tudo indica que este programa de excepcionalidade não será aprovado em virtude da crise econômica por que passa o país. Nesse caso, será muito difícil pensar em criar, como previsto, uma ajudância especial para a área Yanomami e implantar a infra-estrutura, ou seja, um programa que vise a defesa da área, progressivamente invadida por colonos e garimpeiros. Questionamos

também a qualidade da assistência que a FUNAI dará ao povo Yanomami, uma vez que as verbas destinadas a esse trabalho foram substancialmente cortadas, não só em Roraima como no país inteiro.

Garimpo Santa Rosa

Em 1979, a área do Couto de Magalhães foi invadida por dezenas de garimpeiros em busca de ouro, invasão essa facilitada pelo governador de Roraima. Na ocasião, a CCPY solicitou ao então presidente da FUNAI e ao Ministro do Interior a remoção dos garimpeiros. Essa solicitação foi atendida em poucos dias, e os garimpeiros foram removidos prontamente. Na época, o ministro Andreazza declarou: "Terra de índio é de índio, riqueza de índio é de índio. Quem, da minha equipe, sair dessa linha está fora da linha do Ministério e, em consequência, em completa incompatibilidade com a nossa orientação. Pode haver o interesse que houver. Em relação ao índio existe a lei, e nós temos de cumprir a lei". (JB — 26/09/79)

No entanto, em 1980, no vale do Rio Uraricaá, ocorreu outra invasão de milhares de garimpeiros em busca de ouro. Ainda na mesma região, criou-se o Garimpo Santa Rosa, pertencente à CODESAIMA, Cia. de Desenvolvimento de Roraima, que ocupa atualmente uma área de 20 mil ha. encravados na área indígena interdita. Apesar de inúmeras denúncias, o garimpo continua funcionando com mais de 3 mil garimpeiros.

Santa Rosa constitui-se não só num ponto crítico para a invasão da área, mas também num foco de transmissão de doenças.

(*) Fotógrafa, coordenadora da CCPY, tem realizado freqüentes viagens à área Yanomami.

Yanomami

Governo já se decidiu sobre área Yanomami

O presidente da Funai informou ontem que o governo anunciará na próxima semana a decisão que tomou em relação à área habitada pelos índios Yanomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela. O cel. não quis adiantar se o governo criará um parque para eles, reivindicação feita pela CCPY, ou optará pela demarcação de áreas descontínuas para estes índios que vivem numa região rica em ouro e cassiterita. Os Yanomamis são índios ainda isolados, sem qualquer resistência física às doenças comuns, como gripe, sarampo e coqueluche. (ESP — 21/01/82)

Portaria interdita área Yanomami

O Ministro do Interior assinou ontem, portaria interditando uma área de 7 milhões e 700 mil hectares na Amazônia, que constituirá a futura reserva física e cultural de 8 mil 400 índios Yanomamis que vivem na região. O Estado do Amazonas cedeu 2 milhões 700 mil hectares e o território de Roraima 5 milhões. A área interdita está entre a fronteira com a Venezuela e a BR-210 (Perimetral Norte). Os índios estão distribuídos em 192 aldeias e, como consequência da portaria, deverá ser criada uma ajudância da Funai, 11 postos indígenas e as frentes de atração que forem necessárias para contratar grupos ainda arredios, bem como pólos para atrair os que ficaram de fora da área interdita. Nem o Ministro do Interior, nem o Presidente da Funai, souberam

precisar o tempo que transcorrerá entre a interdição e um decreto definitivo da criação do parque. O Presidente da Funai, por outro lado, mostrou-se tranqüilo, afirmando que “não perderemos esta oportunidade que o Governo Federal nos deu, e trabalharemos sem pressa para não cometermos qualquer levandade”. O Ministro completou, dizendo que o Presidente Figueiredo está empenhado pessoalmente no caso e já lhe assegurou todos os recursos necessários. A presidente da ABA, Eunice Durhan, que também compareceu, disse apenas que a comunidade científica acompanhará todo o processo até que esteja concretizada a criação do parque Yanomami. (Jornal do Brasil — 10/03/82)

Definido primeiro posto indígena em área Yanomami

O presidente da Funai, assinou ontem portaria criando o primeiro posto indígena de vigilância na área Yanomami. O posto, a ser instalado nas margens do rio Ericó, em Roraima, tem como principal objetivo impedir a entrada de garimpeiros e pessoas estranhas nessa região. Em um ano e meio, de setembro de 80 a março de 82, cerca de dez mil garimpeiros invadiram a área indígena procurando ouro e diamantes. (FSP — 19/03/82)

Parque Yanomami

O presidente da Funai seguiu ontem para Roraima, onde visitará a área indígena Yanomami. A viagem tem como principal objetivo a localização dos 11 postos indígenas que serão instalados na área interdita pelo Ministério do Interior para a criação do futuro Parque Yanomami. O Presidente deverá visitar os locais tradicionalmente invadidos por garimpeiros. Nesses locais a Funai deverá criar postos de fiscalização impedindo a entrada de estranhos na área indígena, como está previsto na portaria de interdição do território Yanomami. A coordenadora da CCPY afirmou, por outro lado, que é importante esclarecer a opinião pública de que a portaria que interdita uma área para estes índios, não encerra, como pode-se pensar, o problema. Este foi um primeiro passo. Resta ainda continuar a luta para que a área seja definitivamente demarcada, as invasões contidas e o Parque criado. (FSP — 06/04/82)

Yanomami: grupo de trabalho elaborará plano

O presidente da Funai instituiu um grupo de trabalho que deverá estudar medidas de apoio aos 8.500 índios Yanomamis. Caberá ao grupo de trabalho reafirmar os limites da área interdita para estes índios recentemente; implantar uma estrutura administrativa destinada a coordenar e executar as ações de proteção e assistência, por meio de postos indígenas; encaminhar a construção de campos de pouso e elaborar um plano para demarcação da área. O grupo ficará, ainda, encarregado e acompanhar as atividades desenvolvidas na região pelas missões religiosas. O grupo de trabalho terá o prazo de vinte dias para elaborar o plano de apoio e assistência que será encaminhado ao presidente Figueiredo com uma exposição de motivos justificando a criação da área indígena Yanomami. (ESP — 07/05/82)

Denunciada invasão de reserva dos Yanomamis

A área indígena Yanomami, interdita em março passado pelo ministro do Interior, está sendo invadida por milhares de garimpeiros. A denúncia foi feita ontem pela coordenadora da CCPY, Cláudia Andujar. No limite Norte, os garimpeiros entram no território indígena pela Serra de Urutanim, a partir da Venezuela. Segundo Cláudia Andujar, o Batalhão do Exército de Fronteira (BEF) já instalou dois destacamentos no limite Norte, em Urutanim e Auaris, “mas até com o destacamento — afirma — está sendo difícil controlar

a invasão”. (FSP — 11/09/82)

A morte de Rubão

O helicóptero da FAB voltava ao posto da Funai em Sururucus, vindo de uma das muitas aldeias índias da Tribo Yanomami situadas na extensa área do Território de Roraima. Faltavam 15 minutos para chegar ao seu destino quando o piloto viu-se obrigado a uma aterrissagem forçada.

Em pane, e desviado por um vale estreito, o helicóptero ficou enganchado na copa das gigantescas árvores. As opções de sobrevivência dos quatro passageiros eram poucas. O piloto resolveu continuar tentando fazer funcionar o motor; alguns resolveram saltar, descendo pelos galhos das árvores. Entre eles, Rubens, que se formou médico para entrar em contato com os índios, não teve tempo: numa das tentativas, o piloto conseguiu fazer funcionar o motor. E a hélice. Rubens foi atingido e seu corpo foi cortado.

Os outros passageiros — a antropóloga Guiomar Mello, o yanomami Ivanildo e o piloto — conseguiram escapar antes que o aparelho pegasse fogo.

Não foi apenas mais um acidente de helicóptero, tão comuns nessa inóspita região. Colocou fim à vida de um homem que não deixou herdeiros de seu idealismo, de seus conhecimentos, de seu trabalho pioneiro: levar a saúde às tribos indígenas, basicamente ligado agora ao esforço de vacinação dos yanomami, vitimados já por vários surtos de sarampo e coqueluche, desde que entraram em contatos formais com o homem branco e suas doenças, principalmente em 1974 com a construção da rodovia Perimetral Norte, que atravessou a sua área. Dr. Rubens estava ali vacinando, tentando prevenir que muitos outros ainda fossem dizimados. Os problemas de saúde da tribo vêm-se agravando desde que foram descobertas minas de ouro em suas terras. Garimpo e garimpeiros têm levado à área doenças até então desconhecidas nessa região de Sururucus, onde cerca de 3.500 yanomami habitam.

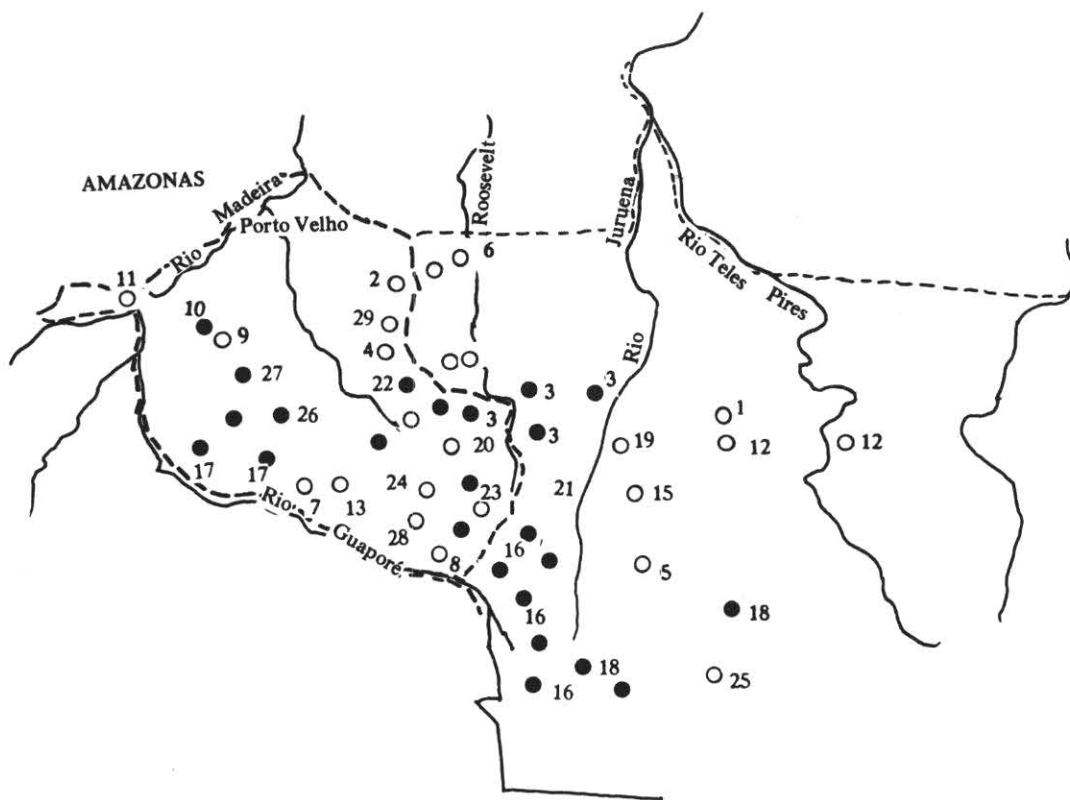
Rubens Belluzo Brando durante sua graduação, pela Escola Paulista de Medicina, participou por quatro anos do programa da Escola no Parque Indígena do Xingu, onde esteve diversas vezes até a formatura em 1978. Nesta época, partiu para as reservas da tribo Xavante, em Areões e Culúena, sempre fazendo levantamentos na área de saúde. Em 1979 fazia o curso de medicina sanitária na Faculdade de Medicina de Botucatu. No final de junho de 1980, já publicava sua tese de graduação — o “Diagnóstico de Saúde das Populações Indígenas do Interior do Estado de São Paulo”, pesquisa única sobre o assunto.

Dr. Rubens entrou em contato com os yanomami pela primeira vez no final de 1980. Membro da “Comissão pela Criação do Parque Yanomami” — CCPY — e membro da “Comissão Pró-Índio de São Paulo”, partiu para a área. Da viagem, que fez ao lado da fotógrafa Cláudia Andujar e do doutor Francisco Pascalicchio, especializado em Medicina Preventiva, resultou o “Relatório Yanomami: Situação de Contato e Saúde, Recomendações para a Criação e Estruturação do Parque Indígena” — 208 páginas que iniciavam uma ampla campanha pró-vacinação dos yanomami, empreendida pela CCPY, propondo controles médicos mais rigorosos e critérios mais abrangentes. E que, de uma certa forma, havia sido conseguida agora há pouco, com a contratação, pela Funai, do dr. Rubens Brando.

A morte o encontrou voltando do final da 6ª Campanha de Vacinação, a primeira da qual participava como coordenador do trabalho de saúde na área Yanomami. Ele havia conseguido. Em setembro último, havia-se mudado definitivamente para Sururucus, em companhia de sua esposa, Renée, artista plástica, e de seus dois filhos: Maria, de quatro anos, e Fernando, dois anos. (ESP — 20/12/82)

Rondônia e Oeste do MT

- 1 — Apiaká
- 2 — Arara-Kawahib
- 3 — Cinta-Larga
- 4 — Gavião-Digut
- 5 — Irantxe
- 6 — Itogapuk
- 7 — Jabuti
- 8 — Kanoé
- 9 — Karipuna
- 10 — Karitiana
- 11 — Kaxarari
- 12 — Kayabi
- 13 — Makurap
- 14 — Massacá
- 15 — Mynky
- 16 — Nambiquara
- 17 — Pakaa-Nova
- 18 — Pareci
- 19 — Rikbatsa
- 20 — Salamai
- 21 — Salumã
- 22 — Suruí
- 23 — Massacá
- 24 — Tupari
- 25 — Umutina
- 26 — Urupain
- 27 — Uru-weu-wau-wau
- 28 — Wayoro
- 29 — Zoró



Demarcações paradas, prossegue a BR-364

Betty Mindlin (*)

O Aconteceu Semanal publicou em 1982 uma série de notícias de jornal, referente em especial aos Nambiquaras e aos Uru-weu-wau-wau. É importante a publicação em jornal, pois está aí uma das poucas formas de se ficar sabendo quem exerce pressões sobre a Funai, no sentido de reduzir o território indígena: que empresários, parlamentares e representantes do governo de Mato Grosso e Rondônia. Vários presidentes da Funai têm afirmado receber um número muito maior de visitas de empresários, que vêm falar contra os

índios, que dos próprios índios. Qual líder Nambiquara, Suruí ou Cinta-Larga que não sonha em atravessar os corredores da Funai e expor aos civilizados suas reivindicações? No entanto, quem acaba tendo acesso ao Presidente ou aos Ministros são representantes de grupos econômicos, sem que esse jogo político, cuja força não se pode menosprezar, se torne do conhecimento do público em geral, de índios e antropólogos.

Às vezes as trocas de discursos no Congresso tornam claros os interesses antiindígenas. É o caso de um debate (Diário do Congresso Nacional, 2/6/1982) entre os deputados Antonio Morimoto do PDS de São Paulo, e Adhemar Santillo do PMDB de Goiás, em que o primeiro declara que os projetos agropecuários são pobres vítimas, perdendo terras com a criação de reservas indígenas e o deputado do PMDB reafirma com inteligência os princípios de proteção à minoria indígena.

Só essas pressões encobertas, feitas por grandes grupos econômicos, podem explicar a demora na demarcação das terras Nambiquaras. O Banco Mundial tem afirmado repetidamente, pela voz de vários representantes em visita ao Brasil, que interromperá o financiamento da pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho caso a integridade do território indígena não seja preservada, e, em especial, caso a demarcação do território Nambiquara não se concretize com rapidez. O Ministério do Interior, segundo informações da SUDECO, destinou à Funai, para o período de abril a setembro de 1982, uma verba de 86 milhões de cruzeiros para a demarcação e regularização de terras em Mato Grosso. Tais recursos foram efetivamente recebidos e não utilizados — onde estarão? — e o documento afirma que a causa da paralisação é o “atraso na tomada de decisões”. Não há mais dúvida hoje quanto à área Nambiquara a demarcar, definida por várias portarias. O território atual é o resultado de perdas sucessivas, reduzido a máximo 1/5 da área tradicional. Vale lembrar que a reserva Nambiquara foi criada em 1968, de forma absurda, deixando de fora a maior parte da população; que o povo Nambiquara foi submetido a transferências desastrosas voltando sempre ao território regional; que as terras Nambiquara do Vale do Guaporé foram ocupadas a partir de 1968 por empresas agropecuárias que receberam certificados negativos de presença indígena. O último desastre é a nova rodovia Cuiabá-Porto Velho, que apesar de protestos nacionais e internacionais, corta a área indígena. Corre no momento um processo de desapropriação das empresas invasoras do Vale do Guaporé. A indenização a ser paga é de Cr\$ 240.000,00 (cruzeiros de 1981). A avaliação de indenização, feita pela Funai, e que deveria ser pública, encontra-se no DGPI da Funai, considerada assunto de segurança nacional. Não se compreende por que a indenização não é paga e os invasores definitivamente retirados. Esperemos que o poder persuasivo do Banco Mundial seja maior que o dos proprietários de terra e que finalmente a demarcação ocorra. As notícias sobre os Uru-weu e as primeiras visitas dos índios ao acampamento da Funai são verdadeiras. O problema dos Uru-weu é, agora, o da demarcação do território, de 878.000 ha., apenas interditado (ainda não demarcadas na Rondônia, também, as terras dos Zoró, grupo contatado em 1976, de vida tribal e religiosa complexa, as dos índios do P.I. Rio Branco, de aproximadamente 240.000 ha., além de parte da área Cinta-Larga). Para os Uru-weu, além da demarcação, é importante que seja garantido um sistema eficaz de vacinação e atendimento médico, sem o que correm perigo de seguir os passos de tantos grupos logo após o contato: 300 Suruí, cuja população atual também é de 300, morreram entre 1971 e 1974, principalmente de sarampo; 44 Zoró morreram entre 1976 e 1979 (a população em 1981 era de 182 pessoas); dos 40 Caripunás contatados em 1976 restam 8 a 10.

A demarcação do território é só o primeiro passo. A garantia efetiva das terras exige gastos imensos de picadas e marcas de concreto circundando a área e fiscalização permanente e efetiva, cada vez mais necessária diante da onda de migrações e novas empresas em Mato Grosso e Rondônia. O Programa Polonoroeste está aí — e nenhum destino melhor que a defesa do território pode ser imaginado para os novos recursos.

(*) Antropóloga, está preparando tese de doutoramento na PUC-SP, com base em pesquisa que realiza entre os Suruí (RO) desde 1979. Atualmente é pesquisadora da FIPE na equipe de avaliação da situação das áreas indígenas afetadas pelo POLONOROESTE.

Morimoto pede saída de Apoena da Funai

O sertanista Apoena Meireles, delegado da Funai em Rondônia, teve ontem seu afastamento do cargo solicitado, na Câmara, pelo deputado Antonio Morimoto, do PDS de São Paulo e agora se transferindo para aquele ex-Território Federal. (Correio Braziliense — 21/04/82)

CIMI refuta declarações do governador de Rondônia

O coordenador do CIMI em Rondônia, pe. Mansueto Dal Maso, refutou através de uma nota oficial, as declarações prestadas pelo governador de Rondônia, Jorge Teixeira de Oliveira segundo as quais há muita terra para pouco índio em Rondônia.

Alguns trechos da nota: “Parece haver um desconhecimento do indígena em seus aspectos culturais, antropológicos e de habitat... Não é possível enfrentar a problemática da terra em relação aos índios usando parâmetros de um mundo capitalista onde a terra é sinônimo de lucro e a propriedade privada é um ídolo. Sabe-se que para seu habitat e sua sobrevivência o índio precisa de grandes extensões de terra onde a vida, a caça, a pesca e o cultivo estão a serviço do homem sem nenhuma violentação deste imenso patrimônio da natureza.” (O Liberal — 26/04/82)

Religiosos acusados de subversão em Rondônia

O governador de Rondônia, Jorge Teixeira, disse ontem em Porto Velho que alguns religiosos cambonianos fazem subversão na área em que atuam, procurando afastar os integrantes da ordem que não aceitam esse tipo de orientação. Teixeira prometeu divulgar, ainda esta semana, uma série de documentos que, segundo afirma, “provam as ações de subversão praticadas pelos padres cambonianos no interior do Estado”. (ESP — 27/04/82)

Sertanista não aceita redução das reservas

Um possível redimensionamento de reservas indígenas em qualquer região do País é assunto para ser tratado entre agrimensores, antropólogos e outros técnicos, não podendo ser uma decisão isolada de um governador de Estado, disse em Porto Velho (RO) o sertanista Apoena Meireles, delegado regional da Funai, colocando-se contra qualquer revisão de reservas já existentes em Rondônia. “Isto não pode sequer ser objeto de estudo para redução, muito pelo contrário, o governo deve colaborar com a Funai no policiamento dessas áreas...”, frisou o sertanista. Acrescentou que enquanto for delegado da Funai em Rondônia “não serão reduzidas nem objetos de estudo nesse sentido”. (ESP — 29/04/82)

Governador contra terra de índio

O governador de Rondônia, Jorge Teixeira, defendeu, durante um encontro em Cuiabá com o governador Frederico Campos, o redimensionamento das reservas indígenas para evitar um conflito entre migrantes e índios pela posse da terra em seu Estado. Teixeira participou, também em Mato Grosso, do I Congresso sobre a Ocupação da Amazônia. Segundo ele, “existe muita terra para poucos índios e isso logo vai gerar problemas, pois as reservas estão, justamente, no caminho dos colonos que procuram o novo Estado”. Uma sugestão apontada por Jorge Teixeira para este problema seria uma divisão da terra de acordo com o número de habitantes da comunidade, ou seja, “para cada índio seria entregue uma porção de terra formando uma reserva, assim como se faz com os colonos”. (Diário da Manhã — 04/05/82)

Apoena Meireles deixa FUNAI

O sertanista Apoena Meireles, que desde 1979 é delegado regional da Funai em Rondônia, anunciou ontem sua demis-

são do órgão e disse que entregará o cargo a seu substituto, em caráter irrevogável, no dia 6 de junho, “desaparecendo por uns tempos para descansar e estudar”. Sem dar maiores explicações — “Se não posso somar, não vou dividir” —, afirmou que deixa a Funai com possibilidade de retorno ao trabalho no futuro. (ESP — 12/05/82)

Comunidades indígenas recebem Cr\$ 50 milhões para a agricultura

Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, Pakas Novas, Rio Negro, Ocaia, Igarapé Ribeiro, Guaporé e Igarapé, Lage em Guajará Mirim; Serra Morena no Aripuana, Sete de Setembro em Cacoal, Roosevelt, em Pimenta Bueno e Karitiana em Porto Velho, são algumas das comunidades indígenas beneficiadas com projetos agrícolas aprovados pelo presidente da Funai, seguindo orientação do ministro do Interior. (O Liberal — 18/06/82)

Morte de sertanista

O diretor do Parque Aripuanã suicidou-se na madrugada de ontem com um tiro de espingarda. José do Carmo Santana, o “Zé Bell”, era sertanista há mais de dez anos e considerado muito experiente, mas alguns funcionários do posto informaram que já faz algum tempo que ele não vinha apresentando um comportamento equilibrado. (ESP — 14/10/82)

Cinta Larga

Apoena investiga morte de índios

O delegado regional da Funai em Porto Velho, Apoena Meirelles, viajou ontem de Ji-Paraná, em companhia de outros sertanistas e missionários da Operação Anchieta, para a região do Alto Guariba, perto do rio Roosevelt, à altura do Paralelo 10, a fim de apurar a veracidade das notícias sobre um massacre de 12 índios cinta-larga. Segundo a informação divulgada em Cuiabá por pilotos, missionários e funcionários da Prefeitura de Aripuana, o massacre teria ocorrido há duas semanas. Na região existem duas versões: os índios teriam sido mortos por garimpeiros que invadiram suas terras, ou por peões da Fazenda Santa Helena, situada a 40 quilômetros da área do garimpo. (Jornal do Brasil — 05/05/82)

CIMI denuncia conflito iminente com indígenas

Um conflito de “graves proporções” poderá ocorrer envolvendo os índios Cinta-Larga, que vivem no município de Aripuanã (MT), garimpeiros e a empresa norte-americana Amcon — Mineração e Exploração Limitada. O alerta foi dado ontem pelo Cimi através de nota distribuída à imprensa. Diz a nota do Cimi que “mais de 70 garimpeiros foram expulsos da região de Ouro Preto no dia 27 de maio pela firma Amcon. Eles prometem voltar, desta vez com um contingente maior de trabalhadores, dispostos a apelar para a violência”. Segundo a nota, os Cinta-Larga estão envolvidos nesse conflito porque até agora “a Funai ainda não definiu a área indígena de Aripuanã”. A proposta para a definição da área foi encaminhada em setembro do ano passado à presidência da Funai pela equipe pastoral indigenista da prelazia de Ji-Paraná (RO) e o Cimi “exige o imediato cumprimento da portaria da Funai, de 1979, que interdita a área indígena de Aripuanã, sob pena de consequências imprevisíveis para a sobrevivência dos índios”. (FSP — 16/06/82)

Karitiana

Índios Karitiana conhecem planta anticoncepcional

“Os índios Karitiana, de Rondônia, conheceram e utilizam, sob forma de chás, dois grupos de plantas, sendo que um deles tem efeito anticoncepcional e, o outro, de fertilizante”. A revelação é do Prof. Edson Saraiva Neves, do Hospital de Doenças Tropicais de Porto Velho, que se encontra em Campos do Jordão participando do Congresso Nacional sobre Es-sências Nativas, onde apresentou trabalho sobre a utilização de plantas medicinais na saúde pública. (Diário de Minas — 25/09/82)

Makurap

Portaria define reserva dos índios Tupari e Makurap

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.215/E de 6 de maio de 1982 declarando como de posse permanente dos grupos indígenas Tupari e Makurap a área denominada Área Indígena Rio Branco de aproximadamente 240.000 ha. no município de Guajará-Mirim/RO, e recomendando ao DGPI que promova a demarcação da referida área. (Diário Oficial — 12/05/82)

Massacá

Conflitos entre posseiros e fazendeiros em área indígena

A polícia de Rondônia prendeu vários posseiros, segunda-feira, numa área da fazenda Vale D'Oeste, a 70 quilômetros do município de Vilhena, apreendendo com eles cerca de 300 armas. Os lavradores foram acusados de invasão, pelo grupo Saks, que se diz proprietário das terras.

A fazenda Vale D'Oeste ocupa parte da reserva indígena dos “Tubarão” e “Massaca”, segundo revelou ontem o delegado substituto da Funai, Amauri Vieira. A Funai já embargou as terras conflitadas e ainda mantém uma ação de reintegração de posse em alçada superior, em Brasília. (FSP — 26/05/82)

Nambiquara

Frente antiindígena no MT

Os deputados Antonio Morimoto (PDS-SP), Roberto Cruz (PDS-MT) e o secretário do Interior e Justiça de Mato Grosso (do Norte), Domingos Sávio Brandão de Lima, entre outros, fazem parte e animam um “lobby” cuja finalidade é impedir a demarcação de reservas indígenas naquele Estado. A denúncia é da Comissão Pró-Índio de São Paulo, cujos membros estão, neste momento, preocupados com a questão das terras dos índios nambiquaras. O mais aguerrido adversário da demarcação é o secretário Sávio Brandão de Lima, para quem a Funai é uma entidade “expansionista” que prejudica o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. A última iniciativa do “lobby” antiindígena, dizem os responsáveis pela CPI-SP, tem por objetivo derrubar as portarias assinadas pelo presidente da Funai, estabelecendo as reservas nambiquaras que somam 340 mil hectares — uma insignificância na imensidão do Mato Grosso. Para a CPI-SP, é necessário que as autoridades federais façam cumprir o estabelecido nas portarias da Funai, garantindo a reserva desse povo. (FSP — 01/02/82)

FUNAI garante área para Nambiquara

As pressões que estariam sendo feitas, de acordo com denúncia da CPI-SP, pelo deputado federal Antônio Morimoto (PDS-SP), pelo deputado estadual Roberto Cruz (PDS-MT) e pelo secretário do Interior e Justiça de Mato Grosso, Domingos Sávio Brandão, contra a reserva dos índios Nambiquara, no Vale do Guaporé, “não alteram a disposição da Funai em demarcar essa área indígena”. A garantia foi dada pelo presidente da Funai aos antropólogos Eunice Durham, presidente da ABA, Olímpio Serra; Lux Vidal, da USP; Roque Laraia e Roberto Cardoso de Oliveira, da Universidade de Brasília.

O coronel Leal informou ainda aos antropologistas que a portaria de demarcação da reserva nambiquara não foi revogada e que a Funai cumpre o contrato com o Banco Mundial que condicionou o empréstimo financeiro para asfaltamento da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) à demarcação da reserva e assistência aos cinco mil índios que vão ser afetados pela estrada. (FSP — 04/02/82)

Editorial

“Custa crer que a delimitação de uma área destinada aos índios nambiquaras, no Vale do Guaporé (MT), tenha como defensor o Banco Mundial, que condicionou o empréstimo financeiro para asfaltamento da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) à demarcação da reserva e assistência aos cinco mil índios que vão ser afetados pela estrada. Inacreditável mesmo, no entanto, é a atitude de alguns homens públicos brasileiros que, de acordo com as denúncias da CPI-SP, estariam pressionando a Funai para evitar a demarcação, em consequência da valorização daquela área.” ...

... “A Funai — através de seu presidente — garante, contudo, que as pressões de que é alvo não alteram sua disposição em demarcar a reserva indígena. É sem dúvida animador tomar conhecimento de que o organismo que sucedeu ao SPI fundado por Rondon, finalmente dá mostras de seguir, em sua prática, as mesmas diretrizes e propósitos que nortearam o trabalho de uma das mais respeitadas personalidades da nossa história...” (FSP — 05/02/82)

Nambiquara: continua campanha parlamentar (PDS) contra portarias

Em Cuiabá, o presidente em exercício da Assembleia Legislativa matogrossense, deputado Ricardo Correa, do PDS, conclamou os políticos de oposição a se unirem ao partido situacionista no apoio ao desembargador Domingos Sávio Brandão, para a alteração das portarias que estabelecem uma área no Vale do Guaporé para os índios Nambiquara. O assunto, em sua opinião, é do interesse de Mato Grosso e, por isso, os oposicionistas devem fazer pressões com intensidade. (ESP — 06/02/82)

FUNAI e a área dos nambiquara

“Em relação à matéria publicada na edição do dia 4 de fevereiro intitulada “Funai garante área para Nambiquaras” desejo, em nome da ABA, fazer os seguintes esclarecimentos:

“Em primeiro lugar, os antropólogos efetivamente desejam que as pressões políticas exercidas pelos deputados Antônio Morimoto, Roberto Cruz e pelo secretário do Interior de Mato Grosso, Domingos Sávio Brandão (entre outros), não alterem a disposição da Funai em demarcar essa área indígena. Essa reivindicação, que apresentamos ao presidente do órgão, aparece na notícia como declaração do próprio presidente. O mesmo engano ocorre no parágrafo seguinte onde, novamente, nossos pedidos de que as portarias de demarcação já expedidas não sejam revogadas e a assistência às populações indígenas propostas pelo Banco Mundial seja efeti-

vada, são confundidos com declarações do próprio cel. Paulo Leal.” ... (FSP — 09/02/82)

Parlamentar admite possuir fazenda em área indígena

O deputado federal Antônio Morimoto (PDS-SP) rompeu ontem o silêncio que se impusera, desde que foi acusado há 15 dias, de sabotar a implantação de reservas indígenas, e afirmou que defenderá suas terras “até as últimas consequências”. A declaração de Morimoto é uma resposta direta às denúncias da CPI-SP, segundo as quais o parlamentar integra um “lobby”, cujo objetivo é impedir o cumprimento de três portarias da Funai criando reservas Nambiquaras, no Mato Grosso. Morimoto esclareceu que não apenas seu irmão, mas ele próprio, é proprietário de terras na região agora demarcada por uma das portarias. A Comissão Pró-Índio acusara o deputado de estar trabalhando em benefício do irmão, e não o apontara diretamente como proprietário, o que ele mesmo se encarregou de fazer, ontem. O parlamentar argumenta que aquelas terras, localizadas no município de Vila Bela de Santíssimo Sacramento, comarca de Cáceres, Mato Grosso, nunca foi registrada a presença de indígenas. E procura comprovar o fato exibindo uma certidão negativa da própria Funai, firmada pelo ex-presidente, general Bandeira de Melo, em março de 1971. O parlamentar garante que esgotará todos os recursos para impedir a implantação daquela reserva nambiquara. (FSP — 11/02/82)

Em andamento demarcação Nambiquara

Três equipes da Funai se deslocaram na semana passada, para o Vale do Guaporé, área que será atingida pelo Pólo Noroeste, para realizar um levantamento das empresas agropecuárias que poderão ser desapropriadas para a demarcação da área dos índios Nambiquara. Nessa região, que será cortada pelo novo traçado da rodovia 364, a Cuiabá-Porto Velho, vivem 4.686 índios que serão beneficiados, como parte das exigências feitas pelo Banco Mundial que financiará o asfaltamento da 364. A região habitada pelo Nambiquara começou a ser ocupada a partir de 1970, por dezesseis empresas agropecuárias que conseguiram, na ocasião, certidão negativa da Funai, atestando a inexistência de grupos indígenas na área. (ESP — 16/02/82)

FUNAI anula certidão negativa

Ementa — Anulação de certidão negativa, concedida à SORAMA — Comercial e Importadora S/A. Deverá ser declarada nula a Certidão expedida pela FUNAI que declare inexistência de aldeamento indígena, se tal não corresponde a realidade dos fatos com fulcro no art. 198 da Constituição Federal e art. 7º, 18 e 22 da Lei nº 6001/73. O ato de nulidade deverá ser praticado pelo Presidente da Fundação Nacional do Índio. (Emp. nº 30/82)

Ass. Paulo Moreira Leal — Presidente da Funai (Diário Oficial — 16/04/82)

Mais dois postos em Cuiabá (MT)

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), coronel-aviador Paulo Moreira Leal, assinou portaria ontem criando os postos indígenas Pareci e Aroeira, em Cuiabá (MT). Objetiva a medida oferecer maior assistência às comunidades indígenas das áreas Nambikwara e Pareci, de acordo com a minuta de entendimentos assinada entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, através da Funai. (Correio Braziliense — 14/05/82)

FUNAI acusada de forçar interdições de reservas

A Funai foi acusada, na Câmara, pelo Deputado Antônio

Morimoto (PDS-SP), de ser “useira e vezeira em transportar índios de uma área para outra, para justificar, depois, a interdição da nova área.”

Isso, segundo ele, está acontecendo, agora, no Vale do Guaporé, em Mato Grosso, onde um grupo de fazendeiros e empresários — entre os quais ele próprio — adquiriram terras e estão nelas trabalhando desde 1965.

O deputado exibiu, da tribuna, uma certidão negativa da Funai quanto à existência de índios naquela área. “Para grande surpresa nossa — assinalou — a Funai fez publicar, em dezembro, a portaria nº 1.125/E declarando propriedade indígena uma área de 243 mil hectares, englobando dezenas de propriedades da rica região do Vale do Guaporé.”

Em nome da liderança do PMDB o Deputado Ademar Santillo (GO) apartou o orador para defender o direito dos índios à sobrevivência, mas Morimoto afirmou ser “totalmente fora da realidade essa política que visa preservar os índios em sua condição natural.” (Gazeta de Notícias — 03/06/82)

Sairá demarcação Pareci e Nambiquara

A Funai realizará no próximo ano, em Mato Grosso, um trabalho de demarcação de áreas e reservas indígenas correspondentes a dois mil hectares localizados nos municípios de Tangará da Serra e Vila Bela, pertencentes aos índios Nambiquara e Pareci.

O trabalho de demarcação, que consiste na colocação de marcos feitos de cimento, atingirá a reserva indígena Pareci, com 960 mil hectares, e a reserva indígena de Tiracatinga. Atualmente, essas áreas estão delimitadas por acidentes geográficos, principalmente rios. (Diário da Manhã — 16/12/82)

Pakaa-Nova

Índios Pacaa-Nova homenageados

O bispo de Guajará-Mirim (RO), dom Geraldo Verdier, está homenageando os índios Pacaa-Nova em sua Diocese, por ocasião dos 20 anos de contato desses índios com a sociedade, lembrando que em 1962, quando foram contatados, eles eram seis mil e hoje são apenas 1.600. Por sua vez, antropólogos da Universidade de Campinas afirmam que dentro de 25 anos os Pacaa-Nova terão desaparecido com a tuberculose “que já atingiu todos os índios”. (FSP — 16/10/82)

Surui

Doença pode acabar com indígenas

Os índios suruí estão contraindo doenças venéreas nos bordéis de Porto Velho, Cacoal e Pimenta Bueno, em Rondônia. A doença já foi constatada por assistentes de saúde da FUNAI, que trabalham na área e os indigenistas estão preocupados, alertando para um problema semelhante ocorrido com os Parakanã, do Pará, durante a época do contato (1971).

“Há perigo de contaminação em toda a aldeia”, afirmam antropólogos, dizendo ainda que “a exemplo dos Parakanã, as crianças Suruí que nascerem depois da doença podem nascer cegas”. Os Parakanã, que contraíram a doença com os operários que construíam a Transamazônica, apresentam dois casos de cegueira em crianças nascidas depois de um surto de gonorréia.

A doença tem atacado os suruí recrutados para trabalhar na frente de atração Uru-Eu-Wau-Wau. Antes de seguir viagem para o posto da frente de atração, eles escalam em Porto

Velho e outras cidades para comprar mantimentos. Na ocasião, são levados aos bordéis. (Notícias Populares — 04/04/82)

Cultivo do cacau

Através de um projeto da Funai, que aplicará Cr\$ 1 milhão, o grupo indígena Surui, que vive em torno do posto 7 de Setembro, está partindo para explorar o cultivo do cacau. O grupo vive nos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno e Aripuana, em Rondônia, em terras e condições climáticas próprias para o cultivo do cacau. (Jornal do Brasil — 13/05/82)

Urupaim

Funai prepara atração do grupo indígena Urupaim

Somente com a volta do sertanista Apoena Meirelles, delegado regional da Funai, que está em férias, é que se começará a tratar do problema da atração do grupo Uru-Pa-Im, localizado no Vale do Guaporé, disse ontem o delegado substituto Mauri Vieira.

Com a abertura da frente de atração Uru-Pa-Im a Funai ficará em Rondônia com dois trabalhos deste nível, um deles, o dos Uru-eu-Uau-Uau, no Vale do Rio Jamary, próximo a Ariquemes, já em fase bastante adiantada desde fevereiro de 1980.

Ainda hoje, o sertanista Hugo, da frente de atração Uru-Eu-Uau, deverá seguir para o posto alto Lídia, onde vêm sendo feitos contatos com esse grupo tribal, levando, agora, um carregamento de gêneros alimentícios para abastecimento durante a fase atual de muita chuva na região. (Folha da Tarde — 07/01/82)

Uru-Weu-Wau-Wau

Atração do Uru-Weu-Wau-Wau

Em Porto Velho (RO), os Uru-Weu-Wau-Wau, cuja atração foi iniciada em fevereiro de 1980, concordaram em dormir no acampamento “Ari Dal Toé”, no rio Jamary, a 300 quilômetros da capital. Três índios Wau-Wau chegaram ao acampamento no final da tarde de domingo e, por sinais — a equipe de atração ainda não conseguiu entender o dialeto da tribo —, indicaram que queriam dormir, sendo então atendidos. Ao meio-dia de ontem, eles receberam presentes e deixaram no acampamento flechas e arcos, antes de se embrenharem na selva novamente. Segundo a Funai, este foi um sinal de que eles estão dispostos a reatar relações com os membros da equipe, após os episódios ocorridos no mês passado, quando flecharam um sertanista. (ESP — 20/04/82)

Estabelecido contato com os Uru-Weu-Wau-Wau

Oito homens, seis mulheres e 14 crianças da tribo Uru-Eu-Uau-Uau, passaram o dia inteiro de terça-feira na frente de atração que a 8ª delegacia da Funai montou no interior do Município de Ariquemes, em Rondônia, a cerca de 300 km de Porto Velho. No posto Comandante Ari, os índios trocaram flechas, pulseiras e arcos por redes, espelhos e painéis. Em 79, antes do contato desse povo — são cerca de 300 os Uru-Eu-Uau-Uau — um grupo de 15 índios atacou o seringueiro Francisco Prestes Rosas às margens de um rio, na divisa com o projeto Burareiro. Dois filhos de Francisco foram flechados — um morreu no local e outro em Manaus, mais tarde — e outro filho, o menino Fábio Prestes Rosa, que tinha sete anos na época, foi seqüestrado pelos índios e até hoje não apareceu. Supõe-se que ainda esteja vivo. (Jornal do Brasil — 29/07/82)

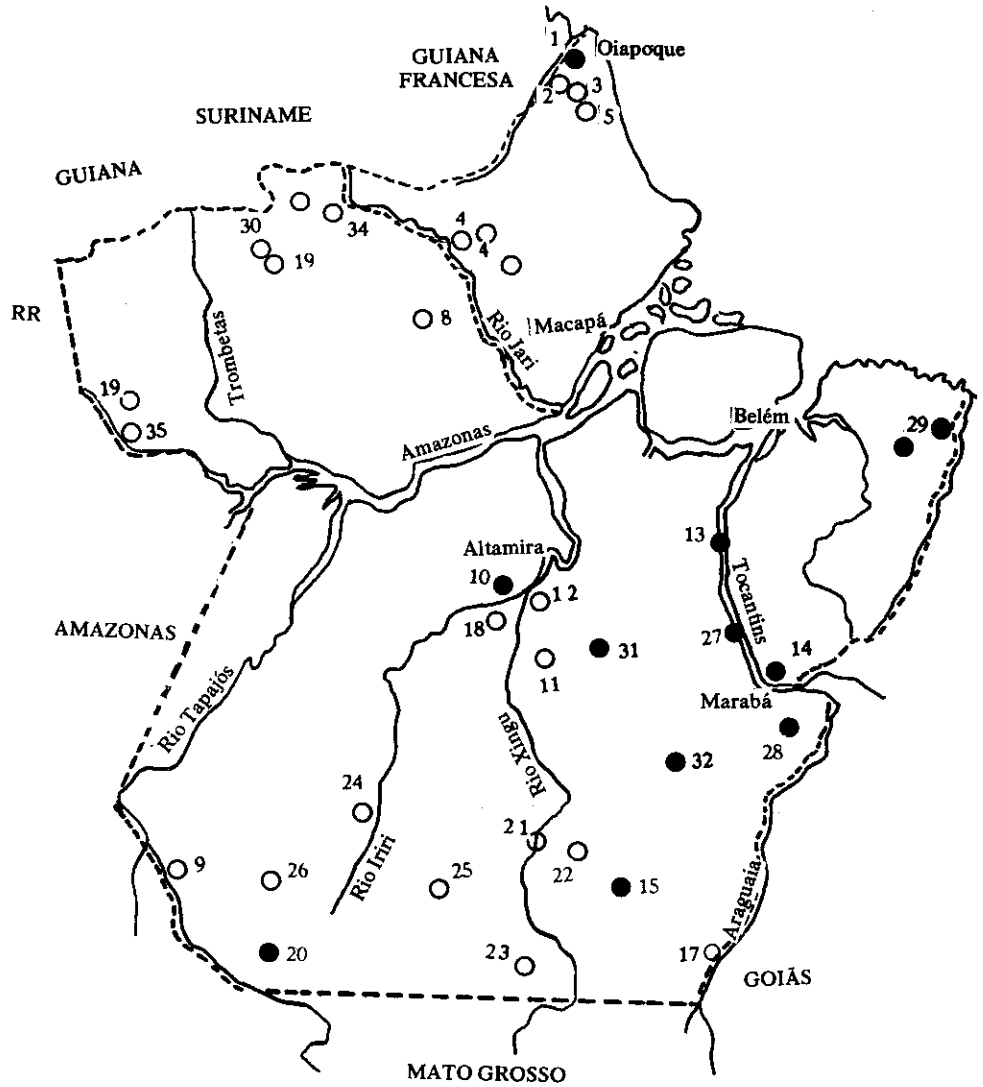
Pará, Maranhão e Amapá

AMAPÁ

- 1 — Galibi do Oiapoque
- 2 — Galibi do Uaçá
- 3 — Karipuna
- 4 — Waiãpi
- 5 — Palikur

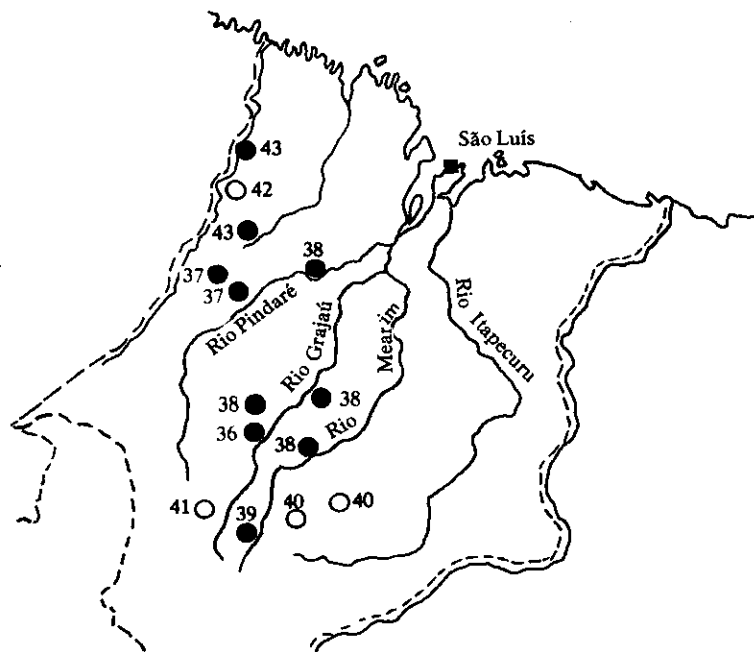
PARÁ

- 6 — Amanayé
- 7 — Anambé
- 8 — Aparai-do-Jari
- 9 — Apiaká
- 10 — Arara
- 11 — Araweté
- 12 — Assurini do Coatinemo
- 13 — Assurini do Trocará
- 14 — Gavião Parakatejê
- 15 — Gorotire
- 16 — Hixkariana
- 17 — Karajá
- 18 — Kararaô
- 19 — Kaxuyana
- 20 — Kayabi
- 21 — Kokraimoro
- 22 — Kubenkranken
- 23 — Kuben-Kranoti
- 24 — Kuruaya
- 25 — Mekrãgnoti
- 26 — Munduruku
- 27 — Parakanã
- 28 — Suruí
- 29 — Tembê
- 30 — Tiriyo
- 31 — Xikrin do Bacajá
- 32 — Xikrin do Catetê
- 33 — Warikyana
- 34 — Wayana-Aparai
- 35 — Waiwai



MARANHÃO

- 36 — Gavião Pukobiê
- 37 — Guajá
- 38 — Guajajara
- 39 — Kanela
- 40 — Kanela Apaniekra
- 41 — Kanela Rankokamekra
- 42 — Tembê
- 43 — Urubú-Kapor



Ameaças de "Carajás" e outros projetos

Lux Vidal (*)

Para os povos indígenas da área Sudeste do Pará, os maiores problemas são: 1) a não demarcação das reservas. 2) as contínuas invasões dos territórios indígenas por fazendeiros, projetos de colonização, madeireiras e garimpos. 3) ameaça de transferências. 4) desequilíbrio ecológico.

Além disso, todos os povos estão direta ou indiretamente ameaçados, a curto prazo, pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, pelas hidrelétricas do Xingú e pelo Projeto Grande Carajás. Esses últimos põem em perigo a própria sobrevivência desses grupos pelos danos causados ao meio ambiente, pelos problemas de saúde que continuam se agravando e pelas ingerências contínuas na vida tribal. Todos os povos da área possuem pouco tempo de contato, sendo que alguns não falam português. Atualmente estão sendo contatados dois grupos ainda não isolados, os Arara e os Parakanã.

Com relação ao Projeto Grande Carajás deve ser notada a existência de estudos específicos acerca do impacto ecológico destes empreendimentos planejados para a região de floresta tropical. O Banco Mundial, um dos financiadores do Projeto Ferro-Carajás, recomendou a demarcação oficial e a proteção das áreas indígenas afetadas, além de garantir a esses povos condições dignas de sobrevivência. Para um primeiro levantamento sobre a situação atual dos Gavião, Xikrin, Guajá e Guajajara (Maranhão) e sobre a possível aplicação dos recursos repassados à FUNAI para o "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas afetadas pelo Projeto Ferro-Carajás" a CVRD contratou, através de indicação da ABA, três antropólogos e um médico. Esses profissionais encaminharam um relatório com propostas concretas, que até hoje não foram levadas a sério pela FUNAI; ninguém sabe como estão sendo aplicados os recursos liberados pela CVRD.

Gavião da Montanha expulsos pela Hidrelétrica

A FUNAI se omite, há anos, em informar que ainda há uma família de índios Gavião da Montanha em Tucuruí, na área onde está sendo construída a hidrelétrica. O chefe deste grupo, Paiare, vem sofrendo, desde 1976, pressões para abandonar a terra onde continua morando, a área da Montanha, à margem direita do Tocantins, entre os igarapés Cagango e Arumateuzinho. Ali, viviam 45 índios que abandonaram o local por causa das ameaças de funcionários da FUNAI e da ELETRONORTE que, segundo Paiare, diziam que se eles não saíssem, "iriam jogar bomba neles, passar trator". Exatamente no local de sua antiga casa, a ELETRONORTE construiu duas torres de transmissão. Paiare recebeu uma indenização em 1977, que cobriu apenas as benfeitorias, nada foi pago pela terra; além disso, Paiare foi obrigado a assinar o documento de desistência enquanto estava doente na clínica de Tucuruí.

Nesta questão, a FUNAI é totalmente omissa. (O GETAT também desconhece a existência de área indígena neste local.) A área da Montanha é porém, indiscutivelmente, área indígena. Teve posto do SPI, há cemitérios indígenas e existe um decreto estadual concedendo a terra da Montanha aos índios Gavião.

Desequilíbrio ecológico ameaça Gavião de Mãe Maria

Os Gavião de Mãe Maria continuam a sofrer o impacto dos projetos de infra-estrutura que assolam o seu território: estradas, a construção da ferrovia Carajás-Itaqui e invasões de regionais. Devido à poluição crescente da área, há contaminação nas águas e problemas sérios de saúde. "Em breve, esta reserva deixará de ser uma importante área produtora de castanha-do-Pará, fonte primordial de subsistência, e sobretudo de recursos para os Gavião cuja comercialização direta aos exportadores valeu-lhes a conquista da autonomia a partir de 1976. A alarmante diminuição da produção de castanha em toda aquela região do sudeste paraense deveu-se à extinção dos insetos polinizadores da castanheira, decorrente dos desmatamentos e queimadas que se verificam em grande escala. E resulta também, entre os Gavião da perda de porções significativas de seu território". (Ferraz, Iara. "Os índios pagam primeiro e mais caro", in *Ciência Hoje*, ano I, n.º 3, novembro/dezembro 1982)

Demarcação prejudica os Suruí do Sororó

A reserva dos índios Suruí do Sororó foi demarcada incorretamente, com prejuízo dos índios e benefício de castanheiros da região. Os índios Suruí reivindicam nova demarcação, com reincorporação das áreas tradicionais que ficaram fora de sua pequena reserva de 25.000 hectares. Essas áreas tradicionais, donde foram rechaçados por ataques de frentes de castanheiros, ficaram, segundo os índios, com os senhores Evandro e Demóstenes de Azevedo, Antonio Braga e Almir Moraes. Faltam aproximadamente 40.000 hectares a serem demarcados.

Os Assurini do Trocará excluídos do "Projeto de Apoio" do Ferro-Carajás

Os Assurini do Trocará, grupo Tupi de 136 pessoas, vivem às margens do Tocantins a 20 minutos rio abaixo da Hidrelétrica de Tucuruí. A área que lhes foi concedida é pequena e boa parte das terras não produtivas. O mais grave é que a reserva Assurini foi dividida em duas partes pela construção da estrada Tucuruí-Cametá, o que tem causado inúmeros danos e abusos, especialmente por parte de caçadores que invadem a área de floresta a oeste. Os índios nunca receberam nenhuma indenização por áreas desmatadas e pelos prejuízos causados pelo desmatamento de seu território. Com o desaquecimento dos projetos na região e os problemas sociais causados pelo caso CAPEMI, é de se temer mais invasões na área.

Inexplicavelmente os Assurini não foram incluídos no "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas do Projeto Ferro-Carajás, apesar de estarem sob sua área de influência.

Área dos Assurini do Koatinemo e dos Araweté será inundada pela Hidrelétrica

A área Assurini e Araweté será inundada com a construção do complexo hidrelétrico do Xingu, segundo o cronograma da ELETRONORTE. A fase de estudos deverá terminar no

final desse ano. Apesar de haver, desde 1979, uma proposta de delimitação para essa área, inclusive de autoria de um grupo de trabalho da FUNAI, até hoje nada foi feito no sentido de garantir o território desses povos contatados na década de 70. Em 1982 foi reencaminhado à FUNAI, a seu pedido, um relatório elaborado pelos antropólogos que trabalham na área, pedindo uma definição sobre a demarcação das terras, mas apesar dos sucessivos relatórios, os trâmites continuam parados.

Indefinições põem em risco os Parakanã

A problemática dos Parakanã, silenciada nos jornais nestes últimos cinco anos, assume, de fato, proporções muito maiores do que o imaginado. Desde 1978, estes índios viviam na perspectiva de uma transferência provocada pela construção da Barragem de Tucuruí. Cansados de tanto esperar, os Parakanã se autotransferiram em setembro de 1981, enquanto que os residentes à Reserva Pucuruí somente em novembro de 1982 é que foram levados pela FUNAI para o local que haviam escolhido, às proximidades do Rio do Meio, a região do Rio Cajazeiras.

Mas o fato que os jornais não publicaram foi que o território da nova Reserva Parakanã para ambos os grupos foi reduzido pela FUNAI em mais de 100 mil hectares. Este fato é tão mais grave quando sabe-se que foram contatados, recentemente, cerca de 43 índios Parakanã e que entre 100 e 150 se encontram ainda em perambulação, o que poderá perfazer um total de aproximadamente 300 índios Parakanã sem terras suficientes para viver. A FUNAI não forneceu nenhum prazo para a demarcação da reserva.

Esta indefinição quanto à delimitação da área tem gerado um problema de graves proporções. O GETAT/Tucuruí tem interesse em lotear uma área de 3 km ao longo do desvio da Transamazônica. Cada vez mais garimpeiros se adentram sem ser possível qualquer controle. Pelo lado do Rio Pacajazinho estão se instalando mais posseiros e aqueles já instalados ao longo do Rio Cajazeiras do Meio ampliam suas roças e seu gado.

A transferência do grupo da Reserva de Pucuruí foi iniciada no dia 28/11/82, utilizando-se de dois aviões da FUNAI e um cedido pela ELETRONORTE. Devido à falta de coordenação e transporte aéreo para o preparo do plantio, a área desmatada para as roças ficou praticamente perdida. Esta situação põe em risco a sobrevivência do grupo, posto que, no momento (inverno 1982-83), as chuvas não permitem maiores trabalhos. Com a mudança, a assistência piorou muito. A FUNAI só dispõe de dois vãos mensais para o PIA Marudjewara. O mais grave é que, em caso de internação em hospital, o índio não mais é levado para Tucuruí ao hospital da ELETRONORTE e sim para Marabá, onde são atendidos pela Fundação Sesp, que atende oito municípios e encontra-se em péssimas condições de higiene e falta crônica de equipamentos. A malária continua abalando a saúde dos Parakanã. Em 1982 foram registrados 200 casos em uma única aldeia de 140 indivíduos.

A FUNAI nunca informou de como os índios Parakanã seriam indenizados pelos desmatamentos efetuados em sua reserva pela Agropecuária CAPEMI. Após o "escândalo CAPEMI" chegar a público, no dia 9.03.83, através de matéria publicada pela Folha de São Paulo, o público é finalmente informado de que a primeira parcela da dívida com a FUNAI, de 1 milhão e 856 mil cruzeiros, vencerá em 10.03.83 e que o valor global assinado em setembro de 1982 é de 356 milhões de cruzeiros, que deverão ser pagos em dez parcelas.

Área dos Kaiapó constantemente invadida

Os Kayapó são o grupo mais numeroso desta região do Pará. Ocupam seis reservas: o Parque Kayapó, a maior delas, que abriga dois grupos Gorotire, dois Kubenkrânkrein e um Kokraimoro; a Reserva Mekranoti, a oeste do Xingu, com 3 grupos, junto aos PIs Mekranoti, Baú e Pukanu, a Reserva Kararaô; a Reserva Xikrin do Bacajá; a Reserva Xikrin do Cateté e Parque Indígena do Xingu com dois grupos Txucarramãe nos PIs Kretire e Jarina.

Estes grupos, até hoje bastante preservados, estão sendo submetidos a mudanças súbitas, causadas pelo Projeto Grande Carajás e por todos os outros projetos que se desenvolvem paralelamente.

A respeito da assembléia dos povos Kayapó, planejada e dirigida pela FUNAI com a presença de pessoas ligadas ao IBGE, não é verdadeira a versão do artigo de O Estado de São Paulo, 10/06/82, segundo a qual os índios pediram uma área única. Pelo contrário, os Xikrin do Cateté, pelo menos reagiram com espanto e firmeza contra tal proposta.

Os problemas mais graves enfrentados pelos Kayapó são a não demarcação de suas terras, as contínuas invasões e a poluição das águas dos rios que banham suas reservas. Os Kayapó ocupam um vasto território muito rico em minérios, madeiras nobres e boas terras para agricultura, o que torna sua situação extremamente vulnerável.

O Parque Kayapó, já delimitado, espera há mais de 10 anos o término de sua demarcação nas partes Leste e Sul, as mais problemáticas e invadidas. Esta situação já provocou os trágicos acontecimentos de agosto de 1980 quando do massacre de 19 pessoas da Fazenda Espadilha.

Em 1980-81 a área Gorotire foi maciçamente invadida pelo garimpo Cumaru e Maria Bonita. As conseqüências foram a perda de terras e poluição dos rios. A FUNAI chegou a aceitar o compromisso dos índios receberem de 7 a 10% dos lucros do minério retirado na área invadida. Foi instalado ali um Posto de Vigilância mas continuam as invasões e os vôos de avião sobre a área.

O sul do Parque Kayapó está sendo invadido por fazendas. Existe, na FUNAI, um dossiê completo sobre estas invasões que não foi divulgado.

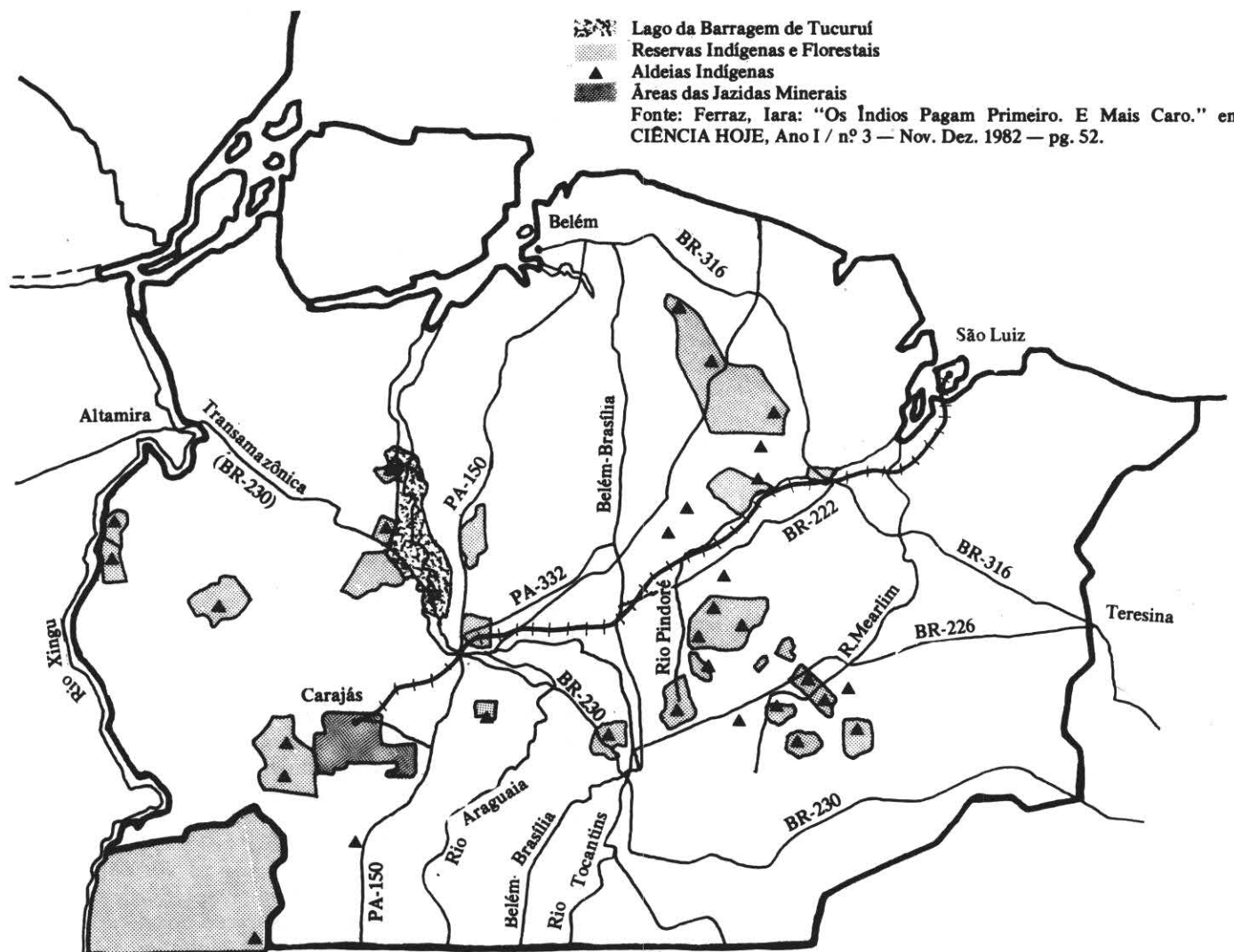
A reserva delimitada para os Xikrin do Bacajá é muito pequena e invadida por garimpos. Além disso, muitos castanheais da tribo ficam fora da Reserva.

A Reserva Mekranoti ainda não foi demarcada e estes índios estão ameaçados pela implantação, em área contígua à reserva, de uma imensa área destinada a manobras militares. A Reserva dos Xikrin do Cateté, apesar de demarcada, está ilegalmente invadida ao Sul (Província do Pará, 26/01/83) e a Oeste pela Madeireira Campos Altos. Sofrerá duramente o impacto do Projeto Carajás; as cabeceiras de seus rios já estão poluídas e há mais de dois anos que não há enfermeiro na área.

(*) Antropóloga da USP e atual presidente da CPI-SP, com tese de doutoramento sobre os Xikrin do Cateté, atualmente acompanha a situação dos índios dessa área também como consultora da CVRD.

No comentário acima a autora se baseou em informações fornecidas pelas seguintes pessoas: Eduardo V. de Castro (para Araweté), Iara Ferraz (para Gavião), Lúcia Andrade (Assurini do Trocará), Regina Muller (Assurini do Koatinemo), Pe. Renato Trevisan (Gorotire), Antonio Carlos Magalhães (Parakanã) e do médico João Paulo Botelho (Surui e Xikrin).

Projeto Carajás



Lago da Barragem de Tucuruí
 Reservas Indígenas e Florestais
 Aldeias Indígenas
 Áreas das Jazidas Minerais

Fonte: Ferraz, Iara: "Os Índios Pagam Primeiro. E Mais Caro." em CIÊNCIA HOJE, Ano I / nº 3 — Nov. Dez. 1982 — pg. 52.

ÁREAS INDÍGENAS EM ZONA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO FERRO-CARAJÁS

Reserva (e posto Funai)	Grupo Indígena	População (estimada)	Área (ha)	Município	Reserva (e posto Funai)	Grupo Indígena	População (estimada)	Área (ha)	Município
Alto Turiaçu e Canindé	Urubu-Keapor e Tembê (Tupi)	495	530.520	Carutaperas, Monção, Cândido Mendes e Turiaçu (MA)	Canela	Ramkekamekra (Timbira)	690	125.210	Barro do Cordo (MA)
	Krãjë (Timbira)	5			Parquinhas	Apanlekra (Timbira)	270	79.420 (?)	Barro do Cordo (MA)
	Guajá (Tupi)	30 (?)			Urucu-Jurusá*	Guajajara	190	46.000	Grajaú (MA)
Caru Awa (subsede)	Guajajara (Tupi)	102	170.000	Bom Jardim (MA)	Geraldo*	Pykabjë (Timbira)	21	?	Grajaú (MA)
	Guajá	60			Morro Branco*	Guajajpra	80	48	Grajaú (MA)
Pindaré	Guajajara "Timbira"	300	15.000	Bom Jardim (MA)	Rodeador*	Guajajara e Canela	área de caça	2.342	Barro do Cordo (MA)
	Outros	7			Apinajé	Apinajé (Timbira)	400	101.000 (?)	Tocantinópolis (GO)
		60							
(fora de reserva)	Guajá	155 (?)	?	Bom Jardim (MA)					
Araribóia Angico Torto Canudal	Guajajara	560	413.590	Amarante (MA)	Sororó	Surui (Tupi)	100	26.200	São João da Araguaia (PA)
	Guajajara	1.125			Trocará	Asurini (Tupi)	120	21.700	Tucuruí (PA)
	Guajajara	430			Parakanã	Parakanã (Tupi)	140	309.000	Tucuruí (PA)
Krikati	Krikati (Timbira)	305	136.000	Montes Altos (MA)	Pucuruí (3.º acampamento)	Parakanã	40 (?)	(?)	
Governador	Gaviões (Timbira)	280	41.640	Carutapera e Monção (MA)	Môe Maria	Gaviões	170	64.000	Marabá (PA)
Bacurizinho	Guajajara	965	82.430	Grajaú (MA)	Catete	Xãrn (Kaiapó)	260	439.150	Marabá (PA)
Canabrava	Guajajara	1.100 1.405	131.870	Barro do Cordo (MA)	TOTAL		9.995		

* Sem posto da Funai.

Bilhões para reservas da Ferrovia Carajás

A Funai vai aplicar Cr\$ 1,7 bilhão, provavelmente já a partir do próximo mês, em um grande programa de assistência e desenvolvimento das comunidades indígenas localizadas ao longo da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, pela qual será escoada a produção mineral da Serra dos Carajás, no Pará, até o litoral do Maranhão. Ao fazer o anúncio do programa em Belém, o presidente da Funai não quis adiantar detalhes, dizendo que o documento poderá ser oficializado na próxima semana. Ele informou, porém, que a Funai pretende dar todo o apoio às comunidades indígenas que sofrerão grandes impactos com o desenvolvimento dos projetos de mineração, reflorestamento e agropecuários, previstos para implantação ao longo da ferrovia, que terá 870 quilômetros de extensão. O apoio irá desde a construção de hospitais especialmente destinados ao atendimento dos índios até o desenvolvimento de atividades econômicas, beneficiando grupos como os Gavião, os Suruí, os Xicrin, os Guajá e os Guajajara. (ESP — 28/05/82)

Cr\$ 2 bilhões para aldeias indígenas

Com empréstimo obtido junto ao Banco Mundial, a CVRD assinou ontem um convênio com a Funai, indenizando os índios do Pará, Maranhão e Goiás, que terão suas aldeias atingidas pela implantação do Projeto Carajás, com a construção da ferrovia de 900 quilômetros, ligando a Serra do Norte ao Porto de Itaquí, no Maranhão. Pelos termos do convênio, a Vale do Rio Doce repassará à Funai 13 milhões de dólares, que devem ser distribuídos entre 42 aldeias para os índios Parakanã, Xicrin, Gavião, Suruí, Apinayé, Guajajara, Guajá, Krikati, Urubu-Kaapor. O presidente da Funai assegurou que nenhum índio será transferido de sua terra. "Esse é o primeiro trabalho feito com bases absolutamente científicas", disse. (FSP — 07/07/82)

Em dólar, por telepatia

O governo destinou 2,2 bilhões de cruzeiros para a reorganização de 42 tribos indígenas da região de Carajás, de onde será extraído minério de ferro.

Até os documentos oficiais sobre a operação estão mencionando a cifra em dólares — cerca de US\$ 13 milhões —, o que causa estranheza, pois o dinheiro virá mesmo dos cofres da Cia. Vale do Rio Doce e não do exterior. Surpreendente também é a enfática declaração do ministro Mário Andreazza, do Interior, de que a aplicação desses recursos foi discutida previamente com as comunidades indígenas a serem beneficiadas, o que parece impossível em relação a pelo menos uma delas — a dos Guajá — até hoje não contactada pelos sertanistas da Funai. (FSP — 09/07/82)

FUNAI subestima danos que Carajás causará a índios

Cortando, numa extensão de 900 quilômetros o território de nove grupos indígenas que vivem entre os Estados do Pará, Maranhão e Goiás, a ferrovia do projeto Carajás vai provocar um "impacto" nos 4.360 índios atingidos, como reconhece a própria FUNAI, no seu documento sobre o apoio às comunidades indígenas. Concebido para ser executado entre 1982 e 1986, o Projeto de Ferro Carajás vai afetar diretamente os grupos indígenas Urubu-Kaapor, Guajá, Guajajara, Xicrin, Paracatege (Gavião), Paracanã, Apinagé, Suruí e Cricati. Embora reconhecendo que a vida dessas comunidades indígenas sofrerá um impacto com a construção e posterior operação da ferrovia, o estudo elaborado pela FUNAI não menciona sequer uma vez quais os prejuízos previstos para os índios. O documento, que segundo o presidente da FUNAI, "foi elaborado em bases absolutamente científicas", se limita

a uma abordagem histórica sobre os índios que vivem na área, o censo das comunidades e, finalmente, o detalhamento dos gastos com a implantação de projetos e infraestrutura básica nas aldeias. No início do documento da FUNAI, há uma informação dizendo que os índios atingidos pelo Projeto Carajás "tiveram participação efetiva nos estudos preliminares, expressando seus anseios". Para os Guajás, por exemplo, essa participação é impossível. Contatados entre os anos de 74 e 75, quando sofreram um massacre no qual morreram nove índios, eles pouco conhecem a língua portuguesa, e há ainda três grupos arredios. Equívocos dessa natureza ocorrem também com os outros grupos atingidos. (FSP — 11/07/82)

Funai garante que rodovia não provocará conflito

O presidente da Funai garantiu, ontem, ao antropólogo e professor da Unicamp, Mércio de Pereira Gomes, que não serão criadas tensões sociais na implantação da rodovia Ferro Carajás, e que se houver invasão das terras indígenas usará seu poder de polícia "em toda a sua plenitude".

A afirmação do presidente da Funai foi feita a propósito da entrega, por Mércio, de um estudo sobre o impacto que a rodovia Ferro Carajás deve causar sobre os 8.765 índios que habitam o Maranhão, das tribos Urubu-Caapor, Tembe, Guajá e Krikati. (Jornal de Brasília — 28/09/82)

Assurini do Trocará

Homologada reserva Assurini do Trocará

O presidente Figueiredo assinou o decreto nº 87.846 de 22 de novembro de 1982, homologando, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela FUNAI da área indígena denominada Trocará, no município de Tucuruí onde residem os índios Assurini. (Diário Oficial — 24/11/82)

Arara

Aldeia dos Arara deverá ser visitada

Um ano depois de contatados por uma frente da Funai, que tentou aproximação com eles durante 10 anos, os índios Arara deram, no fim de semana, o mais importante passo para estabelecer relacionamento mais permanente com a comunidade branca: convidaram os sertanistas da Funai a visitar a aldeia deles, numa demonstração de amizade e confiança. Uma semana antes, um grupo de índios já havia visitado Altamira, a cidade mais próxima, em companhia dos sertanistas. No retorno, houve o convite para uma viagem à aldeia. Essa iniciativa era ao mesmo tempo aguardada e temida. Durante 10 anos os Arara reagiram às tentativas de contato feitas pelos sertanistas da Funai, irritados com a invasão das terras deles iniciada com a abertura da Transamazônica. A estrada passou sobre a aldeia, obrigando-os a abandoná-la. Refugiando-se na floresta, mudaram seguidamente de moradia na medida em que os colonos avançavam. (ESP — 27/01/82)

Os índios Arara fazem primeira visita à cidade

Um grupo Arara chegou finalmente a Altamira, entrando pela primeira vez numa cidade, um ano após o primeiro contato pacífico e cerca de doze anos depois de criada, pela Funai, a frente pioneira de atração. O encontro foi muito emotivo, mas deixou como saldo dois problemas importantes: a reação dos colonos, e até mesmo de algumas autori-

dades, que não entendem por que o governo reservou aos Arara 265 mil hectares de terra; e a própria curiosidade dos índios, que pode levá-los a contatos com pessoas portadoras de doenças transmissíveis e deflagrar uma epidemia na tribo. (FSP — 15/02/82)

Contato com Arara

A chegada a Altamira de um grupo de 17 índios Arara, liderados pelo cacique Toti, até então arredios, consolidou um trabalho de 11 anos da frente de atração. Este longo período de isolamento, anterior e mesmo depois da criação da frente, foi marcado pela violência com que se procedeu a ocupação desta região do país. Até hoje — o primeiro registro dos Arara é de 1853 — ainda não se sabe quantos morreram por tiros, doenças, envenenamento proposital ou em encontros ocasionais na mata com seringalistas e posseiros. A frente, como elemento suspeito a princípio, também não deixou de ser atacada pelos Arara. A Funai, por desconhecimento ou má-fé, na época, não admitiu a existência destes índios, divididos em três aldeias na altura dos quilômetros 80 e 120 da Transamazônica. Em 1974, o Ministério da Agricultura cedeu 396 mil 150 hectares, ao preço de Cr\$ 23 milhões 769 mil, para a Cooperativa Gaúcha de Colonização, Cotrijuí. A Funai instalou o primeiro posto de atração em 1978 e seus funcionários auxiliaram a Cotrijuí nos trabalhos de topografia dentro da área indígena. Agora, o que se faz é um trabalho de reparo dos erros já cometidos e, uma vez concluída a atração, deve-se cumprir a política da frente adotada a partir de 1980, quando foi reativada: "Proteção física, cultural e territorial do povo Arara". (Jornal de Brasil — 15/02/82)

Confirmada morte de Arara

Após sucessivos desmentidos, a Funai confirmou ontem, em Brasília, que sete índios Arara do Pará morreram durante um surto de gripe que atingiu a comunidade, há dois meses. Há informações de que a notícia, embora já tivesse sido confirmada há algum tempo, teve sua divulgação proibida pelo chefe da AGESP, cel. Ivan Zanoni Hausen, sob a alegação de que ela poderia comprometer a boa imagem da Funai. No Rio de Janeiro, um jornalista que esteve na área confirmou as mortes dos índios Arara, denunciando, também, a ineficiência do atendimento médico feito pela equipe comandada pelo chefe do setor de saúde da Funai. (ESP — 11/05/82)

Gavião (PA)

Ferrovias de Carajás cortará reserva

A estrada de ferro que ligará a Serra dos Carajás, no Pará, ao porto de Ponta da Madeira, no litoral maranhense, para o escoamento do minério de ferro de Carajás, vai atravessar os territórios indígenas dos Gaviões e dos Xicrins, no sul do Pará e dos Guajajaras, no Maranhão. A informação é da antropóloga Iara Ferraz, do Departamento de Ciências Sociais da USP, em relatório encaminhado ao Banco Mundial. No caso dos Gaviões, a antropóloga diz que a estrada de ferro, construída pela Companhia Vale do Rio Doce e parcialmente financiada pelo Banco Mundial, atravessará em toda a extensão o território dos índios, ou seja, em cerca de 20 quilômetros, com conseqüências ainda imprevisíveis, já que os impactos ambientais em área indígena não foram suficientemente avaliados.

Iara Ferraz acrescenta que "o corredor da ferrovia, medindo 80 metros de largura, já se encontra completamente desma-

tado. Em sua capacidade máxima de operação terá 12 trens diários, com 160 vagões cada, com sobrecarga de minério de ferro transportado a descoberto durante os próximos 80 anos". Isso tudo — explica a antropóloga — afetará as condições ambientais da reserva indígena de Mãe Maria, onde vive a comunidade dos Gaviões. (FSP — 17/02/82)

Vale do Rio Doce paga indenizações

A CVRD iniciou os levantamentos para avaliar a indenização que precisará pagar aos índios Gavião, do sudeste do Pará, para que a ferrovia Carajás-Itaqui atravesse a reserva Mãe Maria, em Marabá. Uma equipe de técnicos da CVRD está desde ontem cedo na área, medindo a reserva e delimitando o traçado que a ferrovia terá no interior do território indígena, a fim de instruir a avaliação das benfeitorias, árvores de castanha e de madeira de lei que serão destruídas ao longo do trajeto, de aproximadamente 15 quilômetros de extensão, dos 870 quilômetros que a ferrovia terá desde a serra dos Carajás, no Pará até a ponta da madeira, no litoral do Maranhão. (Jornal de Brasília — 17/03/82)

Vale culpa Funai por não pagar os Gavião

O assessor de imprensa da CVRD, Roberto Paulino, afirmou que os índios gaviões até agora não foram indenizados, pela utilização de suas terras para a passagem de Ferrovia Carajás-Itaqui, porque a Funai ainda não fixou o valor que deve ser pago pela empresa. Roberto Paulino revelou que o traçado da ferrovia já foi totalmente delimitado e aprovado pelo Ministério dos Transportes acrescentando que o interesse da CVRD é o de assegurar os direitos dos índios gaviões que vivem na reserva Mãe Maria. (Tribuna da Imprensa — 09/03/82)

Gavião querem 65 milhões da CVRD

A CVRD concordou em pagar aos índios gaviões da reserva Mãe-Maria, no município de Marabá, a quantia de 46 milhões de cruzeiros, como indenização pela utilização de uma faixa da reserva para a construção da linha férrea Marabá-Itaqui, no Maranhão, dentro do projeto Grande Carajás. O impasse no entanto continua, uma vez que os gaviões agora estão pedindo 65 milhões.

Com a nova cifra exigida atualmente pelos índios, a Vale do Rio Doce deverá enviar seus representantes para o PI. Mãe-Maria, para tentar a negociação. (Correio Braziliense — 03/04/82)

Gavião cedem área e terão 56 milhões

Após quase um dia de negociações, a Companhia Vale do Rio Doce e os índios gaviões chegaram a um acordo sobre o valor da indenização que a empresa deverá pagar à comunidade pela passagem da ferrovia Carajás-Itaqui dentro de território indígena. Os índios vão receber Cr\$ 56,5 milhões para permitir que a linha ferroviária atravesse 17,5 quilômetros no interior da reserva Mãe Maria, que fica a 30 quilômetros de Marabá.

Representantes da CVRD entregaram na ocasião um cheque de Cr\$ 53,1 milhões, que já havia sido preparado no Rio de Janeiro, e o restante do dinheiro será depositado hoje na conta bancária dos gaviões.

Os índios pretendem investir o dinheiro da mesma maneira como fizeram com os Cr\$ 43 milhões que receberam há pouco menos de dois anos da Eletronorte, como indenização pela passagem da linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí por seu território. Com os juros desse primeiro pagamento, eles construirão uma nova aldeia, talvez a mais bem montada do País, que será inaugurada no próximo mês com uma grande festa. (ESP — 23/04/82)

Gavião constroem nova aldeia

A nova aldeia, constituída de 36 construções, entre casas residenciais, casa de farinha, garagem, escola, etc., custará aos índios a quantia de 50 milhões de cruzeiros, recursos que são provenientes dos juros que rendem seus vultosos depósitos nos estabelecimentos bancários de Marabá.

As edificações estão dispostas em um grande círculo, de 160 metros de diâmetro e abrigarão os 164 índios que habitam a aldeia de Mãe Maria. Afora a casa do capitão Krokenun (que possui dois andares) e a de Kutia as demais não têm sanitário interno. Eles ficam nos fundos das casas.

Para a inauguração da nova aldeia eles esperam contar com a presença do presidente da Funai tanto que estão mandando construir uma pista de pouso às proximidades do campo de futebol. O delegado regional do órgão, inclusive, disse ontem que levará a imprensa para a cobertura do evento, mas na condição de todos os profissionais serem vacinados e não estarem gripados para evitar a contaminação aos índios. (O Liberal — 26/05/82)

Gorotire

Teme-se novo ataque Kayapó

Os índios Kaiapós do Sul do Pará, que há um ano e meio mataram 21 pessoas que haviam penetrado no interior de sua reserva, já estão começando a manifestar novamente sinais de irritação com a invasão de seu território e a demora na demarcação de seus 2,7 milhões de hectares, delimitados pela Funai. Um técnico que esteve recentemente na área observou que os índios da aldeia Gorotire (a mais importante das cinco que existem dentro da reserva) estão fabricando muitos tacapes e, freqüentemente, referem-se irritados à presença de invasores. Pessoas que conhecem bem os Kaiapós temem que eles possam estar preparando-se para uma nova investida sobre os invasores. Atualmente, em três pontos da reserva — que ocupa uma área rica em minérios, madeira e solos férteis — há ocupações estranhas. (ESP — 07/04/82)

Para FUNAI, índios não preparam ataque

O diretor do DGO da Funai, informou ontem que “até o momento a 2ª Delegacia Regional do órgão desconhece as notícias divulgadas nos jornais afirmando que os índios Gorotires estão prontos para novo ataque”. Ele disse ainda que a Delegacia Regional com sede em Belém, manteve dois contatos com o posto Gorotire e “não houve informações de qualquer irregularidade”. As notícias sobre um próximo ataque dos Gorotires, subgrupo dos Kaiapós, foram veiculadas em Belém por uma antropóloga que trabalha junto ao grupo. De acordo com essas notícias, os Gorotires atacariam os garimpeiros que se encontram dentro da área indígena tirando ouro da reserva de Cumaru. (FSP — 15/04/82)

Indígenas querem porcentagem sobre ouro

O Garimpo de Cumaru, no município de Conceição do Araguaia, situado junto à Reserva Gorotire, depois de Serra Pelada é o maior do Sul do Pará. Já proporcionou aos índios Kaiapó, do grupo do Capitão Pombo — o mais próximo da lavra — Cr\$ 3 milhões 512 mil 510, de agosto de 1981 a junho passado, relativo a 1% do Imposto sobre Operação Mineral. Agora, outros quatro grupos que também vivem na reserva — Kuben-kran-keng, Kokraimaro, Menkranotire e Kararaô — desejam receber sua parte e a Funai não sabe o que fazer: se divide o montante entre os cinco grupos ou dá quantia semelhante aos demais. (Jornal do Brasil — 29/08/82)

Empresa de mineração acusa Funai

“Ao prometer ao líder dos índios da Aldeia Kikretum 100 por cento do valor do ouro extraído na reserva Gorotire, em São Félix do Xingu (PA), o presidente da Funai agiu demagogicamente, pois esta é uma fantasia irrealizável”, disse ontem o diretor da empresa de mineração Stanu-Shelita, José Lino Cipriano, que em abril assinou contrato registrado em cartório com o líder indígena para exploração de ouro na reserva.

O acordo definido ontem pelo coronel, o cacique Pombo e José Lino Cipriano, corre o risco de ser invalidado pela Funai, porque o Estatuto do Índio impede as empresas particulares de qualquer tipo de atividade econômica em áreas indígenas. (O Globo — 09/10/82)

Os Kayapó “mineradores”

O cacique Pombo Kaiapó, da aldeia Kikretum, que ocupa área de 2 milhões de hectares no sul do Pará, pediu ao ministro das Minas e Energia, que interceda junto à Funai para que retire da Justiça de Belém ação anulatória de acordo feito pela tribo com a empresa de mineração Stanum, pelo qual os índios têm participação de 10% sobre a produção de ouro da mina existente na área. Pelo acordo, os índios recebem de Cr\$700 a Cr\$ 800 mil por mês, valor que poderá aumentar para Cr\$ 3 milhões, quando a empresa fizer a lavra de ouro mecanizada. A Funai, por sua vez, justifica que o acordo não tem validade por ter sido assinado sem a sua interveniência. Os índios garantiram, contudo, que o acordo foi assinado pelo chefe do posto da Funai na tribo, Cesar Oda. O ouro da área Kikretum, segundo os índios, está sendo explorado por 150 garimpeiros, enquanto os 200 índios Kaiapó dedicam-se à lavoura de arroz, mandioca, milho e feijão. O cacique Pombo destacou que a participação que a tribo terá sobre a produção da lavra mecanizada será de 5% e os Cr\$ 3 milhões que acredita deverão render serão depositados em cadernetas de poupança para os índios. (ESP — 08/10/82)

Cacique quer registrar ouro dos índios Kayapó

O cacique Coronel Pombo, chefe da aldeia Kikretum Kaiapó; e seus dois filhos-guerreiros, capitão Pitú Kaiapó e Pedro Kaiapó; desembarcaram ontem em Brasília dispostos a defender perante a Funai um acordo escrito e registrado em cartório que a tribo assinou em abril último com a empresa de mineração Stannum-Shelita. Por este acordo, fica expressamente proibida a garimpagem avulsa de ouro nas terras dos índios kaiapós, em São Félix do Xingu, sul do Pará. Toda a exploração aurífera na área é de responsabilidade da Stannum-Shelita, que têm dado 10% da renda da exploração para a tribo, enquanto que a Funai e a Caixa Econômica Federal só dá 1% (hum) do ouro garimpado.

Acordo

Eis na íntegra, o acordo firmado entre os índios Kikretum Kaiapós e a empresa Stannum-Shelita:

Finalidade

1 — O presente acordo que estabelece as condições e as normas a serem cumpridas pela SHELITA e pelo POMBO tem por finalidade permitir que a SHELITA desenvolva atividades de pesquisas, lavras e garimpagem nas áreas delimitadas pelos Alvarás 3.623/79 e 3.731/79.

Responsabilidade

2. Perante o POMBO a SHELITA é a única responsável pelo cumprimento e satisfação total deste Contrato/Acordo.

Número de Homens no Garimpo

3 — Somente serão aceitos na área objeto deste Acordo, inicialmente até 200 (duzentos) homens. Acima deste nú-

mero, poderão ser admitidos outros homens, desde que seja autorizado pelo POMBO, por escrito. EM NENHUMA HIPÓTESE o número de homens na área será superior a 400 homens.

"Royalties" (Porcentagem)

4 — O POMBO terá direito ao seguinte: 5% (cinco por cento), referente à produção bruta mecanizada; 10% (dez por cento), referente à produção bruta de garimpagem.

Forma de Pagamento

5 — A SHELITA pagará, mensalmente, ao POMBO o correspondente aos "royalties", da seguinte forma: Cinco por cento correspondente à produção mecanizada, deverá ser depositado em Caderneta de Poupança da Caixa Econômica Federal, em C/C a ser aberta pelo POMBO; Dez por cento, em moeda corrente.

Recebimento de Royalties

6 — Em todos os recibos passados pelo POMBO, deverá constar também a assinatura de um funcionário da FUNAI.

Segurança

7 — A segurança do Garimpo será efetuada por guerreiros do POMBO, que ficarão à disposição da SHELITA; o número de guerreiros nunca será inferior a dois. continuação do ACORDO entre a SHELITA e o POMBO.

Comunicação

8 — A SHELITA se compromete a colocar um transceptor na área do Rio Branco (pista do Batéia) e, outro na Aldeia Nova Olinda.

Serviços Aéreos

9 — Somente por indicação da SHELITA e com a autorização expressa do POMBO serão admitidos pousos de aeronaves na área do Rio Branco. Desde já ficam autorizados para desenvolverem serviços para a SHELITA, os pilotos ANASTACIO e MARQUINHO. A prioridade de serviço deve ser dada ao piloto ANASTACIO. Toda a ordem de serviço para a SHELITA, deverá ser recebida pelo piloto, POR ESCRITO, e assinada pelo funcionário credenciado pela SHELITA para autorizar serviços aéreos.

Prazo

10 — Este contrato/acordo tem a vigência estipulada em 3 (três) anos, a contar desta data, podendo ser prorrogado por período igual ou maior, dependendo da manifestação das partes.

Ocupação do Garimpo

11 — O pessoal garimpeiro que já se encontra na área do Rio Branco, deve compor-se com a SHELITA, em termos definidos por este contrato/acordo. O Garimpeiro que não desejar efetuar acordo com a SHELITA, deverá abandonar a área (Rio Branco), em até o dia 30 (trinta) de julho de 1982.

Cantina do Garimpo

12 — A cantina do Garimpo na área do Rio Branco será controlada pela SHELITA. A título de assistência social, a Shelita deduzirá o percentual de 10% (dez por cento) do lucro líquido, semestralmente, fazendo a entrega, em mercadorias escolhidas pelo POMBO, na Aldeia Nova Olinda. Fica terminantemente proibida a entrada de bebidas alcoólicas na área do garimpo.

Foro e Sanções

13 — Fica eleito o foro de ALTAMIRA-PA, para dirimir as dúvidas que não puderam ser solucionadas amigavelmente. A infração de qualquer das partes neste contrato, implicará na rescisão do mesmo.

Observação

14 — O termo garimpagem, garimpo, garimpeiro, deve ser entendido como pequena mineração, pequeno minerador. E por estarem contratados e em acordo assinam as partes em presença de duas testemunhas. Tucumã, (PA), 22 de abril de 1982. (Jornal de Brasília — 07/10/82)

Kayabi

Portaria define a reserva Kayabi

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.373/E de 24 de agosto de 1982, publicada no Diário Oficial em 16/09/1982, declarando como de posse permanente do grupo indígena Kayabi a área de aproximadamente 117.246 ha. denominada Reserva Indígena Cayabi, e recomendando sua demarcação administrativa. (Diário Oficial — 16/09/82)

Homologada a demarcação da reserva Kayabi

O presidente Figueiredo assinou o decreto nº 87.843 de 22 de novembro de 1982, homologando a demarcação administrativa promovida pela FUNAI da área indígena denominada Cayabi localizada no município de Itaituba. (Diário Oficial — 24/11/82)

Kayapó (Geral)

Exploradores deixam índios mais pelados

Enquanto os índios da reserva Kaiapó se vêm às voltas com madeireiros e garimpeiros que invadem suas terras, seus parentes Xicrin deixam a reserva cateté para atacar um acampamento situado fora de seus domínios, obrigando a FUNAI a pagar os prejuízos.

O delegado Regional da FUNAI recebeu rádio do chefe do posto indígena Kaiapó, informando da presença, há mais de um ano, de empresas madeireiras que estariam comercializando não apenas a madeira mas até terras da reserva, penetrando por esta por mais de 50 quilômetros. Ontem, o avião da FUNAI dirigiu-se para a área, com o chefe da ajudância de Marabá, e agentes da Polícia Federal, para investigar as denúncias.

A mesma reserva estaria sendo invadida por garimpeiros, na área do Rio Branco. Delegado espera que a ação ilegal de empresas madeireiras e o movimento de garimpeiros possa ser evitado com esta missão. (Notícias Populares — 30/06/82)

Grupos de Kaiapó na mesma área

Reunir-se numa só área foi o objetivo do debate que 16 líderes de grupos Kaiapó realizaram no período de 27 de maio a 7 deste mês, na Aldeia dos Gorotire, com a presença de representantes da Funai. Alguns desses líderes não se viam desde a época do contacto, qualquer coisa em torrio de 40 anos.

Segundo informou ontem, à tarde, o delegado regional da Funai, Paulo César Abreu, os únicos índios que não estavam nesse isolamento eram os Mekranontire com os do Parque Nacional do Xingu e os Kubekankren, Kikremutum e Aucre. Todos os índios das 13 comunidades que se reuniram somam cerca de 4 mil, e pertencem à linhagem macro-Gê.

No dia 27 de maio os líderes começaram a chegar e no dia 5 já

estavam todos reunidos. Até o dia seguinte tiveram encontros entre si, dentro da maior confraternização, “numa emoção nunca vista”, conforme relatou o delegado da Funai, e nos dias 7 e 8 fizeram um encontro com a presença dos representantes do órgão.

Nos dois dias eles manifestaram o desejo dessa integração, a qual se daria da seguinte forma: os Kakaraô iriam para a aldeia Baú e depois os dois seguiriam para o Iriri-Novo. O grupo Mekranontire viria para o Iriri, para a Aldeia Pukanô que fica abaixo da cachoeira do Sangue.

Os índios cogitaram ainda, a fusão dos Bakajá, com os Cateté, e futuramente a saída desses grupos para a reserva Kaiapó, como também a saída dos Kaiapó do Parque Nacional do Xingu, para uma área que seria constituída pelos indígenas que migrariam da área do Baú e Mekranontire para as margens do Iriri, numa perspectiva de fusão com a área Kaiapó.

Do lado da Funai a recepção dessa idéia causou espanto. O órgão estava programando a demarcação das reservas do Baú (249.000 hectares) e do Kararaô (350.000 hectares). De qualquer forma, tendo em vista que a decisão ainda não foi definitiva, a Funai partirá para a demarcação das aldeias Assuriní, Araweté e Parakanã.

Os anfitriões do encontro, convocado pelos próprios índios, foram Kanhongo e Totoi, do Gorotire, e lá estiveram os líderes Nõpre, do Kubekankren; Paiaká e Kupató do Aucre; Totopombo, do Kikretum; Borobot, do Kokraimoro; Bemotie e Botie, do Kateté; Onça, do Bakajá; Kamaiurá, do Cararaô; Kokoretire, do Mekranontine; e Raony, Krumary e Kremorô, que são Kaiapós do Parque Nacional do Xingu. (O Liberal — 10/06/82)

FUNAI—PA venderá madeira apreendida

A Delegacia Regional da Funai no Pará vai abrir, no próximo dia 15, licitação para a venda de cerca de oito mil metros cúbicos de madeira apreendidos pela Polícia Federal depois de uma derrubada ilegal feita por um grupo madeireiro em reserva indígena.

A informação do delegado Paulo César Abreu é de que a reserva atingida pela atividade ilegal pertence aos Kaiapós. Segundo ele, toda a renda arrecadada com a venda da madeira reverterá em favor da comunidade indígena Kaiapó, hoje integrada por 1.600 índios. (Folha da Tarde — 05/10/82)



Em maio de 1982, 16 líderes dos vários grupos Kayapó do Pará e do Mato Grosso se reuniram na aldeia Gorotire, com representantes da FUNAI. Na foto, no canto à esquerda, o capitão Pombo da aldeia Kikretum; de costas em primeiro plano, Chico de Assis, então diretor do PIX; bem acima de sua

cabeça, o capitão Paiaká da aldeia Aukré; e na ponta da mesa, ao fundo, o conhecido Raoni, líder dos Txukarramãe, e a seu lado Kanhonk, capitão da aldeia Gorotire e anfitrião da reunião. (foto Duda Bentes/AGIL)

Parakanã

Embargado em Tucuruí desmatamento da Capemi

O chefe do posto indígena da Funai em Tucuruí, no Pará, embargou os trabalhos de desmatamento que a Capemi Agropecuária vinha realizando desde 1980 na reserva de Tucuruí. Iberê Sales tomou essa decisão porque, segundo ele, a Capemi começou a fazer derrubadas em uma área que a Funai delimitou para um grupo de 36 índios Parakanã que aguardam o momento de ser transferidos para uma nova área. Enquanto não tiver sido feita a relocação, a Capemi não pode — pelo contrato que assinou com a Funai — penetrar nessa área. (ESP — 30/03/82)

Desmatamento na reserva só com a estrada

A Capemi Agropecuária só poderá voltar a fazer desmatamento no interior da reserva indígena de Pucuruí, no Pará, depois de construir uma estrada de acesso à nova aldeia dos índios Parakanã.

Essa é a decisão do delegado regional da Funai, Paulo Cesar Abreu, tomada após conhecer o relatório da equipe de sertanistas que esteve na área durante o fim de semana, confirmando as informações anteriores do chefe do posto.

O delegado da Funai explicou que os problemas dos 36 Parakanã que habitam a reserva de Pucuruí só estarão resolvidos quando eles puderem ser transferidos para a nova aldeia, que fica a 60 quilômetros da atual. A Funai, ao assinar um contrato com a Capemi para a extração da madeira existente na reserva, que será inundado pelo rio Tocantins quando a barragem da hidrelétrica de Tucuruí for fechada, exigiu da empresa a construção do ramal. A Capemi comprometeu-se a realizar a obra, mas ainda não a iniciou. Mesmo assim, começou a penetrar em território indígena, fazendo desmatamentos a apenas dois quilômetros da aldeia dos Parakanã. Além de ter seus campos de caça afetados, os índios já não conseguiram descansar por causa do barulho constante das máquinas que operam na área e estavam ameaçados de contaminação por doenças, especialmente a gripe. Temiam ainda que as mulheres fossem assediadas pelos mais de mil peões contratados pelas empreiteiras. Por isso, pressionaram o chefe do posto para que ele embargasse o desmatamento. O sertanista suspendeu os trabalhos no dia 29, após um atrito com os coordenadores da Capemi na área. (ESP — 06/04/82)

Capemi vai pagar Funai

A Funai vai receber Cr\$ 300 milhões da Capemi pela extração da madeira de uma área de 20.000 hectares onde vivem índios Parakanã, no Pará, que será inundada pelas águas da barragem de Tucuruí. Um primeiro grupo de Parakanã já foi transferido, há dez meses, para um outro local pela Funai, e no final de agosto os 37 índios que ainda permanecem na área do Pi-Tucuruí serão reassentados numa nova aldeia, num local onde a Funai, com o apoio da FAB, já está construindo um campo de pouso.

O presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, disse que a Funai está estudando com o Getat a delimitação da nova reserva para os Parakanã, que foram contatados durante a abertura da rodovia Transamazônica, no início da década passada. Estes índios sofreram grande impacto devido a proximidade da estrada de suas malocas e muitos chegaram, logo após o contato, a contrair doenças venéreas transmitidas por civilizados.

Os estudos da Funai e do Getat indicam a criação de uma reserva com aproximadamente 320.000 hectares para os Pa-

rakanã, que se dividem em dois grupos: 130 índios, já transferidos para o local da nova reserva, que viviam anteriormente no igarapé Lontra, e os 37 do Pi-Tucuruí. (Jornal de Brasília — 25/07/82)

Capemi e Funai dão trambique nos índios

O CIMI denunciou que a FUNAI e a CAPEMI desviaram Cr\$ 69 milhões de indenização devido aos índios Parakanã, cujas terras serão inundadas pelas águas da barragem de Tucuruí.

Em nota oficial, o CIMI faz “dois reparos, de ordem histórica e aritmética”, à notícia dada pela FUNAI, de que receberá Cr\$ 300 milhões pela extração da madeira na área de 20 mil hectares da reserva dos Parakanã, ao preço de Cr\$ 17 mil por hectare.

Primeiro, ressalta o CIMI, a área dos Parakanã, demarcada em 1977 pela própria FUNAI; não é de 20 mil hectares, mas de 21.722 ha. Além disso, se o hectare a ser desmatado for pago a Cr\$ 17 mil, o valor do pagamento, mesmo aos “presumíveis” 20 mil hectares, seria de Cr\$ 340 milhões. Finalmente, como a reserva tem mais hectares que o anunciado, o valor total da indenização seria de Cr\$ 369.274 mil.

Assim, conclui o CIMI, a FUNAI e a CAPEMI desviaram Cr\$ 69 milhões devidos aos índios Parakanã, que já estão sendo transferidos para uma nova aldeia. Os Parakanã foram contatados durante a abertura da Rodovia Transamazônica, na década passada, e sofreram grande impacto devido à proximidade da estrada com suas malocas. Ainda hoje, são pouco resistentes a doenças comuns, como gripe e sarampo. (Povo — 02/08/82)

FUNAI transfere os Parakanã

Os índios Parakanã, que viviam no rio Cajazeiras, foram transferidos da área no último domingo, pela Funai. O “habitat” tradicional desses índios será inundado pela hidrelétrica de Tucuruí e a Funai elegeu duas novas reservas para abrigar os 65 remanescentes do contato ocorrido em 1971. Esta é a quarta vez que os Parakanã são transferidos de área. Na primeira vez eles foram obrigados a sair de suas terras durante a construção da Transamazônica, que cortou o território indígena. (Folha da Tarde — 23/11/82)

Os Parakanã satisfeitos com mudança

O delegado da FUNAI no Pará, Paulo Cesar Abreu, disse que os índios Parakanã estão satisfeitos com a mudança para sua nova reserva na localidade de Marujewara.

Na nova reserva de 300 mil hectares, os 38 índios Parakanã já iniciaram o cultivo de produtos necessários à sua sobrevivência. Segunda-feira serão levadas para a área 200 mudas de cítricos e sementes de arroz. Também na segunda-feira seguirá para São Félix do Xingu uma equipe da FUNAI para tentar contato com índios Parakanã arredios que foram localizados a cerca de 60 quilômetros daquela cidade. (Correio Braziliense — 27/11/82)

Mais Parakanã localizados no Pará

Funcionários da Funai localizaram um grupo de Parakanã ainda arredio, vivendo entre os rios Santo Antônio e São Sebastião, no Sul do Pará. A informação foi dada, ontem, pelo delegado da Funai em Belém, Paulo César de Abreu. Informou ainda o delegado que o sertanista Fiorelli Parisi foi designado para chefiar a expedição de contato que vai tentar uma aproximação com os índios.

Segundo o delegado da Funai, os Parakanã estão vivendo no município de São Félix do Xingu, a 65 minutos de vôo da sede do município, na direção norte. Disse o delegado que no primeiro sobrevôo realizado pelo sertanista Parisi, foram

localizadas quatro malocas. Pelo número de malocas, afirmou Paulo Abreu, “os índios arredios devem ser em número de 50”.

Acredita o delegado da Funai que esse grupo é o mesmo que, em 1979, sofreu um massacre por parte dos Xikrin do rio Bacajá. Ele acredita também que os Parakanã, ora localizados, pertencem ao mesmo grupo que há um mês foi transferido pela Funai para a área de Maradjewara. (Folha da Tarde — 08/12/82)

Suruí

Portaria define área Suruí já demarcada desde 1980

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.370/E de 24 de agosto de 1982, declarando como de posse permanente do grupo indígena Suruí a área de aproximadamente 26.257 ha. denominada Área Indígena Sororó. (Diário Oficial — 16/09/82)

Tembé

Novo conflito entre Tembé e posseiros

A Funai foi informada de que no último dia 28 ocorreu um novo conflito entre índios Tembés, que moram na reserva Alto Guamá e posseiros que há algum tempo vêm invadindo suas terras.

O chefe de posto, Areoldino do Amaral Costa, confirmou que houve duas mortes resultantes do conflito, mas não soube precisar se foram índios ou posseiros que morreram.

O conflito entre índios e a população local já dura pelo menos 20 anos, com intervalos que ocorrem quando a Funai intervir de maneira mais decisiva, como em 1980, quando o próprio delegado da Funai mandou derrubar a ponte que liga a localidade de Boca Nova à estrada que leva à fazenda Três Irmãos, de propriedade do polonês naturalizado Mejer Kabacznick.

O fazendeiro foi quem mandou construir a estrada e a ponte, sendo que a ponte passa dentro da reserva indígena, situada no Município de Ourém. O grupo reduzido dos Tembés vem lutando há muito tempo pelas suas terras, e os conflitos agravaram-se depois que a Funai resolveu demarcar a área, onde há pelo menos três grandes fazendas e pequenos povoados criados por posseiros. Inclusive a Funai está movendo uma ação judicial para retirar os pequenos e os grandes invasores, mas até agora não houve uma decisão sobre o assunto. (O Liberal — 10/07/82)

Grilagem em reserva

Na coletiva que concedeu ontem à imprensa, Paulo Abreu falou sobre o choque armado entre os índios Tembé e colonos residentes na reserva indígena do Alto Rio Guamá, que culminou com a morte de duas pessoas, no dia 28 do mês passado. Conforme o delegado da Funai, desde o início deste ano que índios Anhambé (parentes dos Tembés), residentes no Moju, começaram a deslocar-se para a reserva Alto Rio Guamá, em Ourém.

O deslocamento obedecia um pedido da própria comunidade indígena da reserva Anhambé e foi atendido pela Funai, que não estava podendo dar uma maior assistência para os índios. Ocorre porém que dois colonos resolveram ocupar uma área, dentro da reserva Alto Rio Guamá, e a dois quilômetros do Posto indígena. Foram procurados pelos índios para que deixassem a área e procurassem assentamento do outro lado

da reserva que tem 530.524 hectares de terra e que vai ser dividida ao meio pela Funai, justamente para o assentamento de colonos.

Entretanto, os colonos não atenderam o pedido dos índios e quando foram procurados em uma segunda ocasião, houve um desentendimento que culminou com a morte dos dois. Acrescentou que os índios quando procuraram os colonos, o fizeram, porque sabiam que aquela parte da reserva onde estavam assentados os invasores pertence somente aos índios enquanto que o outro lado servirá para o assentamento de colonos.

Na opinião de Paulo Abreu é muito bom que os Anhambé estejam povoando a reserva Alto Rio Guamá — hoje com 300 pessoas. Ele explicou que além do Alto Rio Guamá e da reserva Anhambé (8.120 hectares) existe ainda a reserva Amambé (30.800 hectares), todas na periferia de Belém e povoados por índios do grupo Tembé que possuem, portanto, costumes comuns. Por isso seria interessante o agrupamento de todos eles, pondera.

A área começou a ser invadida por colonos há mais de dez anos, tendo inclusive a Funai realizado diversas missões à área para retirada dos invasores, com queima e derrubada de casas. O assunto agora está sub judice e demora devido à própria lentidão da Justiça Federal. Por não ser possível a retirada dos colonos e a reserva sempre ter sido área de tensão é que Paulo Abreu não descarta a possibilidade de novos conflitos, não só nela, mas também em todas as áreas indígenas invadidas por brancos. (O Liberal — 16/07/82)

Invasão de terras

Ao se referir ao conflito entre brancos e índios, o delegado regional da Funai disse que a repetição de um novo conflito entre os índios tembés e brancos na região do Alto-Guamá não é iminente, embora não seja descartada sua possibilidade.

As lutas se repetem há vários anos no nordeste do Pará, onde se localiza a aldeia dos tembés, nas proximidades do Rio, Guamá, área que pouco a pouco vem sendo invadida por colonos.

Há alguns meses a iniciativa que mais se aproximou de uma solução imediata foi a reunião da Funai com diversos órgãos ligados à terra, como o INCRA, Iterpa, entre outros, onde se estudou a possibilidade de transferir os colonos para outra área, desocupando a reserva indígena para fins de delimitação. (Última Hora — 19/07/82)

Índia sofre atentado

Uma índia Tembé, que se encontra internada em um hospital de Belém, foi vítima de um atentado a bala, domingo último, na reserva indígena Alto Rio Guamá.

O atentado à índia não passou de um engano, pois na verdade quem se queria acertar era o marido dela, com quem o autor dos disparos, um civilizado casado com uma índia, nutria rixa antiga.

Conforme o delegado da Funai este é o segundo atentado em menos de um mês na reserva Alto Rio Guamá, envolvendo civilizados que vivem como agregados dos índios. O primeiro, que resultou na morte de dois colonos, foi praticado por cinco elementos não índios, ao contrário do que se divulgou anteriormente de que teriam sido dois Tembés.

Devido a estes problemas é que a Funai já enviou ofício ontem à PF pedindo apoio para uma missão na reserva que terá como objetivo prender os autores de ambos os atentados. Conforme explicou Paulo Abreu em ambos os casos surge como pano de fundo a questão da terra. (O Liberal — 04/08/82)

Figueiredo intervém na invasão de reserva

O presidente João Figueiredo prometeu tomar providências, dentro de no máximo duas semanas, contra a invasão da reserva dos índios Tembê, que fica na divisa do Pará com o Maranhão. O empenho do presidente foi manifestado durante uma audiência que ele concedeu a um grupo de Tembê, que foi a Brasília acompanhado do delegado regional da Funai. Os índios já tentaram impetrar um mandado de segurança para impedir a invasão de sua reserva no Alto Rio Guamá. Além de posseiros, dentro dela há uma grande fazenda, formada com títulos concedidos pelo Incra. (Tribuna da Imprensa — 13/12/82)

Xikrin

Antropóloga acusa Funai

A presidenta da CPI-SP, a antropóloga Lux Vidal, acusou ontem em Brasília, o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, de ter forçado os líderes das tribos Xicrim, Buatie e Bemoti a aceitar sapatos, roupas e moto-serras do fazendeiro Audelino Hanemann que arrenda terra da Fundação dentro da reserva dos índios Xicrin, no Pará.

O fazendeiro, de acordo com a denúncia, teria oferecido presentes aos índios para que eles permitissem o desmatamento de uma área de 400 hectares, para a formação de pastos e a retirada de 600.000 metros cúbicos de madeira. Segundo Lux Vidal, a comunidade Xicrin está revoltada com a atitude dos dois chefes indígenas e ameaça reagir de forma violenta. “Esta medida tomada pela Funai — afirmou Lux Vidal — está causando a desorganização política e social dos Xicrin.” (ESP — 18/05/82)

Processado invasor de terra Xikrin

O fazendeiro Laudelino Hanneman, que há cerca de um ano arrendou parte da reserva dos Xikrin-Caiapó, do Posto Cateté, no Pará, está sendo processado pela Funai como invasor de terras indígenas porque está ocupando mais terras do que as previstas no contrato de arrendamento. A informação foi dada ontem pelo assessor de imprensa da Funai, Odil Teles, desmentindo a denúncia feita na véspera pela antropóloga Lux Vidal e pelo médico João Paulo Botelho.

Funcionários da Funai informaram que a denúncia feita pela antropóloga e pelo médico baseou-se “em boatos espalhados pelos próprios fazendeiros da região, que pretendem assim criar um clima de intranquilidade e suspeitas contra o presidente da Funai”. Os funcionários acrescentaram que “o contrato de arrendamento da terra está expirando e o fazendeiro deverá desocupar a área dos Xikrins”. Laudelino Hanneman ocupa quatro mil hectares de terras. (FSP — 19/05/82)

Reserva Xikrin: exigida retirada de rebanho

O presidente da Funai anunciou que o órgão não irá permitir que o fazendeiro Laudelino Hanemann ocupe terras dentro da reserva dos índios Xicrins, no Pará, depois de junho. Nesse mês expira o prazo de um contrato extrajudicial que a Funai assinou com esse fazendeiro, permitindo-lhe manter 500 cabeças de gado pastando em área da reserva, onde foram derrubadas centenas de árvores até que os próprios índios embargaram os serviços. Leal explicou que a autorização foi dada “por razões humanitárias”, porque o fazendeiro alegava que seu rebanho estava sendo atacado por febre aftosa e morreria se não pudesse ser alimentado. Segundo o Cel. Moreira Leal, não está prevista, por enquanto, uma data

para a demarcação da reserva indígena Kaiapó, a segunda maior do País, com 2,6 milhões de hectares. Há oito anos que a reserva foi criada, mas não demarcada. No interior da reserva Kaiapó funciona o garimpo de ouro de Cumaru, que o presidente da Funai não considera inconveniente aos índios. (ESP — 28/05/82)

Contrato da FUNAI com a Grã Reata sem renovação

O presidente da Funai disse ontem que não existe amparo jurídico para a permanência da fazenda Grã Reata, do fazendeiro Laudelino Heineman, em território indígena da tribo Xikrin, município de Marabá, e como tal não será renovado o contrato de permanência das cerca de 500 cabeças de gado na área que estariam com febre aftosa.

O presidente da Funai desmentiu uma versão divulgada pela antropóloga Lux Vidal, de que o fazendeiro Heineman estaria seduzindo os índios com pequenos presentes para que, com o apoio deles, pudesse permanecer na área. Disse que essa afirmação da antropóloga foi precipitada, e que com ela manteve contato telefônico no mesmo dia em que soube dessa afirmação, ressaltando porém o trabalho “muito útil” que ela vem desenvolvendo junto ao índio brasileiro. (O Liberal — 28/05/82)

Desmentido

Ao contrário do que havia anunciado há duas semanas, o fazendeiro Laudelino Hanemann não retirou as 500 cabeças de gado que introduzira na reserva indígena Cateté, no Sul do Pará, segundo se informou ontem em Belém. Há 15 dias venceu o prazo da autorização de permanência do gado. O fazendeiro assegurou ter retirado todos os animais porque a Funai não permitira a prorrogação da autorização. (ESP — 15/06/82)

Índios invadem área

Enquanto os índios da Reserva Kaiapó se vêm às voltas com madeireiros e garimpeiros, que invadem suas terras, seus parentes Xicrin deixam a Reserva Cateté para atacar um acampamento situado fora de seus domínios, obrigando a FUNAI a pagar os prejuízos. O delegado Paulo César Abreu recebeu rádio do chefe do Posto Indígena Cateté, na reserva dos índios Xicrin informando que 9 (nove) destes índios invadiram o acampamento da empresa Campos Altos, situado fora dos limites da área indígena, levando carne, farinha e outros gêneros, causando um prejuízo de 150 mil cruzeiros, que foram cobertos pela própria FUNAI, tendo sido o acampamento reabastecido. (Jornal de Minas — 01/07/82)

MA: Algumas previsões para 83

Mércio Gomes (*)

A escassez de notícias nos jornais referentes aos índios do Maranhão durante o ano de 1982 deveu-se à parcialidade do enfoque dado às conseqüências do Projeto Grande Carajás nos estados do Maranhão e do Pará. As questões restringiram-se à sua viabilidade econômica dentro da balança de pagamentos do país, à maior ou menor destruição ecológica da região e à participação ou não, no Projeto, de setores intelectuais e científicos. Deixaram-se inteiramente de lado as conseqüências de sua implantação sobre as populações diretamente envolvidas nos planos agro-industriais do Projeto, ou seja, os índios e os 300.000 camponeses que habitam a região. Tal negligência reflete, de certa forma, o prestígio de cientistas das áreas biológica e tecnológica, em contraste com a "baixa cotação" dos cientistas sociais. Sem ao menos ter sido inquirido sobre o assunto, o governo, através da presidência do Projeto Grande Carajás, assegurou aos presentes nas reuniões da SBPC, em julho, que o Projeto proporcionaria aos regionais 60.000 empregos. Frente a tal declaração, todos emudeceram, ignorando de que forma se assegurariam estes empregos e como repercutiria sobre os outros camponeses o maciço investimento de capitais estrangeiros planejados para a região.

Neste período, a maioria das notícias publicadas sobre os índios do Maranhão tiveram como motivo a polêmica entre o antropólogo Mércio Pereira Gomes e o então delegado da FUNAI em São Luís, Major Alípio Levay. Uma acusação da parte do antropólogo, responsabilizando o dito delegado pela morte de três índios Guajá, no mês de janeiro, provocou a polêmica que, transcorrendo durante os meses de março a abril, foi bastante difundida nos jornais maranhenses, ainda que com escassa repercussão nacional. A questão terminou com a demissão do referido delegado e sua substituição. O antropólogo requereu a abertura de uma sindicância ao presidente da FUNAI, mas nenhuma providência foi tomada e o caso arquivado.

Sem repercussão ficaram as questões referentes à efetivação do controle das terras do Alto Alegre por parte dos índios Guajajara, ao julgamento postergado de dois agentes da Polícia Federal acusados da morte de dois índios Guajajara, no município de Barra do Corda e ao continuado adiamento da demarcação da reserva dos índios Krikati, invadida por fazendeiros que reclamam para si a posse quase "imemorial" das terras.

Igualmente, não foram noticiados os indícios da presença de índios Guajá em áreas não demarcadas pela FUNAI, a saída de duas dezenas de índios Guajajara para os garimpos do Pará e os casos de demissão de funcionários da FUNAI por irregularidades administrativas. Por outro lado, alguns jornais da Bahia, Piauí e Brasília noticiaram várias vezes a presença, em suas capitais, de índios Gavião em estado de carência alimentar, fato corriqueiro desde meados do século passado.

Sem pretender fazer um prognóstico a respeito da situação dos índios no Maranhão, podemos apontar alguns acontecimentos que, possivelmente, repercutirão durante 83 na região: 1) Invasão de terras nas regiões das reservas de Caru, Turiaçu e Pindaré. 2) Problemas de alimentação entre os índios Guajajara dos municípios de Grajaú e Barra do Corda, devidos a redução, causada pela presente seca, das safras de arroz e mandioca. 3) Surgimento de grupos Guajá nas vizi-

nhanças da Ferrovia Carajás. 4) Autopromoção da FUNAI motivada pela "pacificação" de índios Guajá arredios. 5) Conflito entre índios Krikati e fazendeiros locais. 6) Provável promoção de uma assembléia de índios Guajajara para a discussão de seus problemas de terra, educação e saúde.

(*) Antropólogo da UNICAMP, autor da tese de doutoramento "The Ethnic Survival of the Tenetehara Indians of Maranhão", 1977, Flórida. Desde 1980 realiza pesquisas entre os Guajá e atualmente é consultor da CVRD para áreas indígenas Guajajara, Guajá e Urubú-Kapor.

Gavião (MA)

Homologada reserva Gavião de Amarante

O presidente Figueiredo assinou o decreto nº 88.001 de 28 de dezembro de 1982, homologando, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela FUNAI da área indígena denominada GOVERNADOR, no município de Amarante do Maranhão, onde vivem os índios Gavião. (Diário Oficial — 29/12/82)

Guajá

Guajá em perigo de extinção

Os Guajá, grupos nômades do Maranhão, estão em perigo de extinção por "ineficiência, desleixo, mentalidade retrógrada e péssima liderança do delegado da Funai em São Luís, major Alípio Levay". O alerta foi dado pelo antropólogo Mércio Pereira Gomes, da Universidade de Campinas e autor da tese de PHD sobre os índios Guajá, defendida em 1977 nos Estados Unidos. O antropólogo já comunicou sua preocupação ao presidente da Funai, encaminhando um relatório sobre as mortes desse grupo contatado em 1973.

O extermínio desse grupo, segundo o antropólogo, vem se acelerando. Desde 1973, diz Mércio Gomes em seu relatório, "quando os primeiros índios foram contatados nas margens do Rio Turiaçu, morreram mais de 100 índios. Nem todos por culpa explícita da Funai". (FSP — 16/05/82)

Atração dos Guajá que sofrem envenenamentos

O sertanista Sidney Possuelo, nomeado esta semana para assumir a Delegacia Regional da Funai, em São Luís, vai reativar a frente de atração dos índios Guajá, os últimos ainda isolados no Estado do Maranhão. O sertanista, em 1975, conseguiu atrair alguns Guajá, mas permaneceram isolados outros três grupos que agora estão ameaçados por doenças que estão contraindo de civilizados que vivem próximos às suas terras. Os Guajá são índios nômades, do grupo Tupi, e vivem na região do rio Turiaçu na pré-Amazônia maranhense. Logo depois do contato, nove índios Guajá morreram vítimas de envenenamento. Pessoas interessadas nas terras desses índios, segundo apurou a Funai, na ocasião, misturaram arsênico no açúcar que foi oferecido aos indígenas. A frente de atração dos Guajá foi desativada logo após o contato, mas será reativada pela Funai, que recentemente tomou conhecimento do relatório do antropólogo Mércio P. Gomes chamando atenção para o crescente número de índios que estão morrendo em conseqüência de doenças comuns ao branco, como gripe e pneumonia, entre outras. (ESP — 29/06/82)

Guajajara

Portaria define área Guajajara do Pindaré

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.373/E de 24 de agosto de 1982, reconhecendo como de posse permanente do grupo indígena Guajajara a área de aproximadamente 15.000 ha. denominada Área Indígena Rio Pindaré. (Diário Oficial — 16/09/82)

Portaria define área Guajajara e Guajá do Caru

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.368/E de 24 de agosto de 1982, declarando como de posse permanente dos grupos indígenas Guajajara e Guajá a área de aproximadamente 172.667 ha. denominada Área Indígena Caru. (Diário Oficial — 16/09/82)

Ex-funcionários da Funai denunciados por índios Guajajara

Líderes das comunidades indígenas Guajararas e Canela, do Maranhão, denunciaram, em Brasília, que o delegado interino da Funai em São Luís, sertanista Sidney Possuelo, está sofrendo pressões de ex-funcionários da Fundação, acusados pelos índios de desrespeitarem o Estatuto do Índio, e, em alguns casos mais graves, de promoverem dentro das próprias comunidades indígenas a prostituição e disseminação de bebidas alcoólicas. Os índios Adriano Carvalho Guajajara e João Madruga, da Tribo Guajajara, entregaram ao presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, documento assinado por dezenove líderes, afirmando que “há muitos anos o índio brasileiro vem sendo marginalizado, massacrado, oprimido e humilhado por fazendeiros, posseiros e maus elementos da sociedade que se diz civilizada”.

Os índios disseram que o delegado Sidney Possuelo, desde que assumiu a Delegacia de São Luís, promoveu várias demissões de funcionários, o que deu origem a uma campanha difamatória contra ele. “Estes maus funcionários — afirmam os índios — só visam seus próprios interesses ou interesses de suas famílias, esquecendo-se que o índio é um ser humano semelhante a qualquer homem”. Os índios pediram ao presidente da Funai a demissão de todos os maus funcionários, acentuando que não basta transferi-los para outras áreas. “O momento é de limpeza no órgão — acentuam — pois, se transferidos, estes servidores vão fazer a mesma coisa com outros índios que também são nossos irmãos e sangue do mesmo sangue”. (A Tribuna — 06/11/82)

Kanela

Homologada a demarcação da reserva Kanela

O presidente Figueiredo assinou decreto (Dec. nº 87.960 de 21 de dezembro de 1982, publicado no Diário Oficial em 22/12/1982, homologando a demarcação administrativa promovida pela FUNAI da área indígena denominada Kanela no município de Barra do Corda. (O Liberal — 21/12/82)

Urubu-Kaapor

Homologada a reserva Urubú-Kaapor

O presidente Figueiredo assinou o decreto nº 88.002 de 28 de

dezembro de 1982, homologando para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela FUNAI da área indígena denominada Alto Turiaçu, localizada nos municípios Turiaçu, Monção, Carutapera e Cândido Mendes no Estado do Maranhão, onde habitam os índios Urubú-Kaapor. (Diário Oficial — 29/12/82)

*

Galibi do Oiapoque (AP)

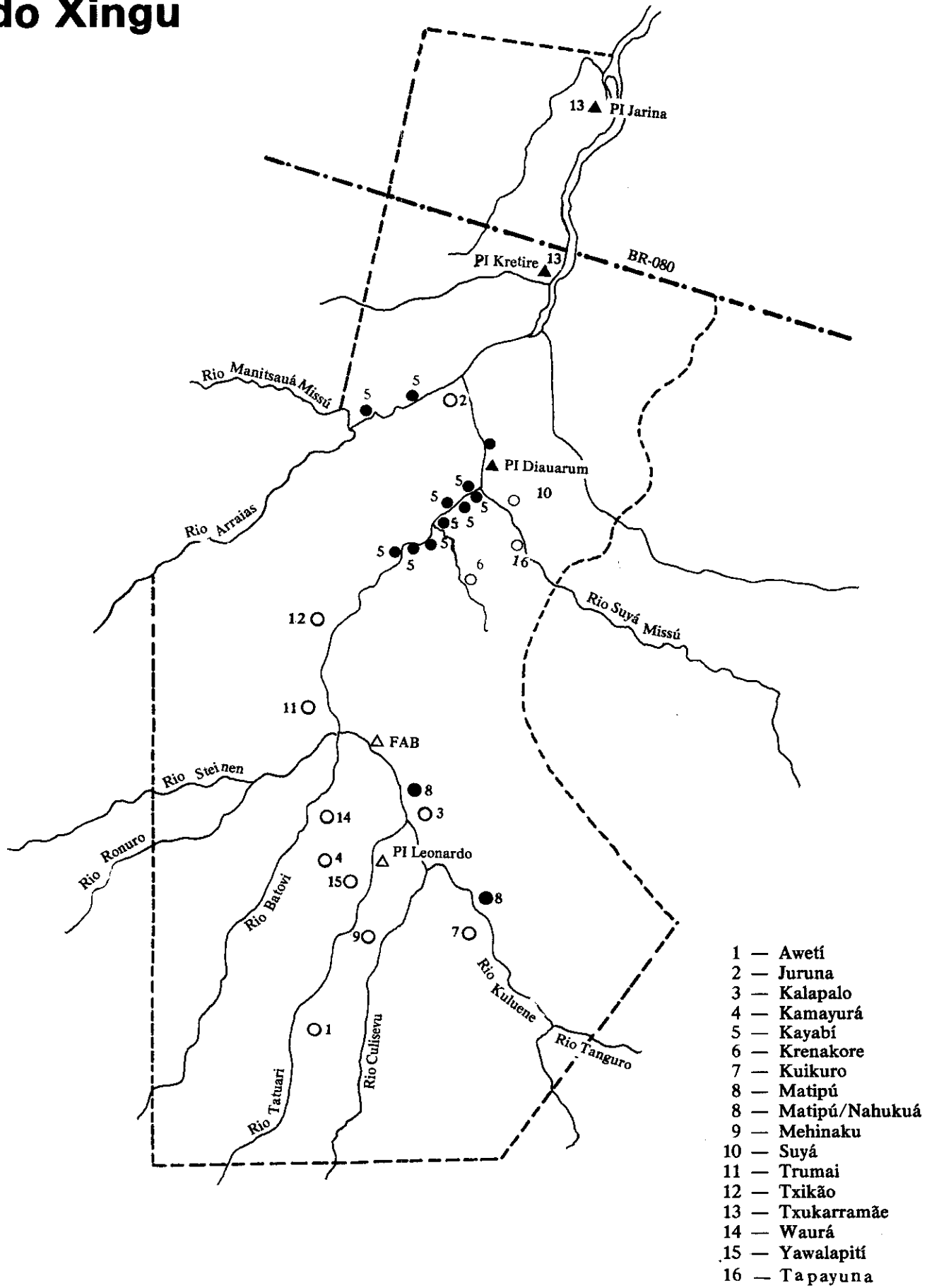
Portaria define reserva Galibi

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1369/E de 24/08/82 declarando como de posse permanente do grupo indígena Galibi, a área já demarcada, compreendida pelos limites constantes do memorial descritivo e planta anexos, partes integrantes desta portaria, com a superfície de 6.690 ha., localizada no município de Oiapoque, Território Federal do Amapá. (Diário Oficial — 16/09/82)

Decreto homologa reserva Galibi

O Presidente da República, através do Decreto nº 87.845 de 22 de novembro de 1982, homologa, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela FUNAI, da área indígena denominada GALIBI, localizada no município de Oiapoque, Território Federal do Amapá. (Diário Oficial — 24/11/82)

Parque Indígena do Xingu



Cortesia Xinguana

Bruna Francheto (*)

Os xinguanos são especialistas na recepção de autoridades governamentais e estrangeiras, acostumados que são a ter que improvisar danças, lutas e cantos para festejar as visitas importantes. É o que lhe garante sua sobrevivência, a terra e a assistência da FUNAI. Andreazza decidiu ir ao Xingu não só por razões "festivas", como dizem os jornais; em abril, o Parque estava mais uma vez passando por uma crise, uma das muitas desde que foi demitido seu ex-diretor Olympio Serra. A FUNAI não estava conseguindo mais manter o tradicional controle sobre a população xinguana: reivindicações dos Trumai, queixas quanto ao atendimento de saúde, novas ameaças de conflito na fronteira norte cortada pela BR-80 (que o próprio Andreazza tinha solenemente inaugurado em 1971) envolvendo os Txucarramãe e a não demarcação do território entre a estrada e a aldeia de Jarina, demarcação exigida há muito pelos índios. No alto Xingu, tradicionalmente tranqüilo e subserviente, um mal-estar difuso resultava do fato de que a administração não mais conseguia satisfazer as necessidades dos grupos situados à volta do Posto Leonardo, nem mesmo reativando a escola fechada desde 78. Andreazza foi apaziguar os ânimos, se apresentando e impressionando como "grande chefe", especialmente porque acompanhando por Orlando Villas-Boas. Orlando, Andreazza e os coronéis da FUNAI fumaram o cachimbo da paz e os índios ficaram, por sua vez, assistindo o espetáculo oferecido. Na mesma época, lembramos, foi proibida aos pesquisadores, em caráter temporário, a entrada na área.

Os efeitos benéficos da visita de Andreazza (sabonetes, sorrisos e promessas) duraram algum tempo, depois esvaeceram-se. A crise voltou agravada, crise administrativa e da própria concepção histórica do Parque, o que, somado à ameaça de construção de uma barragem no Xingu, resultou no recente afastamento do Diretor do Parque, Francisco Assis da Silva e na nomeação de Cláudio Romero.

(*) Antropóloga, realiza pesquisas entre os Kuikuro no PIX desde 1976, está preparando tese de doutoramento no Museu Nacional (RJ).

Xingu volta a receber Andreazza

Onze anos depois de desembarcar às margens do rio Xingu para, como ministro dos Transportes, inaugurar a estrada Brasília-Manaus (BR-080), que reduziu parte dos limites Norte do Parque Indígena do Xingu, Mário Andreazza volta ao parque, desta vez como ministro do Interior, para a abertura oficial da Semana do Índio, comemorada em todo o País entre os dias 13 e 19 de abril.

Naquela manhã de sábado, 15 de maio de 1971, o ministro Andreazza desembarcou no acampamento do canteiro de obras da construtora da estrada. Vinte e três aviões o acompanhavam, e foi oferecido um churrasco a que, entre os convidados, compareceram grandes empresários que começavam a investir na Amazônia. Entre os índios, o cacique Raoni, indignado porque a estrada cortava seu território, a poucos quilômetros da aldeia do Txucarramãe, no posto indígena do Cretire. (FSP — 12/04/82)

Andreazza faz autocrítica ao visitar o Xingu

O ministro Mário Andreazza, do Interior, admitiu ontem que "mudaria o traçado" da rodovia BR-80 (Brasília-Manaus), construída na época em que era ministro dos Transportes, e que acabou cortando o limite Norte do PNX. Ao fazer a autocrítica, dizendo estar agora mais experiente sobre a questão indígena, ele indiretamente deu razão aos protestos ocorridos na ocasião das obras.

Andreazza fez a declaração a bordo do Búffalo C-115 da FAB, durante a viagem ao Parque, para o início dos festejos da "Semana do Índio". Ele foi recebido às 10 horas no campo de pouso do posto Leonardo Vilas-Boas pelos representantes de 16 nações indígenas do Xingu, tendo como anfitrião o cacique Aritana.

O cacique Raoni, dos Txucarramãe, de gravador em punho, pediu ao ministro a solução para o problema das terras ao Norte do Parque, rodeadas por cerca de 25 fazendas. Dentro de um mês os fazendeiros começam as derrubadas para o plantio, atividade que desgosta os índios, pois as queimadas, segundo Raoni, "sujam as florestas".

Na despedida, quando Andreazza entrava no avião, um índio abraçou o ministro e fez um pedido: "Da próxima vez, traz o Figueiredo." (FSP — 14/04/82)

Reabertura do Parque do Xingu

A permissão para que o antropólogo Anthony Seeger, do Museu Nacional, realize pesquisas etnológicas entre os índios Suia, do Xingu, concedida pela FUNAI, reabre o parque para a comunidade científica que teve seu acesso vetado desde novembro passado. Antes desta proibição, porém, que não foi registrada em portaria, 95 por cento das solicitações eram rejeitadas pela AGESP.

A informação é do assessor de imprensa da FUNAI, Odil Telles, que não conseguiu obter junto à AGESP nenhum caso de rejeição para exemplificar os critérios adotados para tal. Disse que a FUNAI recusa a maioria das solicitações porque não vê utilidade nas pesquisas e teses propostas. (Diário Popular — 21/06/82)

EPM presta assistência

Dia 5 de julho, a exemplo do que ocorre pelo menos quatro vezes por ano, equipes de médicos e alunos da Escola Paulista de Medicina estarão viajando para o Parque Nacional do Xingu. Lá, sob a orientação do prof. Roberto Baruzzi — que há mais de 18 anos vem prestando assistência médica aos índios — terão prosseguimento as campanhas de vacinação e exames preventivos na comunidade indígena radicada no parque. Os trabalhos deverão estender-se, segundo o programa, até o dia 25 de julho.

O programa de assistência à saúde dos índios iniciou-se por volta de 1962/64, quando, pioneiramente, atendendo a convite formulado pelo sertanista Orlando Vilas Boas e contando com a colaboração dos alunos da Escola Paulista de Medicina, o prof. Roberto Baruzzi organizou as primeiras equipes médicas para contatarem e oferecerem assistência médica aos índios. (Folha da Tarde — 22/06/82)

Supremo julgará processo movido contra a FUNAI

O Supremo Tribunal Federal julgará dia 1º de dezembro, o processo movido pelo advogado Armando Conceição, de São Paulo, contra a FUNAI e a União, no qual requer uma indenização ainda não calculada pela desapropriação de uma gleba de terra de 9.758 hectares, pertencente a Oswaldo Daunt Salles, encravada dentro dos limites do Parque Nacional do Xingu.

Segundo um alto funcionário da FUNAI, todavia, o advogado Armando Conceição é o cabeça de um grupo a quem identifica como "Máfia do Xingu", que vem atraindo os

beneficiados pelo governo do Mato Grosso, que distribuiu, em 1959, cerca de 1.500 títulos de propriedade de terras da União formadoras do Parque Nacional do Xingu.

De acordo com o funcionário da FUNAI, o advogado Armando Conceição, que também é proprietário de uma gleba de 4.940 há no parque, montou um escritório em São Paulo unicamente para reivindicar indenizações por desapropriação indireta, contando, em seu esquema, com a cumplicidade do procurador-geral de Mato Grosso, Salvador Pompeu de Barros Filho.

O funcionário da FUNAI esclareceu, inclusive, que já foi constatado o fato de que as petições que integram o processo, tanto do procurador como do advogado, foram datilografadas na mesma máquina de escrever. (Diário Popular — 29/11/82)

Kayabi

Índia liga trompas após trigêmeos

O médico Raimundo Cavalcanti, obstetra, diz que a FUNAI autorizou. A FUNAI, segundo seu assessor de Imprensa, nega. O fato é que a índia Everon Kayabi, de aproximadamente 25 anos de idade, mãe de trigêmeos que nasceram sábado no Hospital de Base do Distrito Federal, teve suas trompas ligadas. A enfermeira Onea dos Santos, do hospital, garante que, consultada, Everon concordou em ligar as trompas. A índia não pode confirmar a informação de Onea, porque mal sabe falar o português: Fala apenas sua própria língua. O assessor de imprensa da FUNAI admite que a índia não poderia ter autorizado a ligação de trompas porque, pela lei, é juridicamente irresponsável. O obstetra Raimundo Cavalcanti negou, de início, que ele e mais dois médicos do hospital tivessem ligado as trompas de Everon. Depois, confessou e desculpou-se: “Tivemos autorização da FUNAI, já que, oficialmente, a assinatura de índios não tem efeito legal.” O assessor de imprensa negou a autorização e argumentou: Não interferimos na cultura dos índios, e se houve ligadura de trompas foi porque os médicos acharam que a saúde de Everon não permitia que ela engravidasse outra vez. O único problema de saúde que Everon tinha, ao chegar ao Hospital de Brasília, era uma infecção dentária, como reconheceu o obstetra Raimundo Cavalcanti. (Jornal do Brasil — 14/7/82)

CIMI condena hospital

O CIMI enviou carta ao procurador-geral da Justiça, na qual condena os médicos do Hospital de Base de Brasília por terem “mutilado a parturiente”, no caso da índia Everon, submetida a uma operação de ligação de trompas, após dar a luz a trigêmeos, no sábado. Segundo o CIMI, a operação não poderia ter sido feita sem autorização da FUNAI. (ESP — 16/7/82)

Matipu

Takuni desaparece em Brasília

O índio Tacuni, da tribo Matipu, que mora no PNX desapareceu em Brasília depois de ter recebido Cr\$ 120 mil da Funai pela venda de artesanato. A denúncia foi feita ontem pelo índio Megaron, da tribo Txukarramãe, à Delegacia da Funai em São Paulo. Megaron e o índio Tabata, primo do desaparecido, não sou-

beram precisar a última vez que Tacuni foi visto. Eles disseram apenas que Tacuni estava morando na Casa do Ceará, onde ficam os índios que chegam ao Distrito Federal.

O sertanista Orlando Vilas Boas disse ter sido informado de mais esse desaparecimento — o índio Ubenhe, “um Txukarramãe esquisito”, segundo ele, também sumiu em Brasília, em 1979 — acrescentando que a Funai e a PF estão tentando localizar Tacuni.

— Os índios estão andando com muito dinheiro no bolso e, se isso já é perigoso para um civilizado, muito mais para indígenas não totalmente aculturados, que se tornam presas fáceis de assaltantes — afirmou Vilas Boas.

Vilas Boas alertou para o aumento de desaparecimentos de indígenas nas capitais, atribuindo o fato à recente determinação de conceder-lhes o direito de livre movimentação. (O Globo — 15/01/82)

O mistério de Takuni

A notícia do desaparecimento de Takuni, índio do grupo Matipú do Alto Xingu, chegou aos jornais passado mais de um mês do acontecimento. Takuni sumiu da casa do Ceará em Brasília na segunda semana de dezembro de 1981. Os jornais foram contatados à revelia da FUNAI, que tinha pedido aos índios manterem silêncio. Um grupo de índios do Parque, entre os quais Ararapã (Trumai), Megaron (Txukarramãe) e Tabata (Kuikuru) manifestaram em São Paulo, no dia 14 de janeiro de 82, o desejo de comunicar à imprensa o desaparecimento, inclusive denunciando a falta de iniciativa da FUNAI na procura de Takuni. Tiveram que fazê-lo contra a proibição da responsável do escritório da FUNAI em São Paulo. A entrevista com a imprensa foi realizada na calçada em frente ao local do escritório na Lapa, posto que impedida a entrada de índios e jornalistas na sala de recepção. Os índios Matipú habitam duas pequenas aldeias na margem direita do rio Kuluene, misturados com os sobreviventes Nafuquá, que, aliás, são mais numerosos do que os restantes Matipú. Os Matipú propriamente ditos não são hoje mais do que sete indivíduos. O desaparecimento de Takuni é já considerado como morte pela família e pela tribo, desencadeando, como é tradição, acusações de feitiçarias intertribais.

Takuni tinha no bolso Cr\$ 120.000 obtidos pela venda de artesanato à Artíndia da FUNAI. Os problemas decorrentes da produção e comercialização do artesanato se tornaram graves nos últimos dois anos. A venda de tais produtos iniciou-se, de maneira improvisada, sem planejamento, pesquisa ou discussão, para fazer frente aos constantes pedidos de bens de “civilizado” dos quais os índios já se tornaram dependentes. Mas, nesses moldes, a venda de artesanato no Xingu não resultou em autonomia ou autodeterminação; pelo contrário, a sua produção está começando a interferir no regime de trabalho, e causando conflitos e competições entre grupos dentro da mesma aldeia e entre aldeias diferentes. A FUNAI queixou-se repetidamente das saídas frequentes dos índios do Parque para cidades como Brasília e São Paulo, para compras financiadas pela venda de artesanato: os índios não têm orientação, acompanhamento e contraem doenças infecciosas que trazem às aldeias. A alternativa proposta pela FUNAI de proibir as saídas dos índios e criar cantinas nos Postos não foi bem recebida pelos próprios índios. A ida às cidades é também uma maneira de satisfazer a sede de informação sobre o mundo dos brancos, frustrada

pela inexistência de uma troca cultural e de uma escola com esta função. A proibição de sair do Parque, neste contexto, aumentaria o sentimento de cerceamento que vivem os índios da área, excluídos, inclusive, da máquina administrativa do Posto e obrigados a vender seus produtos tão somente à FUNAI, que passaria, por sua vez, a exercer o monopólio sobre as transações comerciais dos índios.

Interessante é notar que Takuní transformou-se em símbolo do "perigo da cidade", e, como tal, é manipulado tanto pela FUNAI para fins de controle, como também pelos índios mais velhos para fins de controle sobre as jovens gerações cada vez mais fascinadas pelo universo dos brancos. A política de conservação e isolamento que caracterizou o PQXIN e que ignorou até hoje a história cumulativa do contato, nos moldes peculiares do PQXIN, está levando a uma ruptura fragilizadora do ponto de vista cultural entre velhos e jovens, homens e mulheres. (B. F.)

Txucarramãe

Nova ameaça de ataque no Xingu

Os índios Txucarramãe, subgrupo Kayapó que vive ao norte do Parque do Xingu, poderão atacar novamente durante a estação seca. A ameaça foi feita ontem pelos caciques Raoni e Krumari. Eles estão em Brasília reivindicando mais uma vez a demarcação da "zona de amortecimento", faixa com 15 quilômetros de largura, separando o parque indígena das fazendas instaladas às margens do Xingu. Essa "zona de amortecimento" foi prometida em agosto de 1980, logo após o ataque feito por esses índios contra a fazenda São Luís, quando mataram 11 peões. Os caciques se reuniram ontem com o presidente da Funai, que prometeu demarcar a área, sem adiantar qual o prazo. Raoni, depois da reunião com o presidente da Funai, afirmou que seu prazo "é até antes das próximas chuvas. E se não acontecer nada nós vamos..." disse ele completando a frase com um gesto característico para mostrar bordunas batendo em cabeças. (FSP — 12/05/82)

Adiada demarcação no Xingu

O presidente da Funai, adiou por mais um ano a demarcação de uma faixa de 15 quilômetros de largura ao longo da margem direita do Xingu, que impediria a implantação de fazendas na área que pertencia ao Parque Nacional do Xingu, mas foi desmembrada dele em 1971, por decreto presidencial. Os índios Txucarramãe estão exigindo a sua demarcação afirmando que a proximidade de fazendas tem colaborado para espantar a caça e prejudicado a pesca no Xingu e seus afluentes. Ontem, os caciques Raoni, da tribo dos Txucarramãe, e Krumari, da aldeia do Jarina, denunciaram ao presidente da Funai que uma nova fazenda está sendo implantada na área que será demarcada, na região do Porori, ao norte do Parque. Dentro da faixa reivindicada pelos índios chegaram a ser implantadas cinco fazendas, mas todas foram abandonadas, desde agosto de 1980, quando os Txucarramãe atacaram uma delas, a fazenda São Luiz, matando onze peões. (ESP — 13/08/82)

FUNAI encontra índio do Xingu que fugira

O índio Umeiti, da tribo dos Tucarramãe, do parque do Xingu, que em setembro de 1977 sumiu da Casa do Ceará, em Brasília, onde estava hospedado, foi localizado vivendo sozinho na serra de Unai, próximo à cidade mineira de Para-

catu. Ali ele vinha caçando com arco e flecha e dormindo em esconderijos de onças. A Funai precisou montar uma expedição de contato para chegar até o índio, chefiada pelo sertanista Cícero Cavalcanti Albuquerque. Junto com três integrantes do grupo Caiapó — parentes de Umeiti —, o sertanista forçou o contato, que terminou com o índio ferido a bala.

Operado e já fora de perigo, Umeiti está internado no Hospital de Base de Brasília. Contando aos índios e ao sertanista que também fala caiapó, por que fugira da Capital Federal, disse que outros indígenas, também hospedados na Casa do Ceará (que tem convênio com a Funai) brigaram com ele e ameaçaram matá-lo. Por isso, decidiu fugir, seguindo a pé pelo cerrado até próximo a Paracatu, distante 200 quilômetros de Brasília. (ESP — 24/12/82)

(PIX) O controle do Rio Xingú

Vanessa Lea (*)

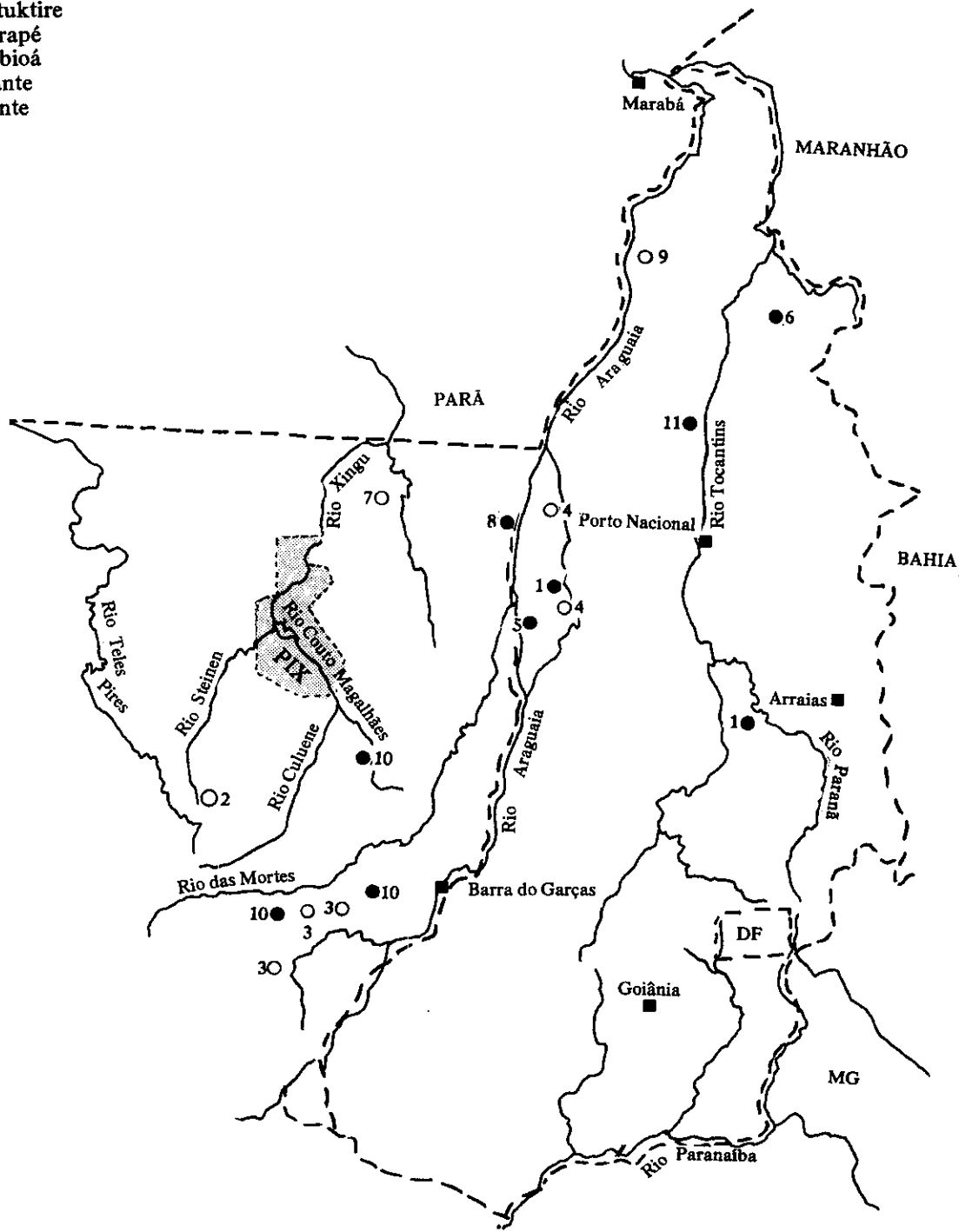
A FSP noticiou em 12/5/82 que os Txucarramãe — que vivem ao norte do PIX — deram ultimátum ao presidente da FUNAI, que mais violência poderia resultar se esse órgão não demarcasse neste ano uma zona de amortecimento, uma faixa de 15 km de largura, para garantir aos índios o controle exclusivo dos recursos do rio Xingu. Os Txucarramãe têm uma aldeia velha e acampamentos na margem direita do Xingu, e sempre consideraram essa terra como parte integrante de seu território. Independentemente de habitarem ou não a margem direita do Xingu, estão cientes do fato de que se o próprio rio serve de fronteira do Parque, as águas serão poluídas e seus recursos depredados por fazendeiros etc. A única maneira de garantir a integridade do rio Xingu aos índios é constituir uma faixa ampla à margem direita para distanciar a fronteira do PIX da frente de colonização (dos fazendeiros).

A FUNAI passou a reconhecer essa reivindicação só depois da morte de 11 peões pelos Txucarramãe em 1980. Ao contrário do que a FUNAI afirmava na época, esse não foi um acontecimento imprevisível, mas um ato que demonstrou o grau de frustração dos índios de terem suas reivindicações ignoradas pela FUNAI desde 1971, quando a área dos Txucarramãe foi truncada pela construção da BR-80.

(*) Antropóloga, realiza pesquisas entre os Txucarramãe no PIX desde 1977 e está preparando tese de doutoramento no Museu Nacional (RJ).

Goiás / Leste do MT

- 1 — Avá-Canoeiro
- 2 — Bakairi
- 3 — Bororo
- 4 — Javaé
- 5 — Karajá
- 6 — Krahô
- 7 — Mentuktire
- 8 — Tapirapé
- 9 — Xambioá
- 10 — Xavante
- 11 — Xerente



Tombamento de Bananal é tema de discussões

O tombamento da Ilha do Bananal, como patrimônio histórico universal, através da Unesco, e a defesa da Casa do Índio de Goiânia, a qualquer custo, que está sendo ameaçada de ser extinta, foram debatidos ontem no Instituto dos Advogados de Goiás, por um grupo de intelectuais goianos que se dedicam ao estudo dos problemas dos indígenas.

Na oportunidade, os intelectuais aprovaram uma proposta da Fundação Ação Social do Palácio do Governo no sentido de absorver a Casa do Índio, mediante convênio com a Funai, e tornar o Hotel JK, situado na Ilha do Bananal, um patrimônio histórico estadual. Durante a reunião, alguns dos presentes fizeram veementes críticas à atuação da Funai em Goiás, principalmente no que tange à transferência dos índios carajás instalados às margens do Araguaia para uma única reserva e quanto à ameaça de extinguir a Casa do Índio, que poderá ser decidida hoje. (O Popular — 06/10/82)

Desativação da Casa do Índio

Fonte da administração da Casa do Índio informou ontem que uma equipe da Funai está sendo esperada hoje para a desativação da casa, a exemplo do que aconteceu com a sede da 7ª Delegacia Regional do órgão, que foi transferida para Barra do Garças-MT. Provisoriamente, os índios teriam que se hospedar em hotéis pagos pela Funai, em Araguaína, onde já está funcionando a Ajudância encarregada dos problemas indígenas em Goiás.

Os 19 índios que estão na Casa se recusaram ontem a aceitar a desativação, alegando que seus problemas não podem ser resolvidos em Araguaína, principalmente os de saúde e educação. Eles sugerem que a Funai passe a responsabilidade da casa para o governo do Estado ou para os próprios índios, ao invés de desativá-la ou transformá-la em museu, como já chegou a ser ventilado. (O Popular — 06/10/82)

Casa do Índio poderá ser reaberta de novo

O presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal, garantiu aos dois representantes da comissão pela manutenção da Casa do Índio, Rômulo Pindo de Souza e Mary Baiocchi e à presidente da Fundação Ação Social do Palácio do Governo, Lillian Valadão — que foram a Brasília na última quinta-feira solicitar a reativação da casa — que o estabelecimento poderá ser reaberto, se o governo do Estado de Goiás assumir as despesas financeiras para a sua manutenção. (Diário da Manhã — 16/10/82)

Índios podem ter assistência dos presbiterianos

A Igreja Presbiteriana poderá dar assistência aos índios em Goiás. A informação é de José Arantes Costa, presidente da Comissão de Estudos para o Trabalho entre os índios, formada por membros da Igreja Presbiteriana do Brasil e integrantes da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos.

Os estudos serão feitos em todo o País e tão logo os resultados estejam prontos será iniciada a aplicação do projeto que visa assistir os índios brasileiros não só no âmbito religioso, mas principalmente nas áreas de educação e saúde. Segundo José Arantes, que reside em Goiânia, ele pretende carrear recursos para assistência a algumas aldeias goianas.

Da comissão mista da Igreja fazem parte três goianos: José Arantes Costa, o piloto da Asas do Socorro, Abrão Berberiam, e um pastor que já está trabalhando com índios Xavante em Mato Grosso. Sem interferir nas comunidades indígenas que já recebem assistência de outras missões religiosas, a Igreja Presbiteriana pretende realizar seu trabalho sem alterar os traços culturais dos indígenas brasileiros. Além da missão na aldeia xavante, a Igreja conta com o

único hospital de assistência ao índio com especialidade única no tratamento da tuberculose. O hospital está localizado em Dourados—MT e atende a índios de todas as regiões do país.

Tão logo os estudos da comissão estejam prontos, seus integrantes irão aos Estados Unidos a fim de observar os resultados obtidos junto às comunidades indígenas americanas, em projeto semelhante. A partir dessa experiência é que será ativada a assistência presbiteriana no Brasil, levando em conta a realidade nacional e as diferenças entre índios brasileiros e norte-americanos.

José Arantes já está mantendo contatos com antropólogos goianos e pessoas ligadas à problemática indígena em Goiás, a fim de colher subsídios para a comissão. (O Popular — 07/11/82)

Índios tentam reativar seu albergue em Goiânia

Quatro índios Xavante, oriundos da aldeia de Pimentel Barbosa, no Estado de Mato Grosso, ainda se encontram alojados na Casa do Índio de Goiânia, que foi desativada recentemente, enquanto outros quatro estão em Brasília, onde foram tentar junto à Funai a reativação do albergue.

Os que aqui ficaram não quiseram prestar declarações à imprensa, mas sabe-se que dois deles estão realizando tratamento médico na Santa Casa de Misericórdia. Dois funcionários da Funai também permanecem na Casa do Índio, com a responsabilidade de evitar que ocorram atos de vandalismo no local. (Diário da Manhã — 07/11/82)

Avá-Canoeiro

Panorama sombrio para os índios de Goiás

Cerca de 21 índios Avá-Canoeiro ainda permanecem arredios às tentativas de contatos realizadas pela frente de atração em Cavalcanti. Aproximadamente 800 índios de quatro nações goianas ainda não tiveram suas reservas demarcadas. Na Ilha do Bananal, mais de 12 mil posseiros, grileiros e fazendeiros estão utilizando o parque indígena para plantação de lavoura e criação de gado.

Ao todo, a população indígena dentro do território goiano, segundo dados estatísticos do Cimi, está em torno de 2.300 pessoas — 450 Apinayé, 820 Krahô, 715 Xerente, 70 Xambioá, 302 Javaé e cinco Avá-Canoeiro civilizados. Ao longo do rio Araguaia, vivem 1.720 Karajá e 180 Tapirapé.

Há menos de um ano o delegado Ivan Baiocchi afirmou que em Goiás a situação do índio é uma das melhores do país, já que o grande vetor de conflito entre índios e governo era a demarcação das terras. Porém, em Goiás, apenas duas nações indígenas tiveram suas reservas demarcadas. Em 1974, a Funai demarcou em Pedro Afonso a reserva dos Xerente, com uma área de 167.572 hectares. Há um mês foi anunciado o aumento da reserva, mas nada ainda foi confirmado. Um ano depois, as sete aldeias Krahô receberam uma área de 302.533 hectares, que poderá ser afetada pela BR-010, já planejada para ligar Brasília a São Luiz. As aldeias Apinayé, em Tocantinópolis, Xambioá, em Araguaína, Javaé e Avá-Canoeiro, na Ilha do Bananal, ainda não foram demarcadas. (O Popular — 18/04/82)

Reativada atração dos Avá-Canoeiro

A Funai reativou, em Cavalcanti, nordeste goiano, a frente de atração dos Avá-Canoeiro, o último grupo indígena arredo ainda existente no Estado. Desde dezembro, devido às chuvas, a expedição entrara em recesso.

Os Avá-Canoeiro de Cavalcanti talvez não somem mais de 20 pessoas e o outro grupo da tribo foi pacificado por Apoena Meirelles, há poucos anos, em Formoso do Araguaia.

Pressionados pela fome, pois são nômades e extremamente temerosos de contatos com os civilizados, eles costumam abater animais em fazendas.

Seu temor pelos civilizados aumenta com a constante animosidade que lhes demonstram garimpeiros e caçadores.

O último contato com esses índios aconteceu em julho do ano passado, quando um grupo de 15 interceptou um funcionário da frente de atração e levou os gêneros alimentícios que conduzia numa canoa. (Folha da Tarde — 27/03/82)

O drama esquecido dos Avá-Canoeiro

Os Avá-Canoeiro do município de Cavalcante (Serra das Trombas, alto Tocantins) foram esquecidos pela imprensa neste ano que passou e estão enfrentado seriíssimas ameaças à sua sobrevivência. Além da perseguição que sofrem por parte da população local, garimpeiros e fazendeiros (de quem matam animais para se alimentarem), este grupo, ainda sem contato, terá as terras por onde perambulam inundadas pela construção de uma hidroelétrica no alto Tocantins. Espera-se que, antes que os índios morram afogados ou baleados, a FUNAI monte uma frente de atração de fato para estes índios, localizados a menos de 300 km de Brasília. O que existe no momento é uma precária equipe de atração funcionando praticamente sem recursos e coordenada pela Ajuda Autônoma da distante Araguaína. (A. A. de T.)

Karajá

Alcoolismo faz mais uma vítima

O Dia do Índio foi marcado pela tristeza na aldeia Karajá, na ilha do Bananal, em consequência da morte de Kurisiri, de 22 anos, casado, pai de dois filhos e neto do cacique Arutana. Ele morreu no dia 11, afogado no Araguaia, depois de iniciar a travessia de Canoa, completamente embriagado.

“Estamos chorando com tristeza o desaparecimento do nosso menino” — disse seu avô, justificando o cancelamento das festas e competições tradicionais na aldeia. O cacique Maluare, por sua vez, é contra a reabertura do Hotel JK, a construção de novas estradas na ilha e a presença de posseiros na reserva dos Karajás. Os líderes jovens não querem mais bebida alcoólica na reserva. (Notícias Populares — 21/04/82)

Serraria da FUNAI em aldeia Karajá

Com o objetivo de aproveitar o potencial madeireiro existente na Ilha do Bananal, o presidente da FUNAI liberou recursos da ordem de Cr\$ 4,6 milhões para serem aplicados em projeto de serraria na Aldeia de Santa Isabel do Morro. (Correio Braziliense — 04/05/82)

CIMI denuncia que uma epidemia está matando os Karajá

Uma epidemia de tuberculose está matando os índios Karajá. Os grupos que vivem em Santa Isabel do Morro e Fontoura, na ilha do Bananal, bem como os Karajá, em Luciara, estão

contaminados pela doença “sem receber assistência da Funai”, denunciou ontem o secretário do CIMI. A doença matou uma criança de sete anos, Hurussami que morreu no Hospital de Base de Brasília.

O mais alto índice da doença, segundo os missionários, ocorre em Luciara, onde vivia Hurussami. A aldeia “não tem sequer um posto da Funai e dos 75 índios, dez estão com tuberculose”. O CIMI afirma ainda em sua nota que “a família de Hurussami, composta de seis irmãos, ainda não foi vacinada e se a Funai não se deslocar para a área outras mortes poderão acontecer, principalmente porque os índios não estão bem alimentados.

Informa ainda o CIMI que o hospital do Índio, que funciona em Santa Isabel do Morro, “foi completamente abandonado, sem leitos e sem condições de fazer os exames mais simples. Os índios que chegam ao hospital, segundo a nota, “devem ser transportados para o São Félix do Araguaia ou então para Brasília, onde até seus exames desaparecem nos hospitais, como aconteceu com Hurussami”.

No final da nota, o CIMI sugere à Funai “ação imediata para atender os Carajá com um sistema de medicina preventiva” e, no caso específico dos índios que vivem em Luciara, “a assistência do órgão tutor com a delimitação das terras, instalação de um posto indígena e retirada dos posseiros que invadem “a área ocupada pelos Carajá”. (FSP — 04/06/82)

Área dos Karajá em Aruanã será demarcada e protegida

O presidente da Goiastur, Aloísio Melo Rosa, revelou ontem que já foram tomadas todas as providências para a demarcação da área dos índios carajá, que vivem em Aruanã. Além disso, a Goiastur irá cercá-la totalmente com tela e depois será feita plantação de bambu ao seu redor. Postes de cimento com três metros de altura serão colocados no local e as choupanas serão reformadas.

Segundo o presidente da Goiastur, todas essas obras e mais um serviço de saneamento básico, que têm o objetivo de mudar a situação de penúria e miséria em que se encontram dezenas de índios em Aruanã, deverão ser inaugurados no dia sete de setembro deste ano. Aloísio Melo Rosa pretende também o imediato isolamento de toda a área em que e encontram os silvícolas, inclusive com o desvio da estrada que passava no meio da aldeia é que dava acesso a várias fazendas da região.

Quem primeiro tratou de levantar a situação em que se encontram os índios de Aruanã foi o sertanista Acary Passos de Oliveira, ex-diretor do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Em entrevista à imprensa, ele solicitou do governo estadual que providenciasse melhorias para os mais de 30 índios que estão vivendo em Aruanã.

Depois de tomar conhecimento da situação, a primeira-dama do Estado, dona Maria Valadão, solicitou à Funai um levantamento geral do problema e providências para que tudo fosse resolvido da melhor forma possível. A Funai fez um levantamento da situação e encaminhou relatório à Goiastur, que, imediatamente, tratou de tomar as providências para a execução do trabalho de melhorias da aldeia dos Karajá em Aruanã.

Destaca o relatório que a equipe da Funai esteve com o prefeito de Aruanã, quando este informou que o lote ocupado pelos índios foi doado por João Artiaga, falecido há aproximadamente 40 anos. Explica também que no Cartório de Registro de Imóveis da Cidade não existe documento que formalize esta doação. “O senhor prefeito nos disse, ainda, que a Prefeitura teria condições de desapropriar essa área e doá-la à comunidade carajá que lá reside e que isso só dependerá da demarcação da área. Informou-nos, também, que o Instituto de Desenvolvimento Urbano de Goiás está procedendo um levantamento total na planta da cidade e que aí

consta o lote onde os índios residem como área indígena”, observou o relatório.

Depois de pedir à Funai que entre em contato direto com a senhora Noemia Artiaga, viúva de João Artiaga, para tentar resolver o problema de doação da área dos Carajás, a equipe da Fundação Nacional do Índio faz várias sugestões: regularização da área, construção de sete casas, sendo seis para os índios e uma enfermaria; abertura de duas cisternas, construção de sete fossas secas, cercamento de todo o lote, contratação de uma atendente de enfermagem para dar assistência aos índios e servir de elo de ligação entre os mesmos e a administração; liberação de oito bolsas de estudo para fazer frente às despesas com a compra de uniformes e material escolar; pleitear junto à Prefeitura de Aruanã a doação de uma área de 15 alqueires para que a comunidade indígena possa desenvolver suas lavouras e deslocar mensalmente para a área servidores da Delegacia Regional da Funai, para atendimento aos silvícolas, tanto na área de saúde, como para uma supervisão geral de todo o trabalho que se desenvolve junto aos Karajás.

Em ofício encaminhado ao diretor geral de Operação da Funai, o delegado regional em Goiás, Ivan Baiocchi, explica o problema dos índios de Aruanã:

“É um grupo de remanescentes de um antigo aldeamento Carajá que se transferiu para a Ilha do Bananal, remanescentes estes que acharam por bem ali permanecer, desgarrados do grupo principal (sic!). O fato é que no decorrer desse período, pelo contato quase nulo com o grupo principal, um processo de miscigenação de razoável intensidade se alastrou entre o grupo, registrando-se hoje um acentuado grau de mestiçagem”. (O Popular — 20/06/82)

FUNAI pede volta de peixe de índio

O presidente da FUNAI enviou telegrama ao governador do Estado de Goiás, comunicando a apreensão de uma tonelada e meia de peixe de posse dos índios Honesto Silva Karajá e Cirilo Silva Karajá, pelo chefe da SEMAGO, Leonídio Caiado.

Também ao Superintendente do Desenvolvimento da Pesca, Roberto Ferreira do Amaral, o presidente da FUNAI comunicou o fato, solicitando a restituição do material e produto apreendido e repudiando o comportamento do superintendente estadual.

De acordo com a Sudepe em Brasília, o engenheiro Armando Carneiro Vaz não tinha competência para expedir autorização para pesca e comercialização do produto pelos indígenas da Reserva da Ilha do Bananal, face à legislação vigente.

Por outro lado, o superintendente estadual não poderia cercar os índios de comercializar o produto, já que os Karajá vivem tradicionalmente da pesca, e nem apreender os equipamentos (linhas e anzóis) por eles adquiridos. Essa informação foi prestada ontem pelo procurador jurídico interino da FUNAI. (Correio Braziliense — 27/07/82)

SUDEPE apurará denúncia de corrupção

O coordenador regional da Sudepe em Goiás declarou ontem que moverá um processo administrativo contra os fiscais da pesca no Estado, acusados pelo karajá Horeste de receberem propinas dos pescadores, assim que o índio apresentar sua denúncia por escrito. A fiscalização da pesca vem sendo feita através de um convênio entre a Sudepe e a Secretaria de Agricultura, cujo executor é o superintendente da Semago, Leolídio Caiado, mas Armando Vaz informou que a partir da próxima semana essa tarefa ficará a cargo de 25 fiscais da própria Sudepe, que estão concluindo o treinamento.

Disposto a “ir até o fim” em sua demanda com Leolídio Caiado, o índio karajá Horeste seguirá na próxima segunda-feira para Brasília, onde terá uma nova audiência com o presidente da Funai. Horeste quer receber da Sudepe a importância de Cr\$ 1 milhão, como indenização pelos prejuízos que afirma ter tido com a apreensão e posterior leilão, pelos fiscais da pesca, comandados pessoalmente por Leolídio, de mais de uma tonelada de peixes.

Leolídio já se prontificou a devolver ao karajá Cr\$ 112 mil, obtidos no leilão de cerca de 600 quilos de pescado, mas Horeste não aceita essa quantia. “Ele (Leolídio) pegou meu peixe, uns 1.500 quilos, deu para os amigos, vendeu pela metade do preço, e agora quer me pagar só Cr\$ 112 mil. Mas eu quero é Cr\$ 1 milhão, só para pagar a despesa que tive com a viagem. Menos do que isso não me serve” — afirma o índio. Horeste é funcionário da Funai, atualmente lotado em Barra do Garças, e na ocasião da apreensão portava uma autorização para pesca na ilha do Bananal (e posterior venda dos peixes em Goiânia), fornecida pela Sudepe.

Em Brasília, Horeste entrará em contato com a União das Nações Indígenas, que o acompanhará na audiência com o presidente da Funai. Caso não resolva a questão na Funai, o karajá pretende recorrer ao Ministério do Interior e à Câmara dos Deputados. Ontem, Horeste tornou a acusar os fiscais da pesca em Goiás de corrupção, afirmando que a fiscalização libera os peixes apreendidos dos pescadores clandestinos, em troca de propinas. (Diário da Manhã — 13/08/82)

Índios denunciam

Pássaros nativos e peixes estão sendo levados clandestinamente da Ilha do Bananal de avião. A denúncia foi feita ontem pelos índios karajá Orestes e Cirilo, que alegaram falhas da fiscalização da Funai na reserva indígena da ilha. Orestes e Cirilo tiveram cerca de 600 quilos de peixes apreendidos por fiscais da Semago e depois de denunciar o caso à Funai tiveram o dinheiro obtido na venda dos peixes reembolsado. Ontem, eles informaram que tudo decorreu de um mal-entendido entre equipes da Sema e da Sudepe, pois esta havia concedido licença para que eles explorassem a pesca no rio Araguaia. Agora eles querem ajudar a Sema a fiscalizar a pesca profissional no rio.

De acordo com Orestes, a devastação da fauna da ilha tem como principal responsável um agente de turismo conhecido por Jean. Ele possui dois ônibus e cinco barcos para transportar turistas na ilha e chegou a se tornar amante de uma índia para utilizar seus irmãos na caça e pesca. Depois o produto é colocado num avião e enviado para Santo André — SP, para ser comercializado. Informaram também que no norte da Ilha existem mais dois predadores da Natureza — Assaí e Horácio, pescando o pirarucu no local denominado Lagoão.

“A beleza da Ilha só tem servido ao branco. Nós mesmos não podemos tirar proveito dela, já que ela está acabando e dentro de pouco tempo nada de bonito vai existir”, explicou Cirilo, ao afirmar que na década de 60 era abundante a caça na região e que agora os animais estão desaparecendo. Quando não são caçados, eles abandonam a região diante da penetração de civilizados na ilha, que alugam da Funai glebas de terras para pastagem.

Apesar dos esforços dos dois índios, recentemente um sertanista que vem atuando na região lamentou que os índios karajá tivessem sido os melhores ecologistas no passado e que agora alguns deles são piores predadores do que os próprios civilizados, já que por falta de meios para conseguir recursos acabam cedendo sua mão-de-obra para brancos inescrupulosos que se valem deles para caçarem e pescarem na reserva

índigena. Em caso de serem apanhados pelo serviço de fiscalização, os índios apenas têm o produto da pesca e caça confiscado e não estão sujeitos a nenhum outro tipo de punição. (O Popular — 19/09/82)

Karajá de Aruanã vão para a ilha

Os 33 karajá que vivem em Aruanã poderão ser transferidos para o local conhecido como Damiana da Cunha, na Ilha do Bananal. No início da semana, o karajá Idjarruri, esteve em Goiânia e depois se deslocou até Aruanã, onde, como emissário da Funai, tentaria convencer os índios a se mudarem para a ilha.

De acordo com informações chegadas a Goiânia, a idéia de transferência teria partido da própria Funai, com o apoio de alguns líderes indígenas da ilha.

Idjarruri leva a Aruanã a informação de que, além do interesse da Funai, foi realizada recentemente uma assembléia dos líderes da nação indígena, quando ficou decidido que os índios ocupariam a ilha e com isso impediriam que os brancos tivessem acesso a ela e impediriam a devastação da flora e da fauna. (O Popular — 26/09/82)

Decisão de abrir a estrada no Araguaia deixa IBDF em crise

A decisão do governo federal de autorizar a construção de uma estrada cortando o Parque Nacional do Araguaia já provocou uma crise no IBDF, com a demissão da diretora do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, Maria Teresa Jorge Pádua — e da chefe da Divisão de Parques Nacionais, Ângela Trezi Nari.

A exposição de motivos do projeto da estrada, que se destina principalmente a facilitar o escoamento da produção de cana-de-açúcar e arroz do Leste do Mato Grosso, elaborada pelos ministros da Agricultura, do Interior, e do Conselho de Segurança Nacional, já foi aprovada pelo presidente.

O presidente da Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo, José Reis Magalhães, disse ter ficado “profundamente chocado” com a medida do governo, considerando “este o mais grave desaponto proporcionado pelo atual governo no setor de conservação da natureza”.

“Um golpe de força” foi a definição dada pelo presidente do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais, Hugo Werneck, à autorização do governo para a Sudeco custear a construção da estrada. Ele revelou alguns detalhes de uma reunião realizada no primeiro semestre, em Brasília, para discussão do projeto. Werneck denunciou que um representante do Banco de Crédito Nacional participou de todas as negociações. Lembrou que tanto ele quanto o superintendente da Sudeco, recusaram as alternativas apresentadas para evitar que a estrada cortasse o parque.

O plano de Werneck tem como base a construção de uma ponte sobre o rio Araguaia, acima da ilha do Bananal, que propiciaria mais retorno econômico: “Isto se o governo estivesse interessado em favorecer aquele pólo de desenvolvimento como um todo”. Segundo ele, existem dois grandes projetos agropecuários, no Norte do Mato Grosso e Sul do Pará, da Vila e Volkswagen, respectivamente, que poderiam ser beneficiados caso a via de acesso à rodovia Belém—Brasília ficasse mais ao Norte. “A estrada favorece exclusivamente o BCN, além de criar a inédita figura de uma estrada de uso público em meio a um parque nacional” — afirmou. (ESP — 11/12/82)

ANAI denuncia estrada no Bananal

A ANAI enviou correspondência ao ministro Mário Andreazza, a propósito da construção pretendida em uma rodovia que deverá cruzar o Parque do Araguaia:

“Tanto o Centro de Conservação da Natureza de Minas Ge-

rais como a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza já denunciaram os inevitáveis prejuízos que a construção dessa rodovia imporá à ecologia da região. Desgostamos, profundamente, saber, também, que tal construção atende fundamentalmente aos interesses do grupo Banco de Crédito Nacional, responsável, já, pelo malfadado Projeto Codeara, na margem esquerda do rio Araguaia.

Preocupa-nos, essencialmente saber que sobre as comunidades Karajá e Javaé está por desabar mais um pesado tributo ao pretense progresso que se implantou no Brasil, à revelia da Nação. Não bastam, ao que parece, as sucessivas legislações assacadas contra o território indígena, hoje reduzido a parte da Ilha do Bananal, com a exclusão da aldeia Karajá de Boto Velho. (...) Agora, planeja-se uma rodovia que, fatalmente, se não cortar também o Parque Indígena — o que, parece, vai acontecer — trará aos índios, somente pela proximidade todos os males inerentes à uma estrada como essa”. (Correio do Povo — 21/12/82)

Tapirapé

Tapirapé conseguem sua terra

O presidente da Funai assinou portaria ampliando os limites da área indígena Tapirapé/Karajá, localizada no município de Santa Terezinha, em Mato Grosso. Com a medida, à área indígena foram incorporados mais 64.500 hectares, com base nos estudos que comprovaram a posse imemorial e a ocupação efetiva das faixas de terra pelos índios daquela comunidade.

A portaria determina ainda que o DGPI mantenha contato com a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, responsável pelos trabalhos de demarcação, para a fixação definitiva dos novos limites traçados.

Quanto às benfeitorias implantadas na área pela Empresa Tapiraguia e pelos posseiros, o DGPI procederá a respectiva avaliação com vistas à indenização e a conseqüente retirada dos não-índios. (Correio Braziliense — 24/04/82)

Empresa fala sobre caso com Tapirapé

O proprietário da empresa de Turismo André Safari e Tours Ltda., estabelecida em Brasília, Christoph Hrdina, esclareceu os fatos que levaram os índios tapirapé a proibirem as atividades do “hotel Flutuante” que transitava entre os rios Tapirapé e Araguaia que banham as terras demarcadas daqueles indígenas e dos karajá. Segundo Christoph, os entendimentos mantidos com aqueles indígenas nas última quarta-feira, à noite, foi amigável, quando parte da liderança indígena se manifestou desfavorável à decisão da maioria de impedir a circulação do barco.

“Em razão do nosso relacionamento com os tapirapé ter sido sempre de amizade, no momento em que nos comunicaram que não deveríamos mais atracar nas praias próximas à aldeia, pelas terras estarem demarcadas, nos deslocamos na manhã seguinte para outro ponto do rio Araguaia”. (Correio Braziliense — 01/07/82)

Tapirapé proibem hotel flutuante em sua área

O Cimi informou que os índios Tapirapé decidiram, em reunião, proibir as atividades do hotel flutuante em suas áreas. O hotel é um barco que pertence à empresa de turismo

André Safari Tours Ltda. que promove excursões, da cidade matogrossense de Santa Terezinha até o rio Tapirapé. Embora a Funai proíba a visita de turistas às aldeias, o barco é seguido por lanchas voadeiras que transportam os visitantes às praias localizadas em terras dos índios Tapirapé e Karajá. Diante disso, os índios decidiram controlar a foz do rio Tapirapé, impedindo também o acesso de embarcações de pesca.

Os índios alegam que os turistas estão destruindo muitos peixes, pois pescam apenas por divertimento. Dizem também que o barulho dos motores das voadeiras e do gerador do hotel flutuante, que passam nas proximidades da aldeia Karajá e a quatro quilômetros da aldeia Tapirapé, espantam os peixes e os tracajás.

Segundo o comunicado do Cimi, os Tapirapé ficaram especialmente revoltados desde que descobriram que o barco despeja os detritos da cozinha e dos sanitários nas águas do rio, poluindo-a e trazendo riscos de transmissão de doenças. (O Liberal — 11/07/82)

Ao longo do Araguaia

André Amaral de Toral (*)

Os índios do Araguaia receberam boa cobertura na imprensa goiana, bem como na do eixo Rio—São Paulo, durante o ano de 1982. Dentre os inúmeros fatos que marcaram a vida desses povos durante o período, alguns merecem atenção especial.

Invasão do PQARA por turistas e pescadores profissionais

O turismo predatório contra o qual se revoltam os Karajá e os Tapirapé não é novidade nas margens do rio Araguaia. Desde a década de 40, os Karajá enfrentam não só a dizimação da fauna aquática e terrestre do Araguaia mas também a influência nociva do alcoolismo e da prestação de serviços aos turistas. Mas o maior problema em relação aos pescadores invasores não é resultado dos verdadeiros roubos de muitas toneladas anuais de peixe da área do PQARA e da reserva Tapirapé por turistas e pescadores profissionais. O fascínio pelo "marisco" (pesca semiprofissional de pirarucu principalmente) colocou, há muito, os Karajá e Javaé na dependência de regatões e comerciantes que lhes compram a produção. Os Karajá, Javaé e Tapirapé são também usados como testas-de-ferro pelos mariscadores, uma vez que a pesca profissional é proibida no Parque e na reserva. Graves problemas surgem quando lideranças indígenas mais conscientes denunciam o abandono das roças e a exploração excessiva do meio. Muitas aldeias Javaé, Karajá e Tapirapé estão divididas em relação ao assunto; o fato é que o marisco é uma atividade altamente rentável e atrativa para um povo de pescadores como os Karajá e mesmo para os Tapirapé que vão aos poucos deixando de ser unicamente agricultores. Em relação à pesca, existe ainda um outro problema: apesar de serem pescadores tradicionais, os Karajá enfrentam, há muitos anos, a ação dos fiscais do IBDF no Parque Nacional e dos fiscais da SEMA-GO ao longo do Araguaia, que não

distinguem a pesca profissional da de subsistência, a ambas proibindo. Principalmente na parte norte da Ilha, os conflitos são antigos e freqüentes. A única solução existente é o efetivo reconhecimento do direito dos Karajá à pesca, já que estes freqüentavam o local muitos anos antes da criação do Parque e do IBDF.

Estrada atravessará o Parque

De grande repercussão este ano foi a notícia da construção da estrada que cortará o Parque Nacional do Araguaia (reserva ecológica) e o Parque Indígena do Araguaia. A construção da estrada aumentará, certamente, a invasão de turistas e pescadores profissionais e favorecerá também a ocupação em maior escala das terras do parque, que há mais de duas décadas vêm sendo arrendadas pela FUNAI a pequenos posseiros, grandes fazendeiros e empresas pecuárias. O traçado da estrada não deixa dúvida quanto aos objetivos que atende: escoar a produção agropecuária do meio-norte matogrossense e ligar os grandes projetos agropecuários das margens do Araguaia à Belém-Brasília. O gado, que antes era levado até o asfalto via São Miguel do Araguaia e Barreira da Cruz, agora pode ir da estação de engorda até o asfalto sem perder peso durante longos percursos e prescindindo do transporte de balsa. A estrada corta não só a reserva ecológica, mas também a parte norte do Parque Araguaia, passando próximo à aldeia de Macaúba, Tapirapé e sobre uma aldeia Javaé que há muito luta pela demarcação de suas terras, Barreira da Cruz ou Bôto Velho. Espera-se que, com a abertura da estrada, a FUNAI resolva fazer algo por esta aldeia. Entidades de apoio à luta indígena e a UNI recentemente alertaram a FUNAI sobre as graves conseqüências que a construção da estrada acarretará para os grupos indígenas da região.

Sem assistência e ameaçados de transferência

Grande destaque foi dado à "descoberta" de uma aldeia karajá em Aruanã (GO) vivendo numa situação de miséria desesperadora, totalmente sem terras e sem assistência. A aldeia não é nova e nem a FUNAI está descobrindo coisa alguma. Estes índios são descendentes de famílias Karajá meridionais reunidas pelo SPI junto ao posto Carajá do Sul, na década de 40. Alguém esqueceu de dizer que o PI foi desativado. Também não se explica a surpresa da FUNAI, já que o órgão dispõe de relatórios recentes de antropólogos sobre estas aldeias. Ao invés de qualificar os índios como "desgarrados do grupo principal" e com "acentuado grau de mestiçagem" o ex-Delegado da 7ª D.R., Ivan Baiochi, deveria explicar por que nunca lhes deu assistência, assistindo impassível à sua miséria. Causa estranheza também que a assistência a estes índios (demarcação de área e construção de casas) esteja sendo feita pelo governo estadual e pela Goiastur e não pela FUNAI: Espera-se que o louvável empreendimento humanitário não se transforme num investimento turístico do Estado.

A situação dos Karajá de Aruanã se insere num problema que é o das comunidades Karajá que não recebem assistência da FUNAI. É o caso das "aldeias proscritas" de Aruanã, Luiz Alves, Barreira da Cruz ou Bôto Velho, Santana do Araguaia, Barreira da Mirindiba e Luciara. Nenhuma delas tem terras delimitadas e nem recebem assistência alguma do órgão. Os índios sofrem a pressão dos criadores, especula-

dores e do contato indiscriminado. As propostas da FUNAI na tentativa de resolver o problema têm sido sempre as transferências. Juntar os índios nas aldeias do Parque Indígena do Araguaia é a palavra de ordem.

Dessa forma, no ano que passou, foram transferidas para as aldeias do Parque diversas famílias de Santana do Araguaia, Luiz Alves e provavelmente também de Aruanã. Mais adequado seria regularizar e viabilizar a permanência destes grupos nos seus locais de origem, reservando aos próprios índios o direito à escolha do local, em que querem viver, no exercício verdadeiro da tão falada autodeterminação.

Surpreendentemente, vemos as lideranças Karajá (líderes de aldeia, estudantes Karajá ligados à UNI, como Ijahúri, e líderes funcionários da FUNAI, como o chefe de Posto Eliseu Javaé e outros que recebem salários como "caciques") trabalharem ao lado da FUNAI, no sentido de remover estas comunidades. Isto se explica pela decisão, tomada numa reunião de chefes, de tentar ocupar mais a Ilha, controlando, assim, as invasões e os arrendamentos da FUNAI. Aldeias como Bôto Velho, Luciara e Aruanã fazem parte da história e da mitologia Karajá. Povoar a aldeia Javaé Damiana da Cunha ou Barreira Branca com Karajá vindos de mais de 100 km Araguaia acima, como sugerido, é uma tentativa que pode ter resultados desastrosos.

Acontecimentos silenciados

Uma notícia que não saiu nos jornais em 1982 e de grande importância para os Karajá é o início da construção da Hidroelétrica de Santa Isabel, próxima a Xambioá, extremo norte goiano. Além da pesca, que será afetada com a formação do lago e com a mudança do regime do rio, muitas aldeias terão grande parte de suas terras inundadas. Os Xambioá (subgrupo Karajá), bem como os Karajá de Santana do Araguaia, terão quase que metade de suas terras submergidas; obviamente, nenhum dos dois grupos tem terras demarcadas.

A notícia da "ampliação" da área Tapirapé também merece comentário. A incorporação de uma nova parcela de terra não é conquista da administração Leal e sim do povo Tapirapé que já há dez anos luta para recuperar as terras disputadas pela fazenda vizinha. Resolvido o problema da terra, resta aos Tapirapé resolver o problema de quase uma dezena de famílias de posseiros (na sua maioria empregados da Fazenda Tapiraguaiá) que ainda vivem próximo ao morro do Cadete.

Hotel JK de novo?

Para finalizar, mais uma notícia difundida pela imprensa goiana merece destaque. Em 2/12/82, "O Popular" anunciou que a Goiastur resolveu reaver o Hotel JK, localizado na Ilha do Bananal, a poucos quilômetros de uma das maiores aldeias Karajá, Santa Isabel. A Goiastur, tendo recebido o Hotel por doação da SUDECO, está decidida a reavê-lo para reativá-lo ou recuperar o valor da obra, uma das mais infelizes idéias de Juscelino Kubitschek, que o construiu no início da década de 60. O Hotel, palco de muitas uiscadas promovidas por embaixadores, adidos militares e altos funcionários públicos federais, está há alguns anos desativado, tendo sido quase que totalmente saqueado. Dada a influência que exerce sobre a aldeia de Santa Isabel, espera-se que o Hotel continue como está: desativado.

(*) Atualmente faz mestrado em Antropologia no Museu Nacional (RJ), desenvolve pesquisas entre os Karajá e Javaé ao longo do rio Araguaia e é o editor do *Aconteceu Semanal* — CEDI.

Xavante

Cacique Xavante pressiona FUNAI para demitir funcionários
O presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal, foi advertido esta semana pelo cacique Xavante Aniceto com relação ao regresso do chefe da AGESP, Ivan Zanoni Hausen, e da permanência de outros servidores do órgão, considerados prejudiciais às comunidades indígenas.

O líder indígena da Aldeia São Marcos, Mato Grosso, esteve em Brasília, para reivindicar melhor atendimento para os setores educacional e de saúde, ao mesmo tempo questionar a presença de servidores, cuja demissão foi pedida por mais de 200 líderes, durante o I Encontro Nacional de Povos Indígenas Brasileiros. (O Dia — 08/08/82)

Índia não pode casar com branco

Nenhum branco pode casar-se com uma índia da nação Xavante e vice-versa, segundo a determinação do cacique Babati (rebatizado com o nome de Samuel pela Funai) chefe da tribo Xavante que ocupa a Reserva Dom Bosco, na Barra do Garça, Estado do Mato Grosso. Esta informação foi transmitida ontem por Takurumã (cujo nome civil é Paulino Baccordakis), porta-voz oficial da aldeia, em Assis, onde veio pedir peças de roupas à população. Takurumã explicou que a tribo tem atualmente 1.200 integrantes, entre homens e mulheres, já velhos, e crianças. A média de nascimentos na aldeia é de um bebê por mês, taxa considerada baixa pelos índios que, temendo a extinção da tribo decidiram acatar a decisão do cacique Babati, de proibir definitivamente o casamento entre índios e brancos. (Folha da Tarde — 30/11/82)

Xavante fazem apresentação

Um grupo de 36 índios Xavantes mostraram suas danças e rituais religiosos no gramado do Ibirapuera — SP. Pintados com urucum, vestindo saiotos de palha de buriti, com cocares coloridos e chocalhos, os índios começaram sua exibição com a dança da saída para as guerras e o canto do coração dos doentes diante de um público curioso e atento. Chefiado pelo cacique Aniceto, o grupo, que está alojado no Estádio do Pacaembu e possui 11 integrantes que vão participar da corrida de São Silvestre, decidiu mostrar suas danças no Ibirapuera como forma de divulgar um pouco da tradição da tribo. "O povo civilizado precisa conhecer nossos rituais", explicou Aniceto. (Folha da Tarde — 27/12/82)

Xerente

Portaria define a reserva Xerente

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.187/E de 24 de fevereiro declarando como de habitação e ocupação dos remanescentes indígenas do grupo Xerente a área denominada Área Indígena Funil de aproximadamente 16.000 ha no município de Tocantínia em Goiás e autorizando o DGPI a promover a demarcação da área. (Diário Oficial — 3/03/82)

FUNAI tranquiliza população de Tocantínia

A Comissão de Fazendeiros do Município de Tocantínia, Goiás, tendo à frente o deputado Siqueira Campos, esteve em audiência com o presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal, transmitindo a angústia daquela população sofrida, pela pretensão dos funcionários da Funai em ampliar a área que limita o Córrego do Funil à Taboca. O presidente da Funai autorizou os fazendeiros a continuar com os trabalhos de edificação de benfeitorias nas suas propriedades, pois o mesmo não deseja tomar as terras de quem trabalha. (Folha de Goiás — 13/05/82)

Prefeitura contra área Xerente

O prefeito de Tocantínia, Raimundo Arruda Bucar, em ofício entregue ao cel. Paulo Moreira Leal, presidente da Funai, está solicitando "que seja suspenso de imediato, o trabalho de demarcação de nova área Xerente do Funil, para que antes sejam procedidos estudos da realidade atual em que se encontra aquela região".

Em sua exposição de motivos, o prefeito explica que "já existe no município de Tocantínia uma reserva indígena, Xerente, instituída pelo Decreto nº 71.107, de 14 de setembro de 1972, onde vivem 90 por cento dos índios da mesma tribo e esta reserva embora criada legalmente e destinada a preservar uma raça em extinção, não se revestiu, forçoso é reconhecer, do espírito de justiça, no tocante à indenização de fazendas tituladas, posses com benfeitorias, bem como em relação à atividade desenvolvida por centenas de pobres lavradores". (O Popular — 20/05/82)

Krahó

Funcionários da FUNAI reféns

Funcionários da Funai e suas famílias, num total de 11 pessoas, estão sendo mantidos como reféns por 150 índios Krao de uma aldeia próxima à divisa de Goiás com o Maranhão. O delegado da Funai em Goiânia, Ivan Baiocchi, disse ontem que a ação foi comandada por um ex-funcionário, Paulo César da Silva, que estava proibido de entrar na reserva desde 1978, quando foi demitido.

Fontes da Funai, da PM e da Polícia Federal informaram que tudo começou quando, no início da semana, Paulo burlou a vigilância do posto e entrou na aldeia, conduzindo grande quantidade de bebidas alcoólicas e presentes no valor de Cr\$ 500 mil. Os funcionários do posto advertiram-no sobre os riscos que ele estaria correndo se continuasse ali em companhia de um amigo. Pouco depois Paulo incitou os índios a aprisionarem o grupo da Funai.

Ao ser indagado, ontem, sobre como Paulo César conseguia desobedecer à proibição, Baiocchi, disse que ele "agia de forma semelhante a um guerrilheiro". Entrava por trilhos na selva e deixava sempre grande quantidade de presentes com os índios, inclusive bebidas alcoólicas, como forma de angariar a simpatia da tribo.

Ainda não foram confirmados os motivos das insistentes invasões da reserva por parte de Paulo César. Existem suspeitas de que o ex-funcionário da Funai esteja agindo dessa forma em busca de maconha para venda em São Paulo. (O Globo — 17/01/82)

Ações da PF...

A insistência da Polícia Federal em prender Paulo César da Silva, demitido dos quadros da Funai em 1978, foi o estopim para todo o episódio da detenção de funcionários do órgão e agentes policiais na última quarta-feira, na aldeia Galheiros dos índios Kraó, no município de Goiatins, nesse Estado. Conforme relato de uma comissão de 10 líderes indígenas que esteve ontem em Brasília levando suas reivindicações ao presidente da Funai, a detenção só se deu porque a Polícia Federal queria prender Paulo Cesar na casa do cacique João Canuto, que é seu amigo. Entendendo que quem manda em sua casa é ele próprio, o cacique resolveu liderar uma ação contra os agentes que acabaram ficando sem suas armas e detidos, juntamente com os funcionários do órgão.

Para o presidente da Funai, a situação de hostilidade dos Kraós somente aconteceu por inabilidade do Salim Costa,

funcionário do posto indígena, que permitiu que a Polícia Federal agisse na casa de Canuto. A presença no local do diretor do Departamento Geral de Operações do órgão, coronel Silveira, acalmou os ânimos, e os índios resolveram enviar representantes a Brasília levando suas reivindicações. Para a Funai eles informaram que só detiveram os agentes porque eles queriam prender um amigo da tribo, admitindo, inclusive que esparcaram o funcionário Salim Costa, por ter admitido a ação policial. (Fôlha de Goiás — 19/01/82)

Caciques exigem novo delegado

A substituição de Ivan Baiocchi, delegado regional da Funai em Goiás, será a reivindicação principal dos 10 caciques kraho liderados por João Kanuto e Milton Kraho, para a reunião de hoje, às 8h30m, no gabinete do presidente da Funai.

Para os caciques indígenas, a substituição do delegado é "ponto de honra", face às declarações que ele fez recentemente à imprensa, segundo as quais os índios kraho, incentivados por Paulo Cesar da Silva (foi assistente de enfermagem em 1977) e Gilberto Azanha (antropólogo), estariam cultivando o vício do alcoolismo, plantando maconha e entregando suas mulheres e filhas para serem seduzidas por esses ex-funcionários. (Jornal do Brasil — 20/01/82)

Reconhecido direito de índios a terem amigos

Os índios afirmaram diversas vezes que Paulo Cesar da Silva e o antropólogo Gilberto Azanha são seus "grandes amigos". Os dois trabalharam em 1975 e 1976 no Projeto Craó, desenvolvido pela Funai em Goiás.

O presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, reconheceu ontem o direito que os índios têm de ter os seus amigos e convidá-los à aldeia e prometeu todo o apoio de sua parte e do ministro do Interior, Mário Andreazza. (O Globo — 20/01/82)

Craó exigem punição para delegado da FUNAI

Depois de um encontro de mais de duas horas com o presidente da Funai, os chefes craó decidiram ontem voltar às suas tribos, mas não aceitarão nenhuma ajuda do órgão tutor, enquanto o delegado da Fundação em Goiânia, Ivan Baiocchi, não for transferido ou demitido. Para o cacique João Canuto, Baiocchi foi o causador de "toda essa confusão", e deve ser punido, "ainda mais que ele está há 16 anos naquele posto sem ter nos dado nenhum futuro." (FSP — 21/01/82)

FUNAI pode afastar delegado em Goiás

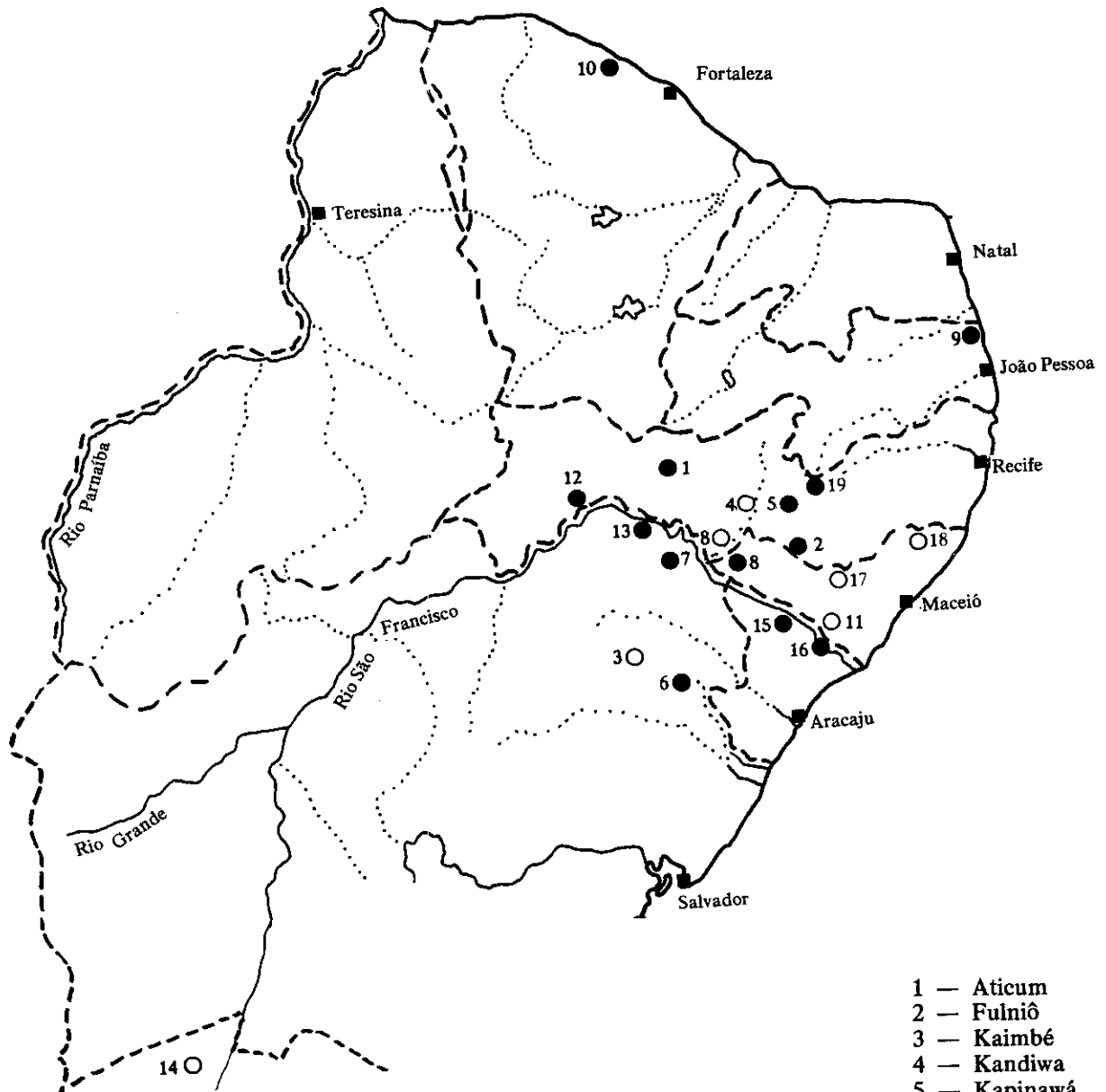
O presidente da FUNAI disse ontem que o delegado do órgão em Goiás, Ivan Baiocchi, poderá ser afastado do cargo se forem confirmadas as denúncias feitas contra ele pelos índios Craó que vivem em sua área.

Por enquanto, o presidente da Funai prometeu que o delegado não entrará na reserva sem autorização dos índios. (O Globo — 21/01/82)

FUNAI cria posto em Araguaína

A criação de uma Delegacia Regional da Funai em Araguaína, no Norte de Goiás, independente de Goiânia, é a resposta que o presidente do órgão encontrou para solucionar as divergências entre os índios Krahó e o delegado Ivan Baiocchi. Ele foi proibido pelos caciques de entrar nas aldeias desde que agentes da Polícia Federal estiveram na área, no último fim de semana. Ivan Baiocchi desmentiu as acusações do cacique João Canuto, que o responsabilizou pela presença dos policiais e negou — embora existam fitas gravadas — entrevistas nas quais acusa ex-funcionários da Funai. (Jornal do Brasil — 22/01/82)

Nordeste



- 1 — Aticum
- 2 — Fulniô
- 3 — Kaimbé
- 4 — Kandiwa
- 5 — Kapinawá
- 6 — Kiriri
- 7 — Pankararé
- 8 — Pankararu
- 9 — Potiguara
- 10 — Tapéba
- 11 — Tingui-Kariri-Botó
- 12 — Truká
- 13 — Tuxá
- 14 — Xakriabá
- 15 — Xocó
- 16 — Xocó-Kariri
- 17 — Xukuru-Kariri
- 18 — Wassu
- 19 — Xukuru

Intensificam-se conflitos no NE

Maria do Rosário Carvalho (*)

No Nordeste as tensões e conflitos ocorridos em 1982 ligam-se fundamentalmente à ausência de demarcação das áreas indígenas e à crescente presença de posseiros dificultando a defesa dos territórios por parte dos índios, o poder de polícia face a isso sendo constantemente invocado, ainda que com resultados nem sempre favoráveis àqueles.

A ação da FUNAI, por outro lado, tende a oscilar ao sabor de cada caso, os avanços e recuos tendo lugar numa aparente correspondência às pressões exercidas por agências e indivíduos que disputam a posse das áreas indígenas, situação que, por sua vez, também se reflete na ação desenvolvida pelos índios, marcadamente ambígua em relação ao poder oficial. No âmbito desse quadro, surgem faccionalismos internos, abusos cometidos por representantes policiais, retomada pelos índios de parcelas ocupadas dos seus territórios e interferência indevida do Governo do Estado no trato da questão indígena, neste último caso referindo-se mais particularmente ao Estado da Bahia. A questão da identidade étnica, por outro lado, continua submetida ao crivo oficial, na medida em que o reconhecimento de um determinado povo indígena é tornado público pela FUNAI.

Fulniô

Indígenas denunciam a FUNAI

Os índios Fulniô José Paulino Filho (Chicê) e Iratan Ferreira de Sá (Chole-cha-ka) estão denunciando o descaso da Delegacia Regional da Funai, na pessoa de Leonardo Reis e do seu substituto Marcos Antonio Xavier.

José Paulino quer um emprego para exercer sua profissão de contabilista e a Funai local não o está ajudando, enquanto Iratan diz que trouxe uma série de trabalhos artesanais para vender, entregou-os na Delegacia para guardar e não os viu mais. (Jornal do Commercio — 12/03/82)

Fulni-ô revoltados com mentiras

Os remanescentes indígenas da tribo Fulni-ô, de Águas Belas, estão revoltados com a atitude de cinco dos seus índios que, influenciados por pessoas com interesses escusos, mentem aos repórteres da televisão, onde vão a convite dessas pessoas falar sobre a situação em que a tribo se encontra no momento.

Grande parte dos indígenas Fulni-ô possui plantio próprio, alguns deles com financiamento governamental.

Em 1982, a Funai implantou na Reserva Indígena Fulni-ô um Projeto Agrícola, através do qual os remanescentes receberam sementes selecionadas, máquinas agrícolas, defensivos e assistência prestada por um engenheiro agrônomo e um técnico agrícola.

Tal projeto resultou na seguinte produção: 68 toneladas de feijão; 45 toneladas de milho; 48 toneladas de algodão; 120 hectares plantados de palma forrageira, cuja produção estimada, a preços atuais, é de Cr\$ 15 milhões.

Os indígenas sabem que a televisão precisa de notícias, mas reprovam as falsas denúncias contra a nação Fulni-ô. (Jornal do Commercio — 24/04/82)

Os problemas decorrentes da seca levaram índios Fulniô e Pankararu (PE) e Kariri-Xokó (AL) a se deslocarem para a sede da Delegacia Regional em Recife, em agosto de 1982, em busca de solução para as suas dificuldades de subsistência e saúde, agravadas por casos de desnutrição infantil. Vale observar que a seca tende a agudizar os problemas que enfrentam regularmente, referentes à exigüidade dos territórios e solos pouco férteis que tornam o seu necessário acesso ao mercado regional crescentemente vulnerável. (MRC).

Kaimbé

Fazenda de ex-ministro invadida

O ex-ministro Antônio Ferreira de Oliveira Brito, da Educação e Cultura, denunciou, ontem, ao Depin, em Salvador, a invasão da sua fazenda, denominada "Ilha" e localizada no distrito de Massacará, em Euclides da Cunha, por índios Kariris.

Segundo, ainda, a denúncia do ex-ministro, os índios invadiram uma área de 28 tarefas de terra, sendo 18 de sua propriedade e 10 do fazendeiro Otávio de Miranda. Os índios cortaram os arames da cerca e iniciaram o desmatamento da área.

O Depin designou o coronel Edgard Marinho, da reserva da PM, para, na qualidade de delegado especial, apurar a denúncia. O oficial já estava na área e se comunicou com o Depin, na tarde de ontem, informando que o motivo da invasão é a demora para a demarcação das terras, por parte dos órgãos competentes. (A Tarde — 07/12/82)

Os Kaimbé, localizados em Massacará, no município de Euclides da Cunha (BA) e que há muito reivindicam a demarcação do seu território, foram denunciados pelo ex-ministro Oliveira Brito de invasão de terras da sua propriedade e de um outro fazendeiro. A imprensa noticiou o fato impetando-os aos índios Kiriri. (MRC).

Kapinawá

FUNAI prende padre e dois índios em PE

O jesuíta Felício Fristch e dois índios Kapinawá foram presos em Arcoverde, no Interior pernambucano, pelo delegado substituto da Funai, e uma equipe de agentes da Polícia Federal. O religioso e os índios haviam ido à delegacia da Funai comunicar um conflito armado, ocorrido na área indígena, em Buíque, provocado, segundo a denúncia, pelo grileiro Zuza Tavares. Três dias antes da prisão, o missionário, que é ligado ao Cimi, havia procurado o presidente da Funai, e autoridades policiais, para pedir que estes órgãos atuassem junto à reserva Kapinawá. O jesuíta explicou que a tensão na área estava crescendo e havia a possibilidade de um conflito. As providências foram prometidas, mas apenas as promessas não evitaram que os grileiros atrasassem nos índios, sem fazer vítimas, no último dia 14. Zuza Tavares e seu irmão Arlindo querem expulsar os Kapinawá da área onde habitam há

(*) Antropóloga da UFBA, membro da ANAI-Ba e autora da tese de mestrado "Os Pataxó de Barra Velha. Seu Subsistema Econômico", Salvador, 1977.

dezenas de anos. Fábio Alves dos Santos, coordenador do Cimi-Nordeste explica: “A farta correspondência, as inúmeras viagens dos índios, os esforços da Igreja, demonstram o empenho em se procurar uma solução para o problema. A Igreja e os índios querem uma saída pacífica. Só a cúmplice omissão das autoridades é que permanece injustificável.” (FSP — 23/01/82)

Prisão de índios inocentes em cela comum com outros presos
O Cimi, divulgou nota em Brasília, denunciando as circunstâncias em que foram presos três índios Kapinawás, na cidade de Buíque, em Pernambuco. Florival, José Índio e Loro são suspeitos de participação num homicídio cometido no dia sete deste mês, quando foram mortos dois brancos.

Segundo o Cimi, a prisão contraria não só o Estatuto do Índio, como também a Lei Comum, pois, de acordo com o delegado de Buíque, seriam outros os índios supostamente responsáveis pela morte dos dois brancos. A nota informa que, em todo o episódio, a Funai se limitou a acompanhar a Polícia Federal para prender os Kapinawás. (O Dia — 25/02/82)

Grileiros denunciados pelo CIMI

O Cimi denunciou, ontem, que grileiros do município de Buíque, em Pernambuco, voltaram a pressionar os índios Kapinawá. Na última terça-feira, desceu um helicóptero na área indígena com seis homens armados que foram ao local para dar cobertura ao trabalho dos tratores do fazendeiro Romero da Costa Maranhão. Os missionários afirmam que, há duas semanas, chegaram a ser abertas estradas dentro da área indígena, mas o trabalho foi embargado pelos Kapinawá.

“Com a chegada dos jagunços — acentua o Cimi — a área indígena foi novamente invadida.” Segundo o Cimi, os índios comunicaram os fatos ao delegado de polícia de Buíque que, entretanto, negou-se a tomar qualquer providência, alegando que não dispunha de carro para se deslocar até o local. “O causador destes problemas — acusam os missionários — é o usineiro Romero Costa Maranhão, que mora no Recife, onde é sócio de um filho do presidente da hidrelétrica Itaipu. (ESP — 21/08/82)

CIMI denuncia tensão

O missionário Fábio Alves dos Santos, coordenador da Regional Nordeste do Cimi, sofreu um atentado na manhã de domingo. A denúncia foi feita ontem pelo secretário nacional do Cimi. Fábio dirigia-se à aldeia dos Capinawá quando três pistoleiros interceptaram seu carro, obrigando-o a parar. “Eles chegaram a derrubar o nosso coordenador, que conseguiu fugir, embora recebendo ameaças”.

De acordo com as denúncias do Cimi, Fábio dos Santos pretendia conversar com os Capinawá que “estão sofrendo pressões e ameaças dos grileiros Zuza Tavares, Cícero Gabriel e Salvino Gabriel”. Diz ainda o Cimi que esses grileiros “cercaram a área dos índios e não permitem que os animais bebam água. A tensão cresceu ainda mais — diz o Cimi — depois que o cacique João Monteiro esteve em Recife, denunciando as pressões à Comissão Justiça e Paz”.

Segundo o delegado da Funai, os fazendeiros fizeram aos índios uma proposta de transferência da área, “mas a comunidade não aceitou”. A proposta feita pelos fazendeiros sugere a transferência dos Capinawá que vivem em Buíque, numa área de 200 hectares, para o Município de Ibimirim, numa área de 900 hectares. (Folha da Tarde — 12/10/82)

Denunciada violência contra índios

A Comissão de Justiça e Paz encaminhou, ontem, ao gover-

nador do Estado denúncias de violências praticadas contra os índios Kapinawá, de Buíque. No documento, a CJP adverte as autoridades para a possibilidade de um enfrentamento entre índios e grileiros, caso não sejam tomadas providências urgentes para garantir a posse dos Kapinawá, que há 300 anos habitam a região.

De acordo com a denúncia, a área pertencente aos Kapinawá está sendo cercada por homens fortemente armados, a serviço de um empresário, forçando índios de mais de 70 anos a trabalhar para eles, impedindo o livre trânsito das índias até Buíque e intimidando toda a tribo com tiros e ameaças. (Diário de Pernambuco — 14/10/82)

Kiriri

Índios Kiriri ameaçam posseiros

Dois representantes dos índios Kiriri que vivem na aldeia de Mirandela, no Nordeste da Bahia, deram ontem prazo até segunda-feira para que a Funai ou o governo do Estado retirem os posseiros que ocupam a reserva. Se isso não ocorrer, eles pretendem invadir as fazendas e expulsar os posseiros. Gino Manoel dos Reis e Manoel Calazans de Souza, em entrevista coletiva convocada pela Anaí, disseram que o clima na região é de guerra desde março do ano passado, quando a Funai demarcou os 12.300 hectares que lhes pertencem. Mas até agora eles estão esperando a desocupação das terras e responsabilizam a fundação por esta situação, “já que ela não tomou conhecimento da presença dos dois mil posseiros que vivem na área há mais de 150 anos”. (ESP — 28/01/82)

Índios invadem fazenda

Os índios Kiriri, da reserva de Mirandela, no município de Ribeira do Pombal, ameaçaram invadir a área da fazenda “Picó”, de propriedade do fazendeiro Artur Miranda, caso, até o final do mês, a Funai não envie um delegado à região para resolver, de uma vez por todas, o problema da demarcação das suas terras.

A ameaça foi feita ontem, em entrevista coletiva, pelos índios Gino Manuel dos Reis e Manoel Calazans de Souza, que foram a Salvador como representantes da tribo e explicaram a situação em que vivem, atualmente, os Kiriris, que desde 1974 lutam pela demarcação das suas terras.

Segundo o índio Gino Manuel, em dezembro de 80 os Kiriri conseguiram que a Funai desse início a demarcação de suas terras, que ficou concluída em maio do ano passado. A Funai prometeu que a demarcação seria homologada em agosto, mas isso não ocorreu até agora e está gerando problemas com os posseiros e fazendeiros da área demarcada.

Os principais problemas, segundo Gino Manuel, tem ocorrido com o fazendeiro Artur Miranda, que, juntamente com alguns posseiros, vêm comandando hostilidades contra os índios, principalmente a derrubada de cercas da Reserva, e com o prefeito de Ribeira do Pombal, Edval Calazans de Macedo, que estimula os posseiros a continuarem ocupando a área, sob a argumentação de que a demarcação feita pela Funai não tem qualquer validade. (Estado de Minas — 28/01/82)

FUNAI pede prazo aos Kiriri

A Funai determinou que o delegado regional do órgão em Recife, Leonardo Machado, se desloque — “sem a companhia de policiais” — para a Aldeia Mirandella, no Nordeste da Bahia, onde vivem 2 mil índios Kiriri, a fim de convencê-los a darem um prazo maior para a retirada de 450 famílias

de posseiros que vivem em suas terras. Os índios teriam dado um prazo até domingo, caso contrário os expulsariam. As terras dos índios Kiriri foram demarcadas em março do ano passado, com 12 mil e 300 hectares, mas a demarcação ainda não foi homologada. Os posseiros ocupam esta área, segundo a Funai, há mais de 150 anos, e o Governo da Bahia deverá indenizá-los, assim como o Incra deverá promover um reassentamento em outro local. (Jornal do Brasil — 29/01/82)

Fazendeiro diz que a terra é sua

As terras da fazenda Picos, de propriedade de Artur Miranda, em Mirandela, no município de Ribeira do Pombal não pertencem aos índios Kiriri, pois ficam fora da demarcação feita pela Funai no ano passado. A informação é de Wanderley Miranda, filho do fazendeiro.

De acordo com Wanderley, seu pai possui documentos que comprovam a sua verdadeira propriedade, das terras que pertencem à família há mais de 100 anos. Além disso, argumenta, os Kiriri nunca foram maltratados na fazenda.

Segundo o filho do fazendeiro, não há demora proposital na homologação da demarcação das terras feita pela Funai. Wanderley acredita que os índios devem esperar mais alguns dias pela homologação do documento de demarcação, pois com ela, todo o problema será resolvido. Quanto à ameaça de invasão das terras ele garante que “aqueles que insuflam serão denunciados para que o governo não permita grupinhos de agitadores encabeçando qualquer movimento que tem como objetivo a desordem e a anarquia”. (Jornal da Bahia — 30/01/82)

Governo intervém no conflito

O Governo do Estado da Bahia decidiu intervir para tentar resolver o conflito criado com a invasão das terras dos índios Kiriri.

Ao determinar o envio de uma equipe de topógrafos, advogados e agrônomos, que chegou ontem à Ribeira do Pombal para examinar o assunto e sugerir saídas, o Governador Antonio Carlos Magalhães afirmou que o objetivo é ajudar a Funai “a encontrar uma solução justa para o problema, preservando os direitos dos índios e dos posseiros”.

Está sendo aguardada no município de Mirandela, que fica dentro da reserva indígena, uma equipe da Funai que vai se juntar ao pessoal do Interba já atuando na área. O delegado regional da Funai, Leonardo Reis, e o diretor do Interba, José Aécio Rodrigues, visitaram juntos a região, tentando negociar o fim das hostilidades entre os índios e posseiros, enquanto é buscada uma saída para a questão.

A reunião com os posseiros foi tensa, mas os representantes da Funai e do Interba afirmaram que os índios mostraram mais cordialidade na discussão do problema.

Segundo os representantes da Funai e do Interba, ao final das duas reuniões tanto índios como posseiros decidiram “acatar a argumentação do Governo e esperar uma solução”.

Um convênio no valor de Cr\$ 2 milhões foi assinado entre a Secretaria de Agricultura da Bahia e a Funai para começar os trabalhos de regularização das terras em conflito. (O Estado de Florianópolis — 06/02/82)

ANAI cautelosa

A intervenção do Governo do Estado junto a questão da invasão das terras dos índios Kiriri, está sendo acompanhada com “cautela” por parte da Anai. A entidade já enviou uma de suas conselheiras que foi acompanhando secretário da Unind, Lino Pereira Cordeiro, da nação Miranha do rio Solimões no Amazonas.

O presidente da Anai, o antropólogo Ordep Serra lembra, que os 12.320 hectares das terras dos Kiriri “já foram demar-

cados pela Funai e estão aguardando apenas a homologação do Presidente Figueiredo”. Ordep está preocupado também com “o grande número de pequenos e médios posseiros que precisam ser reassentados e indenizados”.

O secretário da Unind, Lino Pereira, foi para a região dos Kiriri para manter contatos com a tribo. Esses contatos fazem parte de um programa de criação de conselhos regionais da Unind. (Jornal da Bahia — 09/02/82)

Cacique pede terras para os índios e posseiros na Bahia

O cacique Lázaro Gonzaga, chefe dos Kiriri-Xocó de Ribeira do Pombal (BA), defendeu ontem a distribuição de terras para índios e posseiros do distrito de Mirandela. Disse ele que tanto os Kiriri como as mil famílias de posseiros que invadiram as áreas indígenas vivem na mesma situação. “Acho que tem que resolver a situação dos dois — porque tem posseiro que vive pior do que índio, com muitos filhos para criar e sem comida, trabalhando na roça dos fazendeiros, como escravos, alugados como jegue.” (FSP — 07/06/82)

Kiriri invadiram fazenda Picos

Finalmente os índios Kiriri cumpriram a ameaça que vinham fazendo há muito tempo: invadiram a fazenda Picos de propriedade de Artur Miranda.

Devido à falta de homologação das terras que os índios dizem ser de sua propriedade, o clima entre índios e fazendeiros piorava a cada dia e culminou com a tomada à força das terras. Os índios não têm nenhum documento que prove que a fazenda Picos é sua, como afirma o filho do fazendeiro Artur Miranda, Wanderley Miranda.

O filho do proprietário da fazenda Picos já esteve no Depin e Polícia Federal para esclarecer o problema e pedir que sejam tomadas medidas no sentido de retirar os índios da fazenda, para que eles fiquem aguardando a Funai homologar as terras e, decidir, finalmente, quem é o dono. (Jornal da Bahia — 17/11/82)

ANAI-BA apóia luta dos índios Kiriri

A Anai-BA divulgou nota, solidarizando-se com o movimento dos índios Kiriri para retomar terras no distrito de Mirandela, município de Ribeira do Pombal.

A entidade afirma que a reocupação de áreas pelos Kiriri “não foi um ato de violência, mas fruto de reflexão prolongada e um desencanto com as promessas oficiais”. (Jornal da Bahia — 26/11/82)

Índios Kiriri abandonam a fazenda invadida

Os índios Kiriri já deixaram a fazenda “Ilha”, no distrito de Massacará, município de Euclides da Cunha — a 315 km da capital — que haviam invadido na semana passada. A informação foi dada ontem pelo proprietário da fazenda, ex-ministro da Educação Antônio Ferreira de Oliveira Brito, que chegou a denunciar a invasão ao DEPIN.

A remoção dos índios foi conseguida pelo próprio DEPIN, que enviou para a área um delegado especial.

Segundo o antropólogo, a FUNAI já demarcou uma área para os Kiriri — eles são cerca de 1 mil 500 — no município de Ribeira do Pombal, vizinho a Euclides da Cunha. Mas a demarcação, até agora, não foi homologada na justiça. (Jornal de Brasília — 08/12/82)

Pankararé

Pankararé dispostos a defender suas terras

Mais de mil índios Pankararé, do município de Nova Glória

na Bahia, estão dispostos a fazer valer os direitos que têm sobre a terra em que vivem, e isso pode gerar um sério conflito entre eles e os posseiros e fazendeiros que ocupam as áreas indígenas. Esse clima foi descrito pelo cacique Manoel Pereira Xavier que no último domingo, passou por Salvador, em direção a Brasília, onde se realiza o II Congresso Nacional das Nações Indígenas.

Os Pankararé vivem em conflito com os brancos há muitos anos e só recentemente, depois de várias prisões e ameaças, viram reconhecido o direito de realizarem suas cerimônias religiosas e festivas. Em 1979, o cacique Angelo Pereira Xavier, pai de Manoel Pereira Xavier, foi assassinado sem que até hoje tenha sido apurado o crime.

Para agravar o clima de tensão de acordo com Manoel Pereira Xavier, o Instituto de Terras da Bahia, ligado à Secretaria da Agricultura do Estado, está fazendo medição de terras na área, indicando que pretende legalizar a posse para os brancos, medida que os índios dizem que, de modo nenhum, vão aceitar. Depois que os representantes que foram ao Congresso voltarem, pretendem resolver essa situação. O Toré é uma dança indígena que era praticada pelos ancestrais dos Pankararé e que ainda era executada pelos Pankararu índios de Pernambuco. Em 1970, os Pankararé solicitaram aos Pankararu, que ficam em Petrolândia, Pernambuco, que os ensinasse a dançar o Toré. O pajé João Tomas dos Santos dos Pankararu foi à tribo dos Pankararé com mais 15 índios “ensinar a brincadeira”.

Mas quando estavam realizando o Toré foram cercados pelo prefeito de Nova Glória, pelo delegado da cidade, cinco soldados e mais 60 homens civis todos armados. Não se aceitava o Toré porque não se reconhecia a existência dos índios. O pajé, então, resolveu procurar o quartel do Exército em Paulo Afonso, e só dessa maneira puderam os Pankararé recuperar suas tradições, pois o Exército reconheceu o direito deles. (Jornal da Bahia — 12/06/82)

Potiguara

Convênio para reserva

O ministério do Exército e a Funai firmarão convênio para levantamento e demarcação da reserva indígena Potiguara, localizada nos municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Mamanguape, na Paraíba. Os trabalhos terão prazo de 135 dias para serem concluídos e a superfície aproximada da área é de 325 quilômetros quadrados.

Esta será a terceira área a ser demarcada mediante convênio entre o Exército — representado pela Diretoria de Serviço Geográfico — e a Funai. (ESP — 27/02/82)

FUNAI vai apurar invasões

O presidente da Funai determinou ontem o deslocamento do delegado da Funai em Recife, Leonardo Reis, para a área dos índios Potiguará, na baía da Traição (PB). Os índios estão reclamando de constantes invasões da área e a construção de duas casas dentro do território indígena. O presidente da Funai disse que “se houver qualquer invasor, ele será retirado imediatamente”.

Explicou ainda o presidente da Funai que “a terra dos Potiguará é de posse dominial”, informando ainda que “foi descoberto um marco de 400 anos e a partir daí vamos iniciar o processo de demarcação”. No momento a área está **sub júdice** e o processo de demarcação ainda não pode ser iniciado. Disse o presidente da Funai que o órgão tutor mantém na área dos Potiguará um destacamento da Polícia Militar para

evitar qualquer conflito entre os índios e os invasores. (Folha de São Paulo — 31/03/82)

SEMA diz que índios ameaçam

Funcionários da Estação Ecológica de Mamanguape, que a SEMA está criando na Paraíba, estão sendo ameaçados de morte por índios da tribo potiguara, possivelmente incitados por madeireiros interessados em explorar as reservas da região.

Preocupação nesse sentido foi levada pela SEMA à FUNAI, cujo presidente afirmou ter deslocado para o local o chefe da Delegacia do órgão em Pernambuco, Leonardo Reis. Leal fez questão de inocentar os índios quanto à acusação de que estariam derrubando as matas para vender a madeira, e garantiu que a Polícia Federal já se encontra na área, junto com a Polícia Militar, para identificar os verdadeiros culpados. Na opinião da FUNAI, os índios estão sendo “usados”, mas ele acredita que o problema será resolvido definitivamente com a demarcação da reserva Potiguara. (ESP — 31/03/82)

Denunciado projeto em reserva indígena

A arquiocese de João Pessoa (PB), dirigida por d. José Maria Pires, denunciou esta semana que vários filhos de índias potiguaras com soldados que a Funai deslocou para a Baía da Traição, com o objetivo de assegurar a formação do Projeto Integrado Potiguara, estão nascendo na aldeia. Uma carta do cacique potiguara Severino Fernandes da Silva foi divulgada pela arquiocese, afirmando que a comunidade indígena não está apoiando a transformação da reserva em ponto turístico. “A demarcação das terras dos potiguaras — afirma — até agora não foi concretizada pelo governo federal. Os índios esperaram tanto, que se cansaram e desacreditaram do governo. Agora, eles mesmos estão demarcando a sua reserva.” Sobre o Projeto Integrado Potiguara, observa a arquiocese que os programas em fase de implantação causarão a destruição de cajueiros e mangabeiras, prejudicando a sobrevivência dos potiguaras. “A forte interferência da Funai na área — acentua — transformou alguns índios em espíões do governo, contra o restante da comunidade. Estes índios receberam ainda ofertas de emprego para que não oferecessem resistência à implantação do projeto da Funai na área. Mas para a arquiocese, um dos problemas graves que ocorrem na reserva foi criado pelos soldados que “abusaram das moças índias” que acabaram engravidando. (ESP — 16/04/82)

FUNAI recua e não reconhece área Potiguara

Depois de duas horas de reunião com os líderes Potiguara da baía da Traição (PB), o presidente da Funai negou o reconhecimento da área demarcada pelos índios no ano passado. Na ocasião, o coronel prometera aos Potiguara que reconheceria a demarcação feita pela tribo. Os Potiguara chegaram anteontem a Brasília para solicitar o documento reconhecendo a demarcação dos 35 mil hectares, mas durante o encontro o coronel Leal voltou atrás, negando ao cacique Sebastião que tivesse aceito os limites reivindicados pelos índios. (FSP — 20/10/82)

Potiguara não aceitam a redução de suas terras

Lideranças indígenas potiguaras, representando 3.500 índios, estão em Brasília para terem reconhecidos pela FUNAI os limites de sua reserva de 34.320 hectares, situada no município de Baía da Traição, no Estado da Paraíba.

O mapa determinando os limites da área indígena está dependendo apenas da assinatura do presidente do órgão, coronel Paulo Moreira Leal, reconhecendo o trabalho de demarcação executado pelos próprios índios.

Conforme o cacique dos potiguaras, Severino Fernandes da Silva, em dezembro do ano passado, o presidente esteve na área e propôs aos índios que continuassem a executar o trabalho de demarcação, que seria posteriormente homologado pelo órgão tutelar.

No entanto, durante um encontro mantido com o coronel Paulo Leal, este apresentou uma contraproposta, mediante a qual os índios teriam seu território reduzido em 11.320 hectares.

A proposta foi rejeitada pelas lideranças. Isso porque a redução implica em perder todas as terras férteis situadas na margem do rio Camaratuba (ao norte) e a única área de mata virgem a oeste da reserva.

Além disso, a proposta de redução implica também em liberar a área para os invasores, entre eles a empresa Rio Tinto, subsidiária da companhia multinacional Riozine. (Correio Braziliense — 21/10/82)

Potiguara ocupam terras desde 1501, diz relatório

A demarcação das terras potiguaras da baía da Traição, no Estado da Paraíba, envolve uma área que talvez seja a mais bem documentada historicamente, de que se tenha notícia, segundo relatório técnico que o CTI de São Paulo vai encaminhar ao presidente da Funai.

No relatório, o advogado Marco Antonio Barbosa afirma que a historiadora Terezinha Baumann coletou e organizou toda a documentação que registra a presença ininterrupta dos potiguaras nessas terras, desde 1501.

O problema da ocupação ilegal do local (conhecido como Rio Tinto) por posseiros e grandes companhias se arrasta há algumas décadas. Segundo documentos históricos, a terra potiguar deveria ter 57.600 hectares, mas os quatro mil índios consideram que 32 mil hectares são suficientes para sua sobrevivência. Desse modo, em setembro, eles próprios demarcaram a reserva com os 32 mil hectares, abrangendo as margens dos rios Mamanguape e Camaratuba.

Acontece que nesse local (distante 70 quilômetros de João Pessoa), estão instalados grupos econômicos com interesse em projetos de cana-de-açúcar. O assessor técnico do CTI conta que um grande fazendeiro chegou até a conseguir uma liminar de posse, concedida pela juíza de Rio Tinto.

Vicente Carelli informa que quando o presidente da Funai for à Paraíba, os potiguaras vão pedir-lhe garantias e uma solução para a posse da reserva demarcada, disputada judicialmente em cinco processos. O assessor técnico do Centro Indigenista considera fundamental nesse caso que a Funai apresente as provas históricas da presença ininterrupta dos potiguaras na região.

Para ele, na medida em que a Funai omite tais provas, está também facilitando a ocupação da reserva pelos latifundiários e cedendo à pressão dos grandes empresários para levar os índios a negociarem e abrir mão de parte da área demarcada, coisa que na sua opinião, os potiguaras jamais farão. (FSP — 26/12/82)

FUNAI reúne-se com os Potiguaras

Sob um forte clima de tensão o presidente da Funai, reúne-se hoje com os índios Potiguara que vivem na baía da Traição (PB). Os Potiguaras exigem do presidente da Funai o reconhecimento da demarcação da reserva feita pelos próprios índios que disputam suas terras com a multinacional Rio Tinto. No momento, a situação na reserva potiguaras é extremamente delicada, em virtude do assassinato de uma índia. Ela foi morta a facadas por um cabo da PM, segundo informou o CTI. Os líderes Potiguara protestam contra a presença da PM paraibana na área, enquanto a Funai mantém alguns policiais vivendo junto aos índios para impedir um conflito

entre os Potiguaras, posseiros e empregados da Rio Tinto. Esses índios guardam documentos datados do século 17 comprovando ser a área demarcada terra de propriedade indígena. (FSP — 28/12/82)

Os índios Potiguara (PB) realizaram por conta própria em 1981 a demarcação da sua reserva, assumindo, assim, encargo que oficialmente deveria estar sob a responsabilidade da FUNAI. Promessas feitas de reconhecimento do trabalho executado não foram cumpridas pela FUNAI. Neste meio tempo, a arquidiocese de João Pessoa encaminhou denúncia que revelava nascimentos de crianças de mulheres Potiguara com soldados da Polícia Militar deslocados pelo órgão oficial para atuação junto ao Projeto Integrado Potiguara, vulnerável às contendas que envolvem índios, posseiros e empregados da empresa Rio Tinto. Tal projeto tem sofrido grande resistência por parte de bom número de índios e tem sido considerado como responsável pelo surgimento de acentuado faccionalismo entre eles. (MRC).

Tapeba

Os índios do Ceará

Se alguém indagar sobre o paradeiro dos índios que habitaram no Ceará em outras épocas, cujas nações constituíram-se em população jamais determinada, a única resposta é a de que eles não mais existem. O contato com o branco significou a sua aculturação e miscigenação de forma a restarem poucas marcas e vestígios desse passado. Essa, pelo menos, é a opinião do historiador cearense Raimundo, que diz: a herança cultural deixada pelas várias tribos é quase nenhuma, alguns remanescentes assimilaram totalmente os costumes do branco a ponto de hoje em dia serem confundidos com o civilizado até mesmo no seu biótipo. É que, numa medida de pura sobrevivência, os índios cearenses ainda temem ser molestados, como foram seus ancestrais, preferindo negar a sua condição de indígenas. É o caso, por exemplo, dos tapebas, antigos potiguares.

O que resta dessa antiga nação se constitui um grupo de pessoas em total estado de miséria, concentradas no município de Caucaia, a menos de 20 quilômetros da capital. Sem nenhum recurso para atender às suas necessidades de sobrevivência, os tapebas vivem de atividades pouco lucrativas como a caça e a pesca, a exemplo dos seus antepassados. Além desses remanescentes, há que se destacar outros dois grupos: os tremembés e os paicús. Os primeiros residindo na localidade de Almofala e os segundos na Serra do Apodi. Eles são os últimos descendentes de algumas das mais importantes nações indígenas do Brasil à época do descobrimento: os tupis e os cariris. Essas duas nações dividiam-se e subdividiam-se em grupos que chegavam a contar com mais de 60 denominações. (Domingo do Povo — 18/04/82)

Os últimos Tapeba na miséria

Há séculos, eles foram guerreiros valentes, expulsaram os cariris e tornaram-se senhores do litoral cearense. Atualmente, porém, não existe nem sinal de bravos, ao contrário: tudo é aspirado com derrotismo e muita cachaça. Se um casa, há festa e cachaça; quando um deles morre, também corre muita cachaça. Eles são os tapebas, um subgrupo dos lendários tremembés, que hoje não passam de cem indígenas derrotados pela civilização. Vivendo em palhoças, na divisa de Fortaleza com Caucaia, às margens do rio Ceará, na BR-222, vivem os últimos descendentes na miséria.

No dia 19 foi comemorado o “Dia do Índio”, mas a data passou em branco no Ceará, porque nos registros da Funai não há qualquer lembrança desses índios. Sua identidade tribal acabou — muitos estão vivendo nos distritos de Itaimbé, Taquara, Vila Mosquito e Soledade — porque os tapebas se consideram integralmente ligados à vida da cidade grande e não houve, durante as últimas décadas, uma preocupação deles em preservar seus costumes.

Francisco Alves dos Reis, o “Chico Passarinho”, é hoje uma espécie de chefe dos tapebas, com a morte, há dez anos, do “chefe Victor”. É ele quem conta como vivem seus parentes índios: “Estamos atravessando muitas necessidades, temos doenças e ninguém tem emprego” — revela magoado, ao recordar que “antigamente vivíamos até bem, pois tínhamos peixes e frutas por estes lados. Entretanto, agora, tudo isso é muito raro. Produzíamos aqui mapirunga, guabiraba, manipuca” (frutas silvestres que eram comercializadas na cidade). A manipueira — molho feito a partir da água da mandioca — também era muito apreciada, não só pelos tapebas, como por muita gente de Caucaia. Quanto à caça, “tudo desapareceu: é muito difícil encontrarmos hoje um tejo, um preá” — acrescentou.

A subsistência dos tapebas é garantida atualmente por uma subatividade pesqueira no rio Ceará e pela fabricação de vassouras de Tucum. Além disso, eles ainda conservam uma tradição secular: são especialistas na captura de pássaros. (ESP — 02/05/82)

Truká

FUNAI pede área em Pernambuco

Em carta dirigida ao governador de Pernambuco, Marco Maciel, o presidente da Funai solicitou a concessão de 350 hectares de terras na Ilha de Assunção para os índios Truká. No momento, a área da Ilha de Assunção, com cerca de seis mil hectares, está sendo disputada por empresas públicas e pela Funai, em processo que se encontra no TFR.

Na carta ao governo Marco Maciel, o presidente da Funai afirma: “A nossa proposta tem por objetivo encontrarmos juntos, Governo Federal e Governo de Pernambuco, uma solução harmônica capaz de nos poupar a ambos um clima de insegurança e até de tensão social na área, mediante uma possibilidade de conflito entre índios e brancos que devemos evitar, em especial, no delicado ano em que nos encontramos.”

O presidente da Funai diz “confiar” no acolhimento de seu pedido “com a implementação imediata das providências que culminem com a entrega de 350 hectares aos índios Truká”. Caso a solicitação seja aceita, o delegado regional do órgão, em Recife, Leonardo Reis, vai instalar imediatamente um posto indígena na área. (Folha da Tarde — 07/04/82)

FUNAI reconhece identidade étnica dos índios Truká

A identidade étnica dos índios Truká, que vivem na ilha de Assunção (PE), “não pode ser contestada pela Funai”. A afirmativa foi feita ontem pelo próprio presidente do órgão, baseando-se no levantamento feito pelo Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe) sobre as comunidades indígenas daquele Estado. A indianidade dos Truká levantou algumas dúvidas na Funai e o ex-presidente do órgão, coronel Nobre da Veiga, argumentava que “se o SPI, que existiu durante quase 60 anos, não reconheceu essas tribos todas, a Funai não tem obrigação de reconhecer”. O atual presidente, entretanto, decidiu que os critérios para avaliar a indianidade dos grupos tribais do Brasil são “os critérios contidos no

Estatuto do Índio”. (FSP — 27/04/82)

Os Truká, localizados na Ilha de Assunção (PE) tiveram a sua identidade étnica considerada como não mais passível de contestação pela FUNAI, conforme declaração oficial. Tal posição, contrária àquela até então mantida pelo órgão, apoiar-se-ia no levantamento realizado pelo CONDEPE (Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco) sobre os povos indígenas em Pernambuco. Vale considerar que a tal declaração seguiu-se o reconhecimento à ocupação pelos Truká de uma área exígua que veio se somar a uma outra anteriormente retomada pelos próprios índios. (MRC).

Tuxá

Barragem vai inundar terra Tuxá

Assim como os Pankararé, os Tuxá, hoje mais de 700 índios, do município de Rodelas, vivem o problema da posse da terra, embora a ameaça seja outra: a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A área ocupada pelos índios deve ser inundada pelas águas da Barragem de Itaparica, e até o momento eles não sabem para onde vão. Essa preocupação foi manifestada pelo cacique Manoel Tuxá Afe.

A preocupação dos Tuxá diz respeito tanto ao tipo de terra que devem ocupar quanto ao fato de que até agora a CHESF nada disse sobre a indenização das benfeitorias que eles realizaram em suas roças. (Jornal da Bahia — 12/06/82)

Xocó

Xocó esperam que FUNAI seja justa

Embora já há algum tempo venham recebendo alguma ajuda da FUNAI, que recentemente doou 60 metros de canos para um projeto de irrigação que desenvolvem para plantar verduras, as 34 famílias de descendentes dos índios xocó, que vivem na ilha de São Pedro, no rio São Francisco, em Sergipe, continuam esperando que a FUNAI os reconheça como indígenas, transformando a área que ocupam em reserva para a comunidade que integram, segundo pretendem.

Os caboclos xocó ocuparam a ilha em setembro de 1979, alegando que as terras lhes pertenciam, uma vez que foram de seus antepassados, expulsos da área há 100 anos. A Justiça sergipana, no entanto, decidiu em favor da ação cautelar impetrada pela família do prefeito de Propriá, Antônio Brito, que possuía documento de propriedade das terras. Em dezembro de 79, para resolver o litígio, o governo sergipano resolveu desapropriar as terras, pagando Cr\$ 2,4 milhões à família Brito e doando a ilha à União, passando os xocó desde esse tempo a esperar a transformação da área de 250 hectares que ocupam em reservas indígenas. (Tribuna da Imprensa — 07/07/82)

Xocó-Kariri

Projeto agrícola dos Xocó-Kariri

Com o apoio do Ministro Mário Andreazza, objetivando acelerar o desenvolvimento da comunidade indígena Kariri-

Xocó, que com uma população superior a 700 indivíduos vive no município de Porto Real do Colégio, em Alagoas, a FUNAI está executando um projeto agrícola, no qual se empregam recursos da ordem de três milhões e 600 mil cruzeiros.

De acordo com o projeto, estão sendo cultivados 60 hectares de algodão, 60 de feijão e 60 de milho, sem sistema consorciado, além de 14 hectares de mandioca. Implementos agrícolas, ferramentas e equipamentos diversos foram adquiridos, sendo ainda, construída uma casa de farinha e recuperado o galpão-depósito.

A produção, conforme previsões, deverá atingir o valor bruto de 10 milhões, 30 mil 670 cruzeiros, obtendo-se 2.760 arrobas de algodão, 720 sacas de feijão, 900 de milho e 980 de farinha.

Dessa produção, retiradas as quantidades necessárias ao abastecimento da comunidade, os excedentes serão comercializados pelos próprios índios, sob a orientação da FUNAI. (Gazeta de Notícias — 11/05/82)

Xukuru-Kariri

Líder Xukuru é preso por PF e PM

As polícias Federal e Militar de Alagoas intervíram ontem na tribo dos Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, a 140 km de Maceió e prenderam o cacique Manoel Celestino, apontado como principal responsável pelo conflito que envolveu cerca de 600 índios, deixando cinco gravemente feridos. Celestino briga com o grupo do índio José Ferreira pela chefia da tribo. A Funai também enviou agentes à aldeia e pretende separar os dois grupos, mas está difícil chegar a um entendimento enquanto Celestino estiver preso. Os índios estão armados com flechas, machados e armas brancas, podendo entrar em conflito a qualquer momento. (FSP — 10/02/82)

Deposição agita índios

A tribo xucuru cariri está novamente ameaçando entrar em guerra, em consequência da divisão ocorrida há três anos entre o cacique Manoel Celestino da Silva e o pajé Miguel Celestino da Silva, que apesar de ser tio do primeiro destituiu-o do poder nomeando Manuel Ricardo da Silva como o novo cacique. A tensão entre os dois cresceu com agressões e incêndios envolvendo 1.500 pessoas que vivem na fazenda Cafurnas, na cidade alagoana de Palmeira dos Índios, a 140 quilômetros de Maceió.

Viaturas da PF, PM e da Funai estão no local, enquanto o cacique Manoel Celestino anunciou que seus seguidores e dez irmãos só deixarão a fazenda se forem mortos. (ESP — 13/02/82)

Divisão de tribo: índios participam de plebiscito

Cerca de 600 índios participaram ontem, em Palmeira dos Índios — a 140 quilômetros de Maceió, de um plebiscito organizado pela Funai para verificar se desejam a separação da tribo em duas partes.

Os índios Xucuru-Kariri estão com os ânimos acirrados desde quinta-feira passada, quando o cacique Manoel Celestino tocou fogo na maloca de um índio do grupo ao qual faz oposição e houve intervenção da PM de Alagoas e da PF, que suspeita de infiltração subversiva na aldeia.

Até sábado os índios Xucuru-Kariri ainda estavam sob guarda a polícia de Palmeira dos Índios, que os liberou após os interrogatórios de praxe. O capitão da PM, José Mendes acredita que durante o "Pacto da Paz" a situação dos índios

deverá acabar com a divisão das facções.

Uma parte permanecerá na atual aldeia e a outra será transferida para a fazenda Cafurnas, antes pertencente à Prefeitura de Palmeira dos Índios, que após as invasões do ano passado, resolveu ceder as terras para os índios.

Os caciques eleitos no plebiscito governarão em aldeias com vidas administrativas distintas. Quanto ao pajé, ainda não se sabe se será mantido, afirmou o delegado, capitão José Mendes.

Sobre a infiltração de subversivos, disse o capitão Mendes que as suspeitas da PF são devidas ao fato de Manoel Celestino ter reunido o seu povo e ter tomado atitudes estranhas aos índios. Pelo que a Polícia está prevendo, alguém está por trás das atitudes do cacique. (Folha da Tarde — 15/02/82)

Pajé defende a divisão da comunidade Xukuru-Kariri

O pajé Miguel Celestino, da tribo xucuru-cariri, de Palmeira dos Índios, defendeu o desmembramento da comunidade em duas reservas após fracassarem as tentativas de indicar um cacique capaz de pacificar as duas facções rivais.

Segundo ele, a divisão da tribo é a única maneira de evitar choques como os da semana passada, quando cinco índios saíram feridos, dois deles em estado grave. Acrescentou que a proposta de divisão será levada ao presidente da Funai, em Brasília, provavelmente no fim do mês.

Na prática, a divisão dos xucuru-cariri já foi concretizada. Os índios comandados pelo cacique Manuel Celestino ficaram na reserva da Fazenda do Canto, sede do posto da Funai, enquanto que os liderados pelo cacique Aristides Ferreira estão na Mata da Cafurna, área de 400 hectares localizada na Serra da Boa Vista.

O chefe do conselho tribal, Paulo Jorge Fenene, filho de Aristides, pretende ir a Brasília este mês pedir uma audiência com o presidente João Figueiredo. (O Globo — 16/02/82)

FUNAI admite intervenção de brancos na luta em Alagoas

O delegado da Funai, Leonardo Reis, admitiu a participação de brancos nos conflitos entre as duas facções que lutam pelo poder na tribo Xukuru-Kariri, de Palmeira dos Índios, adiantando que a PF já começou a ouvir os primeiros suspeitos na delegacia da cidade.

Contudo, Leonardo prefere não fazer comentários antes de ler o relatório preparado pela equipe da Funai que voltou ontem à tarde de Palmeira dos Índios. (O Globo — 17/02/82)

Inquérito indicia doze

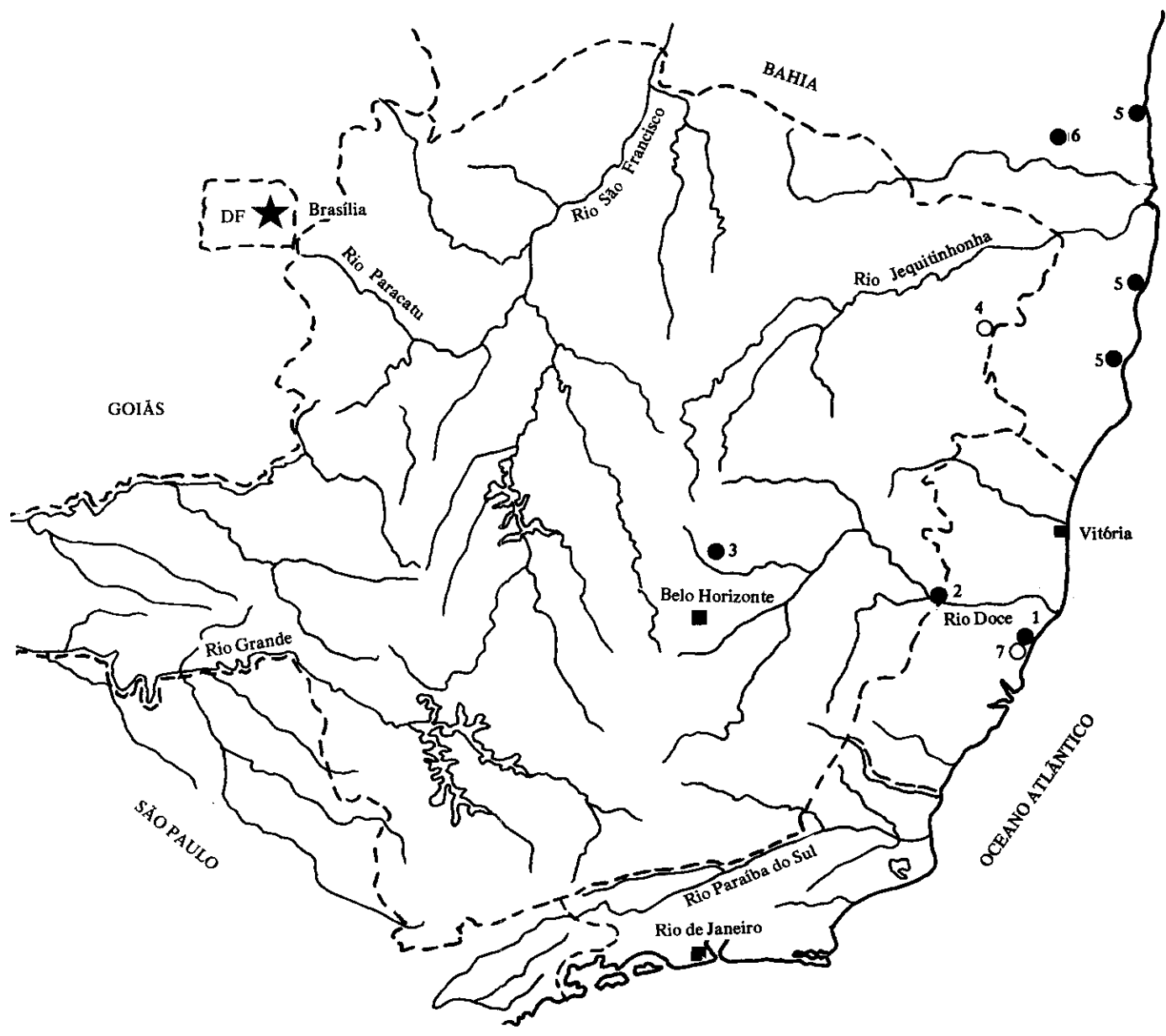
O delegado de Palmeira dos Índios, capitão José Mendes Fonseca, informou ontem que o inquérito instaurado para apurar o conflito na tribo Xucuru-Cariri já indiciou 12 pessoas, entre as quais o civilizado João Cafinfa. Ele disse ainda que os índios continuam divididos em duas facções, não havendo possibilidade de suas divergências serem resolvidas a curto prazo.

— Embora o clima da cidade seja tranqüilo — acrescentou o delegado — os Xucurus-Cariri continuam vivendo um impasse: enquanto uma facção defende a reunificação da tribo, outra quer o desmembramento.

A questão dos Xucurus-Cariri será resolvida em Brasília, pelo coronel Ivan Zanoni, da Assessoria de pesquisas da Funai, que deverá reativar as negociações entre os índios. (O Liberal — 19/02/82)

Leste

- 1 — Guarani
- 2 — Krenak
- 3 — Krenak (faz. Guarani)
- 4 — Maxacali
- 5 — Pataxó
- 6 — Pataxó Hã-Hãe-Hãe
- 7 — Tupiniquim



Guarani

Representante dos Guarani denuncia venda de cachaça

O representante dos remanescentes dos índios guaranis da aldeia de Boa Esperança, em Santa Cruz, Aracruz, João Carvalho ou Guaraú-Mimbi, veio ontem à Superintendência de Polícia Federal solicitar a intervenção junto à Funai, visando a proibição da venda de cachaça pelos comerciantes locais a seu povo.

Segundo ele, a situação não pode continuar por mais tempo porque a venda de cachaça está prejudicando a todos os índios da aldeia, principalmente os mais jovens, sendo que um deles, depois de bêbado, já foi até ameaçado por policiais locais, armados de revólveres. (A Tribuna — 26/02/82)

Krenack

Krenack recebem sua renda

O compositor Fernando Brant e Reinaldo do Atlético participam da caravana de indigenistas que irá até Resplendor, na divisa de Minas com o Espírito Santo, encontrar-se com as três famílias krenaques. Eles participarão, junto com o GREQUI, da entrega do dinheiro arrecadado na partida de futebol, realizada em Belo Horizonte, no início do ano, entre artistas, intelectuais e jogadores profissionais sensibilizados pela causa dos índios. Com o dinheiro — Cr\$ 180 mil cruzeiros — os krenaques irão comprar 16 cabeças de gado na região, para a sua sobrevivência, que vem sendo assegurada a duras penas, desde a sua fuga, em maio de 1980, da Fazenda Guarany, uma reserva indígena mantida pela Funai no Município de Carmésia. (Estado de Minas — 18/04/82)

Os Krenack sem terra

No dia 26 de março, os quatro índios Krenak, José Alfredo, Augusto, Laurita e Marilsa, estiveram com o presidente da Funai para cobrar a demarcação de sua terra. Levavam uma pasta contendo a lei nº 788 e o decreto 5462, ambos emitidos pelo governador do Estado de Minas Gerais, Artur da Silva Bernardes, documentos estes que comprovam o direito dos Krenak sobre 4.000 ha na margem esquerda do Rio Doce, hoje invadidos por 54 fazendeiros. (Porantim — 05/82)

Laviola acusa FUNAI de omissão

O deputado José Laviola, do PDS, denunciou ontem “a total omissão da FUNAI em Minas Gerais, principalmente em relação aos remanescentes das tribos krenaques e poichás que estão invadindo propriedades, destruindo pastagens e matando animais, no Vale do Rio Doce, unicamente porque não recebem a menor ajuda do órgão oficial que tem por finalidade exatamente dar solução aos problemas indígenas”.

Laviola explicou que “hoje a tribo Krenaque não tem mais que três ou quatro índios puros, sendo as demais pessoas originárias da miscigenação com os brancos. E eles têm uma área onde morar e lavar a terra, mas a verdade é que a Funai, por mais de uma vez, promoveu encenações, trazendo até índios de outras regiões para dizer que a população indígena da área era grande, acusando os fazendeiros de ladrões de terras”. (Estado de Minas — 04/07/82)

FUNAI diz que garante direitos dos índios

Odil Teles, assessor de imprensa da Funai, falou a respeito do problema enfrentado pelos índios krenakes que, em 1980,

voltaram para suas terras no Vale do Rio Doce, e estão novamente ameaçados de ter que abandoná-las.

A história dos krenakes, que agora volta ao debate depois de infeliz pronunciamento do deputado federal pelo PDS José Laviola, é bastante tumultuada, segundo os indigenistas mineiros.

Em 1958, eles foram forçados a abandonar suas terras no Rio Doce e foram transferidos para a terra dos Maxacalis, no município de Bertópolis, na divisa de Minas Gerais com a Bahia. Dali, eles voltaram a pé à sua terra de origem. Em 1970, quando a área já tinha apenas 13 alqueires, dos 4.000 que lhes pertenciam foi embargada sua tentativa de reintegração de posse.

Em 1972, os krenaques foram novamente transferidos, à força daquela vez para a Fazenda Guarani, no município de Carmésia, área de terras improdutivas, segundo os indigenistas, onde funcionava uma verdadeira colônia penal para índios. Mais uma vez, os remanescentes da tribo voltaram às terras do Vale do Rio Doce, em maio de 1980 e se instalaram ali. Hoje, sua permanência é ameaçada por um processo movido pelo fazendeiro Balbino Langnier de Lacerda, que alega serem suas as terras ocupadas por eles.

Falando a esse respeito, Odil Teles disse que a situação se encontra em mãos do Departamento Jurídico do órgão, que está cuidando da defesa dos interesses dos índios. (Estado de Minas — 08/07/82)

Pedessista recomenda a matança de índios

Em documento já divulgado, indigenistas e ecologistas mineiros protestaram contra o deputado José Laviola, do PDS, por ter aconselhado o governador Francelino Pereira a esperar a “morte próxima” dos remanescentes dos Botocudos no País, para dar uma destinação mais digna à Terra que ocupam, 36 hectares dos antigos 4 mil que possuíam no Vale do Rio Doce.

Segundo o assessor jurídico do Grequi, Hildebrando Pontes Neto, o deputado está defendendo interesses de fazendeiros do Vale do Rio Doce. Para a presidente do Grequi, a socióloga Taís Cristóforo, além do argumento jurídico, faltou ao deputado “equilíbrio em termos de sentimentos humanos”, ao recomendar o extermínio dos índios como solução para o problema. (Notícias Populares — 09/07/82)

FUNAI distribui pílulas a índias

O Cimi reafirmou ontem, em nota oficial, que a Funai está mesmo distribuindo pílulas anticoncepcionais a mulheres indígenas.

Segundo a nota, a assistente social Sílvia, funcionária da 11ª Delegacia Regional da Funai, com sede em Governador Valadares, está distribuindo as pílulas regularmente entre as mulheres da aldeia dos índios Krenak, localizadas no município de Resplendor.

“Uma dessas índias, Laurita Félix, mãe de seis filhos, recebeu, há pouco tempo, cartelas de pílulas suficientes para todo o ano. A assistente social propôs a Laurita, inclusive, fazer ‘operação’ (laqueação tubária), para esterilização definitiva. O argumento da funcionária da Funai: Para que você tem tantos filhos, se não tem como sustentá-los? Depois eles ficam aí passando fome”, afirma a nota do Cimi. (FSP — 28/07/82)

Índias não recebem pílulas, diz FUNAI

A Funai, em nota oficial, desmentiu denúncia divulgada pelo Cimi de que funcionários do órgão, lotados na 11ª Delegacia, em Governador Valadares (MG), estariam distribuindo pílulas anticoncepcionais entre as índias Krenaques. Segundo a Funai, duas índias — Eva e Júlia — teriam pedido pílulas à

assistente social, Sílvia, porque já tinham muitos filhos e não desejavam outros.

A Funai, no entanto, segundo o delegado regional, Carlos Alberto Grossi, sustenta — sem mencionar o caso da índia Laurita — que as índias Eva (41 anos) e Júlia (31 anos), mães, respectivamente, de 10 e 4 filhos, pediram pílulas à assistente social mas ela negou. Porém, segundo a nota, as índias compraram as pílulas por conta própria “não havendo, portanto, nenhuma participação da Funai”. (FSP — 29/07/82)

Índio acusa FUNAI

Cinco índios Krenak do município de Resplendor, Minas Gerais, denunciaram ontem os graves problemas de saúde que estão enfrentando na área e o descaso do delegado regional da FUNAI, Carlos Alberto Grossi, no atendimento dos casos emergenciais.

Conforme o índio Augusto Paulino, assistentes sociais e enfermeiras que trabalham na 11ª Delegacia da Funai, em Governador Valadares, demonstram irritação quando algum índio procura a representação do órgão com problemas de saúde, principalmente em caso de índias gestantes.

Segundo ele, os índios ouvem da assistente social Sílvia, que “índio não deve ter filhos porque não tem meios de criar”. Aborrecido Augusto falou que esse fato ocorreu com sua esposa, a índia Marilza Luiz Viana que se encontra grávida. A procura de recursos na delegacia, conforme Augusto, deve-se ao fato do enfermeiro Aurélio, do Posto Indígena Krenak, não permanecer na área para a devida assistência, obrigando, em consequência, os índios — cerca de 65 indivíduos — se deslocarem de Resplendor para Governador Valadares. (Correio Braziliense — 02/09/82)

Maxakali

Sob a mira do PDI-A

Fabio Villas (*)

É antigo o conflito entre índios Maxakali e os fazendeiros da região. A causa principal é a questão da terra. De um lado, os Maxakali resistem para não perderem o pouco que lhes restou (1.133 ha.), ao mesmo tempo que perambulam pelas fazendas caçando e pescando dentro do que eles consideram ainda seu território. Do outro, os fazendeiros organizados na Federação da Agricultura de Minas — FAEMG, apoiados pelos políticos do PDS José Santana, Gerard Renaut e outros, cobiçam as terras indígenas e exigem do Governo Federal providências repressivas imediatas para conter os índios dentro da área demarcada. Nos últimos anos os fazendeiros doaram uma faixa de terra vizinha à aldeia Pradinho ao capitão Manoel dos Santos Pinheiro (criador da GRIN e Colônia Agrícola Krenak) para que este “controlasse” a saída dos índios. Chegaram a exigir que a FUNAI o contratasse novamente. As divergências entre os fazendeiros e a FUNAI para a solução do “problema” Maxakali está no método. Enquanto os fazendeiros exigem medidas a curto prazo para conter os índios dentro da área demarcada, ou até mesmo para expulsá-los para outra região, a FUNAI pede tempo aos fazendeiros para o seu projeto de aniquilamento dos Maxakali a longo prazo. O PDI-A (Projeto de desenvolvimento, integração e assimilação), coordenado pela antropóloga Neli

F. do Nascimento da UFJF, tem usado métodos que merecem repúdio e até mesmo intervenção. A adoção de uma moeda interna, condicionando a subsistência do Maxakali à sua produção e aos produtos da cantina da FUNAI; a redução dos períodos rituais; a desativação de várias aldeias, atraindo os índios para os postos da FUNAI; o uso de cartilhas que introduzem conceitos alheios à sua cultura; a permissão para posseiros se instalarem na aldeia de Água Boa, pretendem transformar um povo que foi e, de certa forma, ainda é seminômade e que insiste em viver segundo padrões culturais próprios em um grupo sedentário e integrado. O resultado que se pretende obter com o PDI-A não difere em muito do desejado pelos fazendeiros. É até mais eficiente na medida em que procura quebrar a resistência dos Maxakali destruindo-os sutilmente por dentro.

(*) Coordenador do CIMI-Leste.

Denúncia

O padre Antônio Mamede Fernandes, da Diocese de Teófilo Otoni, Minas Gerais, denunciou, ontem, que cerca de 450 índios da tribo Maxacalis foram transformados em trabalhadores assalariados pela Funai. Segundo o vigário, que é encarregado da assistência religiosa em Bertópolis, Norte de Minas, os índios estão pagando até mesmo pelos alimentos que cultivam em suas reservas. (Folha de Goiás — 28/01/82)

Fazendeiros protestam contra Maxacali

“A paciência tem limites e até mesmo Jô, pai dessa virtude, já teria perdido a cabeça, se fosse fazendeiro ou colono no Município de Bertópolis.” A advertência é de fazendeiros, em carta dirigida ao governador Francelino Pereira, protestando contra a situação dos colonos e fazendeiros que moram próximo da reserva indígena dos Maxacalis.

Os fazendeiros de Bertópolis — Laurindo Pereira Sena, Valdevino da Silva Cabral e Manoel dos Santos Pinheiro — reclamam da resposta do MINTER, pedindo paciência para a solução “de uma situação desesperadora”, e alegam que “chegou a hora das providências e não de paciência”. A carta foi distribuída à imprensa pela Federação da Agricultura de Minas.

Os fazendeiros afirmam que os índios Maxacalis acabaram com todas as galinhas, porcos, roupas e agasalhos que os colonos possuíam, num raio de mais de 30 quilômetros em torno da reserva, além de abater mil cabeças de gado nos últimos anos.

Observam ainda que já perderam a esperança de resolverem o problema através de diálogo. Argumentam que se o índio é tutelado do Governo Federal através da Funai, cabe a essa Fundação assisti-lo e sustentá-lo. (Folha da Tarde — 11/02/82)

Maxacali querem visita da FUNAI

Três representantes dos índios “Maxacalis”, que vivem no nordeste de Minas, entregaram neste fim de semana uma carta ao presidente da FUNAI, na qual o convidam a visitar sua aldeia “e ouvir todos os maxacalis e não só ficar sabendo notícia de fazendeiros no jornal”. A ida dos índios Carmindo, Tintin e Gustavo a Brasília foi provocada por uma série de reportagens publicadas recentemente no jornal “Estado de Minas”, de Belo Horizonte, na qual os fazendeiros da região acusam os remanescentes indígenas (em número inferior a 500), de matarem bois, destruírem lavouras e em-

bebedarem-se constantemente, promovendo badernas. Na carta que entregaram ao presidente da FUNAI, os índios afirmaram que os fazendeiros promovem esta campanha contra eles porque estão “querendo a terra do índio, que é boa, tem muito capim”. E desmentem as acusações de que promovem matança de gado, afirmando que só matam bois quando eles invadem seu pasto. Além disso, diz a carta, os fazendeiros não podem acusar os índios de destruírem suas lavouras pois eles “só tem bois e não fazem roça”. No documento, os índios dizem que foram levados a Brasília por amigos lamentando que outras tribos já tenham tido oportunidade de ir até a capital federal menos eles, sempre impedidos pelo chefe do posto da FUNAI na região. (A Crítica — 22/03/82)

Deputado critica FUNAI

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Santana de Vasconcelos, encaminhou ofício ao ministro do Interior, Mário David Andreazza, protestando contra a inércia das autoridades da FUNAI em resolver problemas entre os índios Maxacalis e fazendeiros da região de Bertópolis. Ele reclamou também das respostas aos ofícios que enviou à FUNAI, “vagas, impessoais, maquiniais, formalistas, sem calor ou interesse humano, como se a questão tratasse de mero tema burocrático e não de sinais visíveis de um desastre iminente que envolve a vida e a esperança de centenas de brasileiros, cuja tragédia pessoal ameaça manchar indelevelmente as páginas da história mineira”. (Estado de Minas — 27/06/82)

Maxacali matam índio acusado de feitiçaria

Um grupo de índios maxacalis trucidou anteontem à noite, a golpes de facões, por prática de feitiçaria o índio Waldomiro, de 24 anos presumíveis, acusado de ser o responsável pela morte, em circunstâncias misteriosas, de outro companheiro da tribo, que vive no município de Bertópolis, 688 quilômetros de Belo Horizonte.

O crime ocorreu na localidade de Pradinho, próxima a Bertópolis e à reserva indígena, e segundo informações incompletas que chegaram ontem a Belo Horizonte, a Funai já enviou três indigenistas ao local para apurar com exatidão as circunstâncias de morte de Waldomiro. (O Globo — 18/07/82)

Bispo acusa fazendeiros pela morte de índio maxacali

O bispo de Teófilo Otoni, dom Quirino Adolfo Schimitz, informou ontem que o índio Maxacali Waldomiro foi encontrado morto anteontem assassinado por fazendeiros da região de Bertópolis, a 688 quilômetros de Belo Horizonte, e não por outros índios por vingança e feitiçaria, como foi divulgado anteontem nesta capital.

O delegado da Funai em Governador Valadares, Carlos Roberto Grossi, seguiu para Maxacalis, onde vivem os 436 remanescentes da antiga tribo. Na região, o clima continua tenso, com os fazendeiros acusando os índios de promover desordens e os silvícolas reclamando medidas contra as frequentes invasões de suas terras. (O Globo — 19/07/82)

Bispo será processado por nota sobre morte de índio

Os fazendeiros de Bertópolis, no médio Jequitinhonha, vão entrar na Justiça contra o bispo de Teófilo Otoni, dom Quirino Adolfo Schimitz, exigindo que ele explique em juízo a versão divulgada em nota à imprensa, de que o índio maxacali Waldomiro, assassinado no dia 16 teria sido morto por proprietários rurais da região.

Segundo Manoel dos Santos Pinheiro, que é major reformado da Polícia Militar, os fazendeiros estão esperando apenas a conclusão do inquérito da Polícia Federal para proces-

sar o bispo. Pinheiro disse ter sido informado por índios da aldeia maxacali que Waldomiro foi morto por um índio de apenas 15 anos após uma briga. (O Globo — 27/07/82)

Polícia vai proteger os índios

Os índios Maxacalis não estão recebendo o tratamento que deveriam e é “preciso administrar a reserva com critérios que os permitam viver”. A observação é do deputado federal Gerardo Renault (PDS-MG), que encaminhou carta ao governador Francelino Pereira, sugerindo que o mesmo presione “a presidência da Funai, para restabelecer a ordem e a disciplina”.

Ele sugere também a implantação de “um forte dispositivo policial na área externa da reserva indígena, com o objetivo de exercer o controle sobre os índios, impedindo que os mesmos se embriaguem e cometam pilhagens, roubos e depredações de propriedades particulares”. (Notícias Populares — 04/12/82)

Pataxó

ANAI denuncia “campo de concentração”

A ANAI denunciou a política “não ecológica e violenta”, exercida pela administração do parque Monte Pascoal, no sul da Bahia, que estabeleceu “um verdadeiro campo de concentração na terra dos índios pataxós, em Porto Seguro”. Ordep Serra, presidente da ANAI, lembrou que tudo começou há mais de um ano, quando a FUNAI resolveu fazer uma “criminosa barganha” com o IBDF, criando esta reserva florestal, que lesa os direitos dos verdadeiros donos da terra. Segundo ele, a partir daí, foi feito “um falso acordo”, através do qual a FUNAI destinou aos pataxós apenas 8.720 hectares do total de 22.500 integrantes do território indígena e que constituem hoje o parque Monte Pascoal. Com esse “falso acordo”, começaram as dificuldades de sobrevivência dos pataxós, “pois as terras que lhes foram destinadas são impróprias para a agricultura que praticam, constituindo-se de brejos e faixas arenosas.

“Recentemente, para complicar mais a situação de sobrevivência dos pataxós”, frisou Ordep Serra, “o administrador do parque Monte Pascoal implantou patrulhamentos, vigias, sistemas de sentinelas e prometeu, inclusive, cercar toda a área. Com isso, estão impedindo que os índios tenham trânsito livre pelo território em busca da caça, da pesca e da colheita de mariscos e crustáceos nos mangues próximos a sua área de moradia e divisas com a praia.

Na tentativa de evitar o agravamento da situação de fome e revolta por que passam os índios do sul do Estado, a ANAI (BA), enviará um documento à FUNAI, pedindo a interferência do órgão governamental na região, a fim de abrandar as proibições impostas pelo administrador do parque Monte Pascoal.

Os pataxós, que atualmente possuem uma população estimada em 1.800 índios, têm como centro principal a aldeia de Barra Velha, reconhecida no local como ponto de origem da tribo, no limite sul de Porto Seguro, e mais dois pequenos núcleos de povoamento em Biriba e Coroa Vermelha. (Jornal de Brasília — 16/01/82)

Pataxó reivindica retirada de posseiros e demarcação

Mais de 500 índios Pataxó, do PI Caramuru-Paraguassu, situado entre os municípios de Itaju do Colômbia e Pau-Brasil, Estado da Bahia, estão com suas terras invadidas por mais de 100 posseiros que se dizem legítimos proprietários e impedem a entrada dos indígenas, utilizando armas de fogo.



Cedendo às pressões dos fazendeiros, às vésperas das eleições de 15 de novembro, a FUNAI resolveu afastar os índios de suas terras, na Fazenda São Lucas, município de Pau Brasil, no sul da Bahia, transferindo-os para o Centro de Pesquisa Experimental de Almada. Copcedida uma liminar judi-

cial (logo caçada) os índios voltaram a ocupar suas terras onde permanecem até hoje, acampados em tendas do exército. (fotos Luciano Andrade/Abril Pres)

A informação é do cacique dos Pataxó, Samado Santos, há mais de vinte dias em Brasília tentando junto à Funai a demarcação da área e a retirada dos posseiros.

De acordo com Samado, os documentos existentes na Funai não correspondem à área verdadeira dos Pataxó. A reivindicação dos Pataxó, em termos da área, é quatro vezes maior ao do mapa que se encontra na Funai. "O atual diretor do DGO, Jurandyr da Costa Fonseca, disse que a nossa área é de 13.800 ha. Mas isso não é verdade, pois a nossa terra é quatro vezes maior do que ele falou", afirmou Samado. (Correio Braziliense — 21/03/82)

Reintegrada área Pataxó

Agentes da Polícia Federal armados de metralhadoras garantiram, a pedido da Funai, a execução de um mandado judicial retomando para os índios Pataxó do posto Paraguassu, no sul da Bahia, uma área de 1.500 ha. ocupada pelo fazendeiro Jenner Pereira da Rocha, muito conhecido por envolvimento em casos de grilagem no Além São Francisco baiano. Apesar de não ter havido resistência, como o DPF esperava, agentes foram deixados na área por medida de segurança. A operação começou na última quarta-feira, quando oito agentes seguidos por um grupo de índios ocuparam as terras no município de Pau-Brasil, a 529 km. de Salvador. (ESP — 01/05/82)

Governo da Bahia nega pressões sobre FUNAI

Ao negar que o Governo do Estado da Bahia esteja pressionando a Funai para que deixe os índios pataxós ha-ha-hai de Pau-Brasil e Itaju do Colônia à mercê dos fazendeiros que querem expulsá-los de suas terras, como foi acusado pela ANAI-BA, o Governador Antônio Carlos Magalhães criticou ontem a intervenção da Polícia Federal no problema. (Jornal do Brasil — 16/05/82)

FUNAI justifica

Em documento enviado ao governador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, o presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, justificou o apoio dado pela fundação e pela Polícia Federal aos índios pataxós "Ha-Ha-Hai", na retomada de suas terras nos municípios de Pau-Brasil e Itaju do Colônia, argumentando que os títulos concedidos pelo governo do Estado aos fazendeiros ocupantes das terras nos últimos anos são fruto de ato "ilegal e inconstitucional". (FSP — 18/05/82)

Mais Pataxó voltam às suas terras

No início eram cerca de 50 índios, agora são mais de 230 que retomaram parte de suas terras na Fazenda São Lucas em Pau-Brasil, e o cacique Saracura aguarda a chegada de mais Pataxó nos próximos dias. As informações foram prestadas pela antropóloga Maria Hilda Paraíba, professora da Universidade Federal da Bahia, que visitou a área neste fim de semana. Ela teme que os Pataxó percam a proteção da PF e, assim, os fazendeiros possam cumprir as ameaças de matar os líderes indígenas e expulsar novamente os demais. Segundo ela, os fazendeiros estão armados e os índios, desarmados. (D. G. ABC — 19/05/82)

Políticos se mobilizam contra os Pataxó

O chefe de gabinete do ministro do Interior, solicitou ontem à presidência da Funai um relatório completo sobre os índios Pataxó Ha-Ha-Hai. A solicitação foi feita depois que o chefe de gabinete recebeu um telefonema do deputado Henrique Brito, do PDS baiano, ameaçando trazer a Brasília um grupo de prefeitos da região para protestar contra a atitude dos Pataxó, que retomaram a fazenda São Lucas, com o apoio do presidente da Funai. (FSP — 21/05/82)

... E são acusados de grilagem

Descendentes dos que receberam Pedro Álvares Cabral, os índios pataxós ha-ha-hai, que retomaram parte de suas terras de onde haviam sido expulsos há uns 15 anos, paradoxalmente estão sendo acusados agora de grilagem pelos fazendeiros da região. No momento, o clima é de tensão nos municípios de Pau-Brasil e Itaju do Colônia. Agentes da Polícia Federal que estão na área protegendo os índios denunciaram que os fazendeiros estão armados e ameaçam matar os silvícolas que saíram dos limites dos 400 hectares que voltaram a ocupar dos 36 mil hectares a que têm direito. Na verdade, a disputa estabelecida entre a Funai e os índios por um lado e os fazendeiros e o Governo do Estado, por outro, vem-se prolongando desde a década de 50, quando fazendeiros arrendatários das terras dos índios resolveram apresentar-se como pretensos proprietários. (Jornal do Brasil — 24/05/82)

Índios retomam suas terras

A Comissão Especial de Assuntos Indígenas da ABA vem a público esclarecer certos fatos relativos à retomada de uma área de 400 hectares da Fazenda São Lucas, no Município de Pau-Brasil, Sul do Estado da Bahia, empreendida por índios da antiga Reserva Paraguassu-Caramuru, ao final do mês de abril de 1982.

Inquestionavelmente, trata-se de uma pequena parcela de área indígena original reservada por força de um decreto-lei de 1926, tradicionalmente ocupada por índios pataxós hãhãhãis, baenans, kariris e os denominados "índios de Olivença", que daí foram sendo violentamente expulsos por uma série de medidas arbitrárias. A mais grave delas foi a política de arrendamento posta em prática desde a implantação da Reserva pelo SPI, permitindo desse modo a ocupação da área por fazendeiros que a cobiçavam por seu grande potencial econômico.

A tal prática de arrendamento seguiu-se um movimento reivindicatório pela extinção da Reserva em 1957, sob a justificativa de que a população indígena era reduzida para as dimensões da área, de 36 mil hectares. O abandono dos Postos Indígenas Paraguassu e Caramuru implicou a sua desativação e a quase maioria dos índios viu-se compulsoriamente impelida a se dispersar como mão-de-obra nas fazendas invasoras.

O Governo do Estado da Bahia, em 1976, através de sua Secretaria de Agricultura, concedeu títulos de propriedade aos antigos arrendatários, fracassando as tentativas da Funai de reativar uma parcela de 10 mil hectares da primitiva Reserva, restando aos poucos índios que teimosamente resistiram apenas cinco hectares em torno da antiga sede do Posto Caramuru.

Tais fatos permitem a esta Comissão concluir pelo absoluto direito dos índios da Reserva Paraguassu-Caramuru, não cabendo quaisquer dúvidas quanto à legalidade da ação, na medida em que se trata de retomada de área indígena, inalienável, conforme dispositivo constitucional e nos termos da Lei 60.001, Estatuto do Índio. Há que respeitá-los como legítimos detentores da Reserva, garantindo-lhes a sua exclusiva posse e usufruto.

Da mesma maneira, devem ser tomadas providências urgentes que garantam a integridade física dos índios que se encontram sob a ameaça dos fazendeiros regionais. **Roque de Barros Laraia, secretário-geral da ABA, pela Comissão de Assuntos Indígenas — Brasília (DF).** (Jornal do Brasil — 08/06/82)

CIMI denuncia ameaça

O Cimi informou ontem, em Brasília, que os índios Hã-Hã-

Hãe que ocupam a fazenda São Lucas, na Bahia, desde abril deste ano com o apoio da Funai e da Polícia Federal, estão ameaçados de ser novamente expulsos de suas terras. Segundo o Cimi, os articuladores desta investida são cerca de 200 grileiros, produtores de cacau e de gado na região que contam com o apoio de políticos baianos, entre eles os deputados do PDS, Ângelo Magalhães, Lauro Lomanto, Henrique Brito e José Amorim e o presidente do Sindicato da localidade de Pau-Brasil, todos acusados de grilar terras na área indígena. A Funai retirou quase todos os policiais que estavam dando proteção aos índios, restando na fazenda apenas dois agentes de Polícia Federal. (ESP — 24/06/82)

Donos do cacau querem que o governo ignore os índios
O presidente do CCPC, Everton Almeida, já enviou telegrama ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Gal. Danilo Venturini, manifestando a sua preocupação com a situação criada na extremo sul da Bahia, onde a Funai, com o propósito legal de reaver as reservas indígenas de Catarina Paraguassu e Caramuru; determinou a expulsão de 805 agricultores.

A preocupação do Sr. Everton, segundo o telegrama, deve-se ao clima de tensão criado na região. (O Dia — 26/08/82)

A FUNAI e a área Pataxó

O presidente da Funai declarou, ontem, em Brasília, que a área de 37 mil hectares que está sendo reivindicada por fazendeiros e posseiros no extremo Sul da Bahia, com o apoio do governo do Estado, "é habitat imemorial dos índios pataxó e foi demarcada em 1937 pelo Estado da Bahia e o então Ministério da Guerra". Moreira Leal desmentiu informação de que estivesse sofrendo pressões do Ministério do Interior para remover os indígenas da área habitada por 396 pessoas não índias. Na quarta-feira, a Funai apresentou proposta de acordo na 3ª Vara de seção judiciária da Bahia, na qual os índios concordavam em ficar com apenas 6.500 hectares da área em litígio, liberando o restante para os atuais ocupantes. Os 29.500 hectares seriam então devolvidos à União para repasse ao Estado baiano, que não concordou com a sugestão, defendendo a remoção dos índios para a reserva ecológica de 2.200 hectares existentes em Wenceslau Guimarães, também ao Sul da Bahia. (ESP — 10/09/82)

Índios Pataxó recusam proposta de doar terras

Representantes dos índios pataxó negaram ontem informação do presidente da Funai, de que haviam concordado em abrir mão de 29.500 hectares de terras pertencentes à tribo no Extremo Sul da Bahia, ficando com apenas 6.500 hectares da área que atualmente está ocupada por fazendeiros e posseiros. Desse modo, disseram que vão permanecer na área reivindicando a reintegração dos 37 mil hectares que pertencem à tribo e que foram arrendados pelo Estado da Bahia. Para isso, vão pedir o apoio do ministro do Interior, do ministro para Assuntos Fundiários, e até mesmo do presidente da República. A Funai, segundo o representante dos pataxó, Higino Francisco, em nenhum momento consultou a tribo sobre a proposta que apresentou na Justiça da Bahia, dizendo que concordavam em ficar com apenas 6.500 hectares. Depois de examinar a questão, os índios chegaram à conclusão de que não devem abandonar suas terras nem mesmo temporariamente. Segundo o índio Samado, que participou da reunião com o presidente da Funai, o coronel pediu-lhes que saíssem da área em litígio até as eleições, garantindo que depois de 15 de novembro eles seriam reconduzidos. "Mas não vamos sair — afirmou — porque queremos o mesmo quadro de levantamento da medição de Getúlio Vargas." (Época em que foi feita a demarcação da terra indígena.) (ESP — 12/09/82)

Índios Pataxó sofrem "pressão"

A CPI-SP, a ABA e a CTI enviaram telegrama ao presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, pedindo à Fundação que peça a assinatura de qualquer acordo visando a transferência dos índios pataxó há-hã-hai para a reserva de Coroa Vermelha.

Diz o telegrama que os Pataxó estão sendo coagidos a aceitar sua transferência para Coroa Vermelha, abandonando seu território tradicional. Os antropólogos ligados à Universidade Federal da Bahia divulgaram nota também denunciando que esses índios estão sofrendo pressões. (ESP — 15/09/82)

Portaria define a reserva Pataxó

O presidente da FUNAI assinou a portaria nº 1.393/E de 1 de setembro de 1982 declarando como de posse permanente do grupo indígena Pataxó a área denominada Área Indígena Barra Velha de aproximadamente 8.627 ha. localizada no município de Porto Seguro/BA. (Diário Oficial — 16/09/82)

FUNAI nega ter coagido os Pataxó

Menos de 24 horas depois da presidência do Cimi ter anunciado que representaria contra a Funai junto ao Ministério Público Federal, pela questão dos Pataxó Hã-Hã-Hai, o presidente do órgão tutor, convidou os dirigentes do Conselho para uma conversa. Durante a conversa, o coronel Leal desmentiu a notícia dada pela sua assessoria de imprensa, segundo a qual os Pataxó teriam assinado documento concordando com a transferência do grupo para uma área de 120 hectares, a 25 quilômetros de Ilhéus (BA). Além do desmentido, ele pediu um voto de confiança ao Cimi. Antes de receber os bispos, o coronel Leal concedeu uma longa entrevista justificando a transferência dos índios, dizendo que a "terra é do índio e não há o que discutir. Todos nós da Funai reconhecemos, e por isso entramos na Justiça pedindo a anulação dos títulos concedidos. A decisão de retirar os Pataxó foi tomada para evitar um mal maior. Os índios continuando na área estariam confinados em suas malocas, não podendo ir à cidade de Pau-Brasil e com declarado risco de vida". O presidente negou ter sido pressionado pelo governador Antônio Carlos Magalhães para retirar os índios da área. (FSP — 18/09/82)

Questionada a tutela da FUNAI

O CIMI, a CPI-SP e a ANAI-BA deverão entrar hoje com uma representação contra a FUNAI junto ao Ministério Público para que sejam examinadas a "fiscalização, a extensão e a fidelidade" da tutela exercida pela Fundação, no caso da remoção dos pataxós há-hã-hai de sua reserva em Pau-Brasil, na Bahia, para a estação experimental de Almada, próximo a Ilhéus, no mesmo Estado. (ESP — 21/09/82)

CIMI revela causas da expulsão dos Pataxó

Os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, que estão resistindo a uma nova transferência forçada de suas terras, no município de Pau-Brasil, sul da Bahia, para uma fazenda arranjada pela Funai em Ilhéus, foram expulsos do posto indígena Catarina Paraguassu, em 1936, sob pretexto de uma "infiltração comunista" que estaria levando-os a "professarem o credo bolchevista" sob inspiração do então chefe do posto, sertanista Telesforo Martins Fontes.

A revelação foi publicada no jornal Porantim.

O jornal publica na íntegra um relatório inédito, elaborado pelo coronel Liberato de Carvalho, comandante de uma força expedicionária, composta de quase 200 soldados, enviada pelo então governador da Bahia, capitão Juraci Magalhães, para destruir a "célula comunista" no posto indígena. (Jor-

nal de Brasília — 26/09/82)

Índio Tucano dá apoio à luta dos Pataxó

Para participar do lançamento da Campanha de Defesa dos Povos Indígenas do Sul Baiano, chegou ontem a Salvador o líder indígena Álvaro Tucano, vice-presidente da União das Nações Indígenas no Brasil. Ontem à noite, ele foi ao debate sobre a “Situação dos Índios da Reserva Paraguaçu-Caramuru”, na Escola Aberta do Calabar.

Álvaro Tucano deverá procurar o Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, esta semana, para lhe pedir apoio junto aos demais bispos da região e a todos os cristãos, no sentido de que alguma coisa seja feita em favor dos índios que estão sendo ameaçados de expulsão de suas terras. Da mesma forma, entrará em contato com a Cruz Vermelha, para pedir arrecadação de alimentos, com a OAB — seção Bahia e outras entidades.

O maior crime que se pode fazer a uma nação indígena, segundo ele, é expulsá-la de suas terras: “o índio nunca foi invasor. Só quem pode tirar eles das terras é o Presidente da República e não um fazendeiro qualquer. Temos que conscientizar desde o engenheiro até o pedreiro, todo mundo”. (Jornal da Bahia — 30/09/82)

FUNAI começa a transferir índios Pataxó

A Funai iniciou na tarde de ontem a transferência da comunidade dos Pataxó Hã-Hã-Hãe que vive no município de Pau-Brasil, Sul da Bahia, para uma fazenda localizada a 25 quilômetros de Ilhéus. Segundo informações do Cimi, parte dos Pataxó decidiu permanecer na área mesmo depois de receber ameaças dos fazendeiros. O grupo que decidiu resistir à transferência está sendo apoiado por mais 50 índios que chegaram ontem à reserva Pataxó. Este grupo é dirigido pelo cacique Higinio Muniz, que em nenhum momento aceitou as propostas feitas pelo presidente da Funai, no sentido de concordar com a troca de terras. Ao denunciar a transferência dos índios Pataxó para uma área de 120 hectares (a área ocupada por estes índios tem 36,5 mil hectares, demarcada em 1936), o secretariado do Cimi classificou a medida de “ilegal”, porque, de acordo com a Lei 6.001 (Estatuto do Índio), qualquer transferência de grupo indígena só pode ser determinada por decreto do presidente da República, exigindo ainda que a nova área apresente características semelhantes às da anterior. Afirma ainda o Cimi que “essa é a mais vergonhosa transferência de um grupo indígena, pois veio unicamente para beneficiar o partido político do governo (PDS) às vésperas das eleições.” (FSP — 04/10/82)

Entidades geram “subversão”, diz o cel. Leal

O presidente da Funai responsabilizou as entidades de defesa dos índios pela resistência dos Pataxó que se recusam a sair da reserva de Pau-Brasil na Bahia. Disse que “há organizações estimulando a subversão”, afirmando ainda que a chegada de mais 50 Pataxó (um grupo que vivia fora da área) para apoiar seus companheiros “é um processo de tumulto feito por grupos”.

O cel. Leal acrescentou que, nas conversas mantidas com as lideranças Pataxó em Brasília, “foi feito um acordo para atender apenas os índios que estivessem dentro da área”. Dentro da área de conflito havia, até domingo à tarde, cerca de 400 índios. Fora da área, trabalhando nas fazendas que cercam a reserva, vivem 600 índios.

O cel. Leal garantiu ainda que “os pataxó só saem de livre e espontânea vontade, de forma pacífica e por prazo determinado”. Ele tem “certeza” de que a Justiça devolverá a terra para os índios, “dentro de menos tempo do que se espera”. (FSP — 05/10/82)

Bispo condena a transferência de Pataxó

A transferência dos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe no sul da Bahia é, “lesão radical na coesão do grupo e em seus usos e costumes”, disse dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB, antes de seu encontro com o presidente da Funai. (FSP — 07/10/82)

Pataxó: “Ganhar nossa terra ou morrer”

Se não houver uma solução judicial até o dia 20 de dezembro, os índios Pataxó vão recuperar as terras que deixaram no município de Pau-Brasil, nem que para isso seja necessário o uso da força. A determinação da tribo nesse sentido foi uma das primeiras coisas que o cacique Nelson Saracura revelou ao presidente da Funai durante a visita à fazenda Almada, onde o órgão instalou parte da comunidade no município de Ilhéus. Saracura disse que confiava na Funai e na Justiça, mas alertou que o acordo firmado com a fundação seria o último, caso as promessas não fossem cumpridas. Tanto o presidente da Funai como os funcionários da fundação não parecem duvidar que o problema estará resolvido até o final do ano. O antropólogo Claudio Romero chega a citar garantias que teriam sido dadas por membros do CSN e afirma que, durante este período, a Funai dará todo apoio aos Pataxó que foram para Ilhéus. Na fazenda Almada os índios estão instalados em 80 barracas e vão passar a adquirir alimentos e outros gêneros de primeira necessidade na cantina montada no local. Todos os índios consultados demonstraram-se descontentes com a transferência e alguns afirmaram estar preocupados com as ameaças de morte feitas pelo fazendeiros de Pau-Brasil, caso retornem à área. O líder Saracura acrescenta que “este foi o último trato. Agora é ganhar a nossa terra, ou morrer”. Os outros dois líderes Pataxó, Samado e Higinio Muniz, preferiram permanecer em Pau-Brasil, na fazenda São Lucas. (ESP — 08/10/82)

Índio denuncia violação do Estatuto pelo DPF

A PF abandonou na tarde da última sexta-feira a aldeia dos índios Pataxó no Município de Pau-Brasil, descumprindo o Estatuto do Índio que obriga o Estado a manter a sua defesa. A denúncia foi feita ontem pelo cacique Nailson Muniz que revelou estarem todos os índios que resistiram à transferência para Almada, conforme determinou a Funai, em perigo de vida, pois estão ameaçados pelos fazendeiros que se apossaram ilegalmente de suas terras. (Jornal de Brasília — 10/10/82)

Dom Avelar pede a Figueiredo para defender Pataxó

O Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, fez um apelo ontem ao Presidente Figueiredo, ao Governador da Bahia e ao Presidente da Funai, a fim de que adotem medidas em defesa dos índios Pataxó, expulsos de suas terras no Município de Pau-Brasil. (Jornal do Brasil — 11/10/82)

PF volta à reserva

Agentes da PF retornaram ontem às reservas indígenas de Paraguaçu-Caramuru, no sul da Bahia, para proteger os índios Pataxó que resistem à transferência para a estação experimental de Almada, onde já se encontra o restante da tribo. O CIMI, que deu a informação, em Brasília, afirmou que, desde que os policiais abandonaram a reserva, na última sexta-feira, os índios passaram a receber novas ameaças dos fazendeiros que vivem na região. (ESP — 14/10/82)

Antropólogos pedem à FUNAI que represente os Pataxós

O presidente da ABA, Gilberto Velho, divulgou ontem nota sobre a posição da entidade na questão dos índios pataxós,

removidos pela Funai da área que ocupavam no interior da Bahia.

É esta a nota do presidente da ABA:

“I — A ABA espera que a Funai cumpra com sua obrigação legal de tutela em relação aos pataxós;

“II — Se a Funai reconhece os direitos dos pataxós às terras em questão e resolve removê-los, depois da tentativa de fixá-los, ficam claros os limites da política indigenista do Governo Brasileiro, sujeita às pressões dos mais variados grupos de interesse;

“III — Esperamos que a Funai não só desista de lutar na Justiça para o reconhecimento pleno dos direitos dos pataxós, mas também:

“1) Não abandone nem pressione os pataxós que não desejam ser removidos, garantindo sua segurança e integridade;

“2) Identifique os verdadeiros inimigos da política indigenista que, certamente não são antropólogos, nem o Cimi, nem as comissões Pró-Índio. A Funai deve vir a público para contar porque está sendo obrigada a este recuo em relação às suas posições anteriores que, aliás, mereceram o apoio da ABA;

“3) Que mantenha um diálogo franco e aberto não só com a ABA mas com a sociedade como um todo para que possamos, inclusive, apoiá-la quando for o caso;

“4) Que não apele para acusações e rótulos fáceis que só servem para corroer as relações com grupos e pessoas honestamente empenhados na defesa dos grupos indígenas.” (O Globo — 14/10/82)

Drummond pede paz para os Pataxó

Até o poeta Carlos Drummond de Andrade — que completa 80 anos no final do mês e será homenageado em todo o País — pediu paz para os 220 pataxós transferidos à força para a localidade de Almada e, principalmente, para os 110 índios ameaçados de morte na Fazenda São Lucas, antigo posto indígena Paraguaçu, no Sul da Bahia, com o abandono da proteção da Funai e da Polícia Federal: “Por favor — disse o poeta —, deixem os Pataxós em paz, no chão que é deles e que estão querendo tomar em benefício de um partido político interessado em agradar fazendeiros”. (Estado de Minas — 17/10/82)

Missionários presos pela PF na Bahia

Os agentes da Polícia Federal que se encontram na reserva indígena de Paraguaçu-Caramuru, em Pau-Brasil, Sul da Bahia, prenderam na tarde de quinta-feira frei Elso Fabero, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o coordenador da Regional Leste do Cimi, Fábio Villas, e o agente da pastoral Cristiano Lorentz. A denúncia foi feita ontem pelo Secretariado Nacional do Cimi.

A prisão ocorreu no momento em que os missionários aguardavam os líderes indígenas Pataxó-Hã-Hã-Hãe na entrada da reserva e estes mantinham encontro com o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal que, acompanhado do antropólogo Cláudio Romero, tentava convencer os líderes Pataxó a abandonarem a reserva de Pau-Brasil transferindo-se para a Fazenda Almada, a 30 quilômetros de Ilhéus. (FSP — 06/11/82)

Índios exigem retorno das 72 famílias

Os índios Pataxó enviaram ontem ultimato ao presidente da Funai, em Brasília, exigindo o retorno até 21 de dezembro das 72 famílias que foram transferidas da área indígena de Pau-Brasil para a estação experimental de Almada, em Ilhéus, na Bahia. O emissário dos Pataxó que esteve com o cel. Leal disse que se a Funai não resolver a questão até a data fixada, os índios liberados pelo cacique Saracura voltarão sozinhos para Pau-Brasil. (ESP — 18/11/82)

Os Pataxó vão à justiça

Os índios Pataxó impetraram, ontem, mandado de segurança contra a FUNAI e União requerendo a suspensão da liminar que permitiu a transferência dos índios da área de Pau-Brasil, reivindicada por fazendeiros, para a estação experimental de Almada, em Ilhéus, Bahia. O mandado apresentado pelos advogados Paulo Machado Guimarães, Luiz Carlos Sigmarina Seixas e José Geraldo de Souza Júnior, da OAB-Brasília, defende o retorno dos índios a Pau-Brasil, “sob proteção irrestrita da Funai, Polícia Federal e das Forças Armadas”, acentuando que os índios estão submetidos a condições subumanas. Os advogados ponderam que a transferência para Ilhéus necessitaria de um decreto presidencial, conforme prevê o Estatuto do Índio. (ESP — 25/11/82)

Pataxó ganham na justiça

A Juíza da 2ª Vara Federal de Brasília concedeu ontem a liminar no mandado de segurança impetrado pelos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe contra a Funai, visando a sustar a transferência da tribo da reserva de Pau-Brasil, para as proximidades de Ilhéus (BA). Com a decisão, os 350 índios, já transferidos deverão voltar à reserva. Os índios estão em luta contra fazendeiros que invadiram a sua reserva, obtendo depois títulos de propriedade dados pelo Governo baiano. (Jornal do Brasil — 01/12/82)

Suspensa a liminar em favor dos Pataxó

O TFR suspendeu a liminar concedida pela juíza Ana Maria Tristão, em favor dos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Ao tomar conhecimento da decisão do TFR, o presidente da Funai anunciou que vai entrar com interdito proibitório contra o fazendeiro Jeder Pereira Rocha que ocupou 1.200 hectares na área do posto indígena Paraguaçu. Visivelmente constrangido com a decisão do TFR (a liminar era contra a Funai), o coronel Leal afirmou que até agora “evitei qualquer violência, mas não encontrei apoio. Não quero compartilhar com arbitrariedades e injustiças. Vamos esgotar todos os recursos jurídicos ao nosso alcance para que a Funai não passe por tutora infiel”. O coronel informou que a partir do momento em que soube da notícia de que a juíza concedera liminar em favor dos Pataxó, foi iniciada a operação de retorno dos índios. “Agora vai ficar difícil os índios entenderem o que aconteceu — disse o coronel.” Acrescentou ainda que a Funai continuará com a ação no TFR para reintegração de posse em favor dos Pataxó, que perderam suas terras para plantadores de cacau. (FSP — 07/12/82)

ANAI reage contra a decisão do TFR

“Esta decisão só pode ter como causa, pressões dos usurpadores das terras indígenas”, declarou ontem Ordep Serra, presidente da ANAI-BA, ao comentar a suspensão, pelo Tribunal Federal de Recursos, da liminar concedida pela juíza federal Ana Maria Torrão ao mandado de segurança dos índios Pataxó — que garantia o retorno da tribo à reserva primitiva, no município de Pau-Brasil, Sul da Bahia. (Jornal de Brasília — 08/12/82)

Apesar da proibição do TFR, Pataxó retomam a fazenda

Apesar de o Tribunal Federal de Recursos ter suspenso a liminar que permitia o retorno dos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe às suas antigas terras, em atendimento a pedido do governo da Bahia, os indígenas começaram a voltar à fazenda São Lucas, implantada por Jenner Rocha dentro da área da reserva indígena Caramuru-Paraguaçu. (O Liberal — 09/12/82)

Fazendeiros recorrem à Justiça para retirar os índios Pataxó

Os fazendeiros que estão disputando com os índios Pataxó

Hã-Hã-Hãe a propriedade das terras da antiga Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu, no Município de Pau-Brasil, contrataram os advogados Josaphat Marinho e Pacífico Ribeiro para defender a retirada dos índios da área em litígio. A informação foi dada ontem pelo Governador Antônio Carlos Magalhães, que, na noite de quinta-feira, reuniu-se com mais de 10 fazendeiros do Extremo-Sul durante uma hora e meia no seu gabinete do Desenbanco. À reunião, onde foram tratadas também questões relacionadas com a seca no Estado, estiveram presentes diretores da Federação da Agricultura da Bahia, que se solidarizaram com os fazendeiros. (Jornal do Brasil — 11/12/82)

UNIND pede intervenção em favor dos Pataxó

Uma intervenção federal, como está prevista no Estatuto do Índio, em favor dos pataxós, é a reivindicação dos líderes da Unind, Álvaro Sampaio e Lino Miranha. Álvaro Sampaio lembra que os pataxós foram transferidos de suas terras com o argumento de que o PDS perderia apoio dos fazendeiros da área, "mas agora as eleições já passaram e os índios voltaram, porque a terra é deles". (FSP — 12/12/82)

FUNAI desconhecia a transferência

Em nota oficial distribuída sexta-feira, o presidente da Funai, coronel Leal, esclarece que "a transferência dos índios pataxós hã-hã-hãe do Centro Experimental de Almada para o Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu foi realizada sem o conhecimento da presidência da Funai e sem a devida e necessária proteção da Polícia Federal". Na mesma nota, o coronel Leal diz ainda que, ao tomar conhecimento da cassação da liminar garantindo aos índios o retorno para o posto, tomou todas as providências junto à Polícia Federal no sentido de que esta "não permitisse qualquer saída de índios do Centro Experimental de Almada". (FSP — 12/12/82)

Tentativa de acordo entre Pataxó, ministro, governo baiano e fazendeiros

O Ministro do Interior, Mário Andreazza, e o governador Antônio Carlos Magalhães anunciaram ontem, após reunião de mais de duas horas, que existe a possibilidade de acordo entre os índios pataxós, os fazendeiros com os quais disputam terras no município de Pau-Brasil e o governo da Bahia, antes mesmo de uma decisão judicial. (O Globo — 13/12/82)

Pataxó vão ao cardeal e à OAB baiana

Uma comissão de índios pataxó hã-hã-hãe esteve ontem em Salvador pedindo apoio ao cardeal d. Avelar Brandão Vilela e à seção local da OAB, na disputa que mantém com fazendeiros do Sul da Bahia. O cacique Nailton, que chefiou a delegação, afirmou que os índios estão dispostos a fazer acordo. Só não admitem que decidam por eles, nem aceitam os seis mil hectares de terras a que a reserva pode ser reduzida nas negociações encaminhadas pela Funai. (ESP — 16/12/82)

Governo baiano quer a Justiça Federal fora do caso dos Pataxó

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia argüiu ontem a incompetência da Justiça Federal para julgar o interdito proibitório impetrado pela Funai para garantir a presença dos índios Pataxós Han-Han-Hai na sua reserva, na fazenda São Lucas, município de Pau-Brasil. Ela indicou o Supremo Tribunal Federal como órgão competente para julgar o caso, sustentando tratar-se de um conflito entre a União e o Estado. (O Globo — 18/12/82)

Pataxó: área indígena, diz o INCRA

O fazendeiro Jener Pereira não possui o certificado de cadastro rural da Fazenda São Lucas, no município baiano de Pau-Brasil, onde estão os índios Pataxó, pois o Incra considera esta uma área de reserva indígena, protegida pelo artigo 198 da Constituição, que declara a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza "que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas por silvícolas". Jener Pereira chegou a pedir ao Incra o cadastro, mas o órgão negou, alegando que a fazenda está encravada na reserva. Com isso, a Funai acha que fica claro que a área pertence aos índios pataxós, que durante vários anos viveram fora de suas terras retornando a Pau-Brasil em abril deste ano. (ESP — 22/12/82)

A seqüência do caso Pataxó em 83

No dia 26 de dezembro de 82, alguns líderes Pataxó estiveram reunidos com o presidente da FUNAI que lhes disse que a solução da questão sobre as terras da Reserva estava nas mãos da justiça. Restava esperar. Revoltados com o não cumprimento de promessas da FUNAI relativas ao fornecimento de ferramentas e sementes para o cultivo da terra e à melhoria das condições de vida dos índios na área da Reserva, os Pataxó dirigiram-se à Brasília, onde chegaram no dia 3/1/83. Nesse mesmo dia deram uma primeira entrevista coletiva à imprensa. No dia seguinte, encontraram-se com o presidente e o procurador jurídico da FUNAI. Dia 5 entregaram a D. Luciano Mendes (Secretário-Geral da CNBB) um documento solicitando o apoio da Igreja. Dois dias mais tarde, o juiz federal Lázaro Guimarães, de Salvador, concedeu liminar aos Pataxó no Interdito Proibitório interposto pela FUNAI garantindo, assim, sua permanência na área que atualmente ocupam. Essa área conhecida localmente como "Fazenda São Lucas" e que representa uma pequena parcela (1.080 ha.) da área total da Reserva Paraguaçu-Caramuru (36.000 ha.), que lhes pertence de direito. A decisão do juiz é também aqui reproduzida na íntegra. Dessa decisão o fazendeiro Jenner Pereira da Rocha e o Estado da Bahia recorreram, de modo que uma audiência de instauração de perícia técnica teve lugar em Salvador, no dia 14 de março. O juiz contará com um perito e cada uma das partes com um assistente técnico, encarregados da elaboração de um laudo antropológico sobre a situação das terras em litígio. O perito e o assistente técnico da FUNAI foram indicados pela ABA.

Paralelamente ao Interdito Proibitório, corre na Justiça Federal em Salvador uma outra ação, na qual a FUNAI pede a nulidade dos falsos títulos de propriedade sobre a área da Reserva, expedidos ilegalmente pelo Estado da Bahia. Apesar dessa medida, a posição da FUNAI (expressa na reunião do dia 3, aqui transcrita) é a da negociação nos seguintes termos: os índios deveriam abrir mão de 29.500 ha. em troca da garantia de posse definitiva sobre 6.500 ha. O órgão pressionou os índios para que aceitassem tal proposta, fazendo com que assinassem um documento nesses termos. É um documento que a FUNAI não poderia elaborar e ainda menos solicitar aos índios que assinassem.

É só um papel, como afirmam os próprios Pataxó, que não abrem mão de seus direitos à totalidade da área da Reserva Paraguaçu-Caramuru, os 36.000 ha. decretados como seus já em 1926. (Extraído do editorial da Edição Especial do Boletim da Comissão Pró-Índio — SP, fev.-mar./83.)

Tupiniquim

Câmara de Aracruz contra Andreazza

Por unanimidade de votos na Câmara Municipal de Aracruz, o ministro do Interior, Mário David Andreazza, foi oficialmente considerado pessoa não grata àquele município. O título foi aprovado devido a problemas existentes entre posseiros e indígenas na reserva tupiniquim de Caieiras Velhas. A reserva foi demarcada pelo Ministério do Interior e os posseiros, que vivem na área há mais de 15 anos, não receberam indenização e estão sendo expulsos. (Gazeta de Vitória — 20/03/82)

Índios alertam para perigo de conflitos

Pressionados pelos posseiros — que, além de venderem bebidas alcoólicas dentro da reserva de Caieiras Velhas, roubam nos preços — e ameaçados de morte pela própria polícia caso algum deles vá até à cidade de Aracruz, os índios tupiniquins estão advertindo à Funai que se não for adotada uma providência urgente, como a indenização prometida há mais de dois anos para os brancos que habitam o local, a tensão existente na área pode se transformar em uma guerra racista, de conseqüências imprevisíveis.

O estopim dessa luta é a índia Helena Sizenando, que se encontra presa em flagrante desde a noite de quarta-feira na delegacia de Aracruz, acusada de esfaquear o subdelegado de Coqueiral, sargento Jessé. A polícia invadiu a reserva e arrancou Helena do interior de sua casa enquanto o marido estava ausente. Depois de espancada e jogada pela porta no meio da rua, ela foi arrastada pelos cabelos durante alguns metros antes de ser levada presa. Os policiais, em número de 8, invadiram as casas dos tupiniquins, ameaçando-os com fuzis e metralhadoras, prendendo o agente indígena e desafiando até a polícia federal a coibir suas ações. (A Gazeta — 03/12/82)

Advogado acha que prisão de índia é ilegal

A Comissão de Justiça e Paz e a Ordem dos Advogados do Brasil seção do Espírito Santo protestaram ontem contra a prisão da índia Helena Sizenando, acusada de prática de lesões corporais no subdelegado de Coqueiral, José Batista, encarecendo ao juiz Delano Santos Câmara que exigisse a maior rapidez possível na conclusão do inquérito policial destinado a apurar a agressão para acabar com o constrangimento a que a tupiniquim, grávida de quatro meses, está sendo submetida. Segundo o advogado Sandro Chamoum do Carmo, a prisão de Helena Sizenando fere o dispositivo contido na Lei 6001, de 19/12/63, que criou o Estatuto do Índio. (A Gazeta — 04/12/82)

Delegado agredido por índia

O delegado de polícia de Coqueiral, Gessé Silva Lopes, na vizinhança da reserva dos índios Tupiniquins, no município de Aracruz, a 60 quilômetros da capital, foi atacado por uma índia tupiniquim, quando tentava prender outro índio, sob suspeita de haver atirado num carro de um funcionário da Aracruz Celulose.

O delegado sofreu um corte profundo na cabeça e outro no antebraço esquerdo, atingido por dois golpes de facão. A agressora, a índia Helena, cunhada do cacique José Sizenando, que se encontra presa na delegacia de Aracruz, alegou que o delegado correu atrás de seu irmão de revólver em punho, querendo matá-lo. Ela, ao perceber o perigo que passava o irmão, pegou o facão e atingiu o delegado. O motivo da agressão faz parte do cotidiano dos índios Tupi-

niquins, que vivem em atrito permanente com os 34 posseiros que ainda existem em suas terras. Antes da cena do delegado, os índios tinham entrado em atrito com o sueco Ford Georg Erickson, que comprou uma posse dentro do seu território. A índia disse na delegacia de polícia que ela, apesar de grávida de quatro meses, foi espancada pelos policiais incumbidos de prendê-la. (Jornal da Bahia — 04/12/82)

Cacique quer resolver conflito com posseiros

O cacique José Sizenando anunciou, ontem, que se até o final da semana não for encontrada pela Funai uma solução para resolver o crescente conflito entre índios e posseiros na reserva de Caieiras Velhas, irá com uma comissão de cinco tupiniquins a Brasília, em busca de uma decisão final para a questão. Os índios reconhecem o direito dos posseiros que ocupam a terra há mais de 20 anos e reclamam que, decorridos dois anos após a demarcação da reserva a Funai ainda não cumpriu a promessa de indenizá-los. (A Gazeta — 05/12/82)

Mato Grosso do Sul

- 1 — Guarani
- 2 — Guató
- 3 — Kadiwéu
- 4 — Ofayé
- 5 — Terena



Reivindicações, conflitos e... promessas

O ano de 1982 caracterizou-se pela movimentação mais intensa das populações indígenas no MS, principalmente nos últimos 7 ou 8 meses. Em contrapartida, houve fortes reações do órgão tutor frente às iniciativas dos índios. Constatou-se, por exemplo, a presença marcante da PF ao lado dos funcionários do órgão tutor. O novo delegado regional — empossado em dezembro, Amaury Mota é o 4.º Delegado em 7 anos —, por outro lado, iniciou seu trabalho tentando impedir o fluxo de indígenas à Delegacia sem sua prévia autorização. Afora prisões e torturas de índios, perseguições e desmandos de funcionários, uma prática antiga foi retomada neste ano por alguns chefes de postos frente a índios que lhes apresentam problemas: ameaças de transferência para a Bodoquena, o que tem causado sérios transtornos principalmente

as comunidades Guarani (Kaiowa e Nandeva).

Recentemente foi expedida uma circular pela D.R. liberando a venda de "madeira desvitalizada" nos P.Is. O problema está na aplicação dos recursos obtidos. Em algumas áreas estes serão rapidamente consumidos em "cantinas", combustível para trator, financiamento de projetos, etc., desobrigando a FUNAI de atender a estas necessidades com seus recursos orçamentários e impedindo a compra de bens duráveis para as comunidades com os recursos naturais que lhes pertencem. Além disso, a venda de madeira tem possibilitado transações ilícitas de alguns funcionários do órgão.

Os índios, por sua vez, têm insistido publicamente em suas reivindicações, pressionando a DR ou dirigindo-se diretamente a Brasília. Seus problemas não serão resolvidos de imediato, nem há uniformidade total e organização uníssona entre as diversas sociedades indígenas do Estado ou mesmo entre as diversas comunidades. O que se constata são atitudes mais críticas frente à FUNAI e a participação de um número maior de indígenas que, junto com seus líderes, protestam contra as condições em que vivem.

A vitória da oposição para o governo do Estado deverá ampliar o espaço de ação indígena no MS. Se nada ainda se concretizou formalmente após a posse do novo governo, os índios — principalmente os Terena que participaram ativamente da campanha eleitoral — esperam o cumprimento do compromisso assumido de apoiá-los.

O problema Kadiweu até hoje tem sido tratado de forma superficial e paliativa, provocando choques entre os menos favorecidos — índios e posseiros — e facilitando a ação do fazendeiro arrendatário. Este também ataca: quando se vê impossibilitado de permanecer na terra que arrendava — o número de renovações de arrendamentos bloqueados é mínimo —, passa a permitir a entrada de posseiros, acirrando assim o problema. Desconhece-se também o destino dado aos recursos gerados pelos arrendamentos. Sabe-se apenas que representam chamariz de negócios escusos já denunciados, sem maiores efeitos, por parlamentares.

A confirmação da notícia de "O Globo" sobre o Parque Indígena de Bodoquena ressurgiu como a perigosa novidade do ano. A idéia de levar todos os índios do Estado para a Bodoquena já foi ventilada anos atrás. A fonte que teria gerado a notícia no entanto não é de todo fidedigna; porém parece que muitos chefes de postos compactuam com a idéia, haja visto as constantes ameaças de transferências.

A imprensa não chegou a divulgar a movimentação dos Guarani para Brasília para a defesa de suas terras. Afora a ocorrência de invasões em quase todas as áreas demarcadas, há três grandes litígios entre os Guarani-Kaiowá, a FUNAI e os fazendeiros no MS, nas comunidades de Pirakua, Rancho Jakaré e Paraguaçu. Esta última (com cerca de 120 índios) sofreu uma transferência realizada pela própria FUNAI em 81, sob a alegação de que as terras não lhes pertenciam, contrariando a legislação e comissões enviadas anteriormente pelo próprio órgão tutor. Ficou flagrante o favorecimento ilegal do fazendeiro pela FUNAI. Para exigir a demarcação e a devolução das terras, representantes destas comunidades dirigiram-se a Brasília. Primeiro foram os de Pirakua reivindicando uma área ocupada de 1.600 ha. Voltaram com a promessa de demarcação até hoje não cumprida. Posteriormente uma comissão de quatro capitães viajou para tratar questões das mesmas áreas. Voltaram com a promessa de que Marcos Terena as visitaria e faria (novamente!) levantamento para que se iniciasse demarcação em janeiro de 83. Marcos Terena realizou a viagem rapidamente, como acontece com a maioria dos funcionários da FUNAI. Como resultado veio uma comissão de demarcação para o Rancho Jakaré, propondo uma área muito inferior à pretendida pelos

índios. Os líderes dessa comunidade não a aceitaram e retornaram a Brasília. Lá, teriam chegado a um acordo com o fazendeiro que aceitou, segundo os índios, ceder a área exigida pela comunidade, o que seria um reconhecimento de que a terra pretendida é realmente do índio. Nada resolvido, a FUNAI volta a prometer soluções de demarcação para estas áreas em 1983. (R. C. P.)

Guató

Guató morre esfaqueado

Depois de uma confusão num bar em Amolar, município de Corumbá (MS), o tuxaua Guató Celso Alves Ribeiro foi assassinado com 36 facadas. Seu corpo foi abandonado à margem do rio Paraguai, metade para dentro da água.

O trabalho do tuxaua era comprar os peixes de seu povo e vendê-los à Cooperativa dos Pescadores. Recebia o dinheiro, comprava as encomendas que lhes pediam e então retornava, demorando uma semana para iniciar nova viagem. No dia em que morreu, ele havia se deslocado do lugar da pescaria para Amolar, onde deveria fazer compra com mais três colegas. Segundo o pe. Mário Grosso, Celso fazia parte da Equipe Indigenista Missionária e “participou de todas as reuniões indígenas promovidas pela diocese, tomou parte da expedição de imunização tetânica, e esteve em Brasília com a professora Adair Palácio para pedir demarcação da terra limitada da Ilha Bela Vista, para os Guató”.

Com a sua morte, prossegue pe. Grosso, “paralisam-se todas as iniciativas do povo Guató, que como outros sonhava ter direito de possuir um lugar ao sol, neste Brasil imenso”. O crime foi no dia 20 de fevereiro, e só no dia 24 a família ficou sabendo. (Porantim — 05/82)

Os Guató

Nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, às margens do rio Paraguai, na divisa do Brasil com a Bolívia, vivem hoje algumas famílias, aparentemente caboclos da região, pertencente à tribo Guató.

Esses índios foram documentados pela primeira vez por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em meados do século XVI. Depois, o que há de mais importante sobre eles está em publicações do século XIX, assinadas por Hércules Florence e Francis de Castelnau. Mas, o primeiro estudo científico sobre esses índios é o de etnólogo alemão Max Schmidt, que visitou o Brasil três vezes — entre 1900 e 1928 — e, que, entre outros índios brasileiros, estudou os Guató.

Além de Schmidt, Roquete Pinto, Amílcar Botelho de Magalhães, Cândido Mariano Rondon, Herbert Baldus, Alfred Metraux, Visconde de Taunay, entre outros, deram alguma atenção aos Guató. Em 1936 Frederico Rondon visitou-os. O resultado dessa visita saiu em seu livro **Na Rondônia Ocidental**, publicado em 1938. Desde então, ninguém mais deu notícias dos Guató que passaram a ser considerados tribo extinta.

Do resumo dessa documentação sabe-se que os Guató eram índios canoeiros, pescadores e caçadores exímios, de índole dócil e grande coragem, e ainda agricultores eventuais.

Os Guató não se opuseram ao contacto com o branco. Eles o receberam naturalmente, afavelmente, e logo a maioria aprendeu e começou a falar português.

Em 1976, por ocasião de uma Pastoral Indigenista Salesiana realizada em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, após quarenta anos de silêncio, eles ressurgiram, a princípio discretamente, na pessoa de uma índia.

Em maio de 1978, um antropólogo enviado pela Funai para

constatar a existência desses índios apresentou relatório calculando-os em duzentos e vinte.

Os Guató podem servir de um bom exemplo de integração à comunidade nacional, emancipação completa desde cedo, aculturação progressiva e constante. Nunca tiveram a tutela do Estado. Deveriam estar tão integrados a ponto de terem desaparecido totalmente. Mas o que aconteceu a eles? A integração completa não ocorreu. Muitos dos deveres dos cidadãos brasileiros lhes foram impostos, mas a maioria dos direitos lhes foram negados. O resultado dessa emancipação vem sendo uma aculturação marginalizada com efeitos muito pouco estimulantes. A tribo Guató existe, continua sendo uma tribo constituída de indivíduos espalhados, mas ao mesmo tempo ligados por um elo tão forte que a proximidade do “civilizado” não conseguiu destruir. (Diário de Pernambuco — 18/05/82)

Guarani

Dia do Índio no MS

O Dia do Índio em Dourados (MS) não foi motivo para comemorações, mas sim para a abertura de inquérito por parte da PF que vai apurar as denúncias de dois índios guarani, acusando o chefe do posto da Funai no município, Vandelino Bravin, de ter mandado três paraguaios espancá-los na última sexta-feira. Os indígenas Eleodoro Garcete Viana e Abrão Monteiro foram violentamente agredidos no interior da reserva de Dourados, por três homens identificados como Júlio, Adolfo e Ivo Martins. Bravin colocou os índios agredidos em um veículo e os entregou à Delegacia de Polícia, informando que ambos estavam bêbados e tinham brigado entre si. Ontem, porém, os dois procuraram um jornal da cidade para denunciar o fato, apresentando ainda hematomas em todo o corpo — um deles sofreu lesão num dos olhos e pode ficar cego —, e foram encaminhados ao Departamento da PF. Vandelino Bravin é considerado um homem violento pelos índios, segundo confirmou o líder dos guarani, Cláudio de Souza. (ESP — 20/04/82)

Coronel diz saber pouco sobre índio

O Presidente da FUNAI, que deixou Campo Grande (MS) ontem pela manhã, depois de uma visita de 24 horas, admitiu conhecer pouco os problemas dos índios do MS, e assustou-se ao ser recepcionado por indígenas e representantes da imprensa, que lhe cobraram muitas explicações sobre a situação de penúria das tribos do Estado. Pressionado pelos repórteres, que lhe indagaram a respeito de vários problemas, especialmente sobre o das doenças dos índios (como a tuberculose) ele respondeu com outra pergunta: “E não existem milhões de brancos atacados pela tuberculose?” O Presidente da FUNAI também se reuniu com alguns índios e funcionários da fundação, oportunidade em que ouviu algumas reivindicações. (ESP — 18/08/82).

Índios Guarani são torturados no MS

Dois índios Guarani-Kaiowá — um deles o cacique da aldeia — acusados de roubar dinheiro do administrador de uma fazenda, foram presos e torturados com choques elétricos, segundo denúncia do Vigário da Diocese de Dourados, Frei Hugolino Becker. A notícia foi divulgada, ontem, pelo CIMI, dando conta de que Orcírio Gomes Vasques, o cacique e seu irmão, Felipe, foram torturados. Eles foram presos no dia 2, pela PF, cujos agentes informaram a seus parentes que os levariam para a delegacia da Funai em Campo Grande.

Orcírio e Felipe, porém, foram levados para a cadeia de Amambaí (MS), onde ficaram durante 15 dias comendo apenas restos da comida dos outros presos e sendo coagidos para confessar o roubo, do qual se dizem inocentes. O delegado de Amambaí, entre outros castigos, deu-lhe choque elétrico. O pedido de prisão dos dois índios foi feito pela própria FUNAI, na pessoa do chefe de posto do P.I. Amambaí, Sr. Jorge Amorim, que já foi expulso de diversas comunidades indígenas por sua má atuação. (Jornal do Brasil — 29/09/82)

Coação contra os Guarani

Suicídio de menores indígenas com idade entre 12 a 17 anos, por enforcamento ou envenenamento, entre os Kaiowá do município de Dourados (MS), vêm acontecendo com frequência conforme denunciou ontem o líder Guarani, Marçal de Souza. Essa situação decorre da pressão que a comunidade Kaiowá vem sofrendo de um Conselho Indígena formado por mestiços, paraguaios e terenas, que se constituiu numa "verdadeira polícia armada com cassetetes e revólveres", disse Marçal. Chefiado pelo mestiço terena Romão Machado, o Conselho persegue índios Kaiowá, legítimos ocupantes da área do posto.

Conforme Marçal, as arbitrariedades do mestiço Romão Machado são acobertadas pelo atual representante da FUNAI na área, o chefe de posto Vandelino Bravim. Marçal indicou ainda que os projetos de desenvolvimento agrícola elaborados pela FUNAI só têm beneficiado os indivíduos do conselho, que por sua vez já ocupam indevidamente as terras Kaiowá. (Correio Braziliense — 05/10/82)

Kadiweu

Índios atacam invasores de suas terras

Índios armados de revólveres, espingardas e até mosquetões, estão saqueando e incendiando os ranchos de posseiros que moram na reserva dos Kadiweus, na região do Bodoquena (MS). Segundo denúncias apresentadas nas delegacias de Aquidauana, Miranda e Bodoquena, o grupo é formado por cerca de 50 índios. Os agricultores consideram a situação delicada, porque a cada rancho que atacam os índios conseguem novas armas e um posseiro denunciou que "brancos mascarados" acompanharam alguns ataques. O delegado da Funai, Barbeitas, chegou sábado à Bodoquena e soube que os funcionários do posto de Tarumã fugiram com medo dos índios. Este posto é responsável pela reserva. Há alguns anos, fazendeiros começaram a criar gado no distrito de Morraria, arrendando terras a preços irrisórios, dentro da área Kadiweu, doada a esse grupo indígena na época do Império por sua atuação na Guerra do Paraguai. Outras terras, no entanto, começaram a ser invadidas por posseiros há oito anos e, hoje, estão ocupadas por seis mil famílias que plantam arroz, feijão, café, milho, mandioca, soja e batata. (ESP — 27/04/82)

Problema entre Kadiweu e colonos é antigo

O problema entre posseiros e índios, conforme denúncias feitas por deputados oposicionistas na Assembléia Legislativa, vem desde a época do antigo Mato Grosso, quando a Codemat, responsável pelas questões de terras, criou na região a colônia agrícola Arnaldo Estevão de Figueiredo. Os trabalhos para a doação das terras a colonos, no entanto, ficou pela metade, provocando a situação que é vivida hoje no local. Segundo um documento enviado ao Ministro do

Interior, em 23 de janeiro, já naquela ocasião havia problema mas entre índios e colonos, com a participação de criadores de gado da região, arrendatários da Funai e pelos próprios funcionários da Fundação. Denunciaram ainda — de acordo com o documento — negociatas entre funcionários da Funai e fazendeiros locais. (Jornal do Brasil — 30/04/82)

Demarcação da terra dos Kadiweu

Relatório fornecido ontem pelo Centro de Comunicação Social do Exército, em Brasília, divulga as atividades realizadas pela Força Terrestre na Demarcação da Reserva Indígena Kadiweu, situada no extremo Oeste do país, fronteira com o Paraguai.

Os primeiros passos para a demarcação, afirma o relatório, foram desenvolvidos através do Serviço Geográfico do Exército e de um agrimensor do DGPI (FUNAI). Os serviços demarcatórios demandaram cerca de dois anos e meio e muitos obstáculos surgiram, tais como dificuldades de acesso e problemas relacionados a posseiros instalados na área. A demarcação não foi homologada, ainda, pelo Presidente da República. (Correio Braziliense — 27/05/82)

Ameaça de parque indígena na Bodoquena

Com uma população indígena estimada em 19 mil indivíduos (das tribos Terena, Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Guató, Kadiweu e Kamba, afora remanescentes Kireikinau e Laiana) tido como um dos mais ricos arcabouços de sociedades indígenas, o Estado do MS poderá ter a médio prazo um parque indígena nos moldes do implantado no Xingu. Na reserva da Bodoquena, com aproximadamente 500 mil ha., no Sudoeste do Estado, a FUNAI está criando a infraestrutura necessária para consolidação do parque reivindicado com insistência pelos índios e entidades ligadas ao problema indigenista. A informação é do funcionário Lúcio Flávio Coelho, chefe do posto de vigilância da FUNAI na Bodoquena. Embora não haja uma determinação explícita da FUNAI com relação à futura instalação do Parque Indígena Bodoquena, as instituições indigenistas de MS não têm dúvidas de que, a médio prazo, quando os brancos deixarem a área, o parque será consolidado. Ali vivem 1.200 índios Kadiweu, os donos destas terras por doação do Império. Os defensores da criação do Parque Indígena da Bodoquena afirmam que ele poderá obedecer os mesmos moldes adotados no Parque do Xingu, abrigando índios de diversas nações, oriundos de reservas saturadas ou agredidas pela chamada população envolvente. (O Globo — 26/09/82)

Kadiweu pressionam FUNAI

Além dos pataxó, os kadiweu, que vivem na serra da Bodoquena (MS), também exigiram da presidência da Funai a imediata retirada dos 119 arrendatários que ocupam suas terras. Caso isso não aconteça, "serão expulsos à força". De acordo com informações de funcionários da 9ª DR, sediada em Campo Grande, novos arrendatários estão chegando e "os kadiweu não suportam mais esta situação". A partir da década de 40, suas terras foram sendo sucessivamente arrendadas para grandes fazendeiros de Mato Grosso. Esse arrendamento foi renovado no início do ano passado pela Funai, apesar dos protestos dos índios. (FSP — 18/11/82)

Terena

FUNAI não atende Terena

Com uma alimentação pobre em proteínas, alto índice de

desnutrição e mortandade infantil, além de uma série de doenças contagiosas, como a tuberculose, cerca de 10 mil índios Terena das reservas de Mato Grosso do Sul, vivem em 7.500 ha., assumindo um estado de desespero. A denúncia foi feita pelo índio Terena Domingos Veríssimo Marcos. Domingos levou um elenco de reivindicações e já colocou todas em pauta. Tentou apresentá-las ao presidente da FUNAI, mas não foi recebido por ele, conforme assinala documento elaborado pela UNI, entidade que ainda não foi reconhecida pela FUNAI.

Estes fatos também foram comunicados por escrito ao delegado regional da FUNAI, cel. Barbeitas, que nada fez até agora. Em relação à terra, Domingos afirma que “a própria FUNAI acha que temos muita terra, o que não é verdadeiro. Os 7.500 ha. da reserva existem apenas teoricamente, ninguém demarcou direito as terras. Além do mais, dividindo essas terras para as aldeias da reserva e descontando os pedaços de terras improdutivas, cada família não tem ao menos meio ha. para trabalhar.” (O Liberal — 15/02/82)

Terena vão à FUNAI para reivindicar

Uma comissão de índios Terena do PI de Taunay, do município de Aquidauana, a 132 km. de Campo Grande (MS), deverá ser recebida hoje pelo presidente da Funai, quando será feita uma série de reivindicações relacionadas, principalmente, a desassistida agricultura de seu povo.

Afirma o líder do grupo, Felix Pio, que não há qualquer tipo de projeto agrícola para atender as necessidades de 6 mil índios que vivem em quatro aldeias dentro do PI de Lagoinha, Morrinho, Jaraguá e Imbirucu.

Atualmente, plantam cerca de 69 ha. de arroz, milho e feijão, mas além da última safra ter frustrado, não encontram qualquer espécie de apoio da DR da Funai, não contando com implementos, verbas, e possuindo um trator semi-paralisado. (O Liberal — 18/02/82)

Índios contra Delegacia Regional

Os índios da aldeia Moreira, a 4 km. da cidade de Miranda (MS), estão dispostos a pedir a saída do atual delegado da Funai, cel. Barbeitas. Ontem pela manhã o índio terena Paulino Bagordakis chegou à Assembléia Legislativa em Campo Grande, disposto a arrumar passagens aéreas para que uma comissão da aldeia possa ir a Brasília falar com o presidente do órgão.

Segundo as denúncias, a Funai-MS não vem tratando adequadamente a causa do índio no estado. Esta é a segunda denúncia contra a DR da Funai feita este ano. Até agora o delegado da Fundação não se pronunciou a respeito de nenhuma delas. (Correio do Estado — 23/03/82)

Para os Terena, FUNAI é inoperante

“Décio Vieira, que assumiu interinamente a 9ª DR com o afastamento do Delegado Amaro Barbeitas, continua com a política de discriminação, engavetando processos que envolvem índios”. A declaração é do terena, Lulu, da Aldeia de Ipeg, no município de Aquidauana que se mostrou revoltado com a inoperância dos delegados que têm passado pela 9ª DR em Campo Grande (MS).

O chefe terena, acompanhado pelos índios Anacreto, Tibúrcio Manoel Sobrinho e Mamedi Gonçalves, todos da aldeia Ipeg, afirmaram que o atual delegado não passa as informações do que acontece com os indígenas no interior do Estado ao presidente da Funai, que esteve na Capital e ficou surpreso com os inúmeros problemas da comunidade que lhes foram revelados pela imprensa e por representantes de aldeias.

Segundo os índios, eles querem escolher seus representantes,

pois os delegados atuais estão “dançando sem direção”. “Não vejo motivo pelo qual o indígena não pode mostrar suas qualidades. A Funai precisa colocar como chefe de Posto o próprio índio e não o branco, gente que não conhece o nosso problema e não é honesto” — declarou.

O indígena insistiu na revolta contra o atual delegado da Funai afirmando que ele “continua com a mesma política do Barbeitas que não valorizava a liderança indígena”.

Outra omissão da Delegacia Regional da Funai de Campo Grande, segundo os indígenas, foi em relação ao atropelamento de um índio que ficou inválido e de outro, que no mesmo acidente teve morte instantânea. Disseram que até agora nenhuma providência foi tomada para que os responsáveis sejam punidos. (Correio do Estado — 19/08/82)

Terena faz política na oposição

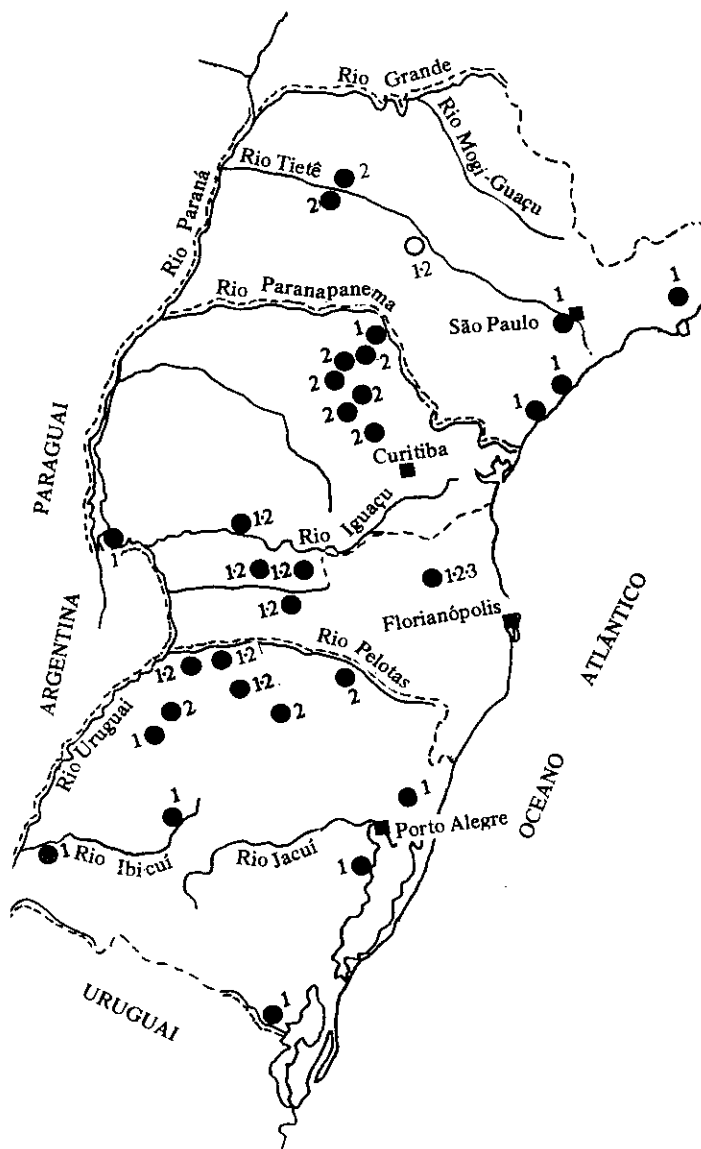
O índio Domingos Veríssimo Marcos, filiou-se ao PMDB para fazer frente e interromper a hegemonia da família Oliveira — liderada por Jair — junto a diversas comunidades indígenas Terena do Estado do MS.

Jair de Oliveira tenta a sua quarta legislatura na Câmara Municipal de Aquidauana como candidato, em princípio pela Arena, e agora pelo PDS, e segundo denúncias do próprio Domingos, “se preocupa muito mais em atender as suas próprias necessidades do que lutar pela comunidade de seus irmãos”.

Ambos são Terena, mas Domingos tornou-se um ferrenho adversário de Jair. Sua posição está plantada em um comportamento bem delineado, que procurou evidenciar durante a “Semana do Índio” realizada em 78, em Campo Grande. A partir daquele ano, Domingos Marcos consolidou sua condição de líder, e se alinhou às hostes do PMDB, partido ao qual se filiou. Já naquela época alimentava uma grande frente da ala considerada “mais autêntica” dos Terena, tendo inclusive enfrentado vários entreveros com a 9ª Delegacia da Funai. (Correio do Estado — 17/11/82)

Sul

- 1 — Guarani
- 2 — Kaingang
- 3 — Xokleng



Safra agrícola de 50 mil sacas

As áreas indígenas de Cacique Doble, Carreteiro, Inhacora, Ligeiro, Nonoi e Votouro no Rio Grande do Sul, com uma população superior a quatro mil pessoas, acabam de anunciar o resultado de sua safra em 81. Foram colhidas 50.258 sacas de produtos agrícolas, dos quais 40.250 em lavouras familiares e o restante em lavouras coletivas.

A safra resultou da execução de projetos agrícolas elaborados pela Funai, em que foram aplicados recursos da ordem de 20 milhões e 427 mil cruzeiros, sendo parte proveniente da

venda de produtos da safra anterior e 18 milhões e 377 mil cruzeiros alocados pelo órgão.

A maior produção foi a de milho, com 27.454 sacas, seguindo-se a soja, com 16.886 sacas, o arroz, com 2.545, o feijão, com 1.960 e, ainda, 723 sacas de trigo mourisco, 630 de batata inglesa e 60 de trigo. (Notícias Populares — 09/01/82)

Produção agrícola

Uma produção de 525 toneladas de grãos de milho e soja, no posto indígena Mangueirinha, e 2,78 milhões de quilos de cereal, entre milho, feijão, soja e arroz, no posto Xapecó, é o que está sendo esperado como retorno ao investimento de Cr\$ 18 milhões feito pela Funai através de financiamento de crédito rural do Banco do Brasil nos Estados de Paraná e Santa Catarina.

Paralelamente à lavoura indígena financiada pelo Banco do Brasil, índios que habitam seis outros postos indígenas no Paraná e Santa Catarina estão plantando 1.487,5 hectares de milho, 491,5 de feijão, 276 de arroz, 2,7 de batatinha e seis de mandioca, através de projetos agrícolas da Funai. (Fôlha da Tarde — 15/01/82)

FUNAI destinará 250 milhões às reservas gaúchas

As sete reservas indígenas do Rio Grande do Sul contarão, no próximo ano, com cerca de Cr\$ 250 milhões do orçamento da Funai — previsto em Cr\$ 8 bilhões — informou, ontem, o presidente da fundação, cel Paulo Moreira Leal, em entrevista após reunião com sete caciques indígenas.

As solicitações dos indígenas que incluem máquinas agrícolas e melhor atendimento de saúde, serão analisadas pela Funai para dividir o bolo (recursos) entre os índios. Acrescentou o cel. Paulo Moreira Leal que o orçamento da Funai tem que ser dividido para atender os 145 mil índios que vivem no país. Ele espera que os governos estaduais colaborem com a parte de infra-estrutura para as reservas.

Em janeiro, uma equipe da Funai retornará ao Estado para a regularização fundiária do toldo da guarita pois há dúvidas quanto ao limite da reserva. (O Liberal — 09/12/82)

Guarani

Itaipu propõe solução para os Guarani

O presidente da CJP do Paraná, Wagner Rocha D'Angelis, anunciou ontem, em Curitiba, que a Itaipu já encontrou uma solução para reassentar seis famílias índias da localidade de Barra do Ocoí, remanescentes da tribo Guarani, que terão de deixar em quatro meses as terras onde vivem e que serão inundadas pelo lago da represa. A proposta da binacional será examinada em conjunto amanhã, pela Comissão Cimi e Anai, para em seguida ser encaminhada aos índios.

A Itaipu prometeu 20 hectares restantes de uma fazenda desapropriada na região de Santa Helena, de terras agricultáveis, e mais 80 hectares na chamada faixa de segurança. Essa faixa possui 300 metros de largura, vão de Guaíra a Foz do Iguaçu e é considerada intocável, não podendo sofrer desmatamento. Na parte de terra que ocuparem, as famílias poderão, em compensação, exercer a pesca e a coleta e, além disso, estarão protegidas de invasões de brancos pela segurança da área. (ESP — 13/01/82)

Guarani precisam de local idêntico

"Se os Avá-Guarani da Barra do Ocoí forem levados para um outro local de condições diferentes do que ocupam agora,

poderão ter o mesmo fim dos Xetá que, transferidos da região de Maringá para os campos de Guarapuava onde faz muito frio, acabaram contraindo uma série de doenças e morrendo”. Quem diz isso é a antropóloga Cecília Maria Helm, da UFP, sobre a transferência dos guarani para uma área que seria cedida por Itaipu, já que Barra do Ocoí será inundada pelo lago. Para Cecília Maria, a aceitação pela Funai da proposta apresentada por Itaipu é apenas um “negócio de uma empresa para outra, deixando os índios de fora”. Para ela a Funai foi omissa duplamente: primeiro não procurando uma solução para o problema, simplesmente aceitando a única proposta que surgiu. E depois, se omitindo em analisar as conseqüências culturais para a comunidade, retirando as famílias de uma área de 1.500 hectares e colocando-as em outra com apenas 20 hectares de terra cultivável, “de onde deve sair a subsistência para 15 famílias, o que vai provocar uma desorganização da estrutura de produção”. (O Estado do Paraná — 16/01/82)

Guarani no Rio de Janeiro

A FUNAI anunciou a descoberta, no Rio de Janeiro, de um grupo de índios guaranis que ocupam, como posseiros, algumas terras a 15 quilômetros de Paraty. O Rio de Janeiro era considerado pela FUNAI, até esta semana, a única unidade da Federação onde não existiam índios. O grupo guarani é reduzido e Leal calcula que são apenas 40 pessoas. (ESP — 23/01/82)

O povo Guarani

O antropólogo Egon Schaden apontava, em 1954, 12 aldeias guarani visitadas: Bananal, Itariri, Rio Branco, Araribá (no Estado de São Paulo), Palmeirinha (Paraná); Limeira (Santa Catarina); Dourados, Panambi, Teicué, Amambai, Taquapiri, Jacareí (no sul do então Estado do Mato Grosso).

De acordo com o antropólogo Edgard de Assis Carvalho, designado pela ABA, para fazer um levantamento sobre os Guarani, a área desse grupo indígena é maior. “Há postos que combinam uma ou mais etnias, fato esse que ocorre em todos os Estados do Sul do país”. Mesmo assim, acrescenta, o levantamento da população indígena dessa região feita pelo CIMI-Sul em 1980 registra um total de 27 áreas guarani. Dessas, 17 são exclusivamente guarani e as demais combinam-se com etnias Kaingang, Xokleng e outras não especificadas no referido trabalho, perfazendo total de 1.635 Guarani/Mbyá e 453 Guarani/Ñandeva.

Hoje a população guarani, é de apenas 2.088 índios, segundo o que o antropólogo cita o trabalho “Avá Guarani”, publicado pelo CIMI/Regional Sul, Comissão Justiça e Paz/PR e ANAI/PR, lamentando que essa nação já se espalhou pelo Uruguai, Argentina e Paraguai. Trabalham em estabelecimentos agrícolas ou em parcas lavouras de subsistência localizados no interior de reservas ou em aldeias que não recebem nenhuma assistência da Funai.

A questão guarani no Paraná deverá necessariamente incluir o grupo localizado nas proximidades da foz do rio Ocoí, cujos problemas vêm adquirindo contornos mais nítidos a partir de 1975, quando o projeto integrado de colonização do Incra passou a exigir a desocupação da área sob pena de despejo imediato. Desde então, a mobilização dos habitantes indígenas da área não surtiu efeitos positivos, ainda que associações civis que apóiam suas reivindicações e mesmo partidos políticos de oposição tenham procurado interferir junto aos aparelhos de Estado no sentido de garantir o direito à terra, previsto constitucionalmente.

Em 1976, a própria Funai recebia informes sobre os desmandos que o Incra realizava na região, queimando casas de colonos, afugentando famílias de índios — que, por vezes,

acabaram emigrando para o Paraguai — prendendo, coagindo e dando prazos mínimos para que desocupassem a área.

Tratados como “vagabundos”, “bugres” e outras adjetivações negativas, o jornal se refere a 27 famílias de índios guarani “moradores antigos de uma pequena parte dos 6 mil e 500 alqueires de terra denominada “Gleba 84”. Nessa ocasião as ameaças cada vez mais explícitas fizeram com que a maior parte das famílias saíssem, permanecendo no Ocoí apenas cinco, sob o comando de Nicolau Fernandes, um suposto cacique guarani. (O São Paulo — 22 a 28/01/82)

Os Guarani do Paraná querem providência para suas terras

Em carta encaminhada ao presidente da Funai, os índios Guarani, de Foz do Iguaçu (PR), solicitam “providência imediata de destinação da nova área com igual dimensão e qualidade às que hoje possuímos”. As terras ocupadas atualmente pelos índios Guarani serão inundadas ainda este ano com a conclusão da hidrelétrica de Itaipu. Eles informam ao presidente da Funai que desde março do ano passado, “apesar de toda a movimentação, nosso problema continua sem solução”. Dizem que até agora “não houve qualquer resposta oficial e o prazo para a conclusão da represa de Itaipu está se esgotando. Com isso, nossas preocupações são ainda maiores, pois logo teremos que deixar nossa terra e até agora ninguém, Funai ou Itaipu, nos ofereceu área idêntica à que iremos perder contra nossa vontade”. Argumentam os índios que, “se temos de sair de nossas terras, queremos continuar vivendo em comunidade que somos, em área equivalente a que ocupamos hoje, e que procedem de nossos pais e avós, sem sofrermos as restrições que teremos nas áreas da Funai que já são habitadas por outros grupos indígenas”. (FSP — 09/02/82)

Defesa dos Avá-Guarani

Um encontro de consulta, com o objetivo de discutir a questão dos índios avá-guarani, que habitam a região do rio Ocoí, será promovido dia 27 próximo em Curitiba pelo Cimi.

Em reunião anterior, realizada em 27 de novembro do ano passado, deliberou-se que os Guarani deveriam oficializar o pedido de reserva à Funai, de acordo com o artigo 20 da Lei 6001/73 (o Estatuto do Índio). E que, posteriormente, em caso de omissão ou negativa por parte do órgão, o Cimi lançaria mão de recursos jurídicos para garantir a defesa dos direitos da tribo. É possível que isso venha a ocorrer agora, durante o encontro de Curitiba, com a decisão de se impetrar um mandado de segurança, com pedido de liminar, deixando-se ainda em aberto a eventualidade de uma ação popular. (FSP — 22/02/82)

Guarani do Paraná visitarão área para assentamento

Os líderes dos índios Guarani que vivem atualmente em Barra do Ocoí vão conhecer a nova área que a empresa lhes ofereceu, situada perto de Vila Santa Rosa, no município de São Miguel do Iguaçu. São 121 hectares, dos quais 40 desmatados, 60 cobertos com mata nativa e 21 — como um cinturão — pertencentes à faixa de segurança da Itaipu, que não podem ser desmatados. Após a visita, os líderes Guarani retornarão a Ocoí para reunir-se e dar seu parecer sobre a proposta da Binacional. E, se os índios decidirem que a oferta deve ser renegociada, um grupo de advogados da CJP tratará da questão com a Itaipu. Segundo o presidente da CJP, embora a proposta seja boa do ponto de vista ecológico, “resta saber se os índios a aceitarão sob o ponto de vista do tamanho”. (ESP — 20/03/82)

Índios recusam proposta

A comunidade Guarani que vive na barra do Rio Ocoí, região

a ser alagada pela represa de Itaipu, não está disposta a aceitar a proposta de transferência feita pela binacional, em reunião na última segunda-feira, e endossada por oito índios levados ao encontro pela Funai.

A proposta — terceira apresentada pela Itaipu, que está exigindo a mudança dos índios ainda este mês — prevê a realocação da comunidade em uma área de 190 hectares nas margens do futuro lago, próximo aos 250 hectares que ocupam hoje.

Os índios não estão aceitando a oferta, segundo alegaram ontem ao representante do CIMI que visitou a comunidade, “porque se sentiram enganados na reunião realizada segunda-feira, na sede da Itaipu, em Foz do Iguaçu”.

O encontro convocado pelo assessor jurídico da Itaipu, Paulo Cunha, deveria contar com a presença de representantes da Funai, Incra, Cimi, CJP e ANAI.

Por um mal-entendido de datas, as entidades que estão defendendo a comunidade guarani estariam hoje em Foz do Iguaçu, quando a reunião aconteceu segunda-feira.

Segundo relato dos oito índios presentes à reunião, “o clima foi de muita pressão”. (O Globo — 29/04/82)

Guarani vão ter nova área

As quinze famílias de índios Guarani que vivem atualmente na área do futuro reservatório da hidrelétrica de Itaipu aceitaram proposta feita pela binacional para serem transferidos para uma área de 200 hectares, situada no município de São Miguel do Iguaçu (PR). Na próxima semana, os membros da CJP vão reunir-se, em Foz do Iguaçu, com representantes do Incra, Funai e Itaipu para definir as condições da transferência dessas terras aos índios. O principal problema agora, segundo o presidente da Comissão, é que Itaipu só reconhece o direito de oito das quinze famílias indígenas sobre as terras. Além disso, a binacional já anunciou que vai titular separadamente as propriedades de cada uma dessas famílias, mas as entidades que defendem os índios pretendem que todas elas sejam tratadas como uma comunidade e recebam as terras em regime de condomínio. (ESP — 30/04/82)

Desmentido acordo entre Guarani e Itaipu

Os índios Guarani da região de Ocoí, entregaram por intermédio do Cimi, uma carta com 24 assinaturas, ao diretor jurídico adjunto de Itaipu, na qual pedem uma reunião na aldeia para discutir sua transferência das terras que ocupam atualmente e que serão inundadas pelo reservatório da hidrelétrica. Na carta, os Guarani afirmam que não querem “uma área pequena” e desmentem que tenham aceito os 200 hectares oferecidos pela Itaipu. Manifestaram-se “firmes em não aceitar” outra proposta que não a de uma área igual à que ocupam atualmente. O documento, muito curto e escrito com duas caligrafias distintas, foi entregue durante reunião com representantes da Funai, do Incra, da CJP e da Anai. Para a maioria dos participantes do encontro, o problema maior não é a extensão da área oferecida e sim os critérios que Itaipu vai adotar para realizar a transferência. Conforme o advogado da CJP, “o essencial é manter uma área indígena, sem dividi-la em lotes titulados a cada índio”. A questão do tamanho, para ele, deverá ser definida entre os índios e a Binacional, mas é preciso que Itaipu, a Funai e o Incra admitam que a área seja entregue à comunidade indígena Guarani de Ocoí, com todas as garantias constitucionais. Marés de Souza explicou que houve consenso, na reunião, sobre a proposta defendida pela CJP, e que no encontro marcado para a próxima quarta-feira, na aldeia de Ocoí, os índios e a Binacional deverão chegar a um acordo sobre a extensão das terras. (ESP — 08/05/82)

Mais Guarani beneficiados

A Funai concordou ontem em estender a todas as famílias avá-guarani da região do Ocoí o oferecimento de novas terras, em troca da área que ocupam atualmente e que será inundada pela represa da hidrelétrica de Itaipu. Com isso, a Fundação deixará de considerar um controvertido laudo antropológico elaborado em 1981, no qual apenas cinco famílias eram apontadas como apresentando caracteres de indianidade.

A decisão foi tomada durante a reunião mantida por representantes da entidade com diretores da empresa Itaipu Binacional e membros da CJP, Cimi e Anai, para o acerto de detalhes com relação à transferência do grupo avá-guarani. Os primeiros entendimentos indicam também a possibilidade de ampliação da área inicialmente oferecida — 200 hectares no município de São Miguel do Iguaçu — e a concordância das entidades em que os títulos individuais já preparados deverão ser anulados pelo Incra, passando as terras, por serem propriedade da União, de forma coletiva para a comunidade avá-guarani, sob a administração da Funai. Por outro lado, ficou acertado que a Itaipu Binacional pagará aos índios as benfeitorias da área de 50 hectares que hoje ocupam. (FSP — 08/05/82)

Finalmente, acordo entre grupo Guarani e Itaipu

Os índios Guarani de Barra do Ocoí (PR) e a Itaipu Binacional finalmente chegaram a um entendimento para a transferência da tribo, que deve deixar em 90 dias as terras onde vive atualmente e que serão inundadas em outubro pelo lago da hidrelétrica. Um acordo de reassentamento foi firmado na comunidade indígena, após uma reunião dos líderes tribais com representantes da Itaipu, Funai, CJP e Cimi. Os Guarani vão ocupar uma área de 253 hectares, distante 4,5 quilômetros de Vila Santa Rosa, no município de São Miguel do Iguaçu. Do total, apenas 40 hectares são desmatados, sendo o restante de matas nativas, com aproximadamente 21 hectares dentro da chamada faixa de segurança próxima ao lago. Segundo o acordo, a área ficará em nome da União e será destinada com exclusividade às famílias. Esse acordo reconhece ainda como Guarani todas as 16 famílias (71 pessoas) que vivem atualmente em Ocoí. (ESP — 14/05/82)

Sobrevivência de Guarani ameaçada

Na pequena aldeia de índios Tupi-Guarani, embrenhada no sertão da serra do Mar, 30 quilômetros ao Norte do centro urbano de Ubatuba, vivem 40 índios vindos de Itariri — Sul do litoral paulista —, de Barra do Una — em São Sebastião —, do Interior de São Paulo, do Paraná e até mesmo do Rio Grande do Sul.

Vivendo da coleta de palmito que vendem todos os sábados na feira-livre de Ubatuba, do cultivo do feijão, mandioca, cana-de-açúcar e banana, eles já sofreram uma ação de despejo há três anos, que acabou sendo revogada.

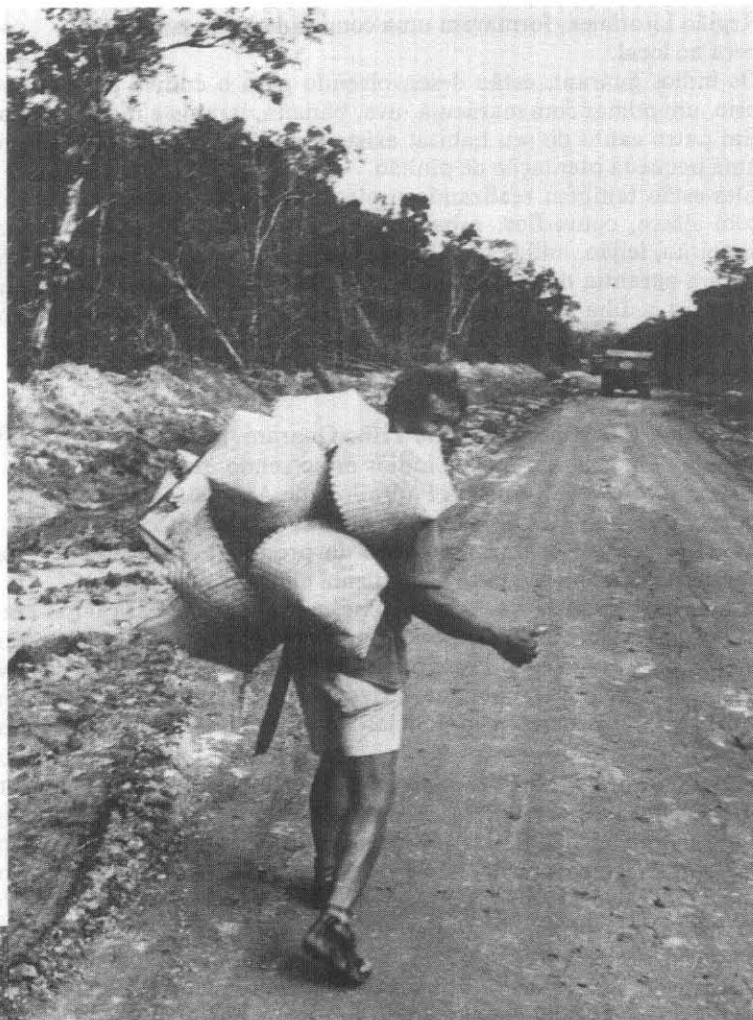
Atualmente a área do taquaral, onde recolhem a matéria-prima para seu artesanato, também está em disputa judicial, sendo reivindicada por particulares que se dizem donos destas terras. O local chegou a ser cercado com arame farpado, retirado pelos índios. E é exatamente onde se encontra o taquaral que nasce a vertente responsável pelo abastecimento de água potável a todas estas famílias. Sem água e sem matéria-prima para sua subsistência, a aldeia dos índios do Prumirim está fadada a desaparecer. (ESP — 06/06/82)

Índios Guarani cultivam hortas

Na Ilha da Cotinga, na Baía de Paranaguá, cerca de aproximadamente 40 índios guarani, procedentes de Santa Catarina, e que vivem e trabalham em completo anonimato na

A especulação imobiliária que, nos últimos anos, tomou conta do litoral norte do Estado de São Paulo atingiu em 82 um importante aldeamento Guarani. Depois de aberta uma estrada de acesso para o sertão de Barra do Una os índios Guarani da aldeia de Silveira foram ameaçados de despejo pela imobiliária Fator, que pretendia lotear a área ocupada pela aldeia, e pelo dono de uma rede de supermercados de Santos, que começou a retalhar as matas dos índios com picadas.

(fotos Vincent Carelli/CTI)



Região Litorânea, formaram uma comunidade bastante próspera no local.

Os índios guarani, estão desenvolvendo para o cultivo próprio, um pomar com maracujá, uva, banana, laranja e maçã. Em outro canto do seu habitat existem mudas de café e até uma pequena plantação de pinhão.

Eles estão também realizando o plantio de hortas caseiras, com alface, couve-flor, rabanete, nabo, cebola, beterraba, almeirão, feijão, milho, cana-de-açúcar e aipim.

Para a garantia da sua subsistência, os índios Guarani que habitam a Ilha da Cotinga realizam trabalhos artesanais, todos em cipós. (O Estado do Paraná — 26/09/82)

Guarani expulsos de Peruíbe

O cacique Auá Nimbodjere, da Tribo Guarani, põe a boca no mundo denunciando que os índios estão sendo expulsos, na marra, da Reserva Indígena Padre José de Anchieta, em Peruíbe, lugar onde estão as terras doadas à família Samuel. Auá Nimbodjere chama a atenção do presidente da República, João Figueiredo para o problema e informa que já tem famílias expulsas dali passando fome, abrigadas na Casa do Índio de Itanhaém. E ele pede que o governo socorra essa gente que a Funai está desamparando. Voltar às terras indígenas, ter lugar para plantar e viver é tudo o que eles, os índios guaranis desejam. (Notícias Populares — 06/10/82)

Guarani de São Sebastião ameaçados de expulsão

O capitão da PM Homero Santos e Joaquim Feliciano da Silva Neto há cerca de 40 anos lutam na Justiça, disputando 252 alqueires de terras às margens do rio Silveira, sertão do Una, em São Sebastião. Só que os dois nunca chegaram a ocupar essas terras, habitadas há três gerações por uma comunidade de índios guarani, que agora rezam diante da ameaça de ver a sua aldeia destruída pela construção de cinco mil casas de veraneio, como prevê projeto imobiliário da empresa Sapor Construtora.

A ameaça aos índios — cerca de 30 pessoas — concretizou-se quando a Justiça deu ganho de causa a Joaquim, intimando os atuais habitantes da região a abandoná-la, sob a alegação de que eles teriam ido ocupar essas terras já no início da década de 50, a convite de Homero Santos.

Contra os efeitos dessa ação, os advogados Dalmo de Abreu Dallari, Carla Antunha e Marco Antonio Barbosa — que defendem a comunidade indígena — já entraram em juízo com uma ação de embargo de terceiro possuidor. Lembra Barbosa que a própria Constituição Brasileira é muito clara em seu artigo 198: “As terras habitadas pelos índios são inalienáveis, ficando declarada a nulidade de qualquer efeito jurídico que incide sobre território indígena”.

A isso a educadora Maria Inês Ladeira que, junto com os advogados, há cinco anos trabalha no CTI, acrescenta a importância da manutenção dessa comunidade por suas estreitas relações econômicas e sociais mantidas com os outros sete núcleos espalhados pela Grande São Paulo e Litoral: “A ameaça que paira sobre uma comunidade indígena estende-se a todas as outras”, diz ela.

Tão forte é essa relação que a possibilidade de expulsão dos índios de rio Silveira já repercutiu fortemente entre os guarani: Cambá, ou José Fernandes Soares, cacique geral de toda a comunidade Guarani, deixou sua habitação nas bargens da represa Billings e, acompanhado de alguns companheiros, foi juntar-se aos índios do sertão do Una.

Além da possibilidade de expulsão, entretanto, os índios temem também a presença da Funai em sua aldeia, segundo expressou o atual cacique do rio Silveira, Fidélis:

— Eu sei que os índios moradores no posto da Funai em Peruíbe estão passando fome, alimentando-se de banana e

café, e, nem podem receber visita de seus amigos. Aqui nós somos livres, vivemos felizes e nossas crianças são fortes e saudáveis. Quando, na década de 50, nossos pais e avós vieram para este sertão, já havia outros índios morando aqui, e nunca tivemos problemas nessas terras.

O juiz Pedro Vicentini, da Comarca de São Sebastião, garantiu que, no momento, não paira nenhuma ameaça judicial contra este grupo indígena, já que o mandado de reintegração de posse contra Homero Santos não será cumprido antes que sejam apreciados os embargos interpostos pelos próprios índios. (JT — 25/11/82)

Kaingang

Índios temem invasão de terras em litígio

A disputa pela posse de uma área de 3.707 alqueires localizada no Sudoeste do Paraná, envolvendo a Funai, a Madeireira Slaviero e o comerciante Jone Rodrigues Lima, acabou levando o procurador-geral da Funai a viajar no fim de semana para a Reserva Indígena de Mangueirinha com a finalidade de convencer os líderes Kaingangues a não invadirem nem reagirem armados contra eventuais invasores de terras. Há informações de que ultimamente o cacique Ambrósio dos Santos — sobrinho do ex-cacique Ângelo Cretã — e outros líderes da comunidade indígena passaram a rondar a divisa da reserva armados e com o pretexto, conforme eles próprios alegaram, de caçar. Os Kaingangues não negaram porém, o fato de estar contrariados com a liminar do TFR que favoreceu o comerciante Jone Rodrigues de Lima. Os índios argumentam que Jone, beneficiado pela decisão do TFR de exercício pleno da posse de 9 mil hectares na região, está ultrapassando os limites estabelecidos e invadindo a área indígena. (ESP — 26/01/82)

TCU absolve agente demitido e acusa a FUNAI de relapsa

Enfatizando que, depois de analisar cuidadosamente o processo de tomada de contas especial do chefe do Posto Indígena de Nonoi, Lídio Della Betta, demitido pela FUNAI, sob a acusação de irregularidades, havia chegado à conclusão de que, se irregularidade houve no caso, a culpa deve caber exclusivamente à FUNAI. O Ministro João Nogueira de Rezende, do TCU, determinou o arquivamento do processo de tomada de contas do referido servidor, acusado de ter empregado indevidamente a quantia de Cr\$ 274.653,87, decorrente da venda de uma colheita de soja, plantada pelos indígenas do posto.

Para o Ministro João Nogueira de Rezende, a FUNAI, para minimizar o problema, reduziu o mesmo à simples demissão de seu empregado, quando deveria ter tomado as providências que o caso requeria e pago as dívidas do posto, sob cujas atividades andava inteiramente alheia e omissa. (O Dia — 05/02/82)

Índios fazem criação de peixes

Dentro de nove meses, os 74 índios Kaingang e Terena da reserva de Icatu, no município de Braúna, na região noroeste do Estado de São Paulo, estarão se alimentando com peixes, criados por eles mesmos, numa lagoa artificial de 9 mil metros quadrados, construída pela Funai.

Há poucos dias, a estação de piscicultura da CESP forneceu à 12ª delegacia da Funai, sediada em Bauru, cerca de 5.000 alevinos (filhotes de peixes), que foram lançados na lagoa da reserva de Icatu e vêm sendo tratados pelos próprios índios.

genas. O chefe do posto de Icatu, Nilo Paulo Moras, e um grupo de indígenas, foram orientados por técnicos em piscicultura da CESP, sobre a criação de peixes. “A lagoa foi povoada com tilápias do Nilo, carpas e curimbatas, peixes saborosos e fáceis de serem criados”. (O Povo — 15/03/82)

BNH vai financiar casas para índios

Depois de se beneficiarem com a possibilidade de obtenção do crédito rural, as comunidades indígenas com maior grau de aculturação do País poderão ingressar num programa habitacional — o Protaba — que o ministro do Interior, Mário Andreazza, anunciará durante as comemorações pelo Dia do Índio, no próximo dia 19 de abril.

A idéia nasceu após uma viagem do presidente da FUNAI às comunidades indígenas Guarani e Kaingang, de Rio das Cobras (PR). Ele observou que estes índios já praticamente se integraram à comunidade nacional porque têm uma boa produção agrícola, comercializam-na por meio de cooperativa e moram em casas semelhantes às dos colonos do Paraná. (Notícias Populares — 20/03/82)

E os Kaingangue comemoram

Com uma alvorada festiva, 650 Kaingangue, reunidos na reserva de Votouro, no município de São Valentim, a 50 quilômetros de Erechim, deram início às suas festividades pela passagem do Dia do Índio. As festividades dos indígenas foram mais entusiasmáticas este ano em Votouro, pela inclusão no programa da entrega à comunidade de duas obras, uma igreja e um salão de festas, em que foram investidos mais de dois milhões de cruzeiros. Esta igreja católica será atendida pelo pároco da localidade de Benjamin. Oportunamente, também com o apoio da prefeitura de São Valentim, Funai e da própria comunidade, será construída uma igreja da Assembléia de Deus. (Zero Hora — 20/04/82)

Kaingang ameaçados de morte

O delegado regional da Funai no Paraná, vai pedir ajuda à PF para garantir a segurança da comunidade indígena de Toldo Chimbanguê, no município catarinense de Chapecó, onde vivem 18 famílias kaingang, que estão sendo ameaçadas de morte pelos colonos. Os índios de Toldo Chimbanguê possuíam no passado 80 colônias de terras, equivalentes a 2 mil hectares. Essa área acabou sendo irregularmente titulada pelo Estado de Santa Catarina, em nome do espólio da Baronesa de Limeira. Muitos dos membros da comunidade indígena, já foram ameaçados para deixar as terras dentro de apenas algumas semanas. A Funai resolveu também acionar o departamento jurídico do órgão em Brasília, para tentar recuperar as terras dos índios. (ESP — 17/06/82)

Kaingang: continua luta por terra...

Os índios kaingang e colonos que vivem na reserva Iraí, em Santa Catarina, e que estão brigando pela posse da área que ocupam, decidiram aguardar até terça-feira o resultado do levantamento que a Funai está realizando na área. O delegado do órgão fez uma representação à Justiça de Chapecó pedindo a adoção de medidas preventivas para evitar que ocorram violências na área, onde vivem 18 famílias de kaingang. Elas continuam afirmando que suas terras foram ilegítimamente tomadas por agricultores da região, e ontem foram a Florianópolis pedir o apoio do presidente da OAB, seccional de Santa Catarina. As terras reivindicadas pelos índios, num total de cem hectares, ficam perto do rio Irani. Segundo eles, foi a partir de 1945 que o agricultor Gioconto Trentin começou a vender estas terras, que antes chegavam a dois mil hectares. No entanto, com as vendas que consideraram ilegais, os índios perderam as terras e hoje vivem como

agregados dos agricultores. O advogado após ouvir os indígenas, disse que a OAB “pode dar apoio e pressionar as autoridades para que façam com que os direitos dos índios sejam respeitados, isto é, a posse das terras que são deles lhes seja assegurada”. (ESP — 18/06/82)

Disputa entre Kaingang de Votouro expulsa 15 famílias

O índio Antônio Pedroso, da reserva de Votouro, veio a Porto Alegre depois de telefonar para a ANAI, a fim de apresentar denúncia junto ao delegado regional da Funai, Antonio De Toni, contra as atuais lideranças indígenas daquela reserva, além da direção do Posto, atualmente a cargo de Renato Borges Padilha.

O problema em Votouro é antigo, tendo-se acirrados os ânimos nos últimos três anos, com perseguições constantes contra a família Pedroso, graças à disputa pela madeira da reserva, cuja venda é proibida, embora informalmente se saiba que ela é derrubada e contrabandeada por fora da área, ora com a conivência de alguns caciques, ora dos próprios representantes da Funai.

A nova denúncia de Antônio Pedroso prende-se agora à expulsão de 15 famílias, entre cunhados, pais, irmãos, tios e primos seus, que ante o clima de pressão, abandonaram suas terras, num total de 12 alqueires, classificadas como “das melhores na reserva indígena”, deslocando-se para a reserva de Nonoai, onde foram acolhidas pelo cacique José Lopes, que inclusive providenciou-lhes novas casas e está lhes destinando uma área de terra, embora não tão produtiva quanto a que foram obrigados a abandonar em Votouro. (Correio do Povo — 09/07/82)

Índios ganham reintegração

O juiz federal Haroldo Vidal Correia determinou a reintegração de posse aos índios Kaingang do PI Barão de Antonina, no Paraná, de uma área de 3.571 ha., invadida por fazendeiros e colonos que há vários anos formaram a localidade de São Jerônimo da Serra. O juiz julgou, em primeira instância, a ação possessória iniciada pelo extinto SPI há 17 anos. A área que esteve em litígio todos esses anos faz parte da reserva de 4.914 ha. demarcada e titulada pelo governo do Paraná em 1955, para as comunidades indígenas da região. Ela foi doada aos índios em 1859, pelo Barão de Antonina, e encontra-se registrada no Cadastro de Bens da União no Estado do Paraná. (ESP — 24/07/82)

Kaingang candidato do PDS

“Eu não sou bugre, sou índio. Bugres são os que vivem por aí vendendo balaio e tomando cachaça”. Normalmente é esta a resposta do índio caicangue Domingos Ribeiro, candidato a vereador pelo PDS de Miraguai, na região celeiro, quando o chamam de Bugre. No município existem 2.825 eleitores e recentemente foram qualificados aptos para as eleições os 408 indígenas da reserva da Guarita, chefiados por um cacique que já deu o apoio a Ribeiro.

Ele não quer saber de conversa com os partidos da oposição. No início do ano o cacique pedetista Juruna andou por lá, tentando arrebatar os índios da Guarita para o toldo do PDT. Ribeiro puxou da memória um sólido argumento para não adentrar o gramado pedetista: ele e seu povo perderam o toldo do Inhacorá, na região de Santo Augusto quando Leonel Brizola era governador do Estado. As terras foram desapropriadas e vendidas a particulares, fato que deixou os caicangues com a memória muito acesa. (Zero Hora — 25/07/82)

Em terras indígenas

O presidente do Instituto de Terras e Cartografia, Joaquim

Severino, garantiu ontem que, dos 95 posseiros que ocupam atualmente parte das terras dos caingangues em São Jerônimo da Serra, só ficarão no local alguns pequenos agricultores, que terão no máximo dez hectares cada. Os posseiros, que hoje ocupam 1.583 dos 4.914 hectares do Posto Indígena de Barão de Antonina, ocuparão o menor espaço possível da área indígena. E só ficarão os posseiros que comprovem morar no local há 40 anos, como ocorre com alguns deles. (O Estado do Paraná — 04/08/82)

Antropóloga condena descaso com índios

Antes de participar de uma reunião do CTI-SP, a representante da ANAI de Ijuí, antropóloga Lígia Simoniam, voltou a denunciar a transferência praticamente compulsória dos índios da reserva de Votouro para Nonoai. Segundo ela, há quase um mês 21 famílias kaingang encontram-se acampadas na reserva de Nonoai, próximo à Vila Alegre, sem que a Funai decida sobre sua situação, e alguns índios já ameaçam se retirar para cidades como Erechim, Passo Fundo, caso não recebam apoio em tempo.

Lígia Simoniam afirma que “mais uma vez é preciso esclarecer a atuação da Funai, que não vem atendendo a contento a população indígena e é um órgão estatal que tem, no mínimo, a obrigação de cumprir a legislação vigente e que manda atender aos indígenas quando estes já se encontram em situação precária, pois o dia-a-dia do índio, suas necessidades como demarcação de terras, atendimento adequado à saúde, escolarização, é deixado de lado”. Segundo a antropóloga, já se passou um mês que os índios de Votouro foram transferidos para a reserva de Nonoai e já está passando o período do preparo da terra, inicia-se à época do plantio, e eles ainda se encontram sem condições efetivas de trabalho. Lígia desabafa: “Já faz algum tempo que se conhecem as áreas indígenas e entra ano e sai ano, aprovam-se projetos e as condições de produção de alimento dos indígenas não estão melhorando”. Inclusive, nos últimos anos, segundo Lígia, está havendo uma tendência de integração do índio no sistema bancário, a própria Funai se encarrega de documentar o índio e inscrevê-lo no Banco do Brasil para que possa fazer empréstimos: “Justamente agora, quando os pequenos e médios produtores estão questionando o atrelamento ao banco devido aos juros altos que acabam se transformando em dívidas impagáveis”. (Zero Hora — 12/08/82)

Índios contra o candidato que quer suas terras

O presidente do núcleo gaúcho da Anai, advogado Júlio Gaiger, exigiu providências, ontem, da cúpula regional do PDT contra a campanha do candidato a vice-prefeito de Nonoai, Oli Brighentti que está ameaçando os índios de expulsão da reserva de Nonoai, para que seus 14 mil ha. sejam distribuídos a agricultores brancos.

Irritados os membros da tribo (Caingangues), já expulsaram da reserva o índio Luís Emílio, candidato a vereador pelo PDT, que, segundo Júlio Gaiger, estava apoiando a propaganda eleitoral do candidato a vice-prefeito em detrimento da comunidade nativa, o que foi considerado uma traição. Os representantes da reserva — Mário da Silva Refe-I Fernando Elias Fini-I e Adelino Lopes Xeta — estiveram, ontem, na capital apelando por uma solução. (O Liberal — 24/08/82)

PMDB vai investigar a denúncia da ANAI

O secretário geral do PDT no Rio Grande do Sul, deputado Carlos Augusto de Souza, classificou como da maior gravidade a denúncia feita pelo presidente da ANAI de Porto Alegre, Júlio Gaiger. No ofício entregue ao líder pedetista, a ANAI relata como está se processando a campanha elei-

toral do candidato a vice-prefeito de Nonoai pelo PDT, Oli Brighentti, cuja plataforma política se baseia na promessa de que se for eleito, entregará a área indígena de Nonoai aos agricultores não-índios.

Carlos Augusto de Souza afirma que o partido não tinha conhecimento desses fatos e agora deverá investigar a denúncia já que, segundo ele, “o comportamento do candidato a vice-prefeito de Nonoai é inqualificável e injustificável. A prática dele não tem nada a ver com nosso partido e vamos tomar providências imediatas para que esse tipo de conduta cesse”. (Zero Hora — 25/08/82)

Liminar dá gleba a índios

Os índios Kaingang do Toldo do Chimbanguê, município de Chapecó, Santa Catarina, foram beneficiados por uma decisão da 1ª Vara Cível de Chapecó que lhes concedeu liminar garantindo a reintegração da posse de uma gleba da qual tinham sido expulsos pelo colono Vitório Peccini, com quem firmaram contrato de parceria que só vencerá em dois anos e meio. Os índios foram expulsos de suas terras por jagunços armados, segundo informou, em Brasília, o Cimi. Nos últimos meses, os Kainganges realizaram o levantamento de antigos documentos para provar a posse imemorial do Toldo Chimbanguê, do qual foram excluídos a partir de 1945 por colonos. (ESP — 15/12/82)

Xokleng

Índios de Ibirama reclamam providências

Os índios Antônio Caxias Popó (Cacique), Edu Priprá e Vetcha Venhacan Teié, líderes dos Xokleng, os chamados índios puros e que em torno de 40 famílias se acham localizados na serra do Bugio, dentro da Reserva Duque de Caxias, em Ibirama, estiveram em Florianópolis esta semana fazendo uma série de reivindicações.

Estiveram com o antropólogo Silvio Coelho dos Santos, na UFSC, com o acadêmico Nilton Beck, presidente da ANAI, Seção de Santa Catarina, com o diretor do DNOS, Aurélio Carlos Remmor e finalmente na Assembléia Legislativa com o deputado Álvaro Correia, presidente da Comissão Parlamentar que cuida dos problemas dos índios de Ibirama. Os indígenas disseram que a maioria dos índios puros da Reserva, os Xokleng ou Botocudos como queiram já se encontram em torno de 40 famílias localizados na serra do Bugio, para onde começaram a ir há 3 anos por indicação do antigo Delegado da FUNAI em Curitiba, José Carlos Alves. Disseram ainda que lá forma uma comunidade de mais de 200 pessoas e que vivem sem nenhuma assistência da FUNAI, pois inclusive construíram às suas expensas uma escola e uma enfermaria que até hoje não funcionam por falta de condições e de atendentes. Revelou ainda o Cacique Popó, que a Funai autorizou madeireiras a retirada de 1.461 metros cúbicos de madeira do Bugio, sem dar explicações, fato esse que tem causado insatisfação entre os índios que lá residem, porque a eles tem sido negado o direito de derrubar e vender madeira da Reserva.

Outro assunto para o qual os índios pediram providências é para a situação do índio Elizeu Caxias Popó, condenado a 16 anos de prisão e que se encontra no momento cumprindo pena na penitenciária de Florianópolis, como autor da morte de um cidadão em Ibirama há uns 3 anos.

Segundo o Estatuto da Funai, o índio não pode ser condenado nem preso por ser tutelado, devendo merecer outro tipo

de castigo quando transgredir a lei. (Jornal de S. Catarina — 29/01/82)

Deputado acusa interesses

Segundo o deputado Álvaro Correia (PMDB), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, que trata de questão dos índios de Ibirama, onde se localiza a maior reserva indígena do Estado, a situação dos índios em Santa Catarina, especialmente os da reserva Duque de Caxias, em Ibirama, “melhorou um pouco” após a intervenção da CPI que preside. “Mas a sua condição de vida ainda é miserável, sendo constantemente envolvidos em intrigas e jogados uns contra os outros por causa de interesses que os brancos têm naquela área, principalmente a madeira, cujas espécies, como a canela sassafrás, têm um grande valor de comercialização”. (Correio do Povo — 16/04/82)

FUNAI destina área para índios venderem madeira, em Ibirama

A FUNAI liberou uma área de 50 hectares para que os índios Xócklengs façam o desmatamento e vendam a madeira, utilizando o dinheiro em benefício próprio. O deputado estadual Álvaro Correia esteve ontem pela manhã na Reserva Indígena Duque de Caxias, em Ibirama, onde fez a entrega de material escolar e duas dúzias de enxadas e foices que anteriormente haviam sido solicitados a ele, pelos próprios índios residentes na 2ª aldeia da reserva no Morro do Bugio. (Jornal de S. Catarina — 01/10/82)

Questão de terras e ações judiciais

Ligia Simonian (*)

Um dos impasses mais cruciais enfrentados pelos indígenas do Sul do Brasil decorre da política fundiária vigente e de um projeto muito específico, ligado à idéia de que os índios têm terras “sobrando”, sendo portanto lícita a expropriação de suas reservas. Por suas terras serem consideradas “Patrimônio da União”, estradas, barragens, aeroportos são nelas construídos reduzindo-lhes parcelas significativas.

A Funai permanece como mera expectadora, procedendo do mesmo modo em relação aos índios sem terras ou que as perderam ao longo do processo expropriatório. A imprensa deu um espaço muito pequeno a toda esta realidade, deixando, inclusive, de abordar outras problemáticas igualmente definitivas para as populações indígenas, tais como a dominação cultural e política, as precárias condições de saúde e de sobrevivência em geral.

No que se refere à luta dos Guarani de Ocoí, a imprensa ressaltou a necessidade de busca de assessoria jurídica fora dos quadros da FUNAI, mais precisamente, junto à CJP do Paraná. A atuação da ANAI/PR e do CIMI-Sul foi também importante, principalmente na discussão em torno do uso dos chamados critérios de indianidade propostos pela FUNAI e manipulados pela Binacional Itaipu, no momento da definição do “quantum” em terras seria destinado aos índios por ocasião da “transferência compulsória. Por estes critérios, apenas 8 entre 16 famílias receberam terras, que, em princípio, seriam tituladas por família; a arbitrariedade de um tal posicionamento fica evidente. Foi noticiada pela imprensa a firmeza dos índios de Ocoí ao não aceitarem a proposta da nova reserva que teria apenas 200 hectares, conforme determinação da Binacional Itaipu. Ante pressões

sistemáticas das comunidades indígenas ficou acertado que receberiam 253 ha., uma área a ser ocupada comunitariamente; deste total, apenas 40 ha. estão desmatados.

Em Chimbangue, a luta pelo reconhecimento de um território usurpado foi impulsionada no ano que passou. Ameaçados de morte e de serem expulsos das pequenas posses que mantêm os Kaingang de Chimbangue passaram a pressionar a FUNAI, que finalmente entrou com ação na justiça visando a manutenção da posse. São ao todo 18 famílias que possuíam cerca de 2.000 ha. de terras usurpadas após terem sido tituladas em nome do espólio da Baronesa de Limeira. A pretensão dos índios está sendo questionada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, que alega dispor de farta documentação em favor dos agricultores radicados nas terras indígenas; por outro lado, o CIMI-Sul e a Pastoral da Terra empreenderam um amplo levantamento que evidencia os reais direitos indígenas à gleba de terra em litígio. Após meses de luta junto à justiça, finalmente a decisão da 1ª Vara Cível de Chapecó foi favorável aos indígenas, ao conceder liminar de reintegração de posse relativa a uma gleba de onde foram expulsos, com o auxílio de “jagunços”. Esta vitória, apesar de parcial, é da maior importância para a continuidade da luta dos Kaingang de Chimbangue.

Já em Mangueirinha, a FUNAI tem atuado no sentido de tentar manter a “ordem”, uma ordem que contraria os interesses dos Kaingang expropriados. O procurador-geral da FUNAI viajou para a reserva com o objetivo de sustar a mobilização dos índios. O ESP noticiou os momentos de tensão vividos pelos Kaingang após liminar do Tribunal Federal de Recursos, favorável ao comerciante Jone Rodrigues de Lima. Organizados e liderados pelo cacique Ambrósio dos Santos, os Kaingang de Mangueirinha vigiam as divisas, pois estão sendo invadidas pelos comerciantes antes referidos. A FUNAI estaria, apesar da liminar concedida, tentando reconquistar as terras perdidas pelos indígenas.

Um espaço reduzido também foi destinado pelo jornal ESP para informar sobre a situação das terras dos Kaingang da reserva indígena de Barão de Antonina, no Norte do Paraná. Recentemente, a Justiça Federal determinou a reintegração de posse dos Kaingang dessa reserva. Há dezessete anos que os Kaingang vinham reivindicando uma área de 3.571 ha. invadida por fazendeiros e colonos. A ação impetrada pelo extinto SPI, foi julgada ainda em primeira instância.

Já a imprensa gaúcha dá um tratamento mais diversificado à realidade indígena, mas se limita a notícias de caráter reduzido e meramente informativo. Neste sentido a programação do “Dia do Índio”, a demarcação de terras por equipes do exército, denúncia sobre os desmandos da FUNAI, o aliciamiento de lideranças, educação bilíngüe, participação de Juruna no lançamento do livro O Gravador do Juruna, o projeto Pró-Taba/BNH, dentre outros, foram temas trabalhados de modo superficial pela imprensa. Dando um tal tratamento às notícias, os jornais gaúchos sequer tiveram a possibilidade de desvirtuar as informações divulgadas, o que comumente acontece.

(*) Advogada e antropóloga, leciona na FIDENE (Ijuí-RS) e é membro da ANAI local. Desenvolve pesquisas e atividades de apoio há vários anos entre os Kaingang do RS.

Movimentos de Organização Indígena

CIMI retém verba doada a índios, acusa Terena

A remessa de Cr\$ 2 milhões, por parte da organização alemã “Misereor”, para a Unind, através do Cimi, tornou pública uma divergência existente há cerca de um ano entre os missionários e o atual presidente da Unind, Mariano Marcos Terena. Os missionários, segundo Marcos, “não querem entregar o dinheiro que a ‘Misereor’ mandou, porque dizem que não sabem quem é o presidente da Unind”. A divergência surgiu em abril do ano passado, quando 60 líderes indígenas elegeram Marcos Terena para a presidência da Unind, contrariando a posição do Cimi, que apoiava outro candidato, Domingos Veríssimo Terena. Domingos convocou nova reunião, uma semana depois, à qual compareceram 15 caciques, e acabou sendo escolhido. Agora, os integrantes da Unind pretendem reunir-se novamente para modificar seus estatutos, eliminando a figura do presidente e criando um “colegiado de caciques”. (FSP — 16/03/82) (Ver resposta do Cimi no capítulo “Igrejas e Índios”)

Índios de 14 tribos criticam a ação da Funai no Nordeste

Representantes de 14 tribos do Nordeste, reunidos em Garanhuns, a 240 quilômetros do Recife, divulgaram documento, ontem à tarde, culpando a Funai pela demora em demarcar as terras indígenas. O documento denuncia a existência de conflitos entre grileiros e os índios capinavá, em Buique — sertão de Pernambuco — e a situação da tribo tuxá de Rodelas (BA), que terá suas terras inundadas pelas águas da barragem de Itaparica.

Ao responder ao documento dos índios, o delegado da Funai em Recife, Leonardo Reis, embora admitindo a existência de “zonas de tensão”, negou a omissão do órgão para solucionar as questões de terra. Ele reconheceu, por outro lado, que subsistem problemas quanto à demarcação de terras dos Cariris, na Bahia, e Cari Nocó, em Porto Real do Colégio, em Alagoas, além dos Fúlnios (PE). (O Globo — 17/03/82)

Presidente da UNIND se demite

O presidente da Unind, Marcos Terena, anunciou ontem, em Brasília, o seu desligamento dessa entidade. Sua decisão foi consequência do impasse criado por seu tio, Domingos Terena, que também se diz presidente da entidade. O impasse criou uma situação difícil para Marcos Terena, especialmente depois que o Cimi bloqueou uma verba que a Misereor havia destinado à Unind. Em carta enviada à secretaria executiva das entidades de apoio ao índio, Marcos Terena justifica sua decisão afirmando que a Unind está se transformando num organismo burocratizado, “o que é inadmissível para uma entidade que pretende representar os índios brasileiros”. O índio Álvaro Tucano, que também participa da direção da Unind, apoiou a atitude de Marcos Terena, dizendo que pode-se muito bem trabalhar junto às bases sem a Unind, reforçando a autodeterminação das comunidades indígenas. (ESP — 30/03/82)

Os Terena recebem o dinheiro da “Misereor”

O presidente da “Misereor” — uma entidade católica alemã

que financia programas assistenciais da Igreja no Brasil — liberou, de passagem por Brasília, recursos de cerca de 1 milhão e 200 mil cruzeiros que estavam “congelados” desde o ano passado pela entidade, enquanto não se resolvia uma questão de liderança na Unind, a quem o dinheiro era destinado, através do Cimi que, por sua vez, distribuiu nota à imprensa negando que teria retido a verba destinada aos índios. “O Cimi — diz a nota — obviamente jamais se colocou como juiz dessa situação de divisão da Unind. Apenas, como forma de apoio aos índios, cedeu sua conta bancária para facilitar a concessão da verba.” (FSP — 06/04/82)

Líderes indígenas do NE debaterão seus problemas

O delegado regional da Funai em Recife, Leonardo Reis, promove, a partir do dia 21, uma reunião entre os líderes indígenas do Nordeste, para discussão de seus problemas. O encontro ocorrerá em Palmeira dos Índios (AL), e dele participarão os líderes Truká, da Ilha de Assunção (PE), Kokó, da Ilha de São Pedro (SE), Pankararé, de Nova Glória (BA), Potiguar, da Baía da Traição (PB), Wassu, de Alagoas, e Fulni-ó e Pankararu, de Pernambuco. Esse é o primeiro encontro de líderes indígenas do Nordeste promovido pela Funai. (Folha da Tarde — 13/04/82)

Unind na Semana do Índio

Em São Paulo, onde participa de diversos festejos alusivos à Semana do Índio, o índio Tucano Doetiro (Álvaro Fernandes Sampaio), vice-presidente da Unind, lembrou que o Brasil foi um dos países onde se matou mais índios em toda a América do Sul: de cerca de 5 milhões, na época do descobrimento, restam apenas, hoje, 220 mil. “Mas o massacre físico e cultural continua” — disse Doetiro. “Querem obrigar o índio a ser branco. Aplicam aquelas idéias bestas para ver quem é índio, pela cor da pele, pelo cabelo (critérios de indianidade da Funai). Essa é uma idéia absurda do coronel Ivan Zanoni Hausen, o Golberi da Funai. Temos hoje uma organização a nível nacional (a Unind) e com repercussão até ao nível internacional.” “A Unind ainda é jovem e pequena” — concluiu Doetiro. “Foi criada há dois anos, em Campo Grande e hoje congrega 40 e poucas das mais de 180 nações indígenas do Brasil. Cento e sessenta e seis mantêm suas línguas distintas. Mas nosso crescimento é dificultado porque somos nocivos a certos interesses de grupos políticos, empresariais e da própria Funai.” (FSP — 20/04/82)

Os indígenas do Nordeste querem ser reconhecidos

A seis km do centro da cidade de Palmeira dos Índios, no roeste de Alagoas, cerca de 40 líderes representando 11 nações indígenas que vivem no Nordeste se reuniram durante três dias para discutir seus problemas. Reconhecimento da identidade étnica, demarcação de terras, atendimento da saúde e uma escola em cada aldeia foram as principais reivindicações apresentadas pelos líderes, remanescentes dos grupos que habitavam o Brasil na época da chegada dos portugueses. Como defesa política eles reivindicam também a criação de um conselho indígena do Nordeste.

Discriminados pela sociedade envolvente nos Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Paraíba, os grupos indígenas nordestinos enfrentam também uma séria crise de identidade. Perderam os costumes, tradições e, com exceção dos Fulni-ó, eles só guardam uma herança de sua língua, as músicas que cantam na dança do “toré”. Miscigenados, principalmente com negros, eles são párias de uma sociedade que os chama de “caboclos”, explora suas terras e não entende a vida comunitária desses homens e mulheres.

No encontro, promovido pela Delegacia Regional da Funai de Recife, eles lamentaram sua condição de párias frente ao

delegado Leonardo Reis. Um representante dos Tingui-Potó, grupo ainda não reconhecido pela Funai, falando baixinho reclamou: “Nós somos índios desprezados. Uma que não temos terra para trabalhar (toda a área ocupada pelo grupo de 300 pessoas não chega a quatro hectares), outra que a Funai fica aí vendo quem é índio, quem tem tradição. Todo mundo sabe quem é índio no Nordeste e todo mundo sabe que índio do Nordeste foi massacrado, foi escravo.” Ele continuou seu discurso e logo depois protestou contra o não reconhecimento de sua identidade étnica. “Agora a Funai manda pesquisador. A gente não quer pesquisador para saber se a gente é índio. A gente quer é ajuda da Funai”, disse o líder Tingui.

A questão de identidade é parte do documento final do encontro. São dois documentos: o primeiro com reivindicações à Delegacia Regional e outro, a ser entregue ao presidente da Funai, Paulo Moreira Leal e ao ministro Andreazza, do Interior, com reivindicações gerais. No documento que deve ser entregue às autoridades em Brasília eles solicitam não apenas a “urgente demarcação da terra”, como também o “direito dos índios dizerem quem é e quem não é índio e a assistência reconhecendo os povos indígenas, que por processo falho e criterioso de determinados funcionários da Funai, têm hoje sua identidade étnica contestada. (FSP — 26/04/82)

Os índios do Nordeste em assembléia denunciam

Os índios do Nordeste reunidos em Garanhuns, Pernambuco, estudaram a sua realidade como também as dificuldades e problemas que estão vivendo nas comunidades. Aconteceu de 12 a 15 de março. Foram debatidas questões com o problema da terra, organização da tribo, afirmação étnica e injustiças cometidas contra o povo do Nordeste.

“Constatamos — disseram eles — que nossos direitos sobre as terras vem sendo negado, principalmente pelo órgão competente, a Funai...”

“Que nossa identidade étnica como povo índio sistematicamente vem sendo negado, principalmente pela Funai que alega uma descaracterização física como meio para negar nossa identidade e, conseqüentemente, sua omissão em solucionar a questão da demarcação das terras, o nosso único meio de sobrevivência”.

Os índios do Nordeste denunciaram a injustiça cometida contra a tribo Tuxá, de Rodelas (BA), que terão suas terras inundadas pelas águas da Barragem de Itaparica. Até o momento nenhuma providência concreta está sendo tomada pela Funai para resolver o problema desses irmãos. Foi denunciada também a triste e injusta situação dos Kapinawá, presos em Buique. A principal causa que gerou o clima de tensão naquele local foi a presença do grileiro Zuza Tavares, tradicional inimigo dos índios. A violência acontecida em Catimbau, com 2 mortos não índios é fruto do clima de tensão no qual ela deu ouvidos ao nosso clamor, acrescentaram. “Hoje nossos irmãos Kapinawá, homens, mulheres e crianças, vivem o clima de terror. Até nos povoados vizinhos eles estão impedidos de ir, devido às ameaças que pairam sobre eles. Até o momento nada está sendo feito pela Funai para soltar os índios presos”.

Participaram 14 dos 18 grupos indígenas do Nordeste (Norte da Bahia até Paraíba): Tuxá, Kaimbé, Kiriri e Pankararé (BA); Truká, Fulniô, Kapinawá e Pankaran (PE); Pankararu, Wassu, Tingui, Kariri-Xokó (AL); Xokó (SE) e Poli-guara (PB). (O São Paulo — 23 a 29/04/82)

Mais de 200 índios se reúnem em Brasília

Com a participação, pela primeira vez, de representantes da nação Yanomami e Nambiquara, as lideranças indígenas do

Brasil se reúnem em Brasília no 1º Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil, entre 7 e 9 de junho. Cerca de 200 índios já confirmaram suas presenças. O encontro foi organizado pelos próprios índios, e, segundo Marcos Terena, ex-presidente da Unind, o objetivo do encontro é “mostrar que a política indígena é diferente da política indigenista e diferente da política do branco”. Álvaro Tucano, um dos organizadores do ato informou, ontem, que a Funai “não criou nenhum obstáculo para a reunião dos líderes, permitindo o deslocamento para Brasília. Essa proibição — afirmou — só acontecia com o presidente anterior que não nos respeitava”. Álvaro pretende que a partir desse encontro haja “mais respeito dos brancos em relação aos índios”. Durante os três dias de reunião, os índios vão discutir os problemas de cada região e elaborar um documento final a ser encaminhado ao presidente da Funai. (FSP — 03/06/82)

Índios do NE acusam instituições

Representantes de 22 mil índios do Nordeste vão entregar ao ministro do Interior, Mário Andreazza, e ao presidente da Fundação Nacional do Índio, Paulo Moreira Leal, um documento acusando “algumas instituições e pessoas”, que, usando as reivindicações indígenas, “vêm promovendo a desunião e contribuindo para denegrir a imagem do índio do Nordeste, junto aos governos do Estados nordestinos e à Funai”.

O documento, aprovado por 16 tribos, afirma que os indígenas estão “ao lado do governo federal, e também conscientes da crise econômica que assola o País e das dificuldades que o governo enfrenta para minimizar seus feitos nos diversos segmentos da sociedade”. Expõe os principais problemas enfrentados pelas comunidades tribais nessa região, acentuando que, “ao longo dos anos, os índios do Nordeste perderam muitos valores culturais e religiosos, por falta, no passado, de uma legislação específica que assegurasse a eles a proteção de seu habitat natural”.

As principais reivindicações apresentadas incluem a definição, demarcação e regularização de suas terras, o desenvolvimento de projetos comunitários mais amplos que possam absorver os índios em suas próprias aldeias, assistência da Funai para as tribos tingui, boto, pancararé, trucá, xocó, vassu e capinaia, e igualdade de tratamento e assistência para todos os indígenas do País. (ESP — 05/06/82)

No encontro, índios debatem invasões

O problema das constantes invasões de áreas indígenas foi o principal assunto discutido, ontem, pelos 200 índios que estão reunidos em Brasília. A ocupação indiscriminada das áreas indígenas foi denunciada por quase todos os líderes presentes. A reunião dos índios, inicialmente, contaria com a presença apenas dos líderes tribais. Ontem, no entanto, várias pessoas ligadas à causa indígena participaram dos grupos de trabalho, fato que gerou desentendimentos entre os organizadores do encontro. O índio Carlos Tucano falou sobre a presença missionária na região do Alto Rio Negro, criticando o trabalho dos padres salesianos. Desde que chegaram na nossa área, querem mandar na gente. Na minha opinião, os salesianos são, hoje, “posseiros” nas terras dos índios, disse ele. O índio criticou, ainda, o bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano, afirmando que ele colocou dificuldades para que índios yanomamis saíssem de sua reserva, para participar do encontro, em Brasília. (ESP — 08/06/82)

Proposta dos caciques da região Centro-Oeste

Uma organização “exclusivamente indígena” para traçar a política educacional dos índios, atendimento de saúde e planejamento dos projetos de desenvolvimento comunitário é a

proposta apresentada pelos caciques da região Centro-Oeste. Essa proposta constará do documento final a ser aprovado amanhã, na sessão plenária do 1º Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil. Ontem, segundo dia do Encontro, os 200 participantes se dividiram em grupos regionais. O maior grupo é composto pelos índios da região Centro-Oeste: Guarani, Terena, Xavante, Bacairi e um cacique do parque do Xingu, Narru, dos kuikuro. (FSP — 08/06/82)

Caciques discutem a união das nações indígenas

Caciques e líderes indígenas de todo o País, reunidos nesta cidade desde o último domingo, discutem hoje o funcionamento da Unind, entidade criada em abril de 1980. Até o momento ainda não foi decidido se a Unind será dirigida por um presidente ou por um colegiado.

O ex-presidente da entidade, Marcos Terena, defende a segunda opção, enquanto seu companheiro de tribo, Modesto Terena, acredita que a Unind não deveria funcionar este ano, e prefere aguardar mais uma reunião de líderes indígenas para que seja definida a forma de funcionamento da entidade.

No segundo dia do encontro, os índios foram surpreendidos pela visita do presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal. Este elogiou a organização do encontro dizendo ainda estar satisfeito com a consideração que os organizadores demonstraram para com as instituições, referindo-se ao convite feito aos presidentes da Câmara e Senado bem como à CNBB, partidos políticos e corpo diplomático, que hoje deverão comparecer ao encerramento do encontro, com direito a usar a palavra por cinco minutos.

Paulo Leal prometeu aos índios “apoio total às reivindicações” que serão feitas no documento, que começou a ser votado na noite de ontem, quando os índios elaboravam também a carta a ser entregue ao ministro Mário Andreazza, do Interior, pedindo que o coronel Paulo Leal seja conservado na presidência da Funai. (FSP — 09/06/82)

Presidente da FUNAI visita o encontro

Na manhã de ontem os índios foram surpreendidos pela visita do presidente da Funai. Este elogiou a organização do encontro dizendo estar satisfeito com a consideração que os organizadores demonstraram para com as instituições, referindo-se ao convite feito aos presidentes da Câmara e Senado bem como à CNBB, partidos políticos e corpo diplomático, que hoje deverão comparecer ao encerramento do encontro, com direito a usar a palavra por cinco minutos. Paulo Leal prometeu aos índios “apoio total às reivindicações” que serão feitas no documento, que começou a ser votado na noite de ontem, quando os índios elaboravam também a carta a ser entregue ao ministro do Interior, pedindo que o coronel Paulo Leal seja conservado na presidência da Funai. (FSP — 09/06/82)

Índio quer demissões na FUNAI

Os indígenas reunidos nesta capital, desde o dia seis último, para o Primeiro Encontro Nacional de Líderes Indígenas, elaboraram documento endereçado ao ministro Mário Andreazza, do Interior, reivindicando a demissão de nove servidores da FUNAI, por entenderem que “esse grupo anti-índio seja capaz de criar situações embaraçosas para o atual presidente e, conseqüentemente, fazê-lo sair da função que exerce, para prejuízo de todos os índios no Brasil”.

De acordo com o documento, as lideranças esperam que o ministro proceda o afastamento do chefe da AGESP, cel. Ivan Zanoni Hausen; do diretor do DGA, cel. Luis Carlos Côrrea; do assessor da presidência, cel. Aneal; do delegado da FUNAI em Campo Grande, cel. Amaro Barbeitas de Freitas; e dos servidores Hildegard (antropóloga), Ximenez

(DGO), Walter Prates (DGO), Jurandir (DGO) e Andrade Leal (DGO). (Correio Braziliense — 10/06/82)

Encerramento do encontro de líderes indígenas

“Parece um sonho ver estes índios reunidos em assembléia nacional, nesta casa, quando há pouco tempo eles só podiam se reunir de forma clandestina”. Esta foi a saudação feita pelo deputado do PMDB-RJ aos caciques e líderes indígenas que participaram do 1º Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil e que representava o presidente da Câmara dos Deputados, no encerramento do encontro. Para o encerramento foram convidados todos os partidos políticos brasileiros, mas apenas o PT, PMDB e PDT mandaram seus representantes. Ausentes também na sessão de encerramento o presidente da Funai e o ministro da Justiça, convidados pelos organizadores do encontro. O representante do PT, fez um rápido discurso dizendo que seu partido “exige a imediata demarcação das terras indígenas” e pedindo aos líderes que “não deixem o elo se romper, promovendo outros encontros como esse”. Por sua vez, o representante do PDT lembrou que seu partido “defende as lutas das minorias”. O corpo diplomático foi representado por um adido da embaixada do México que ao saudar os índios afirmou estar “admirado” com o congresso. “A história oficial do Brasil tem mascarado e negado sistematicamente a presença fundamental das nações indígenas em sua formação, com o objetivo de anular toda e qualquer perspectiva de diversidade e pluralidade. Muito longe disto a presença indígena marca toda a trajetória histórica do Brasil”. O discurso foi feito pela antropóloga Rosário de Carvalho, representando todas as entidades de apoio à luta indígena. (FSP — 11/06/82)

Caciques amazonenses na direção da UNI

Os índios Carlos Machado, Benedito Machado, Raimundo Ferreira da Silva e Verediano Pereira, os dois primeiros da tribo Tukano e os outros, respectivamente, das comunidades indígenas Sateré-Mawê e Miranha, foram eleitos para dirigirem a União Nacional Indigenista na região Norte, por ocasião do I Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil, realizado em Brasília nos dias 7, 8 e 9 deste mês. Segundo esclareceu Raimundo Ferreira, o plano agora dos quatro indicados para a UNI será montar um esquema adequado para que possam realizar um melhor trabalho em prol das comunidades indígenas da região.

Com relação ao I Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil, Raimundo Ferreira e Verediano Pereira disseram que teve como objetivo principal os participantes exporem os problemas das comunidades indígenas existentes em cada região, bem como a apresentação de propostas e reivindicações.

Somente da região Norte estiveram presentes às reuniões 26 líderes indígenas, representando as tribos Sateré-Mawê, Tukano, Tikuna, Miranha, Cambeba, Mundurucu, Apurinã, Mantineri, Jaminawá, Karipuna, Galibi, Palikur, Yanomami, Makuxi e Wapixana. (A Crítica — 17/06/82)

Apoio aos Yanomami

O grupo formado por líderes indígenas da região Norte, que se reuniu em Brasília na última semana, entregou um documento ao presidente da Funai reivindicando a criação do Parque Yanomami. Segundo a coordenadora da CCPY — o próximo passo “para a concretização do parque deverá ser dado através de um decreto presidencial reconhecendo a área interdita como de ocupação indígena”. (FSP — 14/06/82)

Aquidauana reúne líderes indígenas

Cinquenta índios Terena, representando 11 aldeias, dois



Na foto acima Celestino discursa, em xavante, na sessão de encerramento do "I Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil" com a presença de

mais de 300 líderes indígenas, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal. Abaixo, uma votação em plenário. (fotos Vincent Carelli)

Kaiowá e um Guaraní realizaram um encontro de lideranças indígenas em Aquidauana-MS, de 12 a 15 de agosto. O Encontro, coordenado exclusivamente pelos índios, contou com o apoio da Diocese de Jardim, dirigida por Dom Onofre Cândido Rosa.

Os Terena descreveram as últimas lutas que travaram para regularizar a situação de suas terras. Na luta destacam-se as aldeias Moreira e Passarinho, que aguardam o cumprimento de uma promessa da Funai: o órgão ficou de mandar um antropólogo para estudar os documentos antigos de doação e registro das terras dos índios daquelas duas aldeias, visando demarcá-las definitivamente.

Os projetos de agricultura já não atendem às necessidades de crescimento das comunidades. O atendimento à saúde, por parte da Funai, continua precário. E a interferência de prefeituras, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da própria Funai tem atrapalhado a organização autônoma dos Terena e provocado divisões e disputas entre as aldeias. Embora os Kadiwéu não estivessem presentes, seus problemas foram discutidos durante o Encontro de Aquidauana. No final, decidiu-se pela solidariedade àqueles índios, que reivindicam a demarcação definitiva e a retirada de fazendeiros e criadores de gado de suas terras. (Porantim — 09/82)

Índios denunciam “ganância” de empresas

Em documento apresentado à conferência internacional sobre “Controle dos recursos nativos e o desafio das multinacionais”, realizada em Washington de 12 a 15 deste mês pelo ARC, os índios Lino Cordeiro, da Nação Miranda, do Amazonas, e Marçal de Souza, representante dos Guaraní do MS, denunciaram que os indígenas brasileiros estão ameaçados de extinção por causa da “ganância” de multinacionais e do próprio governo, em apoderar-se das riquezas naturais de seus territórios. Destacaram que a companhia francesa Equitaine, por exemplo, depois de “invadir” o território dos Sateré-Maué, no Amazonas, à procura de petróleo, vem destruindo madeira, caça e toda a cultura dessa tribo. Eles manifestaram sua preocupação com as promessas de candidatos tanto do governo quanto da oposição de reabrir os garimpos em terras indígenas, o que permitirá um “genocídio programado” dos índios, tanto por causa do conflito pela terra como pela contaminação. O desenvolvimento do Proálcool e a construção de hidrelétricas também colaborando, de acordo com eles, para o extermínio das nações indígenas. (ESP — 24/10/82)

Índio está abandonado, diz UNIND

A Casa do Índio de Campo Grande está desamparada pela 9ª Delegacia Regional da Funai. Esta afirmação é de Mariano Marcos, índio terena e um dos líderes da UNIND, de Brasília, que está em visita ao Mato Grosso do Sul, para constatar “in loco” os problemas indígenas no Estado. Ele disse também que já foi aprovado o nome de Eliseu Lili, pela direção nacional da FUNAI, que deverá em breve assumir a chefia da Casa do Índio. Segundo ele, esta é a primeira vez que um indígena assume uma função importante dentro da FUNAI. (Correio do Estado — 26/10/82)

UNIND pede intervenção em favor dos Pataxó

Uma intervenção federal, como está prevista no Estatuto do Índio, em favor dos pataxós, é a reivindicação dos líderes da Unind, Álvaro Sampaio e Lino Miranha. Disse que a questão pataxó se está tornando uma disputa de poder entre o ministro do Interior, e o governador da Bahia, o que não interessa aos índios, “Esta briga tem que se definir — afirmou o presidente da Unind —, porque quem está perdendo nessa dis-

puta é a comunidade dos Pataxós.” “Queremos saber se o presidente está do lado dos fazendeiros ou dos índios”, observando que o coronel Leal prometeu atender às reivindicações feitas pelos líderes indígenas “e agora está na hora de cobrar”. (FSP — 12/12/82)

Índios, Eleições e Partidos

Índios e eleições

João Pacheco de Oliveira Filho (*)

O que se sabe sobre a participação dos índios nessas eleições? Segundo uma estimativa feita pela UNI o contingente de votantes seria de 20.000, concentrados especialmente em Mato Grosso do Sul e Amazonas. Embora uma notícia fale de 16 candidatos indígenas, só foi possível confirmar 15, a grande maioria dos quais (13) postulando o cargo de vereador em pequenas câmaras municipais. As exceções ficaram por conta do Terena Jair de Oliveira, já vereador em Aquidauana (MS) e candidato a vice-prefeito na chapa do PDS; e o muito conhecido cacique Xavante, Mário Juruna, que concorreu a uma cadeira de deputado no Congresso Nacional pelo PDT do Rio de Janeiro.

Preferência pelo poder local

A opção principal parece ter sido participar ao nível da política local, representando interesses específicos de certo grupo étnico (ou mesmo de uma de suas divisões internas) em uma determinada situação histórica, abrindo espaço para alianças táticas com outras forças políticas, de modo a criar condições de defender-se de intuítos espoliativos de outros grupos sociais. Entre os 13 candidatos são poucos os que têm uma maior participação no movimento indígena e possuem uma consciência étnica e política mais delineada, como é notadamente o caso de Domingos Veríssimo, um dos criadores da UNI, que tentou sem sucesso eleger-se vereador pelo PMDB em Aquidauana (MS). Tal estratégia de atuação política transparece nas preferências partidárias dos candidatos, que se nortearam mais pelas forças políticas em disputa pelo poder estadual do que pelos conteúdos ideológicos ou programas partidários. Dos 13 candidatos à vereança, 6 concorreram pelo PDS, 6 pelo PMDB e tem-se notícia de um pela legenda do PT (um Ticuna, em Manacapuru-AM, que, no entanto, não se elegeu).

Apesar da força da máquina partidária governista no Brasil rural, o equilíbrio das legendas PDS e PMDB entre os candidatos indígenas não deve surpreender, uma vez que em MS e no AM o PMDB saiu-se vitorioso. O número de candidatos índios nas últimas eleições pode parecer, de início, elevado, como indicando um maior interesse dos mesmos em utilizarem-se das instituições e oportunidades políticas abertas pelos brancos para a defesa de suas comunidades. Mas os resultados concretos decepcionam bastante: só foi confir-

mada a vitória de dois candidatos índios, um Terena que concorreu em Miranda (MS) e um Karipuna que concorreu no Amapá, ambos pelo PDS. Certamente não é por aí que as eleições trouxeram ganhos às populações indígenas, uma vez que o já citado Jair de Oliveira (terena) compartilhava a condição de vereador índio com Angelo Cretan, destacado líder Kaingang, também vereador pelo PMDB, em Manguaerinha (PR).

As eleições, porém, ajudaram a mostrar que, em matéria de política partidária, índios e brancos falam em códigos muito distintos, com grandes dificuldades e desacertos na tradução dos conteúdos de um para os do outro. A vinculação a uma máquina partidária, em vários casos, veio sobrepor-se a divisões internas (de parentesco, religião, status político, etc.) ao grupo étnico, fazendo com que as disputas locais adquirissem dimensões que nem de longe podem ser captadas por programas partidários. No caso dos Terena de Miranda (MS), dos Caiowá de Dourados (MS), dos Ticuna de Santo Antônio do Itá (AM) e dos Kaingang de Manguaerinha (PR), o cargo de vereador era disputado também entre índios filiados ao PDS e ao PMDB, numa clivagem de ordem faccional que dava origem a escolhas partidárias por parte dos membros dessas comunidades.

Em tal contexto é plenamente legítimo indagar o que representa efetivamente a vitória de um índio candidato por algum desses partidos. É preciso evitar as interpretações generalizantes e ocas, que acreditam que o sucesso de um candidato das oposições signifique um "avanço no processo de mobilização e conscientização dos índios", e que a vitória de candidatos ligados ao PDS seja a "imposição de uma política de clientela", uma espécie de peleguismo avesso às mudanças e à defesa dos interesses reais de sua comunidade. Qualquer análise que pretenda chegar a resultados assim tão conclusivos não pode trabalhar abstratamente com princípios partidários, mas precisa detectar os grupos sociais em presença e seus respectivos engates a partidos e forças políticas.

Indefinição dos partidos quanto à questão indígena

Por outro lado é necessário constatar que também as instituições políticas dos brancos, os partidos, não têm tido uma posição clara face à questão indígena. Os apoios têm sido sempre circunscritos a eventos concretos e fornecidos por pessoas determinadas, sendo escassos os posicionamentos em programas ou outros documentos. O PT do Amazonas elaborou em 1981 um documento intitulado "A Questão Indígena" para alimentar a discussão interna dentro do partido, mas ainda recentemente o seu secretário-geral, Jacob Bittar, indagava-se sobre a oportunidade de candidaturas indígenas (vide *Porantim* 43, pg. 13). O PDT, em seu programa, dá destaque à problemática indígena, mas toda atuação e conhecimento concreto parecem depender fundamentalmente de Mário Juruna. O PMDB reúne em seus quadros elementos que se destacaram na defesa dos interesses dos índios (como é o caso do ex-deputado Modesto da Silveira), mas igualmente possui outros que reiteradas vezes assumem uma postura anti-indígena (é notoriamente o caso de alguns parlamentares do PMDB do Amazonas, Roraima, Pará e Mato Grosso).

Significados da atuação de Juruna na Câmara Federal

Quanto aos índios, o que cabe acentuar, portanto, nessas eleições de 1982 não é o aumento de sua representação política local ou seu maior entrosamento com as engrenagens partidárias. Indiscutivelmente, o destaque maior fica por conta da eleição de Mário Juruna. Uma observação mais

cuidadosa deste fato permite descartar algumas interpretações apressadas (inclusive de esquerda), que só marcam em sua figura a conduta imprevista e alguns troços de linguagem, ignorando a afinidade que conseguiu estabelecer com as camadas populares urbanas. Foi eleito para deputado na sigla do PDT do Rio de Janeiro com 31.805 votos (*Jornal do Brasil* — 14/12/82), colocando-se em nono lugar na relação dos 14 candidatos que seu partido conseguiu eleger.

Tal resultado frustra interpretações simplistas que julgavam inteiramente esvaziada de conteúdo político e ideológico a sua candidatura. Por outro lado, Juruna não alcançou uma votação retumbante que pudesse ser entendida como típico produto de sua presença nos canais de comunicação de massa, um fenômeno que carresse o desinteresse dos eleitores face as escolhas políticas possíveis. De outro lado, parece difícil afirmar que seu mandato decorreria da generosidade da "classe média ilustrada" da zona sul do Rio, usualmente mais receptiva a bandeiras ecológicas e à defesa de diferentes tipos de minorias. Integrandose à comitiva dos candidatos majoritários de seu partido, Juruna realizou sua campanha primordialmente junto ao eleitorado dos subúrbios e periferias, inclusive da Baixada Fluminense.

Por mais que a grande imprensa tenha insistentemente focalizado Juruna de modo anedótico e sempre em um tom sarcástico, favorecendo a formação de imagens como a do "aculturado exótico" (usada pelo Ministro da Aeronáutica), os resultados foram inversos ao pretendido. No uso constante do gravador o deputado transparecia desconfinança e descrédito na palavra das autoridades, atitude com a qual se identificam amplos setores da população brasileira. A agressiva defesa de seu povo e dos seus direitos também parece haver sido aceita pela opinião pública como saudável ou mesmo legítima. Diferentemente de outros candidatos, Mário Juruna conseguiu definir com precisão a quem se dirigia a sua mensagem — às camadas populares e aos setores marginalizados. Em um comício realizado pelo PDT na Cinelândia ainda em abril passado Juruna sintetizando a sua atitude de protesto intransigente contra as arbitrariedades, arrancou veementes aplausos ao concluir: "Se nós todos não gritar (sic), o diabo toma conta do país" (*FSP* — 20/04/82).

Finda a campanha eleitoral, as tentativas posteriores de tentar ridicularizá-lo ou esvaziar sua credibilidade podem acabar, ao contrário, transformando Juruna em personagem de frases lapidares (como as famosas "raposas" da política mineira). Provocado pelo tratamento de "aculturado exótico", Mário Juruna contra-argumentou que o ministro entendia de aviões, mas não de política, indagando ferinamente com quantos votos ele tinha sido eleito para tal cargo (*Jornal do Brasil* — 8/12/82).

Após um recente pronunciamento presidencial sobre a crise econômica, o único comentário de um parlamentar que os jornais conseguiram destacar foi o seu: "Ele não disse nada": Na esteira de um longo tempo de silêncio e ou casuismo, no momento atual, em que porta-vozes do sistema falam em corrigir as seqüelas do autoritarismo e os próceres opositivistas garantem que seus objetivos não são incompatíveis com os do governo, Mário Juruna corre um sério risco de virar um defensor intransigente do bom senso, um oráculo das reações do povão ante as peripécias da cena política brasileira. Mas esse é apenas um lado da questão, a visão do branco. Do outro lado importa destacar que é a primeira vez que um índio terá assento como parlamentar, no Congresso Nacional; e mais importante ainda, que esse índio teve um papel de destaque no movimento das lideranças indígenas, já presidiu uma sessão do Tribunal Russel e possui uma consciência étnica e política bastante elaborada. A sua atuação

no parlamento não será a de um membro da bancada do Rio de Janeiro ou do PDT, mas sim a de um porta-voz dos interesses indígenas, bastante associado ao movimento por uma organização autônoma dos índios brasileiros.

A importância de Juruna para o movimento indígena depende exatamente de sua capacidade de escapar ao estilo e às finalidades convencionais dos congressistas. Até um debate, aparentemente quixotesco, sobre o uso da língua Xavante em um discurso parlamentar, coloca em situação delicada os encarregados de manter as normas dessa instituição e explicita sua dimensão etnocêntrica e colonialista. É que agora um importante espaço foi criado para o reconhecimento da existência (e talvez futuramente da representação organizada) dos povos indígenas brasileiros no próprio sistema político, e não apenas na estrutura administrativa do Estado, como simples objeto de políticas. Tal posição pode ter um peso decisivo no acompanhamento e no apoio às lutas desenvolvidas por povos indígenas específicos.

(*) Antropólogo do Museu Nacional (RJ) realiza pesquisas entre os índios Tikuna no Alto Solimões (AM) há vários anos. Autor da tese de mestrado "As Facções e a Ordem Política em uma Reserva Tikuna", Brasília, 1977. Atualmente está preparando tese de doutoramento.

Juruna promete só falar Xavante caso seja eleito

O cacique Juruna garantiu ontem, Dia do Índio, no Rio, que se for eleito deputado federal pelo PDT fluminense só vai falar no Congresso Nacional em sua língua de origem, o Xavante, para que seu mau português não sirva de pretexto para mal-entendidos. "Se eu for eleito — acrescentou Juruna — vou lutar junto com outros pobres que nem os índios, com os pretos, com os favelados, que eu conheço bem porque tenho vivido igual a eles. Vou lutar pelo direito de salário para o trabalhador, pela escritura da terra do índio, que também é filho de Deus." (FSP — 20/04/82)

FUNAI quer prejudicar Juruna

O cacique xavante, Aniceto, acusou, ontem, em Brasília, a direção da Funai de estar procurando jogar os índios xavantes contra o cacique Mário Juruna, candidato a deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro. Aniceto disse que os xavantes apóiam a candidatura de Mário Juruna porque ele vai lutar pelos direitos dos índios. Para demonstrar o apoio dos xavantes a Juruna, Aniceto disse que a partir de outubro estará no Rio de Janeiro, para ajudar o cacique na sua campanha política. (ESP — 04/08/82)

Em novembro, os índios vão às urnas

O lançamento de candidaturas indígenas para o pleito de novembro, das quais a mais divulgada é a do ex-cacique Xavante Mário Juruna (PDT-RJ), tem propiciado amplas e apaixonadas discussões a respeito da autodeterminação e da cidadania dos índios no Brasil. Para alguns, a eleição de Juruna à Câmara dos Deputados "pode significar o início de um novo momento, num País em que o Estado tem criado dificuldades à livre manifestação e expressão de todos aqueles que não compõem a etnia dominante.

No Rio Grande do Sul, o Kaingang Domingos Ribeiro é candidato a vereador pelo PDS de Miraguaí. O município conta com quase três mil eleitores, entre os quais 408 índios da reserva kaingang de Guarita, recentemente qualificados para votar nas eleições de novembro.

Domingos Ribeiro, segundo o jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre (25/07/82), "não quer saber de conversa com os partidos de oposição". No início do ano, ele rejeitou aderir ao Partido Democrático Trabalhista, com o argumento de que seu povo perdeu o tolder do Inhacorá, na região de Santo Augusto, quando Leonel Brizola, hoje presidente nacional do PDT, era governador do Rio Grande do Sul. Como se sabe, Brizola desapropriou as terras dos Kaingang e as loteou para particulares. (Porantim — 09/82)

Juruna só quer bem-estar do índio

Um amplo levantamento de toda a população indígena do País, das terras roubadas e ocupadas, dos índios assassinados ou expulsos de suas áreas e um estudo-pesquisa sobre a ação da Funai em relação à problemática do índio brasileiro são alguns dos projetos que o cacique xavante Mário Juruna pretende elaborar se for eleito. Aos 42 anos, Juruna concorre pelo PDT-RJ e garante que legislará com independência, sem compromissos com ninguém e com um único objetivo: o bem-estar do índio. Juruna diz que não ignora os meandros da política nacional. Acha que, desde que saiu de sua tribo para lutar pelos interesses indígenas, já viu e ouviu o suficiente para não ter mais ilusões sobre o homem branco, ainda que aponte algumas exceções.

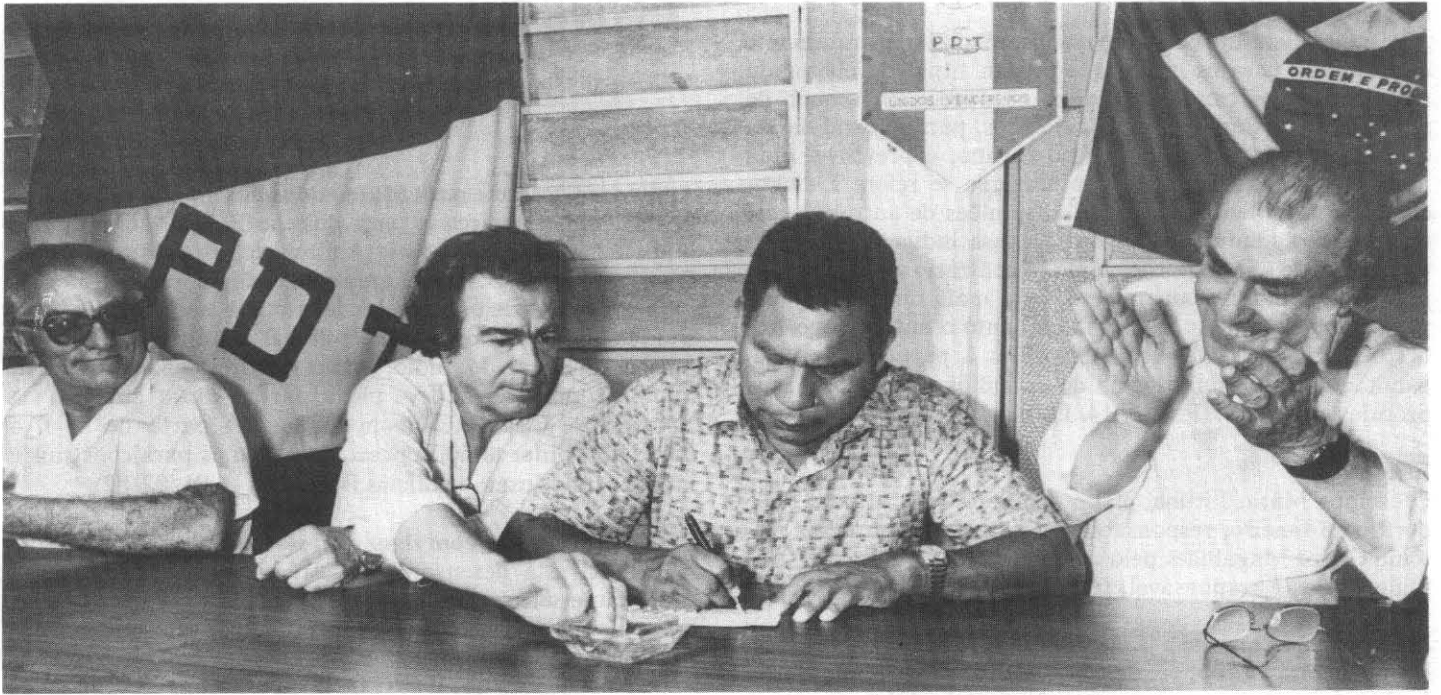
Juruna defenderá, se eleito, o projeto de passar a Funai para jurisdição direta da Presidência da República ou do Conselho de Segurança Nacional. Ele é contra a intermediação do Ministério do Interior e diz que tem "boas razões" para pensar assim. (ESP — 07/11/82)

Entre os índios, PMDB e PDS polarizam

Há pouco mais de vinte anos, foram proibidos de votar, "cassados" das filas de votação pelos funcionários do extinto SPI. Era o excesso de zelo do SPI, temendo que a manipulação dos Terena pelos fazendeiros de Mato Grosso do Sul e que até hoje dirigem a política naquele Estado. Hoje eles são dezoito mil eleitores em todo o País e contam dezesseis candidatos próprios, inclusive um para o Congresso Nacional: o cacique Xavante Mário Juruna. Como os demais brasileiros, eles estão divididos em partidos. Por enquanto, as preferências partidárias dos índios-eleitores recaem sobre o PDS e o PMDB. Juruna é uma exceção. Entre os Kaingangue, do Paraná, há dois candidatos à Câmara de vereadores de Mangueirinha, um pelo PMDB e outro pelo PDS. O mesmo fato se repete no Rio Grande do Sul e em Aquidauana (MS), onde 2 Terena são candidatos a vereador pelo PMDB, enquanto outro postula o cargo de vice-prefeito pelo PDS. (FSP — 14/11/82)

Candidatos e liderança interna

Mas nem sempre os candidatos-índios são líderes em suas aldeias. Exceção feita a Ângelo Cretã que ao ser eleito vereador de Mangueirinha (PR), os demais políticos indígenas não exercem qualquer posição de comando em suas tribos e, muitas vezes, estão divorciados dos problemas de sua aldeia, como é o caso de Jair Oliveira (Terena), que há muitos anos vive em Aquidauana, destribalizado e distante trezentos quilômetros da aldeia de Taunay. Com Mário Juruna, o fenômeno foi diferente. Cacique da aldeia de Namukurá, em Barra do Garça (MT), ele foi obrigado a renunciar à chefia para cumprir os compromissos de candidato. Ele poderá ser eleito e, embora tenha consciência de que seus eleitores são brancos, fez a campanha prometendo defender o direito dos índios contra os fazendeiros, muitos dos quais serão seus colegas na Câmara dos Deputados. Em Roraima, por outro lado, onde 40% dos quase vinte mil Makuxi são eleitores, não há candidatos índios. (FSP — 14/11/82)



No noticiário indígena de 1982, o acontecimento de maior repercussão foi sem dúvida a eleição do xavante Mário Juruna para Deputado Federal. Na foto acima, ele assina a sua filiação ao PDT/RJ, no dia 21 de setembro,

ladeado por Darcy Ribeiro e Leonel Brizola (Foto O Globo). Abaixo, no Dia do Índio de 1983, Juruna discursa no plenário da Câmara Federal (Foto Beth Cruz/AGIL).



Eleição e emancipação

A lei 6.001 (Estatuto do Índio) não prevê qualquer tratamento diferenciado para os índios que já têm título de eleitor ou mesmo para os candidatos. Eles não precisam sequer de autorização da Funai, embora tutelados, para se candidatar. Com a provável vitória de Mário Juruna, é previsível uma mudança na legislação, no capítulo que se refere à emancipação, o problema que divide as opiniões de antropólogos, missionários e entidades ligadas à causa indígena. O secretário-geral do CIMI, por exemplo, é contrário à participação política dos índios, temendo ser esta mais uma armadilha para a liberação de suas terras, enquanto o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira é favorável à participação, alegando que essa é uma forma de os índios defenderem seus próprios interesses. (FSP — 14/11/82)

Juruna

O cacique Mário Juruna, eleito deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro, responsabilizou ontem o governador Antônio Carlos Magalhães pelo que acontece aos Pataxó: "Antônio Carlos é responsável, criminoso". (FSP — 07/12/82)

Juruna vai ao Congresso já eleito

Pela primeira vez depois de eleito Deputado federal, Mário Juruna foi ontem ao Congresso Nacional. Além da causa indígena, ele anunciou que defenderá na Câmara a legalização do jogo do bicho, maiores salários para o funcionalismo público fluminense e redução dos valores de aluguéis. (Jornal do Brasil — 08/12/82)

Outro índio eleito

O cacique Mário Juruna não foi o único indígena eleito neste 15 de novembro. No Território do Amapá, o cacique Geraldo Coco conquistou uma vaga na Câmara de Oiapoque, pelo PDS.

Coco assinou, anos atrás, na condição de líder de sua comunidade, convênio com o governo do Território e o Ministério dos Transportes, cedendo uma área do vale de Uaçá, dos índios, para a construção da BR-155, ligando a capital do Amapá a Clevelândia. (FSP — 20/12/82)



Funai

Andreazza doa área para Museu do Índio

Em solenidade marcada para hoje no Palácio do Burity, o ministro do Interior, Mário Andreazza, e o governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison, assinam um protocolo para concessão de um terreno de oito mil metros quadrados, situado no setor de divulgação cultural, para a construção do museu Nacional do Índio. Além do presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, deve participar do ato o ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig. A partir de hoje, o órgão do Minter terá um prazo de três anos para construir e inaugurar o Museu. (Notícias Populares — 01/02/82)

FUNAI vai estudar com rigor concessão de bolsas

A FUNAI está desenvolvendo estudos com o CNPQ para avaliação e seleção preliminares de pedido de concessão de bolsas, por brasileiros ou estrangeiros, para pesquisas científicas em áreas indígenas.

A FUNAI sugeriu que o CNPQ, responsável pelas concessões de bolsas para pesquisas científicas, usasse novos critérios ao selecionar pedidos de pesquisadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Inicialmente, segundo a FUNAI, o CNPQ deveria considerar quatro categorias de prioridade para o trabalho de estudo e pesquisa em área indígena: benefício imediato para os índios; conveniência operacional da FUNAI; interesse do pesquisador nacional e interesse do pesquisador estrangeiro.

Para estudos, triagem e avaliação preliminar de pedidos de bolsas para áreas indígenas, a FUNAI indicou uma comissão para contatos diretos com técnicos do CNPQ, formada pelo chefe da AGESP, cel. Ivan Zanoni Hausen, o diretor do Museu do Índio, prof. Carlos Moreira Neto, e as assessoras Sônia de Almeida Marcato, Diana Clea da Motta e Dolores Cornélia Pierson. (O Globo — 21/02/82)

Ainda faltam outros

O cel. José Antonio da Silveira pediu demissão, ontem, do cargo de diretor do DGO da Funai, que foi prontamente aceita pelo presidente do órgão. Na Funai, não se comentou os motivos da saída de Silveira, mas são vários os rumores de que esta seria a primeira duma série de substituições na direção da Fundação. (ESP — 10/03/82)

Exploração de minérios em áreas indígenas

O presidente da Funai disse ontem, em Manaus (AM), que qualquer exploração de minérios ou atividades industriais em áreas indígenas só será feita com prévio consentimento das comunidades, para evitar que surjam conflitos entre índios e brancos, como já ocorreu com os Mawe, no Amazonas, Gaviões, no Pará, e Suruí, em Rondônia. O presidente informou que essa decisão corresponde a um anseio das comunidades indígenas, que desejam ser ouvidas quanto à conveniência econômica de qualquer exploração em suas reservas. (ESP — 10/03/82)

Maior poder para as delegacias da FUNAI

A partir de agora, todos os problemas fundiários em áreas indígenas, tais como demarcação, delimitação e regularização de terras, ficarão a cargo das delegacias regionais da Funai e ajudâncias da região. A Funai, em Brasília, só irá interferir quando ocorrerem problemas mais sérios, que exijam uma intervenção a nível federal. Esta nova política,

anunciada pelo presidente da Funai, representará um esvaziamento do DGPI, acusado até há pouco tempo de ser um super-órgão dentro da Funai. A portaria assinada ontem pelo cel. presidente acentua que a medida faz parte da política de descentralização que vem sendo implantada no órgão. (ESP — 24/03/82)

FUNAI quer mais índios em cargo de direção

O presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal, disse ontem que sua “grande, aspiração é ver o maior número possível de índios ocupando cargos de direção na Fundação”. Ele fez esta afirmativa durante um almoço com estudantes índios, na casa do Ceará, nesta Capital, e acrescentou, que pretende “desenvolver a política indigenista no sentido de preparar os índios para que, no futuro, um deles possa ser escolhido para presidir a Funai”. (O Globo — 30/03/82)

FUNAI ouve em MT as acusações e os pedidos dos caciques

No encontro encerrado no domingo à noite em Barra do Garça (MT) entre o presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal, e 25 caciques da região, os índios pediram a demissão do chefe da ajudância local, Rodolfo Valentini Jr., alegando descontentamento com a sua atuação, e ainda reivindicaram maiores recursos para o desenvolvimento da lavoura, incluindo óleo diesel, novos equipamentos pesados, ferramentas e caminhões para a distribuição da produção agrícola. Após o encontro, que consistiu em longas reuniões realizadas no Clube de Diretores Lojistas de Aragarças, a 454 quilômetros de Cuiabá, Valentini informou que pôs seu cargo “à disposição da presidência” da Funai. (ESP — 30/03/82)

Confirmada a exoneração do coronel Pagano

O cel. Cláudio Pagano, que até ontem trabalhou na direção do DGPI, da Funai, confirmou ontem seu afastamento do cargo. O cel. Pagano foi levado para Funai pelo ex-presidente do órgão, coronel cel. Nobre da Veiga, e sua exoneração vinha sendo reivindicada pelos índios, principalmente os Tapirapé, do Araguaia.

A demissão do cel. começou na semana passada, quando o presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, baixou uma portaria transferindo para as delegacias regionais da Funai os problemas fundiários das áreas indígenas onde não há conflitos. Até aquela data, o DGPI centralizava todas as decisões sobre problemas de delimitação e demarcação dos territórios indígenas e o cel. Pagano vinha sendo acusado ultimamente de “facilitar a concessão de certidões negativas nas áreas indígenas”.

Ele discordava publicamente dos métodos do atual presidente da Funai sobre definição territorial e um dos principais motivos de discordância entre os dois coronéis se situa na questão Nambiquara do Vale do Guaporé, cujas terras ainda não foram demarcadas. (Folha da Tarde — 01/04/82)

FUNAI aproveitará o trabalho religioso

O Ministério do Interior pretende estreitar, intensamente, seus laços com setores religiosos, visando à implementação da política indigenista do governo. O primeiro passo nesse sentido será a assinatura, ainda este mês, de 20 convênios com entidades missionárias que dão assistência aos índios Yanomami, de Roraima.

Leal, que vem mantendo contatos com a CNBB sobre o assunto, lembrou que os convênios são assinados diretamente com cada uma das entidades missionárias (ESP — 14/04/82)

FUNAI cancela estudo sobre critérios de indianidade

O presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal, disse ontem durante visita ao Parque do Xingu que cancelou os estudos

sobre critérios de indianidade e emancipação “ex-officio” (individual) que vinham sendo desenvolvidos na gestão do ex-presidente da Fundação, cel. João Carlos Nobre da Veiga. (O Globo — 14/4/82)

FUNAI quer promover no país encontros indígenas

A Assessoria de Comunicação Social da Funai informou ontem que o presidente do órgão, cel. Paulo Moreira Leal, pretende promover encontros de lideranças indígenas de vários pontos do país, visando a uma confraternização entre as centenas de tribos e a troca de informações entre estas comunidades.

Dando início a esta nova iniciativa, a Funai, promove a partir de hoje em Palmeira dos Índios (AL), a primeira Assembléia de Líderes Indígenas das Regiões Norte e Nordeste. No encontro as lideranças das aldeias de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe e Maranhão, entre outros, irão tratar de assuntos como demarcação, saúde, educação e reconhecimento de grupos indígenas ainda não assistidos oficialmente pela Fundação. (O Liberal — 19/04/82)

Boatos sobre fechamento do Museu do Índio no RJ

A Funai anunciou, em ofício, que fechará em breve o Museu do Índio e demitiu seu diretor, o antropólogo Carlos de Araújo, que o dirigiu por 7 meses. O Museu do Índio foi criado em 1953, no Dia do Índio, 19 de abril, para preservar os bens culturais e materiais dos índios, ser um centro de pesquisa e um órgão de assessoramento da política indigenista brasileira.

A única casa de preservação da cultura indígena no país tem, segundo seu ex-diretor, 12 mil peças etnográficas, biblioteca de 20 mil volumes, 50 filmes e 60 mil negativos fotográficos. Nos últimos dois anos, entretanto, antropólogos e pesquisadores encontraram dificuldades para ter acesso à documentação do Museu do Índio.

Através do seu centro de documentação, são tomadas as decisões administrativas e legais sobre as terras dos índios — para o ex-diretor, o fechamento do Museu acabará com este serviço, que interessa ao destino e à própria sobrevivência dos povos indígenas. Em Brasília, o Ministro do Interior desmentiu o antropólogo Araújo: “Não pensamos jamais em desativar o Museu do Índio do Rio”. (Jornal do Brasil — 06/05/82)

Grupos tribais têm posse de terra

O presidente da Funai assinou portaria declarando de posse permanente de grupos tribais, na Amazônia, três áreas indígenas nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia, beneficiando uma população de 4.571 índios. Estas áreas serão agora demarcadas com marcos e placas indicativas. Os beneficiados são os Mundurucu, que vivem no município de Borba, no Amazonas, que tiveram declarada a posse permanente de uma área que abrigará 765 índios; os Satere-Maué, que vivem nos municípios de Maués e Itaituba, no Amazonas e Pará; e 206 índios Tupari e Makurap, no município de Guajará-Mirim, em Rondônia. (ESP — 15/05/82)

10 mil ainda sem contato: dados da FUNAI

A Funai calcula que existem, atualmente no Brasil, cerca de dez mil índios “ainda sem contato com a civilização ou em fase de atração pelas equipes de sertanistas”. No momento são mantidas pela Funai dez frentes de atração, inclusive uma no Estado do Maranhão, onde ainda permanecem sem contato cem índios da tribo dos Guajá. Os outros 150 Guajá já foram atraídos. No Amazonas, entre 1.100 e 1.300 índios Waimiri-Atroari estão em fase de atração.

A frente de atração dos Marubo — 50 índios isolados —

também no Amazonas, está atualmente desativada. Estes índios são arredios e já aceitaram alguns contatos que não foram consolidados. No Amazonas e no território de Roraima vivem os índios Yanomami, grande parte ainda sem contato com a civilização. Somente na divisa do Amazonas com Roraima a Funai fala na existência de dois mil isolados. Ao todo, existem cerca de 8.500 Yanomami nessa região. Em Goiás vivem 50 índios Avá-canoeiro, que já foram contatados, mas mantêm apenas encontros esporádicos com a frente de atração da Funai na área. Em Rondônia são três as frentes de atração: a dos índios Uru-eu-uau-uau, um grupo de 200 a 300 índios que mantêm contatos esporádicos com a frente; a de Zoró — 130 a 180 índios — já em contato permanente com os sertanistas; e a frente Karipuna, responsável pela atração de 60 índios que estão em fase de contato intermitente. A orientação da Funai é de lançar expedições de atração nas áreas onde os índios já estão sendo ameaçados com a aproximação de frentes de colonização. (ESP — 16/05/82)

Portaria da FUNAI altera competência de delegacias

O presidente da Funai Paulo Moreira Leal, assinou portaria que transfere a 7ª Delegacia Regional do órgão de Goiânia para Barra do Garça, ao mesmo tempo em que extinguiu a Ajudância Autônoma de Barra do Garça. No mesmo ato, o presidente criou a Ajudância Autônoma de Araguaína, com sede ao Norte de Goiás.

De acordo com a portaria baixada pelo presidente, a Delegacia de Barra da Garça terá sob sua competência os postos indígenas de Areões, Xavante, Kuluene, Marechal Rondon, Rio das Mortes e as reservas indígenas de Merure, Sangradouro e São Marcos. Essas áreas são habitadas por índios Xavante e Bororo.

Por sua vez, a Ajudância de Araguaia terá sob sua jurisdição os postos indígenas do Funil, Rio do Sono, Xambioá, Krao, Xupê, Rio Vermelho, Cachoeira, Xerente e Apinajé, habitados pelos índios das tribos Xerente, Kraho, Carajá e Apinajé. A criação dessa nova Ajudância — segundo Odil Telles — teve por objetivo “facilitar a comunicação entre a Funai e os índios do Norte de Goiás, que estavam muito distantes da delegacia, uma vez que, até agora, essa área era orientada por Goiânia”. (Folha da Tarde — 29/05/82)

Disciplinada lavra em áreas indígenas

A Funai assinou convênio com a PETROBRÁS estabelecendo normas gerais e procedimetos a serem observados pela PETROBRÁS, ou pelas empresas por ela contratadas, para trabalhos de pesquisa e lavra de petróleo nas áreas indígenas. O convênio estabelece que os índios serão indenizados pela PETROBRÁS, sempre que seu patrimônio sofra qualquer tipo de dano, decorrentes dos trabalhos desenvolvidos em suas reservas e prevê, em caso de infringência do Estado do índio, em especial em casos que violam a moral, os costumes e as tradições da comunidade, a retirada da área, pela PETROBRÁS, dos responsáveis, sem prejuízo de sanções penais.

O convênio determina o caso de interesses de operações em terras indígenas que a PETROBRÁS deverá solicitar à Funai autorização, com atendimento mínima de 60 dias. A Funai exigiu, também, que as empresas de petróleo contratem, sempre que possível, mão-de-obra indígena em igualdade de condições com os demais trabalhadores, com autorização da Funai. (A Crítica — 10/06/82)

FUNAI quer contratar 4 mil funcionários em caráter especial

A contratação de 4 mil novos funcionários pela Funai, com o objetivo de suprir programas básicos voltados para a garantia das terras indígenas, saúde, alimentação, ensino, étnico-cul-

tural, autogestão e integração dos índios, foi pedida, ontem, em Brasília pelo presidente do órgão, cel. Paulo Moreira Leal, ao ministro do Interior, Mário Andreazza, que visitou pela primeira vez as novas instalações da Fundação.

Falando em nome do presidente da Funai, o diretor do DGPC, cel. Ivan Zanoni Hausen, disse que a contratação dos funcionários, em caráter de excepcionalidade, já que estão suspensas as contratações pelo governo federal, são prioritárias para o desenvolvimento dos programas estabelecidos pela Funai. Zanoni reclamou da falta de indigenistas para contratação no mercado de trabalho, acentuando que a Funai deve trabalhar na formação desses especialistas “dentro da doutrina indigenista atual”. Para o coronel, essa doutrina “faltou nas administrações anteriores, mas hoje já está firmada”. (ESP — 15/06/82)

FUNAI prepara projetos econômicos

O presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal, afirmou, ontem, que a Fundação tem condições de se tornar auto-suficiente dentro de algum tempo, com o desenvolvimento de projetos econômicos nas áreas indígenas, voltados especialmente para a agricultura e extrativismo. Leal disse que está aguardando, agora, a aprovação das quatro mil novas contratações pedidas pela Funai ao ministro do Interior, Mário Andreazza, para dar maior impulso aos programas que são desenvolvidos nas áreas indígenas, envolvendo a aplicação de Cr\$ 460 milhões nos próximos três anos.

No processo de contratação, o presidente da Funai disse que será dada preferência a índios, sempre que possível. “Objetivo da nossa administração — acentuou — visa a promover a integração harmoniosa do índio na sociedade nacional, respeitando os seus valores culturais.” (ESP — 16/06/82)

Niemeyer entrega em Brasília o projeto do Museu do Índio

O arquiteto Oscar Niemeyer entregou ontem ao ministro do Interior, Mário Andreazza, o projeto do Museu Nacional do Índio, a ser construído no setor cultural de Brasília. Com mais de cinco mil metros de área construída, o museu terá múltiplas funções: centro formador de indigenistas, laboratório para os pesquisadores e acervo cultural, etnográfico e bibliográfico.

Niemeyer não cobrou o projeto e o custeio das obras será feito com recursos próprios da Funai e contribuições particulares. Algumas embaixadas já manifestaram interesse em participar do empreendimento. Segundo o presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, a obra deverá estar concluída ainda no governo Figueiredo. (FSP — 28/07/82)

Pronto o projeto que reestrutura a FUNAI

O projeto de reestruturação da Funai já foi concluído e será encaminhado, nas próximas semanas, ao ministro do Interior, Mário Andreazza. Ele extingue a diretoria executiva da Fundação e a figura do superintendente-administrativo, atribuindo à Agesp poderes tão amplos que poderá transformá-la num “superórgão”, na opinião de alguns técnicos da própria Funai.

Com a reestruturação, a Agesp, dirigida pelo cel. Ivan Zanoni Hausen, cuja saída tem sido reivindicada por diversas comunidades indígenas, passará a contar com três coordenadorias especiais, além de um centro de formação e aperfeiçoamento em indigenismo, centro de documentação e o Museu Nacional do Índio, que será construído em Brasília. O projeto prevê a criação de um departamento de coordenação regional responsável pela organização e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas delegacias regionais da Funai por meio de quatro divisões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Centro-Sul. Está prevista, também, a criação de

uma subprocuradoria fundiária com a função de dar pareceres e prestar assistência jurídica na elaboração, execução e fiscalização de acordos, contratos, convênios e ajustes em que a Funai seja parte e que envolvam questões de direito agrário. (ESP — 21/08/82)

Definidas posses indígenas

O Diário Oficial da União publicou ontem portarias do presidente da Funai, declarando como posse permanente dos seguintes grupos indígenas, várias áreas em diversos Estados: Grupo Indígena Guajajara e Guaja, áreas localizadas no município de Bom Jardim, no Maranhão; grupo Galibi, município de Oiapoque, Território do Amapá; grupo Suruí, no município de São João do Araguaia, Estado do Pará; grupo Assurini, no município de Itaituba, no Pará; grupo Indígena Guajajara, nos municípios de Monção e Bom Jardim, no Maranhão; grupo Mundurucu, no município de Itaituba, no Pará; grupo indígena Pataxó, no município de Porto Seguro, na Bahia; e grupo indígena Kanela, nas terras localizadas no município de Barra da Corda, no Maranhão. (FSP — 17/09/82)

Brasil pode perder coleção de arte indígena

Até o final do próximo mês, todas as peças que compõem uma das mais importantes coleções de arte indígenas brasileira deverão começar a ser cuidadosamente encaixotadas para seguir viagem rumo a salas de um museu de História Natural em Tóquio ou em Nova York. E o acervo recolhido durante mais de 40 anos pelo médico Noel Nutels e que continua sendo mantido por sua viúva, no apartamento da família no RJ. A coleção — considerada pelos antropólogos que a examinaram como de valor excepcional — poderá deixar definitivamente o Brasil devido à falta de interesse demonstrado pelo Ministério do Interior, tanto por meio da Funai como do Museu do Índio que, até agora, não decidiram por sua compra. (ESP — 26/09/82)

FUNAI diz que já demarcou um milhão de hectares de reservas indígenas

A Funai demarcou, somente no primeiro semestre deste ano, 1.091.054 hectares de terras indígenas, beneficiando 5.623 índios do Estado do Amazonas, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Paraná. Segundo o órgão, embora os trabalhos tenham sido paralisados no segundo semestre, cerca de 30% das áreas indígenas (12 milhões de hectares) já foram demarcados, faltando demarcar aproximadamente 28 milhões de hectares.

De acordo com dados da Funai, os maiores beneficiados foram os índios Satere-Mawe de Andira-Mauá (AM), que receberam 762.610 hectares, onde estão localizadas 26 aldeias. A segunda maior área demarcada foi dos índios Macurap de Rio Branco (RO), com 240 mil hectares destinados a cinco aldeias (206 índios).

No Mato Grosso, a Funai demarcou 60.250 hectares pertencentes a 249 índios Karajás, habitantes de duas aldeias localizadas em Tapirapé. Quanto aos índios do Mato Grosso do Sul, receberam 877 hectares, abrangendo uma aldeia de 105 índios Cuá em Guiabe e 928 índios Terena (duas aldeias) de Pila de Rebuá.

Os outros grupos que tiveram suas reservas demarcadas foram os Guajajara de Urucu-Juruá e Lagoa Comprida (MA), num total de 455 índios (três aldeias), que receberam 27.081 hectares, e os Avá-Guarani da reserva Ocoi (PR), com 234 hectares. (O Globo — 10/11/82)

Plano da FUNAI é analisado

O programa elaborado pela Funai que prevê a contratação de

mais de 3.000 novos funcionários para a fundação foi aprovado pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, e agora está sendo analisado pela Seplan. Ao dar esta informação, o presidente da Funai, cel. Paulo Moreira Leal, adiantou que, a partir da aprovação do programa, a Funai pretende desenvolver, com prioridade, os projetos voltados para a área dos índios Yanomami, que vivem em Roraima e Amazonas; o projeto de apoio às comunidades que vivem próximas ao projeto Carajás; e um programa na área do Polonoroeste, onde vivem índios Nhambiquaras. (ESP — 09/12/82)

FUNAI, Cr\$ 8 bilhões para 83

O orçamento da Funai para o próximo ano será da ordem de Cr\$ 8 bilhões, segundo informou ontem, em Porto Alegre, o presidente do órgão. O principal problema da fundação, de acordo com ele, continua sendo o da demarcação de terras, e o programa de ação para 83 prevê a aplicação de Cr\$ 1,4 bilhão na regularização de 82 áreas que compreendem 6,3 milhões de hectares. “A maior dificuldade, disse o coronel, muitas vezes está em provar que as terras pertencem realmente ao índio, já que se trata de área doada.” (ESP — 08/12/82)

Convênio

A Funai e a Fundação Projeto Rondon assinaram, ontem, em Brasília, um convênio para execução de programas em áreas indígenas. O atendimento terá a duração de três anos e está voltado especialmente para ações nos setores de saúde e educação.

A implantação de biodigestores em aldeias é um dos pontos que serão explorados pelo acordo, que beneficiará inicialmente os municípios de Benjamin Constant e Humaitá, no Amazonas, e o Território de Roraima, locais onde a Fundação Rondon mantém Campos avançados. (ESP — 22/01/82)

Igrejas e Índios

O CIMI na CNBB: Força maior

Antonio Carlos Moura (*)

Em 1977, durante a XV Assembléia Geral da CNBB, em Itaici (SP), alguns bispos conservadores abriram suas baterias contra o CIMI, inconformados com as denúncias que o órgão fazia dos desmandos da FUNAI, o que, em sua ótica caolha, estaria criando atritos entre a Igreja Católica e o Governo. Esses bispos propunham o atrelamento formal do CIMI à estrutura da CNBB, de modo que os dirigentes missionários não dispusessem de nenhuma autonomia para se pronunciar sobre a política indigenista oficial. Um ou outro prelado chegou a defender a extinção pura e simples do CIMI.

Ao final dessa guerra, entre mortos e feridos, salvaram-se todos: foram reformados os estatutos do CIMI, que passou, de órgão oficioso a “órgão anexo” da CNBB. Enquanto D. Vicente Scherer (então cardeal-arcebispo de Porto Alegre) e mais alguns de sua linha comemoravam a resolução como vitória dos conservadores, D. Tomás Balduino (bispo de Goiás) então presidente do CIMI, encarava a questão de outra forma. Para ele, a nova situação do CIMI “foi um

fortalecimento desse serviços aos índios, pelo respaldo da CNBB, sem nenhuma quebra de sua caminhada, de suas linhas de ação, sem cassação de seu pessoal engajado". E enfatizou: "mais do que isso, a CNBB, assumindo o CIMI, assumiu naturalmente a causa indigenista, que, ao invés de ser objeto de aventura heróica de uns poucos missionários, tornou-se a causa da própria Igreja" (citado em A Igreja dos Oprimidos, org. H. Salem, *Brasil Debates*, 1981, pg. 83). Nada como o tempo para confirmar ou desmentir "verdades" proclamadas em momentos de paixão. Continuando sua caminhada sem desfalecimentos — pelo contrário, mais se organizando — o CIMI viu, em 1982, o mais palpável e público resultado da "anexação" de 1977: a CNBB patrocinava, oficialmente, a Semana do Índio, com a programação e os subsídios preparados pelo CIMI. O tema da Semana: "Paz e Terra para os povos Indígenas". E o lema: "O índio — aquele que deve viver".

No ano anterior, o CIMI já ensaiara uma contribuição concreta para a Semana do Índio, com a elevação de subsídios para professores e alunos interessados em aprofundar a discussão da questão indígena. A Semana de 1982, entretanto, representava uma dupla vitória. De um lado, os subsídios atingiam um universo mais vasto, com quatro diferentes cadernos impressos, dirigidos a estudantes de primeiro e segundo graus, paróquias, comunidades de base e grupos de jovens; em todos eles, encontrava-se o texto-base, uma reflexão sócio-antropológica e teológica que dava a "linha" da Semana. Por outro lado, o próprio patrocínio da CNBB, que confirmava a previsão feita cinco anos antes por Dom Tomás Balduino, representava um apoio decisivo, dentro da economia interna da Igreja Católica, para a linha de compromisso sem medo, assumido pelo CIMI.

É importante saber que esse patrocínio não ficou apenas num "nihil obstat" às publicações, representado pelo nome da CNBB, junto ao do CIMI, na capa dos cadernos. A Presidência da Conferência assumiu, de fato, a divulgação da Semana, quer por meio da imprensa, quer mobilizando todos os seus Regionais para a distribuição dos subsídios. Um dos mais palpáveis retornos do trabalho se deu junto aos colégios — tradicionais desaguadouros de textos didáticos cheios de erros e mentiras sobre a história dos povos indígenas no Brasil. Também em paróquias distantes, espalhadas pelo Brasil afora, sentiu-se o resultado da Semana.

Esse empenho da CNBB viria a repetir-se em 1983, quando os subsídios da Semana do Índio abordariam o tema "Terra sim — violência não", mais diretamente relacionado à Campanha da Fraternidade, cujo slogan é: "Fraternidade sim — violência não". É interessante comparar o texto de apresentação dos subsídios, escrito por Dom Luciano Mendes de Almeida, com o teor de muitas entrevistas que o secretário-geral da CNBB deu à imprensa, nos últimos meses de 1982. Percebe-se, claramente, como Dom Luciano assumiu em sua linguagem, para todos os momentos, a linha de compromisso que sempre norteou o CIMI. Melhor para este, para a própria CNBB e, sobretudo, para a causa indígena.

(*) Jornalista, editor do jornal mensal Porantim, do CIMI.

CNBB e a "Semana do Índio"

A CNBB e o Cimi divulgaram o texto base para a Semana do Índio, que defende a garantia das terras indígenas como única forma de preservação das comunidades tribais. O do-

cumento acentua que a Igreja não tem condições de resolver o problema das terras dos índios, mas cabe a ela "ajudar as tribos nas suas organizações, na sua autodeterminação, no reconhecimento dos seus direitos pela sociedade envolvente e na superação dos preconceitos desta sociedade para com os índios". O documento acentua, ainda, que os problemas em torno das terras indígenas não se resumem apenas ao "seu roubo" mas também a interferência no cultivo destas áreas, à intervenção econômica e cultural. "Projetos estritamente desenvolvimentistas — prossegue — sempre forçam os povos indígenas a produzirem mais, e que inevitavelmente criam novas necessidades e dependências". O texto da CNBB/Cimi conclui afirmando que "terras de missões foram sempre terras onde se descobriu o ecumenismo". (ESP — 09/03/82)

CIMI rebate acusações de reter verbas

A propósito de notícias veiculadas na imprensa de Brasília envolvendo o CIMI, acusando-o de reter verba destinada às populações indígenas, o órgão prestou os seguintes esclarecimentos:

1º — O CIMI já tinha escrito aos Diretores da UNI a 9 de fevereiro que, em face do surgimento de duas Diretorias desta entidade, a verba em questão fora congelada pela Misereor, dependendo sua liberação de um novo contacto dos respectivos Diretores com a mesma Misereor.

2º — O CIMI, obviamente, jamais se colocou como juiz desta situação de divisão da UNI. Apenas, como forma de apoio aos índios, cedeu sua conta bancária para facilitar a concessão da verba.

3º — Contrariamente ao que foi noticiado, a soma recebida e depositada na conta do CIMI não é de Cr\$ 2.000.000,00, mas de Cr\$ 1.293.974,90. Além disso, deste dinheiro já foi utilizado pela UNI na Assembléia Geral de Aquidauana, MS, a quantia de 166.570,04 antes daquele congelamento.

4º — Em reunião realizada em Brasília a 28.03.82 ambas as Diretorias da UNI resolveram solicitar à Misereor a liberação daquela quantia em favor da próxima Assembléia Geral da entidade, prevista para maio.

5º — O Diretor da Misereor, Padre Norberto Herkenrath, de passagem por Brasília, a 1º deste, acolheu a solicitação acima e liberou a verba que vai ser entregue pelo CIMI em mãos dos Diretores da UNI". (Correio Braziliense — 03/04/82)

CIMI denuncia estudo racista sobre índio

O secretário executivo do CIMI, pe. Paulo Suess, disse que o chefe da AGESP, cel. Ivan Zanoni Hausen, está desenvolvendo estudos sanguíneos de indianidade, para estabelecer quem é ou não índio no Brasil e definir quem continuará recebendo a tutela da FUNAI.

Durante missa em comemoração ao dia do índio, o cel. Leal observou que "desconhece qualquer estudo neste sentido e, caso lhe seja apresentado, não irá aprová-lo por não acreditar na necessidade de novos critérios além dos que são estabelecidos pelo Estatuto do Índio".

Pe. Paulo Suess disse que isto revela uma discordância interna dentro da FUNAI: "Eu já vi os estudos do coronel Zanoni, em que ele propõe estabelecer, a partir de exames de sangue, quem ainda é índio no Brasil. É um estudo absurdo e descabível na medida em que tenta legalizar o racismo contra a pessoa do índio" — acrescentou. (Jornal de Brasília — 20/04/82)

CNBB refaz conceito histórico sobre índios

A CNBB iniciou a distribuição de quatro publicações nas escolas de 1º e 2º graus, abordando o problema do índio brasileiro e a crescente ocupação de suas terras. No trabalho,

a CNBB critica o tratamento que os livros escolares dão ao índio. “Estes livros falam dos índios sempre no passado, como se não existissem mais. Dizem que ainda sobrevivem alguns grupos na Amazônia e dão a entender que não adianta preocupar-se com eles, porque, mais cedo ou mais tarde, devem integrar-se na nossa civilização, deixando de ser índios”. A CNBB também observa que “a História oficial fala do índio como inimigo da colonização, responsável pelo fracasso das Capitâneas devido aos ataques e aliando-se aos invasores”. “Desde o primeiro contato — prossegue a CNBB — os índios saíram sempre perdendo. Foram sempre mão-de-obra barata para as lavouras de cana-de-açúcar, em regime de escravidão”. A CNBB também discorda da linha de trabalho dos missionários que chegaram ao Brasil naquela época “impregnados da mentalidade de que só o que era da Europa tinha valor e, por isso, vinham com a missão de salvar o índio batizando-o”. (ESP — 09/04/82)

D. Ivo quer solução para os indígenas

O presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, defendeu a necessidade de se conseguir uma solução adequada para os mais de 100 pequenos povos indígenas do país, criticando o não cumprimento das leis que protegem os índios, lembrando que nove anos após a criação do Estatuto do Índio, nem 1/3 das suas terras foi demarcada pelo governo, que tinha obrigação de demarcá-las em cinco anos. (Jornal da Bahia — 21/04/82)

CIMI critica transferência de museu para Brasília

O secretário executivo do Cimi, padre Paulo Suess, disse ontem que o fechamento provisório do Museu do Índio do Rio de Janeiro, visando à transferência de parte do acervo para o futuro museu de Brasília, “é mais uma tentativa de passar todas as informações sobre indigenismo no País para os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI)”. (O Globo — 08/05/82)

GTME em defesa dos índios e lavradores

O GTME, composto por missionários de diversas denominações, que atuam em áreas de fronteira interna, realizou seu 2º Encontro Nacional entre os dias 10 e 14 de março. O encontro aconteceu na Fazenda Varginha, em Piracicaba, São Paulo, e contou com a presença de 25 missionários das igrejas evangélicas que integram o GTME, além de assessores do Cedi e convidados do Cimi.

Os relatórios apresentados pelos missionários trataram de suas ações junto aos camponeses e às populações indígenas. (Porantim — 06/82)

Conselho Mundial de Igrejas assume a defesa das populações indígenas

O Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas (WCC), entidade ecumênica que representa uns 400 milhões de fiéis de Igrejas protestantes e ortodoxas de uns 100 países, decidiu “comprometer-se politicamente” com as populações indígenas, às quais a negativa de reconhecimento de “poder político” levou à “expropriação de terras no México, Porto Rico e Guatemala”, ao “deslocamento forçado” de indígenas “no Brasil, Paraguai e Filipinas” e à “política de assimilação no Chile, Austrália e Colômbia”. O texto aprovado ontem, assinala que “a invasão, colonização, sujeição brutal e as práticas de genocídio, associadas à violação constante dos direitos humanos fundamentais, desembocaram na privação do título de propriedade para as populações indígenas. Também em muitos casos” — acrescenta — “privou (essas populações) do desfrute de suas terras, deixando assim aos sobreviventes sem território e negando-lhes desse modo seu direito

a uma identidade. O Comitê Central do WCC instou, portanto, as 308 Igrejas-membros da entidade ecumênica a reconhecer a legitimidade das reivindicações das populações indígenas e a adotar medidas para que lhes sejam cedidas terras e títulos de propriedade. (Jornal do Brasil — 29/07/82)

CIMI denuncia a criação de superórgão na FUNAI

A reformulação do Estatuto da FUNAI, alterando o decreto-lei 84.630, concederá à AGESP poderes de “um superórgão, a exemplo do que foi a COAMA nos tempos do governo Médici”. A denúncia foi feita pelo secretariado do CIMI. A reestruturação do órgão foi elaborada pelo diretor da AGESP, cel. Ivan Zanoni Hausen, por determinação do presidente da FUNAI. (Cidade de Santos — 23/08/82)

CIMI: “Subversiva é a FUNAI”

“Se há alguma entidade subvertendo a ordem nessa transferência dos pataxó, a entidade chama-se FUNAI”. A declaração foi feita ontem pelo secretário-geral do CIMI respondendo às acusações feitas pelo presidente da FUNAI, que responsabilizou as entidades de defesa aos índios afirmando que elas promovem subversão na área dos pataxó há-hã-hã. O padre acrescentou que “a subversão da FUNAI no caso dos pataxó é mais do que evidente, porque quem subverteu as leis em vigor no País foi o órgão tutor dos índios, transferindo ilegalmente os pataxó de uma área para outra, sem decreto da Presidência”. (FSP — 06/10/82)

Missionários presos na Bahia

O coordenador do Cimi para a região Leste, Fábio Martins Vilas, o agente de pastoral Cristiano Loretz e o frei Celso Favero, representante da CPT, em Teixeira de Freitas, na Bahia, estiveram presos na Polícia Federal, em Ilhéus, Bahia, durante seis horas na quinta-feira. Os três foram presos na estrada que liga a localidade de Pau Brasil e Itaju da Colônia, quando tentavam entrar em contato com os índios Pataxó que permanecem em Pau Brasil.

Segundo o Cimi, os três missionários foram mantidos na entrada da reserva durante várias horas sob a mira de metralhadoras e foram vistos nessa situação pelo presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, que passou pelo local de carro. (Fôlha de Goiás — 07/11/82)

CNBB: “garantias para as terras indígenas”

A CNBB divulgou ontem o documento “Terra sim, Violência não”, que denuncia as invasões de terras indígenas nos últimos anos. “A violência contra os povos indígenas — acentua o documento — está sempre ligada à sua terra. Sem terra garantida não há condições de sobrevivência para eles. Por isso, o extermínio físico de um povo e o etnocídio — seu extermínio cultural — estão diretamente ligados à invasão, cobiça e espoliação das terras indígenas”. O documento afirma que a destruição física das comunidades indígenas não é a única forma de fazê-los desaparecer. “Forma bem mais sutil é o etnocídio, que destrói o modo de vida do índio, a sua organização social e a sua cosmovisão.” (FSP — 25/12/82)

Entidades Civis de Apoio

Proibição

A FUNAI proibiu no semestre passado a utilização do livro "Procurado", elaborado por membros e professores da ANAI de Ijuí. A proibição era extensiva a todas as escolas de reservas indígenas de todo o País mas o fato não foi divulgado na época e os reais motivos nunca devidamente explicados. "Desconfia-se", diz a antropóloga Lígia Simonian, que havia supostas críticas ao Ministério do Interior". Na versão da ANAI o livro apenas incentivava a produção de textos alternativos em relação à versão oficial sobre a situação dos indígenas, que é imposta às crianças pelo sistema escolar. (Zero Hora — 20/03/82)

ANAI-Ijuí reivindica

A devolução imediata das terras perdidas pelas reservas de índios kaingang e guarani; o embargo da construção de barragens no Alto Uruguai; a resolução de conflitos judiciais; e anulação de acordos e resoluções que prejudicam as tribos gaúchas. Estas são algumas das sugestões que o núcleo da ANAI-Ijuí está encaminhando à Secretaria Executiva das Entidades de Apoio à Luta Indígena, para que sejam reforçadas as reivindicações em favor dos indígenas brasileiros e, ao mesmo tempo, condenada a política oficial dessa área. (Correio do Povo — 02/05/82)

Índios querem atendimento de reivindicações

A CPI-SP encaminhou telex ao ministro Mário Andreazza, do Interior, em que manifesta apoio ao documento final do encontro das lideranças indígenas, realizado em Brasília, e solicita o atendimento "urgente" das providências necessárias às reivindicações feitas.

"As reivindicações — diz a nota — referem-se ao problema da terra, à necessidade urgente de sua demarcação, saúde, educação e liberdade de ir e vir para participar de reuniões". A CPI-SP diz ainda que os caciques e líderes indígenas reunidos em Brasília manifestaram "sua preocupação em dar apoio especial a seus irmãos que ainda não têm condições de se expressar". (Folha da Tarde — 19/06/82)

Projeto megalomaniaco

A contratação de quatro mil novos funcionários para a Funai é "um projeto megalomaniaco". A afirmação está contida na nota da CPI-SP. A Comissão alerta ainda para o problema de contratação dos índios, dizendo que esta deve ocorrer após "debate com as próprias comunidades na medida em que possam recrutar pessoas preparadas para desempenhar a função de professor, enfermeiro, administrador, etc., e não apenas índios como trabalhadores braçais". Lembra a nota que a Funai "está realmente desfalcada de pessoal qualificado para a proteção das comunidades indígenas, mas isso não se deve nem à falta de verbas para a contratação nem à falta de indigenistas no mercado de trabalho. "Desde que a Funai, há dois anos atrás demitiu cerca de 39 funcionários de larga experiência — continua a nota — vem encontrando dificuldades em recrutar pessoal qualificado. Tanto aquelas demissões como estas dificuldades derivam da impossibilidade que se coloca para os indigenistas sérios deste País de obedecer às orientações arbitrárias e incompetentes que emanam do setor dirigido pelo coronel Zanoni. (FSP — 26/06/82)

ANAI elege nova diretoria

A ANAI de Porto Alegre já tem nova diretoria. Após a eleição realizada terça-feira à noite foi escolhido o nome de Julio Gaiger para presidente da entidade, tendo como vice Mauro Castro.

Em seu trabalho à frente da ANAI Julio Gaiger pretende dar ênfase na divulgação e denúncia da problemática indígena porque segundo ele "a esperança do índio está na consciência do branco". Os demais integrantes da diretoria da ANAI são: Raquel Cunha como primeira-secretária; Arlei Pedroni — segundo secretário; Armando de Negri Filho — primeiro tesoureiro e Maria Venina Nolibus — segunda tesoureira. (Zero Hora — 15/08/82)

Protestos a favor dos Pataxó

A CPI-SP, a ABA e o CTI enviaram telegrama ao presidente da Funai para que impeça a assinatura de qualquer acordo visando a transferência dos índios pataxó ha-ha-hai para a reserva de Coroa Vermelha. Diz o telegrama que os pataxó estão sendo coagidos a aceitar sua transferência para Coroa Vermelha, abandonando seu território tradicional. Os antropólogos ligados à Universidade Federal da Bahia divulgaram nota também denunciando que esses índios estão sofrendo pressões. (ESP — 15/09/82)

Entidades fazem representação contra FUNAI

Na representação contra a FUNAI, protocolada ontem junto à Procuradoria-Geral da República, as entidades signatárias do documento, a ANAI-BA, a CPI-SP, a CTI e o CIMI, alertam para o perigo de a transferência dos Pataxó hã-hã-hã servir de estímulo para que outros fazendeiros do País simulem conflitos para expulsar os índios de suas terras. O texto lembra ainda que a transferência dos índios, prevista na Lei 6001 (Estatuto da Índio), só poderá ocorrer "em caráter excepcional e por motivos especificados", através de decreto presidencial. Esse procedimento, explica, é "decorrente de princípios estabelecidos pela Convenção 107 sobre as populações indígenas, adotada em Genebra e promulgada pelo Brasil, como país signatário, em 14 de julho de 1966." (FSP — 22/09/82)

Entidades repudiam vinculação da FUNAI

A idéia de uma possível vinculação da Funai ao Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários foi repudiada pelas entidades de defesa dos índios. De acordo com documento divulgado anteontem e assinado por 18 entidades, a provável subordinação da Funai ao novo Ministério "não modificará a realidade indígena no País, considerando que existe uma superestrutura, mais conhecida como 'comunidade de informações', que controlará e continuará controlando o índio, já que ele é considerado pernicioso à segurança nacional". O documento de repúdio foi elaborado durante a Quarta Reunião Nacional das Entidades de Apoio à Luta Indígena, realizada em Brasília.

No mesmo documento, os representantes das entidades exigem "a homologação da demarcação potiguara realizada pelos próprios índios e que a Funai defenda os Potiguara nos processos judiciais", solidarizando-se também com os Pataxó hã-hã-hã, "que resistem à transferência para longe de suas terras". (FSP — 01/11/82)

Antropólogos

Antropólogos insatisfeitos com a FUNAI

O primeiro encontro entre representantes da ABA e o presidente da Funai “foi decepcionante”, na opinião dos antropólogos. Durante três horas, a presidente da ABA, Eunice Durham, e os antropólogos Roberto Cardoso, Roque Laraia, Olímpio Serra e Lux Vidal discutiram com o presidente as questões da pesquisa no País e dos índios Nambiquara e Xicrin. Perspectivas de relacionamento melhor entre ABA e Funai, segundo os antropólogos, só serão possíveis com a saída do assessor especial de Planejamento, cel. Ivan Zanoni, e do diretor do DGO, cel. Silveira. Os antropólogos afirmam que estes dois diretores estão “hostilizando o trabalho intelectual” no Parque do Xingu e na área dos índios Parakanã, que estão sendo afetados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Os antropólogos também disseram que o coronel-presidente garantiu que as portarias baixadas pelo órgão, reconhecendo como indígenas terras do Vale Guaporé, não serão revogadas. (ESP — 04/02/82)

Antropólogos denunciam FUNAI

As dificuldades que a Funai tem colocado para o desenvolvimento de pesquisas etnológicas junto às populações indígenas são tantas que há entre os antropólogos um temor de que esse trabalho acabe se extinguindo no Brasil. A denúncia é da presidente da ABA, Eunice Durham, feita em entrevista, durante a 13ª Reunião Brasileira de Antropologia, que se realiza na USP. Segundo ela, “há uma total incompreensão e incompetência da Funai para lidar com problemas de pesquisa”. Mas não é só isso. A professora Eunice Durham da USP, ressalta que “há um temor generalizado de que a presença do antropólogo em campo constitua um instrumento de denúncia da situação real do índio e de falhas no atendimento da Funai”. Por isso, representantes de instituições que fazem pesquisa na área indígena — USP, UNB, SBPC, FAPESP, Museu Nacional do RJ, entre outras — reuniram-se ontem e terão novo encontro hoje, para discutir o que a professora Eunice Durham caracteriza como “os impasses da pesquisa etnológica”. (FSP — 06/04/82)

Os antropólogos exigem mudança de portaria da FUNAI

A assembléia geral da ABA aprovou ontem um documento exigindo a alteração da portaria da Funai sobre condições de trabalho de pesquisa em campo, “por seu conteúdo arbitrário, onde os antropólogos assumem todas as obrigações e a Funai se atribui todos os direitos. Não há nela nenhum item que estimule ou favoreça a execução da pesquisa ou a necessária proteção à integridade física do pesquisador ou à integridade intelectual de seu trabalho”. Os pesquisadores que encerraram ontem a 13ª Reunião Brasileira de Antropologia, na Cidade Universitária, manifestaram profunda preocupação com o controle do acesso às áreas indígenas estabelecido pela Funai. (Folha da Tarde — 08/04/82)

Antropólogos dizem que FUNAI cercela pesquisa

A ABA acusou ontem a Funai de cercar “o direito ao trabalho e o desenvolvimento da pesquisa antropológica no País”, ao impedir a entrada de pesquisadores no Parque Indígena do Xingu. Segundo o presidente da ABA, Gilberto Velho, a Funai alega estar atendendo às lideranças indígenas “que solicitam seja o Parque interditado até sua reorganização interna”.

Gilberto Velho lembra que a medida, a seu ver arbitrária e com justificativa mentirosa, demonstra um retrocesso no diálogo que a nova Presidência da Funai vinha mantendo com os pesquisadores e com a própria ABA. (O Globo — 14/04/82)

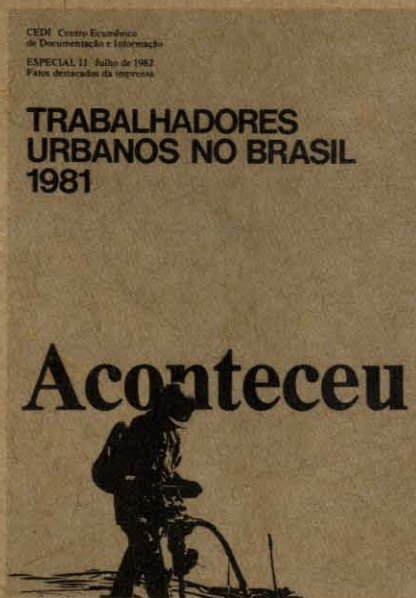
ABA refuta acusações e denuncia ação da FUNAI

O presidente da ABA, Gilberto Velho, distribuiu ontem nota à imprensa refutando as acusações do presidente da Funai, de que os órgãos de apoio indígena são “subversivos”, feitas por ocasião do início das pressões para a transferência dos índios Pataxó. Em entrevista à imprensa, Gilberto Velho denunciou a situação de mais de 300 índios do grupo Pataxó Hã-Hã-Hãe, da Bahia, que há anos lutam para a recuperação de suas antigas terras — ocupadas por fazendas e empresas — e que agora estão divididos em dois grupos, ameaçados de violência física e, aparentemente, com fornecimento de alimentos e remédios cortados pela Funai. (FSP — 09/10/82)

VALE A PENA LER VALE A PENA LER VALE A PENA LER

ACONTECEU ESPECIAL 10
Povos Indígenas no Brasil – 1981
 Tempo e Presença Editora
 94 págs.

É um acompanhamento das lutas dos povos indígenas em 1981 através das notícias saídas na imprensa de diversos estados. Além do resumo das notícias sobre 67 grupos indígenas no Brasil a publicação reúne material relativo aos seguintes temas: Movimentos de organização indígena, Política Indigenista Oficial (FUNAI, MINTER), Igrejas e Índios, Entidades civis de apoio, e outros. Inclui ainda artigos de antropólogos e indigenistas, dossiês sobre o Projeto Carajás e Polonoroeste, além de mapas dando a localização dos grandes projetos governamentais e dos grupos indígenas. O ACONTECEU ESPECIAL é um material de trabalho indispensável para quem luta ou se interessa na questão indígena.



ACONTECEU ESPECIAL 11
Trabalhadores Urbanos 1981
 Tempo e Presença Editora
 78 págs.

Cronologia dos eventos que fizeram a vida dos trabalhadores das cidades neste ano feita através de levantamento das notícias saídas na imprensa. A publicação reúne as lutas, greves, reivindicações, eleições sindicais, a repressão sofrida e as vitórias de cada uma das categorias de trabalhadores urbanos no Brasil (Metalúrgicos, Petroleiros, Operários da Construção Civil, Têxteis, Bancários, Funcionalistas, Domésticas, Professores e muitos outros). Inclui ainda artigos sobre a constituição da CONCLAT, eleições nos sindicatos dos metalúrgicos, greve dos trabalhadores da FIAT e outros.

ACONTECEU SEMANAL
Fatos Destacados da Imprensa
 Assinatura anual
 12 a 16 págs.

O material que serve de base para fazer os ESPECIAIS está no ACONTECEU Semanal. É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em: trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igreja, política nacional, internacionais, e outras. Contém também uma seção de Cartas do Leitor, onde são divulgadas datas de cursos, seminários, convocações, manifestações, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores tem um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa. O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, Comissões Pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Para quem se interessa na questão indígena o ACONTECEU Semanal permite um acompanhamento detalhado e em profundidade da caminhada dos povos indígenas na luta pela sua autodeterminação, feito com base nas notícias de jornais regionais e do eixo Rio-SP. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou que quer conhecer as diversas situações de contato, de lutas e reivindicações dos grupos indígenas de todo Brasil.

CEDI - Centro Escamhuio de Documentação e Informação
 ESPECIAL 10 - Abril de 1982
 Fatos destacados da imprensa

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL / 1981

